

HEGEMONIAS E EMANCIPAÇÕES NO SÉCULO XXI

Ana Esther Ceceña

ORGANIZADORA

EMIR SADER
ANA ESTHER CECEÑA
JAIME CAYCEDO
JAIME ESTAY R.
BERENICE P. RAMÍREZ LÓPEZ
ARMANDO BARTRA
RAÚL ORNELAS
JOSÉ MARÍA GÓMEZ
EDGARDO LANDER

Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



Conselho Latino-americano
de Ciências Sociais

Colección Grupos de Trabajo de CLACSO

Grupo de Trabajo
Hegemonías y Emancipaciones
Coordinadora: Ana Esther Ceceña

Director de la Colección Atilio A. Boron
Secretario Ejecutivo de CLACSO

Área Académica

Coordinador Emilio H. Taddei

Asistentes del Programa Grupos de Trabajo Miguel A. Djanikian / Rodolfo Gómez

Área de Difusión y Producción Editorial

Coordinador Jorge A. Fraga

Traducción al portugués Encarnación Moya

Edición Florencia Enghel

Diseño editorial Miguel A. Santángelo

Lorena Taibo / Marcelo Giardino

Revisión de pruebas Ivana Brighenti / Mariana Enghel

María Márcia Trigueiro Mendes

Logística y Distribución Marcelo F. Rodriguez

Sebastián Amenta / Daniel Aranda

Arte de tapa Diseño de Marcelo Giardino. Caricatura política de 1874, *La Madeja*, España, "La gráfica política del 98", CEEXCI, 1998.

Impresión Cromosete Gráfica e Editora Ltda.

Primera edición

"Hegemonias e emancipações no século XXI"

Buenos Aires: CLACSO, julio de 2005

ISBN 987-1183-20-8

© Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Programa de Publicaciones en Portugués

Asistente del programa: Javier Amadeo

Rua Artur de Azevedo 736, Pinheiros, São Paulo, Brasil

Telefone: (55-11) 3082-7677 / Enderço eletrônico: jamadeo@campus.clacso.edu.ar

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais

Av. Callao 875, piso 3º C1023AAB Ciudad de Buenos Aires, Argentina

Tel.: (54-11) 4811-6588 / 4814-2301 - Fax: (54-11) 4812-8459

e-mail: clacso@clacso.edu.ar - http://www.clacso.org

Hegemonias e emancipações no século XXI / compilado por Ana Esther Ceceña - 1a ed. - Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

220 p. ; 24x16 cm. (Grupos de trabajo dirigida por Atilio Boron)

Traducido por: Encarnación Moya

ISBN 987-1183-20-8

1. Sociología I. Ceceña, Ana Esther, comp. II. Moya, Encarnación, trad. III.

Título

CDD 301

Patrocinado por



Agencia Sueca de
Desarrollo Internacional

Não é permitida a reprodução total ou parcial deste livro, nem seu armazenamento em um sistema informático, nem sua transmissão em qualquer formato ou por qualquer meio eletrônico, mecânico, fotocópia ou outros meios, sem a autorização do editor.

A responsabilidade pelas opiniões expressadas nos livros, artigos, estudos e outras colaborações incumbe exclusivamente os autores firmantes, e sua publicação não necessariamente reflete os pontos de vista da Secretaria Executiva do CLACSO.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

Ana Esther Ceceña

Hegemonias e emancipações no século XXI

7

HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E DOMINAÇÃO CAPITALISTA

Emir Sader

Hegemonia e contra-hegemonia

15

Ana Esther Ceceña

Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites

35

Jaime Caycedo

Impacto regional do conflito colombiano na América Latina

57

Jaime Estay R.

A ALCA depois de Miami: a conquista continua

71

Berenice P. Ramírez López

A América Central na atual expressão da hegemonia estadunidense

85

EMANCIPAÇÃO: CONTRA-HEGEMÔNICA OU SEM HEGEMONIAS?

Armando Bartra

Mesoamericanos: reanimando uma identidade coletiva

113

Raúl Ornelas

A autonomia como eixo da resistência zapatista
Do levante armado ao nascimento dos Caracoles

129

José María Gómez

De Porto Alegre a Mumbai
O Fórum Mundial e os desafios do movimento altermundialista

169

Edgardo Lander

Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico

193

INTRODUÇÃO

ANA ESTHER CECEÑA

Hegemonias e emancipações no século XXI

A Terra voltou a ser povoada com seus mortos mais antigos. Ressuscitaram de seus ossos, utensílios e pinturas rupestres e vivem em nossa imaginação como os egípcios e cartagineses viviam na dos homens do século passado.

Elías Canetti, 1981

Os HISTORIADORES apontam as mudanças de século como importantes momentos de reajuste no funcionamento das sociedades. Se fosse assim, isso contribuiria para entendermos as profundas transformações que acompanharam a mudança de milênio. Em todo caso, a história dos últimos trinta anos efetivamente está marcada por uma simultaneidade de processos que, em conjunto, parecem abrir caminhos para uma série de bifurcações civilizatórias, como as chama Immanuel Wallerstein¹. Na perspectiva histórica dos modos de organização social —ou dos modos de produção—, o capitalismo, apesar de suas incessantes realizações, parece estar entrando no ocaso; as culturas supostamente mortas ou sistematicamente arrasadas emergem com uma força moral equiparável à deslegitimação da sociedade do progresso (Berger).

Tendo em mente as experiências do passado, particularmente o doloroso nascimento da sociedade burguesa, é provável que o ocaso capitalista não somente continue sendo cenário de episódios violentos da maior crueldade,

¹ Huntington, ideólogo do Pentágono, já havia percebido a mudança quando falou do “choque de civilizações” em meados da última década do século XX. Em resposta à visão reducionista com a qual pretende “resolver” os conflitos do mundo contemporâneo, Tariq Ali corrige sua ambígua fórmula para colocá-la em termos mais adequados: não se trata de um “choque de civilizações”, que em todo caso teria uma conotação muito diferente daquela pretendida por Huntington, e sim de um “choque de fundamentalismos” (Huntington, 1997).

como também de momentos de renovado esplendor e de reconstrução relativa de uma legitimidade que, não obstante, cada vez tem menos substância. De qualquer maneira, a temporalidade deste ocaso é incerta e está relacionada com a ação dos sujeitos ou, como diz Foucault, com o acaso da luta.

Se a luta de classes é o motor da história, como indicava Marx, não há determinismos. As condições objetivas são apenas o marco de possibilidade imediata dos sujeitos que, voluntariamente ou não, contribuíram para criá-las². Assim, as condições para a manutenção de um sistema de dominação como o atual derivam não somente da concentração de meios que permitem organizar *a modo* a reprodução coletiva, mas, sobretudo, da convicção de que esses meios são alheios e sustentam um poder inapelável, além da conseqüente naturalização do modo de organização social. O poder e a dominação são expressões particulares de um certo tipo de relação intersubjetiva, evidentemente díspar, que tem de ser resolvida no terreno da interlocução. Enquanto existirem dominados continuarão existindo dominadores ou, nas palavras de Ret Marut e Bruno Traven:

O capitalista ri das tuas greves. Mas no dia em que envolveres teus pés com velhos trapos, em vez de comprar sapatos e meias, seus orgulhosos membros tremerão de medo (Marut e Traven, 2000: 126).

O tema nodal no terreno das *hegemonias e emancipações* não é somente a dominação, não é somente, nem sempre, a força física –que, afinal, pode ser enfrentada em seu próprio terreno– e sim, como indicava Gramsci, a capacidade de gerar uma concepção universal do mundo a partir dela mesma, de dominar através do consenso e de reproduzir as formas de dominação nos espaços dos dominados. Isto é o que faz Foucault dizer:

[O] poder, se o olhamos de perto, não é algo que se divide entre os que o retêm como propriedade exclusiva e os que não o têm e o sofrem. O poder é, e deve ser analisado, como algo que circula e funciona –por assim dizer– em cadeia (Foucault, 1996: 31).

O poder funciona e se exerce através de uma organização reticular. E nas suas malhas os indivíduos não apenas circulam, como estão postos na condição de sofrê-lo e exercê-lo; nunca são o alvo inerte ou cúmplice do poder, são sempre seus elementos de recomposição (Foucault, 1996: 32).

Dominação, hegemonia, legitimidade, sistema de poder, império, imperialismo, contra-hegemonia, emancipação, são referentes teóricos que é necessário

2 “O conhecimento totalizador é o conhecimento da ordem sobre o caos. A este respeito, o que distingue a sociologia funcionalista da sociologia marxista é que a primeira orienta-se para a ordem da regulação social, enquanto que a segunda dirige sua atenção para a ordem da emancipação social. No começo do século XXI temos que afrontar uma realidade de desordem, tanto na regulação social como na emancipação social. Fazemos parte de sociedades que são autoritárias e libertárias ao mesmo tempo” (Sousa Santos, 2003: 29).

ressignificar, precisar, enriquecer ou delimitar para que enfrentemos a realidade do conflito social no milênio que começa tanto com a irrupção do movimento zapatista em Chiapas –um dos lugares mais sulistas do Sul metafórico que Boaventura de Sousa situa como “o sofrimento que o ser humano padeceu sob o sistema capitalista globalizado” (Sousa Santos, 2003: 36)–, como com o ataque às torres gêmeas de Nova York ou as invasões do Afeganistão, Iraque, Timor Leste ou Haiti.

Uma das preocupações centrais do Grupo de Trabalho Hegemonias e emancipações do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, CLACSO –e deste livro– é justamente contribuir para a reapropriação conceitual, que, ao mesmo tempo em que ressignifica velhas categorias, cria outras novas, ou novos modos de entender e interpelar a realidade. Segundo John Berger, “O ato de escrever [ou de investigar, como podemos dizer] não é nada mais do que o ato de se aproximar da experiência sobre a qual se escreve” (Berger, 2001: 23).

Se partimos do reconhecimento deste fim de milênio como o universal concreto no qual se unem, se cruzam e se dissociam processos, isto é, na qualidade de *ponto crítico* de síntese de uma realidade caótica e complexa, na qual se originam os novos caminhos de uma história de histórias na qual os sujeitos em ação introduzem suas próprias pautas e epistemologias, qual é a pertinência de trabalhar com conceitos como hegemonia e estratégia? Que conteúdo específico concedemos à hegemonia? Qual é a relação entre hegemonia e estratégia? Como lidar com as temporalidades históricas na análise da hegemonia? Quais são os critérios de avaliação do estado da hegemonia? Quais são seus suportes? Qual é a territorialidade da hegemonia e como se constrói? Quais são seus mecanismos privilegiados? É possível falar de *projeto* hegemônico? Que lugar ocupa o econômico na construção de hegemonia? E o militar? São criadores de uma concepção de mundo?

Numa sociedade instável desde a origem, como a capitalista, é possível falar de hegemonia, ou temos que introduzir a competição e o conflito, recuperando os processos de disputa pelo poder e de construção de hegemonias alternativas? Seriam estas disputas internas, ou rupturas civilizatórias? Qual o estatuto teórico de cada uma delas? Que sentido e pertinência analítica e política têm os estudos sobre hegemonia? Quais as virtudes do enfoque geoestratégico para a apreensão do capitalismo contemporâneo? Em que medida a transformação do real apela para uma subversão do pensamento, dos esquemas conceituais e das perspectivas situacionais?

Isto significa que transferir o centro da análise das relações de exploração para as relações de dominação implica incorporar todas as dimensões da vida social e transcender a esfera do trabalho. Isto evidentemente tem fortes repercussões no terreno da análise, pois exige a construção de conceitos transdisci-

plinares (Morin, 1990) com uma capacidade explicativa de amplo espectro. O Grupo de Trabalho Hegemonias e emancipações concebe as relações sociais como relações entre sujeitos, e busca delimitar em seu próprio âmbito suas expressões capitalistas objetivadas: capital, força de trabalho, etc. Isto obriga a colocar em primeiro plano a construção de subjetividades e a reprodução e/ou subversão das relações sociais: os limites da dominação capitalista estão marcados pela potência criativa e libertadora dos sujeitos num determinado contexto que, por outro lado, modifica-se com sua ação.

Por conseguinte, estudar a hegemonia tem um propósito mais do que acadêmico, que nos permite compartilhar de uma perspectiva emancipadora como a de Foucault:

A história, genealógica e dirigida, não tem como fim reencontrar as raízes de nossa identidade, mas, ao contrário, se obstina em dissipá-la; ela não pretende demarcar o território único de onde nós viemos, essa primeira pátria à qual os metafísicos prometem que nós retornaremos; ela pretende fazer aparecer todas as discontinuidades que nos atravessam (Foucault, 1979: 34-5).

Isto nos coloca em um novo terreno problemático. Se o eixo de reflexão é o espaço de interação dos sujeitos, o espaço de construção e desconstrução de intersubjetividades, é necessário desenvolver conceitos que permitam apreender as sínteses dominação-resistência, hegemonia-emancipação, poder-democracia ou indivíduo-comunidade. Isto é, conceitos que tornem possível pensar esta unidade contraditória pela sua essência unificadora, e não pela dissociação de seus componentes.

Um primeiro esforço nesse sentido consiste em trabalhar simultaneamente os conceitos de hegemonia e de emancipação como abstrações interpretativas e como experiências históricas. É indispensável, para este propósito, rever e reformular o conteúdo teórico concreto da emancipação: como entendê-la no mundo do século XXI? Seu conteúdo tem variado com o transcurso das lutas? Como lidar com suas temporalidades? Ela requer uma institucionalidade própria? É possível falar de emancipação num único campo? Por exemplo, falar de emancipação política, mas não necessariamente econômica ou cultural, etc.? Há diferença entre o que se chama comumente de movimentos sociais e movimentos políticos? Há algum movimento que não seja político? Hegemonia e emancipação são duas linhas diferentes? Quais são os lugares da hegemonia e da emancipação? Qual é o terreno de construção das concepções de mundo? Toda concepção de mundo traz em si um processo de dominação? Isto é, não pode existir uma concepção de mundo de dimensões universais que não implique dominação-submissão? Não pode haver uma concepção de mundo a partir da emancipação geral, que responda ao que alude Ret Marut quando

afirma “minha liberdade somente está assegurada se todas as pessoas em meu entorno são livres”? (Marut e Traven, 2000: 50).

Trabalhar a emancipação – ou as emancipações – nos conduz a recolocar a concepção da política e da suposta clivagem entre sociedade civil e sociedade política (ou entre Estado e sociedade), assim como a delimitação de seus âmbitos, formas e modalidades. Exige, do mesmo modo, trabalhar na ressignificação dos conceitos de poder, revolução e democracia. Resolver teoricamente se realmente estamos hoje na presença de novas formas e conteúdos da luta, como propõem os estudiosos dos “novos movimentos”, e se estes implicam algum tipo de desmarcação epistemológica relativamente ao passado das lutas e à legalidade capitalista. Reformular também o caráter do público como espaço de exercício político cotidiano, e muitas outras questões que necessariamente decorrem do questionamento epistemológico geral que isto supõe. Mas, sobretudo, implica repensar a sociedade como âmbito da intersubjetividade, e as relações intersubjetivas como espaço da comunidade democrática.

A análise crítica do que existe repousa sobre o pressuposto de que os fatos da realidade não esgotam as possibilidades da existência (Sousa Santos, 2003: 26).

A análise do mundo contemporâneo a partir desta perspectiva nos conduz ao reconhecimento de que a única possibilidade de prever o futuro consiste no delineamento de cenários e na identificação de estratégias, sejam estas relativas à dominação hegemônica ou aos processos de emancipação. É nesta visão que se inscrevem os trabalhos incluídos neste volume, alguns relacionados com a análise crítica do discurso hegemônico e da construção de sentidos a partir da objetividade e subjetividade do sistema de dominação (Ceceña), ou de planos de redesenho territorial e de controle espacial das condições de reprodução estratégica deste sistema (Estay, Caycedo, Ramírez López), e outros relacionados com diferentes discursos e experiências de emancipação ou de rejeição aos projetos hegemônicos (Bartra, Ornelas, Sader, Gómez, Lander).

A complexidade do mundo atual fez Berger afirmar que “de tanto vemos tudo, não distinguimos nada” (Berger, 2002: 26-27). Nós, modestamente, estamos tentando ver somente alguns fenômenos, mas a partir de nossa própria perspectiva.

La méthode n'est pas séparable du contenu, et leur unité, c'est-à-dire la théorie, n'est pas à son tour séparable des exigences d'une action révolutionnaire.

Castoriadis, 1975: 21

BIBLIOGRAFIA

- Berger, John 2001 *Puerca tierra* (España: Punto de lectura).
- Berger, John 2002 *La forma de un bolsillo* (México: ERA).
- Canetti, Elías 1981 *La conciencia de las palabras* (México: FCE).
- Castoriadis, Cornelius 1975 *L'institution imaginaire de la société* (Paris: Seuil).
- Sousa Santos, Boaventura de 2003 *La caída del Ángelus novus: ensayos para una nueva teoría social y una nueva práctica política* (Colombia: ILSA-Universidad Nacional de Colombia).
- Foucault, Michel 1996 (1979) *Microfísica do poder* (Rio de Janeiro: Graal).
- Foucault, Michel 1996 *Genealogía del racismo* (Argentina: Altamira).
- Huntington, Samuel P. 1997 *El choque de civilizaciones y la reconfiguración del orden mundial* (Buenos Aires: Paidós).
- Marut, Ret e Traven Bruno 2000 *En el estado más libre del mundo* (Barcelona: Ali-Kornio).
- Morin, Edgar 1990 *Introducción al pensamiento complejo* (España: Gedisa).

**HEGEMONIA ESTADUNIDENSE
E DOMINAÇÃO CAPITALISTA**

EMIR SADER*

HEGEMONIA E CONTRA-HEGEMONIA

HEGEMONIA, DOMINAÇÃO E CONSENSO

A QUESTÃO POLÍTICA e teórica mais importante atualmente, na luta por “um outro mundo possível”, é aquela referente à construção de uma hegemonia alternativa ao modelo neoliberal. Este revela sinais claros de esgotamento, a hegemonia norte-americana demonstra seus limites, o Fórum Social Mundial (FSM) se afirma como espaço de intercâmbio e de debate dos temas ligados a uma hegemonia alternativa, porém não surge ainda um modelo alternativo, nem como projeto teórico e político, nem como governos que materializem a saída do modelo atual.

Nada de essencial do mundo contemporâneo pode ser explicado sem uma compreensão minimamente adequada da hegemonia norte-americana, tal foi a forma com que essa hegemonia ganhou centralidade depois da desaparecimento do “campo socialista” no mundo. Qualquer visão que subestime a importância dessa análise, ou que a desenvolva de forma excessivamente ligeira, subestimando a força da hegemonia dos Estados Unidos, pode contentar-nos com a lista de debilidades norte-americanas, mas contribui negativamente para a sua superação e para a construção do “outro mundo possível”, se não dá conta da capacidade norte-americana de ser a única superpotência atual no mundo.

* Doutor em Ciência Política, coordenador do Laboratório de Políticas Públicas na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Professor da Universidade de São Paulo. Fundador e coordenador do Grupo de Trabalho Economia Internacional, do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

Uma estratégia para um mundo pós-neoliberal requer, antes de tudo, uma análise precisa do caráter da hegemonia atual, em particular da hegemonia norte-americana, com seus pontos de força e de debilidade, para desenhar o campo de atuação das forças contra-hegemônicas. O caráter profundamente contraditório da hegemonia atual no mundo termina provocando enfoques unilineais, que, ao invés de favorecer a construção de um mundo articulado de forma democrática, com uma hegemonia construída na base do consenso múltiplo e pluralista, impõe soluções unilaterais e baseadas na força.

O tom onipotente do governo norte-americano suscita a resposta de seu desmascaramento, que se soma à enorme quantidade de contradições e de debilidades da sua hegemonia no mundo contemporâneo; desde o ressuscitar do termo “tigre de papel” até a caracterização de uma decadência irreversível em prazos relativamente previsíveis. Esses elementos são inquestionáveis: fraquezas da economia norte-americana, dificuldades de gestão da ocupação do Iraque, isolamento diplomático relativo de Washington, entre outros. No entanto, como dizia Brecht, temos que tomar o inimigo com sua força real, incluindo seus lados fortes, explicar por que ele é dominante, dar a verdadeira proporção da sua força, principalmente em relação às nossas debilidades. Este elemento é particularmente importante na atualidade, porque grande parte da força norte-americana decorre não da sua força própria, mas das debilidades dos que se lhe antepõem em se constituir como força alternativa, que canalize e catalise as suas fraquezas.

O tema da crise da hegemonia norte-americana tem que ser inserido no marco global das correlações de força, porque a força relativa de cada ator decorre da co-relação de forças, isto é, da relação entre as forças em presença. Neste caso, evidente é que o argumento de que a economia norte-americana é significativamente mais frágil do que era no passado peca pela unilateralidade a partir de dois pontos de vista. Em primeiro lugar, considera a força norte-americana praticamente apenas no plano econômico –com todo o peso que a economia justificadamente possui–, sem levar em conta o peso dos outros fatores que compõem essa hegemonia: militar, tecnológico, ideológico, de meios de comunicação. Em segundo, compara os Estados Unidos de hoje com os Estados Unidos de há quatro décadas, quando a comparação tem que ser feita com as outras forças atualmente presentes. Neste caso, temos um Estados Unidos mais frágil economicamente que há algumas décadas, porém mais forte no quadro geral, porque o segundo lugar de então, a URSS, desapareceu, o Japão está há mais de umas décadas em recessão e a Europa pelo menos estagnou. Assim, a força relativa dos Estados Unidos é maior do que antes. A conclusão a que se costuma chegar –Samir

Amin, Wallerstein, André Gunder Frank, entre outros— é a oposta, por não ser uma avaliação política, isto é, global, sintética, que analisa o quadro geral das correlações de força existentes.

É neste sentido que o conceito de hegemonia ganha todo o seu significado. Não se reduz à dominação militar ou à superioridade econômica, mas articula o conjunto de fatores que levam uma potência a ser dominante e dirigente. Wallerstein, em particular, afirma que não se pode dizer que exista hegemonia reduzindo-a à simples dominação, isto é, à coerção. Arrighi fala de “dominação sem hegemonia”. Este nos parece um raciocínio igualmente unilateral, que subestima os fatores ideológicos, com toda a força que a penetração do *American way of life* segue tendo, da China à América Latina, da Europa do leste ao sudeste asiático, da Índia à Rússia, da Europa ocidental ao Japão. E subestima o papel de dirigente do bloco político e econômico das grandes potências capitalistas, diante da incapacidade de outras potências, ou grupo delas, tomarem iniciativas próprias, apenas reagindo diante das iniciativas norte-americanas, mesmo quando as rejeitam.

Reduzir a predominância norte-americana à coerção é uma visão economicista, que desconhece os outros fatores que compõem a hegemonia, com a capacidade de persuasão que os valores ideológicos e os mecanismos de sua difusão pelas distintas formas de expressão que os norte-americanos conseguiram produzir e multiplicar. O tema merece uma reflexão mais detida, aqui somente faremos algumas observações que pretendem apenas encaminhar a discussão política e estratégica necessária.

O CARÁTER DA HEGEMONIA ATUAL

“Um tigre de papel” —a caracterização de Mao-Tse-Tung— parece aplicar-se, mais do que aos Estados Unidos de quatro décadas atrás —quando dividia a hegemonia mundial com a URSS—, à potência unipolar de hoje. A lista de suas debilidades parece interminável —e os críticos, de esquerda, como Wallerstein, Samir Amin, Arrighi, Gunder Frank, James Petras, entre outros, mas também os conservadores, como Todd, não se cansam de apontar, praticamente com razão em todos os casos.

O tema da crise da hegemonia norte-americana coloca, antes de tudo, a necessidade de pensar as diferenças entre a hegemonia e a contra-hegemonia no período histórico caracterizado pela bipolaridade mundial e a forma como ela funciona num período de unipolaridade. Naquele período, podia-se falar quase de um “jogo de soma zero”, em que quando um perde, o outro ganha,

em que o desgaste de uma das grandes superpotências levava, quase de forma automática, ao fortalecimento da outra.

Quando se passa a um mundo unipolar, em que apenas uma superpotência apresenta capacidade hegemônica, os termos da relação de forças, sua dinâmica, se alteram. A força da hegemonia norte-americana tem, na debilidade das outras forças, um de seus elementos favoráveis. Embora questionado em várias de suas dimensões, o poder imperial norte-americano faz descansar sua superioridade, em parte, exatamente no fato de ser a única potência com poder global, com interesses em todas as partes do mundo, em revelar poder em todos os níveis que contam para a hegemonia –economia, tecnologia, política, cultura, mídia, etcetera.

Um dos paradoxos da hegemonia norte-americana é o contraponto entre seus elementos de força e de debilidade, tanto contemporaneamente quanto em comparação com seu passado. A economia dos Estados Unidos foi capaz de exibir invejáveis –para o atual ciclo longo recessivo– níveis de crescimento durante cerca de sete anos ao longo da década de 1990, porém desembocou numa recessão profunda ao final desse ciclo curto, e retoma índices de recuperação sem conseguir reabsorver o desemprego gerado.

Porém, esse desempenho extremamente desigual é ainda superior ao das economias européia e japonesa –os outros três elementos da tríade do centro do capitalismo. Ao ter assumido sozinho o papel de locomotiva da economia mundial na década passada, os Estados Unidos ganharam importância ainda maior, fazendo com que grande parte dos outros países passassem a depender do mercado norte-americano para suas exportações de mercadorias, de serviços ou de capitais.

Da mesma forma, o desempenho da economia dos Estados Unidos, mesmo em seu ciclo curto expansivo, é muito inferior ao que foi nas décadas transcorridas entre os anos 1940 e 1970. Porém, a relação de forças é uma correlação de forças, e assim o critério é comparativo com as outras potências, todas elas com desempenho muito inferior ao que tiveram naquele período. A superioridade norte-americana tem que ser medida, além disso, pelo fato de que aquela que havia sido a segunda potência econômica do mundo –a URSS– desapareceu. Assim, a hegemonia norte-americana é maior, porque é medida em relação às outras forças.

Justamente pelo paradoxo da força e da debilidade do poderio norte-americano e pela exibição midiática de sua superioridade, grande parte das análises críticas tendem a ressaltar –até como forma de denúncia– os elementos de fragilidade embutidos nessa força. Esse momento, por necessário que seja, não pode perder a análise do conjunto do desempenho norte-americano –em certa medida, reverses econômicos têm contrapartida na força midiática–, as-

sim como na relação com o conjunto do campo de forças mundial, de onde sobressai a hegemonia global norte-americana com maior clareza.

A economia –ponto mais forte da ascensão norte-americana à primeira potência mundial– se revela claramente mais frágil do que foi essa economia no ciclo longo expansivo anterior, começado ainda nos anos 1940 e concluído na década de 1970. De grande exportador de capitais passou a maior importador de capitais para recompor seus déficits comercial e público. Seu equilíbrio econômico e sua capacidade de reprodução de capital depende dos capitais investidos em suas bolsas –em particular daqueles provenientes da Ásia– e das importações provenientes do Japão e da China. Sua moeda se mostra vulnerável, passível de ser afetada por uma extensão crescente das áreas do euro no mundo –inclusive entre os países da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP), apesar da derrubada do regime de Sadam Hussein.

De economia industrial passou a economia primordialmente de serviços. Sua economia entrou numa recessão profunda e prolongada, depois do ciclo expansivo dos anos 1990, pela bolha especulativa que finalmente explodiu, depois da “exuberância irracional” em que tinha se assentado. O consumo familiar, motor dessa expansão, está bloqueado por um bom tempo, inviabilizando uma recuperação minimamente sólida. Além disso, a desregulação econômica comandada pelos Estados Unidos nas duas últimas décadas e meia levou à hegemonia do capital financeiro na economia mundial na sua modalidade especulativa, o que gera instabilidade até mesmo dentro dos Estados Unidos, com fuga de capitais e ameaça de saída generalizada; conforme as taxas de juros seguem baixas, o dólar se desvaloriza e a economia não apresenta sinais de uma retomada firme.

Socialmente, é de longe o país mais desigual dentre todos os países do centro do capitalismo, tendo estendido a jornada de trabalho até ocupar o lugar de país com mais longa jornada em todo o mundo. Os Estados Unidos podem ser considerados um grande caldeirão social, que pode gerar extensas formas de explosão social e de perda de legitimidade do Estado norte-americano.

Politicamente, o rumo adotado pelo governo Bush levou os Estados Unidos a armadilhas que, primeiro, o isolaram no plano internacional, apesar de ter unificado o país internamente. E agora o fazem pagar o preço do tipo de problema gerado internamente, tanto no Afeganistão quanto no Iraque, levando de volta os problemas para dentro dos Estados Unidos, com a quantidade de mortos e a incapacidade do país de reconstruir o Iraque sozinho, tendo que pedir ajuda a países que ofendeu e menosprezou no momento da guerra.

Tudo isso leva ao acúmulo de uma grande quantidade de elementos de fragilidade na capacidade hegemônica dos Estados Unidos. Anuncia-se, com base nisso, o fim da hegemonia norte-americana no mundo. Quem faz isso

se esquece que a hegemonia é uma relação, ela se exerce sobre os outros e, portanto, sua força ou sua fraqueza depende sempre da força e da fraqueza dos outros sobre os quais se exerce a hegemonia.

Nesse sentido, os Estados Unidos são, isoladamente, mais débeis do que foram há algumas décadas. No entanto, a comparação, do ponto de vista da capacidade hegemônica, não é entre os Estados Unidos em dois momentos diferentes, mas entre os Estados Unidos e as outras forças mundiais.

A primeira diferença é, como disemos, a desapareção do líder do campo oposto: a URSS. Além disso, no seu próprio campo, os Estados Unidos viram o Japão completar mais de uma década de recessão e a Europa manter um nível muito baixo de crescimento. Assim, sua posição é muito mais favorável do que a que tinha no período anterior à queda do Muro de Berlim. O seu principal adversário, aquele que funcionava como líder do bloco que se opunha ao bloco capitalista, desapareceu, junto com tudo o que era o “campo socialista” na Europa ocidental. Só isso já representa uma mudança estrutural altamente favorável aos Estados Unidos.

Em segundo lugar, quando a estrutura de poder mundial era bipolar, o enfraquecimento de um dos blocos representava automaticamente o fortalecimento do outro (“jogo de soma zero”). Tropeços dos Estados Unidos representavam o fortalecimento da URSS, ou pelo menos dos “não-alinhados”, um campo em geral dominado pelo antiimperialismo norte-americano. Agora a estrutura de poder mundial é unipolar, com disputa para ver quem polariza com os Estados Unidos – o fundamentalismo islâmico ou o Fórum Social Mundial de Porto Alegre? Os outros países – sejam europeus ou asiáticos, seja a aliança França-Alemanha ou a China – não capitalizam o debilitamento norte-americano, salvo conjunturalmente, como no caso da guerra do Iraque para aquela aliança. Mas não se pode dizer que sejam pólos de uma alternativa hegemônica ao predomínio dos Estados Unidos. Ao enfraquecimento da capacidade hegemônica norte-americana corresponde não o fortalecimento de outro pólo, mas um aumento da desordem mundial.

Com isso, os Estados Unidos tratam de propor ao mundo sua forma de vida como praticamente a única – contraposta ao tipo de vida do fundamentalismo islâmico. Daí o interesse de Washington em consolidar a polarização entre Bush/Bin Laden ou Bush/Sadam Hussein.

Além disso, a economia norte-americana continua a ter um peso crescente na economia mundial. Continuar a exercer uma forte atração de mão-de-obra que, ainda que mal remunerada para os padrões locais, é bastante melhor retribuída que nos seus países de origem – sejam eles o México, a América Central, o Caribe ou a América do Sul –, com toda a influência que termina exercendo sobre esses milhões de latino-americanos radicados nos Estados Unidos, que

vêm ali não apenas uma melhor remuneração que nos seus países de origem, como, além disso, oportunidades maiores de mobilidade social.

Politicamente, mesmo quando isolado –como depois da segunda guerra contra o Iraque–, os Estados Unidos continuam a ser a única liderança mundial, a única com capacidade constante de iniciativa, de organizar alianças, de ser cabeça do bloco de potências centrais do capitalismo.

Assim, a maior força da hegemonia norte-americana vem da debilidade das forças contra-hegemônicas. O *New York Times* escreveu, no momento das imensas mobilizações em vários países contra a guerra, que o outro super-poder mundial seria “a opinião pública”. O exagero verbal não impede que, polarizado pelo Fórum Social Mundial de Porto Alegre, efetivamente exista uma acumulação de forças para a construção de uma hegemonia alternativa. Desde o grito dos zapatistas, em 1994, passando pelas manifestações contra a Organização Mundial de Comércio (OMC), em Seattle, em 1999, até chegar aos Fóruns Sociais Mundiais, foi se constituindo um corpo de propostas, aglutinando forças, as mais diversas e pluralistas, que começa a aparecer como o núcleo de idéias e de forças contra-hegemônicas. Será o desenvolvimento destas que servirá para medir a força e o tempo de sobrevivência da hegemonia norte-americana.

Os Fóruns Sociais Mundiais conseguiram surgir como o espaço de reunião e intercâmbio dos movimentos que lutam contra o neoliberalismo. O lema “Um outro mundo é possível” indicava, desde o primeiro evento, que não se trataria apenas de resistência, mas da afirmação da possibilidade e da necessidade de “um outro mundo”. Três Fóruns depois, o movimento conseguiu afirmar-se contra os Fóruns Econômicos Mundiais de Davos, como o espaço que discute os temas mais importantes da humanidade –os temas sociais–, que têm a representatividade e a participação de massas que Davos não dispõem, que reúne massa crítica e valor moral como um capital próprio.

Diante desses elementos de força –diversidade e multiplicidade, força intelectual e moral, representatividade–, os Fóruns ao mesmo tempo têm demonstrado –especialmente a partir do III Fórum, em janeiro de 2003– dificuldades para avançar. Se o primeiro Fórum se justificava pela sua simples existência, o segundo teve que demonstrar que os atentados de setembro de 2001 não haviam polarizado o mundo entre Bush/Bin Laden, e que seguia existindo espaço para o “outro mundo possível”, para uma outra globalização, solidária e alternativa ao neoliberalismo.

Avançava-se em propostas que caracterizaram desde o início o movimento: taxaço do capital especulativo, abolição da dívida pública dos países periféricos, rejeição da patente dos seres vivos, entre outros. Reafirmam-se temas centrais, como a democratização dos meios de comunicação, a afir-

mação da diversidade de gênero, de etnias, de sexo. Este perfil cruzou os três primeiros Fóruns, estendendo-se, aprofundando-se em certos aspectos, porém avançou-se significativamente pouco ou nada na formulação do que seria o “outro mundo possível”. Tratar-se-ia de um mundo socioeconômico distinto do modelo hegemônico atual, onde “tudo é mercadoria”. Se esses pontos comuns serviam para constatar que a diversidade e a multiplicidade dos movimentos participantes não impediam a existência de elementos suficientemente importantes para construir um movimento amplo e forte, com dimensão mundial, apontado para um modelo alternativo, eram insuficientes para desenhar este modelo.

Esta primeira fase –chamada por Bernard Cassen de “acumulação primitiva” (Cassen, 2003)– demonstrou as potencialidades e, ao mesmo tempo, os obstáculos que, se não forem enfrentados e superados, podem impedir que os Fóruns sigam girando em torno de si mesmos, sem avançar, esvaziando-se ao longo do tempo ou mantendo um forte componente midiático, porém dessintonizados da relação de forças real, da luta concreta e das necessidades globais de alternativas internacionais ao modelo atual de poder no mundo.

HEGEMONIA SEM DOMINAÇÃO?

Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, André Gunder Frank e Samir Amin estavam entre os pensadores que, nas últimas décadas, elaboraram formas de análise do sistema capitalista mundial. James Petras tem acompanhado, ao longo desse mesmo período, o desenvolvimento das lutas populares, particularmente na América Latina, com a correspondente análise da correlação de forças para esse movimento. Toni Negri elaborou –junto com Michael Hardt– o que pretende ser uma atualização das formas de hegemonia imperial e a atualidade do movimento popular, sob a forma de “multidão”.

Todos eles analisaram recentemente o que seria a forma atual de hegemonia imperial, com seus elementos de força e de debilidade, como quadro de luta do movimento por uma globalização alternativa. Vejamos resumidamente o pensamento de cada um deles.

Immanuel Wallerstein constrói sua análise em torno de três períodos, cada um com uma relação de forças específica: o período de 1945-1967, do “apogeu pós-guerra da hegemonia dos Estados Unidos”; o período de 1967-1973/2001, que ele considera como do “último brilho do verão”; e o período de 2001-2025/2050, da “anarquia que os Estados Unidos não podem controlar” (Wallerstein, 2003a). Em cada período Wallerstein distingue três eixos: as lutas de concorrência interna dos maiores centros de acumulação da econo-

mia-mundo capitalista; a conhecida luta entre o Norte e o Sul; e a luta para determinar o futuro do sistema-mundo entre dois grupos, a quem chamarei metaforicamente o grupo de Davos e o grupo de Porto Alegre.

No primeiro período –de 1945-1967/1973– os Estados Unidos eram “inquestionavelmente a potência hegemônica no sistema-mundo”, combinando a superioridade econômica, militar, política e cultural sobre cada uma e todas as outras potências no sistema-mundo. A superioridade econômica “esmagadora” se combinava com uma superioridade militar. Nova York tornou-se a central da cultura mundial “e em todo lugar a cultura popular foi ‘americanizada’”.

Os Estados Unidos estavam nesse período em condições de impor seus desejos ao resto do Norte do mundo “quase o tempo todo e quase de todas as maneiras”: era hegemônico. Uma certa resistência vinha do Sul. Os Estados Unidos tiveram sucessos significativos na repressão a esses movimentos, mas sofreram também derrotas importantes. Para Wallerstein, no conjunto haveria uma espécie de “empate”, com “um impulso do sentimento anti-sistêmico” em todo o mundo e especialmente no Sul. No entanto, as demandas do Sul eram conciliadas pela força do Norte, com a revolta anti-sistêmica sendo aos poucos neutralizada.

O período 1967-1973 seria o momento em que se esgotaram as três décadas de expansão e a economia-mundo entrou numa longa fase “B” do ciclo de Kondratieff, com o declínio da Europa ocidental e do Japão. Um “tríplice acontecimento” –declínio da economia-mundo, “revolução mundial de 1968” (como ele chama os movimentos anti-sistêmicos do período 1966-1970) e a derrota dos Estados Unidos no Vietnã– “transformou a cena geopolítica mundial e marcou o começo do lento declínio da hegemonia norte-americana”. Os Estados Unidos já não poderiam, a partir desse momento, fazer o que quisessem, quase quando quisessem, começando a perder a hegemonia.

Quanto à tríade dominante, a Europa saiu-se muito melhor nos anos 1970, o Japão nos anos 1980 e os Estados Unidos nos 1990, “mas todos se saíram muito mal a partir do ano 2000”. No resto do mundo, o prometido “desenvolvimentismo” revelou-se uma miragem. A ordem norte-americana teria começado a “desintegrar-se” do ponto de vista político com a Europa ocidental e o Japão querendo deixar de ser satélites diante da desapareição do “perigo soviético”.

Enquanto a “velha esquerda” se enfraquecia diante do impacto dos movimentos dos anos 1960, os novos movimentos sociais não conseguiram assumir o papel protagônico alternativo, deixando um vazio que facilitaria a ascensão de uma nova hegemonia. Os regimes neoliberais se colocaram três objetivos principais, segundo Wallerstein: rebaixar o nível dos salários em todo o mun-

do; restaurar a exteriorização dos custos de produção; e reduzir os níveis tributários mundiais às custas das políticas de bem-estar. Essa contra-ofensiva teria chegado a seus limites políticos no final dos anos 1990.

A partir de Seattle, desembocando nos Fóruns Sociais Mundiais, foi se constituindo uma “coalizão mundial de muitos movimentos”, como pólo alternativo a Davos. Foi nesse marco que Bush ascendeu ao governo dos Estados Unidos, na abertura de um período que Wallerstein caracteriza como de “anarquia que os Estados Unidos não podem controlar” e que se estenderia, segundo sua previsão, até 2025/2050.

Este período estaria caracterizado pela política externa unilateral e agressiva dos Estados Unidos; por um distanciamento que ele considera “inevitável” da Europa em relação aos Estados Unidos; pela união cada vez mais estreita entre o Japão, a China e a Coréia do Sul; pela extensão da proliferação de armas nucleares no Sul; pela previsão de perda moral definitiva dos Estados Unidos sobre o mundo; pela expansão e fortalecimento da alternativa de Porto Alegre; por Davos ficar cada vez mais dividido. Os Estados Unidos lamentarão o “furacão” que desataram com o Iraque.

Em um artigo mais recente, Wallerstein (2003b) caracteriza que a agressividade da política externa norte-americana, ao invés de refletir a fortaleza dos Estados Unidos, revelaria, ao contrário, sua debilidade. Ele faz uma análise da evolução da hegemonia dos Estados Unidos no mundo, considerando, ao contrário do período atual, que, no período que vai do segundo pós-guerra até os anos 70 do século passado, os Estados Unidos eram realmente hegemônicos no mundo. “Os Estados Unidos estavam realmente sentados na cúpula do mundo”. Ele acredita que os acordos de Yalta teriam sido de tal maneira um arranjo favorável aos Estados Unidos, que “nada aconteceu realmente durante quarenta anos”(!).

Sua visão dos movimentos anti-sistêmicos –que englobam na mesma categoria a URSS e os Estados Unidos como superpotências naquele período– faz com que ele subestime a forma como o equilíbrio entre elas é fator que condiciona a possibilidade que se dessem muitos acontecimentos fundamentais, entre eles alguns citados por ele: a revolução chinesa, a revolução cubana, a revolução argelina, a revolução vietnamita, o surgimento dos movimentos de países da periferia do capitalismo.

Seria uma fase de “transição anárquica” para um novo sistema mundial; transição na qual “ninguém controla a situação em qualquer nível significativo, menos ainda um poder hegemônico declinante como o dos Estados Unidos”. O período posterior está aberto, na dependência especialmente da ação das forças anti-sistêmicas.

A análise de Gunder Frank revela seu foco central já no título do seu texto “Tigre de papel, dragão de fogo” (Gunder Frank, 2003). Para ele, com o fim

da URSS, duas regiões do mundo entraram em disputa pela hegemonia mundial: os Estados Unidos e a Ásia Oriental, especialmente a China. Além disso, teria havido um processo contínuo de deslocamento da hegemonia mundial na direção do Ocidente, até chegar aos Estados Unidos, retornando agora na direção da Ásia Oriental.

Os dois pilares da hegemonia norte-americana seriam o dólar e o Pentágono, isto é, a moeda e a superioridade militar. Esses dois elementos, por sua vez, seriam dependentes entre si, com a força e a mobilidade do Pentágono dependendo da força do dólar, que por sua vez sustenta aquele poderio. Os Estados Unidos gozam do privilégio de poder cunhar a moeda mundial com a qual os norte-americanos podem comprar toda a produção do resto do mundo e depois obter todos os dólares de volta para serem investidos nos papéis de Wall Street e do Tesouro norte-americano.

Os Estados Unidos cobrem sua balança comercial e seus déficits orçamentários com o dinheiro e os produtos que chegam de fora. Do déficit comercial dos Estados Unidos, um quarto é coberto pelos japoneses, outro quarto pelos europeus, outro tanto pelos chineses e o restante coberto por outros fluxos de capitais, entre eles o serviço da dívida dos países latino-americanos e africanos. Caso europeus e japoneses levem seus capitais de volta para calçar suas economias, a economia dos Estados Unidos ficaria a descoberto.

O dólar e o Pentágono seriam simultaneamente elementos de força e de debilidade dos Estados Unidos, seus “calcanhares de Aquiles”. Assim, ele compara a solidez desses fatores à das Torres Gêmeas, que “pode ruir em pedaços numa manhã”.

“O dólar é literalmente um tigre de papel, na medida em que é cunhado no papel, cujo valor está baseado somente na sua aceitação e na confiança que se tem nele em todo o mundo”. Essa confiança, segundo Gunder Frank, pode ser retirada “quase de um dia para o outro”, fazendo com que perca a metade do seu valor ou mais da metade do seu valor. E qualquer declínio no dólar implicaria em corte no consumo e no investimento norte-americano, além de comprometer também a capacidade dos Estados Unidos de manter e aumentar seu aparelho militar. Ao mesmo tempo, qualquer desastre militar enfraqueceria a confiança no dólar.

Gunder Frank reconhece que os Estados Unidos “ainda possuem a maior economia do mundo” e “possuem também um poder militar sem rival”. A política de combinação desses dois elementos – frágeis – por parte do governo Bush chega a ser chamada por ele de “Terceira Guerra Mundial”, que teria assim limites estruturais para se manter, afora as dificuldades políticas e militares que enfrenta.

Diante das debilidades da hegemonia norte-americana, Gunder Frank encara o tema da contra-hegemonia e analisa as perspectivas da China de-

sempenhar esse papel. Seus argumentos podem ser resumidos da seguinte forma:

- a) “Já que a Ásia e a China eram economicamente poderosas no mundo até uma época relativamente recente [...] é bem possível que ela possa voltar a sê-lo”. A dominação asiática teria sido somente interrompida até então por um período relativamente curto, de no máximo um século e meio, segundo Gunder Frank. “O sempre suposto declínio da China, de meio século ou mais, é puramente mitológico”.
- b) “O sucesso econômico da China e de outros países asiáticos no passado não estava baseado nos modelos ocidentais; e o sucesso econômico bastante recente da Ásia não estava baseado no modelo ocidental”. Não seria necessário, assim, aos países orientais, copiar o modelo ocidental, podendo seguir adiante com modelos próprios.
- c) A atual crise de superprodução e de excessiva capacidade instalada seria a comprovação da força do setor produtivo, que, apesar da crise ter se espalhado do setor financeiro para o produtivo, demonstraria que este pode se recuperar.
- d) Esta seria a primeira vez em um século que uma recessão mundial começaria não no Ocidente para depois se mover na direção do Oriente, mas, ao contrário, começaria no Oriente e depois se moveria para o resto do mundo a partir daí, o que evidenciaria a força econômica crescente da Ásia Oriental, “para a qual o centro de gravidade da economia mundial está agora retornando; para onde estava antes da ascensão do Ocidente”.
- e) “A força econômico-política subjacente também coloca a Ásia Oriental, e especialmente a China, o Japão e a Coréia, numa posição muito mais favorável do que o resto do Terceiro Mundo, e mesmo da Rússia e da Europa Oriental, para resistir à chantagem ocidental, tal como ela é agora exercida pelo Departamento do Tesouro dos Estados Unidos através do FMI, do Banco Mundial, da OMC, de Wall Street e de outros instrumentos”.
- f) “Uma luta econômico-política relacionada com isso é a concorrência entre os Estados Unidos e a China para substituir o Japão, a Coréia e o Sudeste no mercado, tirando vantagem de sua bancarrota [...] a China e talvez também alguns países do Sudeste Asiático aparecem como a melhor aposta no longo prazo” (Gunder Frank, 2003: 40).

Para Samir Amin, “os Estados Unidos não dispõem de vantagens econômicas decisivas” no sistema hegemônico atual, fundado num imperialismo coletivo (da tríade: Estados Unidos, Europa ocidental, Japão). O sistema

produtivo norte-americano “está longe de ser ‘o mais eficiente do mundo’”. Num sistema de concorrência aberta, ele não conseguiria superar seus concorrentes em praticamente nenhum setor, gerando o seu enorme déficit comercial. A utilização de meios extra-econômicos é que permitiria aos Estados Unidos levar vantagens econômicas no plano mundial. Os Estados Unidos só gozariam de vantagem comparativa na indústria de armamentos, porque ele escapa às regras de mercado, funcionando pelas demandas estatais. Mas ao aparecer para os outros setores da tríade como defensor de seus interesses comuns (Amin, 2003).

Giovanni Arrighi desenvolveu a mais articulada interpretação da natureza da crise da hegemonia norte-americana, no marco do ciclo de hegemonias sucessivas no mundo moderno e contemporâneo, acompanhada de análises sobre o estado de acumulação de forças dos movimentos contra-hegemônicos –ou anti-sistêmicos.

Para dar uma idéia de quanto o mundo mudou, em “O longo século XX” ele constata: “Na década de 1970, muitos falaram em crise. Na de 1980, a maioria falou em reestruturação e reorganização. Na de 1990, já não temos certeza de que a crise dos anos 70 foi realmente solucionada, e começou a se difundir a visão de que a história do capitalismo talvez esteja num momento decisivo” (Arrighi, 1994: 1).

Ao final do ciclo sistêmico de acumulação norte-americano, os Estados Unidos conservam um quase-monopólio do uso legítimo da violência em escala mundial, mas seu endividamento financeiro é de tal ordem que o país só poderá continuar a fazê-lo com o consentimento das organizações que controlam a liquidez mundial –numa visão muito similar à de Gunder Frank. O Japão e outros países asiáticos conquistaram um quase-monopólio da liquidez mundial. “Pela primeira vez desde as origens mais remotas da economia mundial capitalista, o poder do dinheiro parece estar escapando ou haver escapado das mãos do Ocidente” (Gunder Frank, 2003: 368).

Essa situação poderia evoluir para a manutenção da hegemonia norte-americana, com a formação de um império mundial realmente global, mediante a violência. Ou então países do leste asiático viriam a ocupar uma posição de mando nos processos de acumulação. Faltaria a esse grupo de países “a capacidade de gestão do Estado e da guerra que, historicamente, tem-se associado à reprodução ampliada de uma camada capitalista sobre a camada de mercado da economia mundial” (Gunder Frank, 2003: 370-371). A terceira possibilidade seria que se generalize uma situação de violência, reinstaurando-se uma situação de “caos sistêmico”, do qual partiu o capitalismo há seis séculos.

Num livro publicado quase uma década depois, Arrighi volta ao tema para reafirmar o vigor do crescimento das economias dessa região: “Tomando a

região e o período como um todo, a expansão do sudeste asiático desde 1960 aparece como uma virada global de poderio econômico com poucos precedentes na história mundial. Nenhuma virada dessas proporções pode ocorrer sem pausas e retrocessos temporários, como aquela vivida pela recessão com centro nos Estados Unidos na Grande Depressão de 1930” (Arrighi, 2003). Na sua conclusão, Arrighi sublinha que o desenvolvimento da região se distribuiu de maneira profundamente desigual –favorecendo ao quinto mais rico–, incrementando desigualdade e desemprego em larga escala. O destino futuro do conjunto da região dependeria da sua capacidade de encontrar, no marco do ciclo expansivo, formas e meios de superação dessa extrema desigualdade. “Se essas formas e meios são encontrados, o sudeste asiático se tornará uma vez mais o centro da economia global”.

Assim, Arrighi reafirma sua tese de uma transição para uma hegemonia com sede no sudeste asiático, repousando a análise na evolução econômica, tanto dos Estados Unidos quanto dessa região. Como praticamente todas as análises, ela se centra no plano econômico, com a dificuldade de reduzir a hegemonia à hegemonia econômica. E mesmo nesse plano, não costuma dar conta dos elementos de força da economia norte-americana.

Ao fazer um balanço do que ele e outros autores passaram a denominar de “movimentos anti-sistêmicos”, duas décadas depois, com as grandes transformações operadas no mundo, Arrighi resume as teses levantadas originalmente para confrontar com o estado atual desses movimentos –ou daquilo em que eles se transformaram–, os quais se constituíam em apostas de alternativa hegemônica aos dois blocos considerados em crise naquele momento.

Em primeiro lugar, se considerava que “a oposição à opressão tem sido uma constante do sistema-mundo moderno”, com particular desenvolvimento a partir do século XX. Em segundo lugar, eles apresentavam uma dupla configuração: movimentos anticapitalistas e de libertação nacional, ambos divididos em termos das vias de obtenção dos seus objetivos –vias legais ou insurrecionais. Em terceiro, apesar do sucesso relativo de partidos socialdemocratas no centro do capitalismo, de partidos comunistas e movimentos nacionalistas em países periféricos ou semiperiféricos, eles conseguiram menos resultados na obtenção de seus resultados finais, obtendo “concessões” mas fracassando em diminuir as desigualdades, transformando-se freqüentemente em novos instrumentos de opressão de classe.

Em quarto lugar, os movimentos que protagonizaram o ciclo de 1968 introduziram modificações nas relações de poder que não teriam sido revertidas: capacidade reduzida do primeiro e do segundo mundos para policiar o terceiro; dos grupos de status dominantes nos países centrais para excluir ou dominar os grupos subordinados (mulheres, jovens, “minorias”); dos estratos

administrativos para forçar a disciplina dos trabalhadores nos locais de trabalho; dos Estados para controlar suas “sociedades civis”. Como quinta característica, não resultaram numa melhoria no bem-estar material da maioria de cada um deles.

Nessa lógica, 1989 é considerado uma continuação —e não uma contratenção— do que havia sucedido em 1968. O desafio que passaria a se colocar para os movimentos anti-sistêmicos seria o de buscar “uma nova e renovada ideologia”. Sua ausência se notaria pelo silêncio desses movimentos a respeito “das três reivindicações espontâneas das pessoas e dos grupos oprimidos”: o direito à total diversidade; o direito de confronto de poder diferente como fazendo parte de um projeto social; e o direito urgente de igualitarismo.

Dez anos depois, Arrighi se volta para essas considerações e anota principalmente as seguintes observações: a subestimação do que foi a contra-revolução neoliberal, nos seus aspectos financeiro, militar e político. Como uma de suas conseqüências, deu-se um processo de “corrupção” dos movimentos anti-sistêmicos, com a aceitação acrítica dos credos neoliberais. Houve resistência de uma parte desses movimentos, de que são expressão Seattle e os FSMs. Outra conseqüência da contra-revolução neoliberal, não tomada devidamente em conta, sobre o sistema capitalista mundial.

Decorreria disso uma fronteira pouco clara entre movimentos sistêmicos e anti-sistêmicos, com algumas daquelas jogando inconscientemente um papel de liderança em criar as condições de ruptura.

Outra falha seria a subestimação da importância histórico-mundial da ascensão da Ásia Oriental como “o novo epicentro da economia global”. Arrighi coloca sua grande questão: “se e como a transferência do epicentro da economia global da América do Norte para a Ásia Oriental será afetada econômica, política e culturalmente pelo caos sistêmico que está começando. Mais especificamente, será o renascimento econômico da Ásia Oriental subjugado pelo caos sistêmico, ou será ele transformado em um renascimento político e cultural capaz de conduzir a permanente ‘revolta contra o Ocidente’, no sentido da formação de uma ordem mundial mais igualitária e democrática?”

Mas a maior novidade da análise de Arrighi vem de sua abordagem sobre as hegemonias mundiais como “revoluções passivas”, no sentido gramsciano do termo. Modalidades de “repressão-acomodação”, através das quais os poderes hegemônicos aumentaram a inclusão social, seria um processo similar ao que Gramsci caracterizou como de “restauração-revolução” nas revoluções passivas. “Cada hegemonia sucessiva do capitalismo mundial tem sido caracterizada por uma particular revolução passiva, no curso da qual o Estado hegemônico exercia uma função piemontesa *vis-à-vis* do sistema capitalista mundial como um todo”, diz ele. Do seu ponto de vista, a questão central do século XXI é a de saber “se

a renovação/transformação do sistema social mundial no sentido de uma maior igualdade e democracia ainda exige o exercício de uma função piemontesa e, se isto for verdade, qual o Estado ou a coalizão de Estados que terá efetivamente as condições e as disposições necessárias para exercê-la” (Arrighi, 2003: 119).

Alguns seguem reivindicando a formação de um “partido mundial” para fazer esse trânsito. Outros –como Negri e Hardt– vêem uma rebelião e a mobilização da “multidão” já promovendo essa transição.

HEGEMONIA E EMANCIPAÇÃO

Mesmo com um balanço excessivamente resumido desses autores –e a falta ainda de outros, como Negri, Petras–, é possível anotar observações a respeito do tema da hegemonia e da contra-hegemonia.

a) As análises tendem a se concentrar no plano econômico, como se a hegemonia se limitasse a isso ou se tivesse nesse plano seu fator determinante. É certo que nas análises originais do imperialismo, por Lenin, o imperialismo tem bases determinantes no plano econômico, mas a hegemonia é mais do que isso, embora tenha suas bases materiais no plano econômico.

b) Ainda assim, as análises tendem a ser unilaterais no sentido de destacar os –reais– elementos de debilidade da economia norte-americana, sem incluir os seus elementos de força. O déficit comercial da economia dos Estados Unidos, por exemplo, é sempre destacado, mas a capacidade de consumo do mercado mais rico do mundo, ambicionado por todas as outras economias, não costuma ter o mesmo destaque, em condições que isso estabelece um extenso processo de dependência, seja da Europa ocidental, do Japão, da China, de todos os países do sudeste asiático, da Índia, da América Latina com o mercado norte-americano, a ponto que quando esse mercado entra em recessão, todas as outras economias sofrem e torcem para sua recuperação. A transferência de empresas norte-americanas para produzir em outras regiões do mundo faz da economia dos Estados Unidos uma economia cada vez mais voltada para o setor de serviços, ampliando a capacidade de influência econômica dos Estados Unidos pelo mundo afora –no México, na Índia, na China–, ao mesmo tempo em que eleva sua capacidade de extração de mais-valia, pela exploração de mão-de-obra barata na periferia do sistema.

c) Mas a hegemonia, se tem bases materiais econômicas, é um fenômeno muito mais extenso do que o predomínio econômico. Uma das características fundamentais do século XX –e que diferencia a hegemonia britânica

da norte-americana— é a ampliação dos níveis da hegemonia, fortalecendo seus elementos de consenso em relação aos de dominação. O *American way of life* foi a grande mercadoria vendida por Hollywood, projetando para o mundo os valores norte-americanos —morais, estéticos, entre outros. Vendeu um imenso mundo de mercadorias mediante seu enorme aparato de propaganda midiática, atrás do qual se inserem as grandes corporações e suas marcas. Desde o fim da URSS, e conforme a norte-americanização foi penetrando na Europa ocidental, no Japão e mais recentemente na China, esse plano passou a ser o de mais eficácia na hegemonia dos Estados Unidos no mundo, sem encontrar outras formas de vida —salvo as do fundamentalismo islâmico, adversário frágil neste plano— para concorrer com as suas.

d) O poderio militar norte-americano reitera sua eficácia, mas demonstra suas debilidades quando falta o apoio político. Porém, nenhum outro pólo político capitaliza essas debilidades, que se traduzem em desgaste da hegemonia norte-americana, porém sem fortalecer nenhum outro pólo, tanto assim que, passado o momento mais quente do enfrentamento militar, os governos europeus —eles mesmos enfraquecidos internamente, como os casos da França e da Alemanha— se reaproximam dos Estados Unidos e vêem seus interesses coordenados na resistência ao grupo dos vinte, com na reunião de Cancún.

e) Assim, o surgimento de um pólo contra-hegemônico alternativo ao norte-americano não está por enquanto no horizonte histórico. A Europa ocidental revela governos aderidos à liderança dos Estados Unidos e outros, cujos graus de diferença —e de força própria— estão longe de configurar uma direção própria. A China vê cada vez mais dependente dos Estados Unidos —de seus mercados, de seus investimentos e da sua tecnologia— a possibilidade de seguir expandindo sua economia, como elemento de força de sua projeção como grande potência no novo século.

O Japão e os outros países do sudeste asiático também dependem do mercado norte-americano para seguir alimentando suas exportações, assim como das bolsas norte-americanas como lugar de investimento financeiro.

f) A caracterização da “opinião pública mundial” como a “outra superpotência”, por parte do New York Times, durante as extraordinárias manifestações pacifistas prévias à segunda guerra do Iraque, embora possam deixar-nos lisonjados, estão longe de corresponder a uma realidade efetiva de superpotência, por tudo o que isto significa, o que ficou claro pelo fato

do movimento não conseguir impedir a guerra, embora tenha contribuído decisivamente para o isolamento político dos Estados Unidos, com todas as conseqüências que vemos atualmente.

O Fórum Social Mundial tem se constituído no espaço mais importante de convergência e de intercâmbio na perspectiva de elaboração de uma estratégia e de um modelo de superação do neoliberalismo e da hegemonia norte-americana no mundo. No entanto, esse espaço tem revelado suas debilidades, que, se forem superadas, podem transformá-lo efetivamente no lugar de convergência de forças para a construção dessa alternativa. Para desempenhar esse papel, ele terá que superar limitações já apontadas e que se tornam mais evidentes pelo desempenho do grupo dos vinte em Cancún, que revelam que a falta de aliança entre o movimento de mobilização popular e governos que atuam contra a hegemonia unipolar dos Estados Unidos e os organismos multilaterais aliados dessa política, enfraquece o movimento e debilita o enorme potencial que uma aliança desse tipo possui.

g) Duas situações recentes são muito significativas a esse respeito: as mobilizações pacifistas de 2004 na Europa e a sublevação popular na Bolívia, em outubro deste mesmo ano.

As primeiras foram, com razão, qualificadas como as maiores mobilizações de massa jamais realizadas na Europa. Elas reuniram basicamente uma nova geração de jovens, que chegaram à política na luta contra o neoliberalismo e contra a hegemonia imperial norte-americana, posteriormente àquela marcada pela hegemonia liberal, pela queda do Muro de Berlim e pelo fim da URSS. Impressionou a massividade das manifestações, assim como sua continuidade, especialmente na Espanha, na Itália e na Inglaterra, justamente os países cujos governos mais diretamente apoiaram o governo dos Estados Unidos na guerra. Mas elas se reproduziram praticamente em todos os países, gerando um consenso segundo o qual a opinião pública europeia havia se pronunciado contra a guerra e contra os métodos belicistas do governo Bush de tentar resolver os conflitos.

Esse extraordinário movimento não conseguiu deter a guerra, seria pedir-lhe muito. Porém, o problema é que essa força não se traduz em força política, organizativa. Temos então uma opinião pública progressista e governos conservadores. Os que se opuseram durante a guerra ao governo norte-americano foram o direitista Jacques Chirac e o centrista Schröder, que rapidamente se reaproximaram de Washington. Como os partidos tradicionais não têm diálogo com essas novas gerações, esses jovens não se interessam pela política tradicional, mas sua força social não se traduz em força política, não muda o poder político tal qual ele existe, e tampouco

cria outras formas de poder. Enquanto não se resolver, de uma forma nova, as relações entre essa força social e a política, essa acumulação de forças se perderá, girará em falso.

O balanço dos movimentos que protagonizaram a sublevação boliviana foi a de que lhes faltou, uma vez mais, direção política, um partido, uma liderança que permitisse que o movimento projetasse sua própria solução de governo e passasse a construir o seu poder. Um balanço parecido com os que haviam sido feitos pelo movimento indígena e camponês equatoriano, que haviam protagonizado mobilizações similares e haviam derrubado a dois presidentes em poucos anos, sem conseguir substituí-los por governos que os representassem. Quando buscaram se representar num militar que havia estado na liderança de uma dessas mobilizações, sentiram-se rapidamente traídos e abandonaram o governo, passando à oposição, e revelando como lhes segue faltando resolver a questão da hegemonia política, que, uma vez alienada, produz frustração e revés.

O tom do balanço boliviano é o mesmo, apesar da maior tradição e diversificação do movimento popular –com a Central Obrera Boliviana (COB), a Federação Camponesa, o Movimento Indígena–, além da presença diferenciadora de um partido político –o Movimiento al Socialismo (MAS). O que não impediu que o movimento sentisse a mesma ausência de direção política, seja por não se representar no MAS, seja por considerar sua forma de representação política ainda insuficiente.

h) O certo é que se pode dizer que, no seu conjunto, o movimento de luta contra o neoliberalismo esgotou sua primeira etapa de existência, aquela que Bernard Cassen chama de “acumulação primitiva”. A repetição pelo III Fórum Social Mundial, no essencial, do anterior. As dificuldades de governos que pretendem sair do modelo neoliberal –dentre os quais o brasileiro–, que tropeçam na inexistência de uma estratégia de saída desse modelo e do que seria uma sociedade e um Estado pós-neoliberais. As dificuldades das mobilizações européias em se transformar em força política são outros tantos elementos que requerem a passagem do movimento à sua fase de “reprodução ampliada”, ou seja, de tradução de sua força social, ideológica, crítica em força política e econômica, que efetivamente permita começar a construir o “outro mundo possível”.

i) Um programa de resgate do Fórum Social Mundial como espaço de intercâmbio, mas que ao mesmo tempo impulse transformações na direção do “outro mundo possível”, requer, antes de tudo, uma definição mais ampla dos participantes do movimento, abandonando a visão restritiva –e liberal– de “sociedade civil”, para definir o campo do movimento como

aquele que abarca a todo o espectro dos que lutam contra o neoliberalismo e a hegemonia militar unilateral no mundo.

Em segundo lugar, formalizar minimamente o Conselho Internacional e democratizar assim as formas de decisão sobre os temas ligados ao FSM.

Em terceiro lugar, incorporar a luta por um mundo de paz, de negociação multilateral dos conflitos, de democratização das instâncias de poder –a começar pelas Nações Unidas–, em aliança com governos e outras forças que avancem nessa direção.

Em quarto, trabalhar de forma concentrada e prioritária na gestação de órgãos cada vez mais amplos e abrangentes de mídia alternativa, para a difusão, mas também para o debate mais amplo possível dos caminhos da construção de um “outro mundo”.

Em quinto, a realização de campanhas concretas, como as propostas de boicote a corporações norte-americanas e às bases militares norte-americanas.

Por último, a discussão nos próprios Fóruns, com consulta ampla e democrática a todos os participantes, sobre os grandes temas e os destinos futuros do Fórum e do conjunto do movimento.

BIBLIOGRAFIA

- Arrighi, Giovanni 1994 *O longo século XX* (Rio de Janeiro: Contraponto).
- Arrighi, Giovanni 2003 “The Ressurgence of East Asia” em Arrighi, Giovanni; Kamashita, Takeshi e Selden, Kark *The Ressurgence of East Asia* (Nova York: Routledge).
- Cassen, Bernard 2003 *Tout a commencé à Porto Alegre* (Paris: Mille et Une Nuits).
- Gunder Frank, André 2003 “Tigre de papel, dragão de fogo” em Dos Santos, Theotonio *Os impasses da globalização* (São Paulo: Loyola PUC/REGGEN).
- Wallerstein, Immanuel 2003a “Geopolítica, política de classe e a atual desordem mundial” em Dos Santos, Theotonio *Os impasses da globalização* (São Paulo: Loyola/PUC/REGGEN).
- Wallerstein, Immanuel 2003b *La debilidad de los Estados Unidos y la lucha por la hegemonía*, mimeo.

ANA ESTHER CECEÑA*

ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA HEGEMONIA SEM LIMITES

HEGEMONIA E CONCEPÇÃO DO MUNDO

A PARTIR do 11 de setembro de 2001, torna-se evidente uma mudança na política internacional que dificilmente poderia ser concebida como uma resposta ao ataque às torres gêmeas de Nova York. A mudança na orientação, nos mecanismos, tônica e estilo no jogo do poder que se desdobra a partir de então é muito mais profunda do que o previsível para uma simples reação imediata diante de um atentado, mesmo se este alcança as dimensões daquele ocorrido no World Trade Center mais importante do mundo.

As incursões militares na região da Ásia Central não puderam se legitimar mediante as explicações triviais que aparentemente as justificam –perseguir Bin Laden ou buscar as armas de destruição massiva que Sadam Hussein devia ter em seu poder–, seja por se revelarem absurdas e indemonstráveis, seja porque deixam transparecer facilmente razões de posicionamento estratégico relacionadas com o projeto de dominação encabeçado pelos Estados Unidos.

A maioria das interpretações e análises sobre a guinada adotada pela política estadunidense e sobre suas repercussões no conjunto mundial coloca no centro o debate sobre a hegemonia. Em alguns casos, argumenta-se que

*Pesquisadora do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade Nacional Autônoma do México, diretora da revista *Chiapas* e coordenadora do Grupo de Trabalho Hegemonias e emancipações do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais.

as invasões do Afeganistão e do Iraque, assim como o caráter beligerante da administração Bush, constituem uma ação desesperada dos Estados Unidos frente à perda de sua posição hegemônica. Em outros casos, a invasão, a maneira como esta se efetuou, e sua visível articulação com movimentos de redesenho do controle territorial em todo o planeta, são indicativas da renovada concentração de poder alcançada pelos Estados Unidos depois de um período de ajuste, no qual a caída do Muro de Berlim e a ampliação da economia de mercado, tal como ocorreu, potenciaram sua capacidade hegemônica.

Em ambas as interpretações há um ampla gama de matizes, que inclusive permite aproximá-las significativamente, apesar de sua aparência antagônica. No entanto, para além da manutenção das divergências, o aproveitamento do debate com o objetivo de construir uma explicação de conjunto, que responda à complexidade do fenômeno —que é o que finalmente importa—, depende de algumas indispensáveis precisões iniciais. Por um lado, é imprescindível adentrar o campo da significação conceitual de hegemonia; por outro, é necessário explicitar a diferença entre hegemonia estadunidense e hegemonia capitalista.

SIGNIFICADO CONCEITUAL DE HEGEMONIA

Hegemonia é uma categoria que foi se formando a partir de sentidos e conteúdos diversos¹. De seu uso militar ou guerreiro até sua resignificação gramsciana, vai ganhando substância, ao mesmo tempo que muda de campo relacional. A estratégia de dominação que subjaz na primeira concepção apresenta-se, na segunda, como estratégia de emancipação e, por conseguinte, ocorre nessa transição uma mudança de conteúdos que conduz a construção da hegemonia à criação de imaginários e sentidos coletivos, muito mais do que à aplicação da força sob qualquer de suas formas, ainda que força e persuasão constituam, em sua perspectiva, uma unidade indissolúvel, ainda que contraditória.

A partir de Gramsci, e no debate deste com Lenin, a estratégia de emancipação aparece pelo menos em duas vertentes que colocam a tomada do poder em perspectivas francamente opostas. Se para Lenin o primeiro passo consistia em tomar o poder, para Gramsci é indispensável gerar amplos consensos em torno de uma concepção do mundo alternativa à visão dominante, emanada

1 Não pretendo que minha leitura de Gramsci coincida com as de outros estudiosos. Por isso não retomo as diversas interpretações de seu pensamento, mas remeto à minha própria apreciação, tanto dos seus escritos como do contexto e das preocupações que o motivaram.

do processo de trabalho capitalista (Gramsci, 2000)². A construção imaginária de um mundo diferente, produto da consciência do antagonismo social em que se sustenta o capitalismo, é para Gramsci o lugar onde se torna possível a revolução. Gerar uma nova visão coletiva do mundo é um passo prévio indispensável para que o acesso ao poder nem seja efêmero, nem seja uma nova imposição sobre a sociedade.

A proposta gramsciana, nesse sentido, leva a se conceber a hegemonia como a capacidade para generalizar uma visão do mundo, capacidade que se nutre tanto da pertinência argumentativa do discurso e de sua similitude com as expressões visíveis da realidade (ou sua capacidade para visualizar as expressões ocultas), como das manifestações de força que provêm das condições objetivas nas quais tem lugar as relações sociais, apareçam estas sob formas explícitas ou somente sob formas disciplinares ou indicativas.

Isto é, não há nenhum romantismo na construção das visões do mundo, nem tampouco nas estratégias de emancipação; como evidentemente não o há nas de dominação. O que Gramsci está realmente pondo em questão não é o uso da força, e sim o lugar difuso e o conteúdo multidimensional do poder.

A hegemonia, nestes termos, não pode ser circunscrita ao poder econômico ou militar, ainda que estes sejam parte dos argumentos de construção dos *discursos de verdade*. O poderio militar e a organização econômica, para serem eficazes, devem convencer de sua infalibilidade e de sua imanência, mas também devem estar integrados a uma visão capaz de oferecer uma explicação coerente em todos os campos, inclusive no da vida cotidiana. Na capacidade para universalizar a própria concepção do mundo, que obscureça a perspectiva de um mundo pensado sobre outras bases (apresentando-o, no melhor dos casos, como desejável, mas impossível), encontra-se o suporte da dominação. A dominação não se impõe apenas através dos sistemas produtivos, dos movimentos da moeda ou das invasões militares. A dominação se reproduz no cotidiano e na criação de sentidos comuns que percebem e reproduzem as relações sociais como relações de poder. E as relações de poder só podem ser reproduzidas se, inclusive apesar das resistências, não surge um *discurso da verdade* capaz de incorporar a diversidade de *verdades* e de apresentar de maneira integrada e coerente uma explicação e um sentido de mundo construído sobre

2 A concepção de mundo que a sociedade capitalista sustenta na transição para o *americanismo* se constrói, segundo Gramsci, através da “racionalização da produção e do trabalho, combinando habilmente a força (destruição do sindicalismo trabalhista de base territorial) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais diversos, propaganda ideológica e política habilíssima) e conseguindo basear toda a vida do país sobre a produção. A hegemonia nasce da fábrica e não tem necessidade de ser exercida mais do que por uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia” (Gramsci, 2000: 66).

raízes diferentes que, para Gramsci, emanam da desfetichização do processo de trabalho e da emergência de uma consciência operária capaz de subvertê-lo, mas que, em minha perspectiva, emanam simultaneamente da comunidade, a partir da desconstrução dos espaços e dos mecanismos de dominação que atingem todos os seus integrantes.

Neste sentido, a construção da hegemonia aparece como um complexo articulado no qual as possibilidades de dominação e a concepção do mundo se expressam e se transformam ao ritmo das relações e das resistências sociais. É própria de uma sociedade antagonica que vive em e do conflito. Sem dúvida, como afirma Gramsci, o processo de trabalho constitui um eixo fundamental da sociabilidade na sociedade capitalista, e é, por isso, lugar de geração de tal concepção. Não é somente o lugar de produção de mercadorias, mas também de sentidos e de relações de poder, e é, conseqüentemente, um espaço iniludível de desconstrução simbólica, de desfetichização. No entanto, esta desconstrução não pode ser circunscrita ao próprio âmbito do trabalho. Em parte porque, embora seja um dos âmbitos privilegiados do exercício do poder, não é o único, nem, segundo certas perspectivas relacionadas justamente com a internalização de visões fetichizadas das relações sociais, o mais importante. E em parte porque as relações de dominação se estabelecem sobre a totalidade social, cuja complexidade não se resolve nas relações de trabalho. Igualmente criadora de sentidos é a comunidade, espaço de reprodução física e simbólica da sociedade.

Ao longo da história do capitalismo, a comunidade manteve-se como o espaço de refúgio dos costumes e tradições, de resistência à disciplina social capitalista e de preservação de uma cultura da sobrevivência, na qual, embora em muitos casos se reproduzam cruamente as relações de poder que caracterizam o sistema de dominação em seu conjunto, em muitos outros se constroem alternativas à dominação capitalista, seja ao se defender “o costume” (Thompson, 1995), seja ao se construir uma visão que transcende seus horizontes³.

Na atual concepção dominante, o mundo gira em torno da concorrência econômica, completamente marcada pelos grandes monopólios transnacionais e pelas capacidades militares. As imagens fetichizadas, emanadas dos dois espaços de sociabilidade onde o trabalhador é ao mesmo tempo força de trabalho e portador da mesma (des-sujeitizado), aparecem como discursos de verdade, irrefutáveis na medida em que são reconvertidos em condição de explicação científica da realidade, concedendo pertinência ao funcionamento geral do sistema em torno do processo de trabalho e do eixo tecnológico, como se verá mais adiante.

3 Encontram-se neste caso as formulações zapatistas cuja proposta é se dedicar à construção de um mundo diferente e próprio, ao invés de se desgastar na tentativa destrutiva do atual.

A subversão desta concepção (e desta organização social) passa por uma desmistificação do processo de trabalho e da tecnologia; por uma identificação dos elementos essenciais das relações de dominação e por um reconhecimento dos mecanismos essenciais do poder: mas também por uma ressignificação da comunidade como espaço autodeterminado de criação de sentidos e de realidade.

DIFERENÇA ENTRE HEGEMONIA ESTADUNIDENSE E HEGEMONIA CAPITALISTA

A perspectiva de aproximação da análise da hegemonia implica sua localização em distintos níveis de abstração, que podem levar a sinais contraditórios, caso não se encontrem as mediações correspondentes. Uma das divergências mais freqüentes na literatura sobre hegemonia deriva da ausência de explicitação do horizonte teórico, que move a análise do nível de abstração mais geral –correspondente ao modo de produção e organização social– até aquele que diz respeito ao que Marx denomina como o nível da concorrência, onde o que está em questão não são as leis gerais de funcionamento, e sim as modalidades internas de domínio.

Quando a perspectiva de análise contempla a transição do domínio do capitalismo inglês para o dos Estados Unidos, ou deste para outro centro capitalista, ela sem dúvida está localizada nesse segundo nível. Isto é, aqui não se está falando de uma mudança sistêmica ou civilizatória, mas de uma mudança de modalidade, que evidentemente se inscreve dentro do traço mais amplo que se refere às dimensões sistêmicas.

Quando se coloca o ângulo de enfoque nas rupturas revolucionárias, no “choque de civilizações” ou nas concepções não-capitalistas do mundo, a disjuntiva diz respeito ao nível geral ou sistêmico.

É possível, portanto –de fato, é o que ocorre atualmente–, que se tenham duas curvas de comportamento em sentido inverso para ambos os níveis. Em outras palavras, não há incompatibilidade entre o fortalecimento da hegemonia estadunidense ocorrido na fase neoliberal e a decaída simultânea da legitimidade capitalista.

Trata-se, de meu ponto de vista, de um movimento ambivalente que, se em um horizonte civilizatório ou sistêmico permite identificar uma tendência à deterioração da relação entre o discurso de verdade do progresso capitalista e sua capacidade real de solução dos problemas gerais da humanidade (Ceceña, 1999), em um horizonte mais próximo anuncia um reforço da capacidade de domínio, da concentração de riqueza e poder, e da reconstrução do imaginário coletivo sobre a base do pensamento único e da ilusão global.

Até onde é possível prever, levando em conta a multidimensionalidade da hegemonia, não seria impossível que estes dois processos acabassem por coincidir no tempo. Isto é, se bem que a hegemonia capitalista esteja perdendo terreno à medida que cresce a exclusão no capitalismo e começam a ganhar força outras visões de mundo, não se pode vislumbrar, em compensação, uma possível rendição da hegemonia estadunidense.

O processo histórico, contudo, se deve ao acaso da luta (Foucault, 1977: 20); é um processo em permanente construção, que, embora delimitado pela moldura de um conjunto de condições objetivas, é constantemente modificado pelos sujeitos em ação.

O MUNDO COMO CAMPO DE BATALHA

Se a hegemonia se constrói mediante os discursos de verdade e as concepções do mundo, é certo que utiliza também uma série de mecanismos de apoio (as *condições objetivas*) que constituem o fundamento material de semelhante visão.

Gramsci situa no processo de trabalho o lugar fundamental de construção de imaginários. Efetivamente, o processo de trabalho, em suas diversas modalidades, é o lugar de relacionamento que se converte no eixo da sobrevivência. Nessa medida, aparece como espaço articulador do conjunto social⁴. É no modo de produção que se delineiam os traços essenciais da concepção do mundo, porque é aí que se estabelecem os padrões gerais de relacionamento social: a existência de classes, a concepção das forças produtivas, a concepção da natureza, o sentido da produção (como valorização), a delimitação de opções, a disciplina, os tempos, etcetera.

Sendo este o manancial do imaginário coletivo capitalista, a tecnologia, que é seu elemento ordenador, põe-se no centro da explicação do mundo. E como o mundo capitalista é um mundo de competição e individualização, de apropriação e exclusão, a tecnologia é também um espaço de poder, de des-sujeitização e de anulação do outro, que aparece não só como contrário, mas como inimigo. A concepção do mundo a partir deste ponto crítico de condensação de relações sociais é a de um campo de batalha. Não obstante, esta não é uma imagem do âmbito militar, mas que aparece nos negócios, no mercado e na vida cotidiana.

Isto é, as relações sociais estão imbuídas desta concepção que se reproduz até as capilaridades últimas da sociedade –parafraçando Foucault–, e é por

⁴ Este fato não deve, contudo, fazer com que se subestime a importância das relações comunitárias em todos os espaços de reprodução da vida, questão que o próprio Gramsci acolhe em algumas passagens (Gramsci, 2000: Cuadernos 23 y 27).

isso que o militar converte-se em signo de coerência que carrega o sentido geral e marca as delimitações. A partir daí se constroem as explicações do mundo e se desenham as estratégias para entrar no *terreno de batalha* nas melhores condições possíveis.

O CAMPO DE BATALHA A PARTIR DA PERSPECTIVA DO HEGEMON

Como se constrói um campo de batalha favorável é uma das perguntas-guia dos estrategistas estadunidenses, que evidentemente não surgiu com o 11 de setembro. Um dos tópicos permanentes nas esferas empresariais, políticas, militares e culturais é o da obtenção de entornos “amigáveis”, “favoráveis aos interesses dos Estados Unidos”. Seja porque correspondam a uma internalização, voluntária ou não, do *American way of life and thinking*; seja porque consistam em normatividades permissivas para a entrada de capitais estadunidenses em terrenos estratégicos ou de rentabilidade atrativa, ou em normatividades restritivas para lhes garantir condições de monopólio relativo ou absoluto, ou na criação de mercados protegidos, dirigidos ou desprotegidos –conforme o caso–, que garantam a supremacia estadunidense e a adoção generalizada de seus modos de funcionamento.

E a maneira como se generalizaram estes modos de funcionamento e organização da vida e do pensamento supõe, e ao mesmo tempo produz, a visão de que a tecnologia é o elemento de definição entre progresso e *atraso*, entre poder e não-poder, concedendo-lhe assim um estatuto natural.

O terreno mais essencial de construção da hegemonia é, sem dúvida, o epistemológico. Uma vez que a tecnologia se converte no eixo de ordenamento e de explicação do mundo, as contradições sociais, societais e culturais ficam nas margens de um imaginário que as admite apenas como anormalidades.

Esta visão se reforça sistematicamente mediante o uso, diversificação e desenvolvimento dos instrumentos de objetivação tanto da ciência e do pensamento humano como dos *saberes*, comportamentos e disjuntivas evolutivas do resto dos seres vivos. Os empresários, os militares, e o Estado estadunidense em geral, que modela o sujeito hegemônico (Ceceña, 2003), são ao mesmo tempo promotores e convencidos desta visão. Para os militares, que são o canal de expressão mais completo da estratégia do sujeito hegemônico neste momento, “a inteligência representa a primeira linha de defesa” (Deutch, 1994). E o trabalho de *inteligência*, ou inclusive o de criação de consensos, de acordo com seus cânones, se processa através de andaimes tecnológicos (dos aviões invisíveis até a indústria de produção de imagens).

OS OBJETIVOS

Não é nenhuma novidade que os objetivos primordiais do desdobramento hegemônico nesta guerra econômica, política, cultural e militar sejam essencialmente de dois tipos: ou se trata de recursos, riquezas e mercados, ou de obstáculos, resistências e insurgências.

1. Embora o poder seja imaterial, tem suportes materiais iniludíveis. Controlar os processos de reprodução da vida e da própria riqueza é, simultaneamente, um fim e um mecanismo na construção de poder. A capacidade para se apropriar dos recursos, processos ou mecanismos necessários não só para a reprodução presente, mas sobretudo para a futura, faz parte das condições de possibilidade da hegemonia. A destruição do contrário-competidor transita tanto pelo enfrentamento direto como pela eliminação ou controle de suas condições de existência e de reprodução, com a virtude de que este segundo mecanismo tende a naturalizar a hegemonia.

Faz pouco tempo que a disputa pelos recursos começou a se converter num assunto de sobrevivência humana. Até então, seu âmbito era fundamentalmente o da concorrência entre hegemonias. Isto é, tratava-se de uma batalha interna que não questionava a pertinência capitalista a não ser, no melhor dos casos, algumas de suas modalidades.

Hoje, a linha de disputa interna que compete à hegemonia estadunidense começa a se deslocar para a fronteira que marca os limites históricos do sistema capitalista. Isto implica também um deslocamento do contrário, no qual ficariam compreendidos, simultaneamente, o hegemom alternativo e a humanidade como corporificação da espécie humana sujeitizada. Aproximação perigosa entre modalidade e modo, que é indício de limites históricos que já estão assinalando, entre outras coisas, que o outro começa a perder sua expressão estatal-nacional, para reencarnar diretamente como humanidade ou multidão, que é a expressão talvez mais ampla e profunda dessa classe que não se modela a partir da produção material, e sim da vida; não no processo de exploração, mas no de exploração-dominação, sobretudo a partir do transbordamento do processo de trabalho dos limites da fábrica até os espaços de reprodução cotidiana.

2. A longa história de des-sujeitização empreendida pelo capitalismo, na qual a tecnologia constitui um elemento privilegiado de objetivação de saberes e capacidades, tem como correlato uma história igualmente longa de resistências que, não obstante, nem sempre se manifestaram como portadoras de outra visão do mundo e construtoras de outra hegemonia ou de outro discurso de verdade, e que podem ser, em vez disso, portadoras da concepção de um mundo de diversidades sem hegemonias.

As fronteiras da dominação tocam as da vida e multiplicam as resistências num contexto em que a concentração de riqueza e de poder foi cancelando as alternativas de reajuste interno. A profundidade e amplitude alcançadas pela objetivação-expropriação diminui a capacidade de incorporação ao sistema de um conjunto crescente de pessoas que, excluídas neste universo, se voltam para a construção de outro, partindo das margens.

A insubordinação dos excluídos, da multidão, dos povos em resistência, é hoje uma ameaça real, não à hegemonia estadunidense, mas, através dela, à hegemonia capitalista no sentido mais amplo. Quando a disputa é pelos elementos essenciais para a conservação da vida, a insurreição converte-se em mecanismo de sobrevivência. Não há correspondência entre a capacidade tecnológica e a escala de incorporação ao sistema. As condições monopólicas em que opera o processo de acumulação não dão margem de manobra a ampliações legitimadoras do universo integrado à dinâmica do sistema.

Nestas condições, as fronteiras do desenvolvimento capitalista estão fortemente vinculadas à capacidade de extermínio ou *racionalização* do coletivo humano e, portanto, estão cada vez mais impugnadas por insubordinações que, por provirem de setores excluídos, são de procedência difusa e variada, de temporalidades alheias às do sistema e de conteúdos referenciados a partir de uma territorialidade e de uma historicidade que o transcendem.

Estas insubordinações são um dos sinais mais eloqüentes dos limites de possibilidade de um sistema que se autoproclama como eterno e infalível (como o fim da história).

AS ESTRATÉGIAS

Dentro da concepção do mundo como campo de batalha, as estratégias estão orientadas para a criação de vantagens de posicionamento que permitam modificar a territorialidade e as políticas de acordo com as necessidades concretas num ambiente em incessante mudança. Segundo a linguagem oficial, “*strategy [can be described as] the evolving pursuit of a central mission through changing circumstances*” (DARPA, 2003). A complexidade do mundo contemporâneo apela para uma versatilidade de iniciativas e respostas capazes de assegurar o acesso garantido às fontes de recursos estratégicos, à mobilidade irrestrita do capital, ao uso e abuso da força de trabalho e ao estabelecimento de uma globalidade ordenada.

A manutenção da hegemonia num contexto no qual as inovações tecnológicas nas comunicações permitiram um entrelaçamento muito estreito entre povos e processos sociais, econômicos e políticos de regiões antes dissociadas,

supõe estratégias capazes de englobar essa diversidade e de se situar num nível de articulação superior. Isto é o que leva Thomas Barnett, membro da Marinha e assessor do Pentágono, a afirmar que a invasão do Iraque, que estava a ponto de começar, marcaria: *“a historical tipping point –the moment when Washington takes real ownership of strategic security in the age of globalization”* (Barnett, 2003).

De acordo com os dois âmbitos de construção/questionamento da hegemonia mencionados acima, pode-se identificar uma estratégia com dois eixos superpostos, em permanente disputa.

- Considerando o equilíbrio de forças entre as chamadas grandes potências ou entre diferentes grupos de poder dentro do mesmo sistema, o núcleo da disputa encontra-se na competição para ocupar o posto mais alto da hierarquia, e não para dissolver as hierarquias. Neste cenário, o sistema não está em risco e trata-se antes de uma disputa entre estados que, pela mesma razão, torna o enfrentamento relativamente manejável. Não é a hegemonia capitalista que está em questão, e sim a definição de suas modalidades e de seus representantes paradigmáticos. Depois da guerra fria e da batalha tecnológica dos anos 1975-1995, este cenário não parece provocar muitas perturbações, embora não possa ser negligenciado.

- Mas caso se trate de uma ameaça procedente de grupos não-institucionalizados, de rebeldes com idéias próprias que põem em questão a própria pertinência do sistema de dominação, que corroem suas bases, que *saem do tabuleiro*⁵, o problema aí é mais sério: já não se trata de uma disputa pela apropriação de objetos materiais, territórios ou recursos específicos; o que está implicado é o funcionamento regular do sistema. Embora sempre tenha havido questionamentos nesse sentido, a aproximação de situações limite pela destruição ecológica, pela escassez de recursos vitais ou pela capacidade de sintetizar a vida (e, portanto, de destruir a vida natural para criar a artificial), colocou a humanidade na urgência de deter/dissolver as formas e conteúdos capitalistas de organização social para criar outros menos predatórios. A revolta, neste caso, é contra o capitalismo em si mesmo. A batalha, então, é contra qualquer possibilidade de organização diferente da capitalista⁶.

5 Os casos podem ser variados, mas poderiam estar nesta situação os integrantes do MTD de Solano, que resistem a ser novamente incluídos na condição de excluídos (MTD de Solano y Colectivo Situaciones, 2002) e a resistência iraquiana que se organizou para além de um Estado que desmoronou e onde os referentes institucionais ou estatais são ilegítimos em ambos extremos (nem o Estado iraquino nem o estadunidense poderiam representar símbolos aglutinadores).

6 Dá no mesmo se ela se identifica com heranças culturais, se reivindica princípios religiosos ou tradições, ou se apela para invenções, utopias, disciplinas ou rebeldias.

As instâncias de planejamento estratégico dos Estados Unidos, atendendo para a variedade de possibilidades ou situações de risco em ambos os campos, empenharam-se em construir condições para enfrentar toda a gama de ameaças mediante uma estratégia de espectro completo (*full spectrum*), apoiada no funcionamento coordenado de todos os corpos de segurança (Joint, 2000)⁷.

Antes mesmo do fim do século —e do ataque às Torres Gêmeas—, os corpos de segurança e as equipes de planejamento ou de definição das estratégias voltadas para manter —e ampliar— a hegemonia dos Estados Unidos entram numa fase de reorganização, modificando suas formas de funcionamento, redefinindo seus objetivos e as concepções de sua missão histórica, da guerra, das territorialidades e da normatividade, na nova escala alcançada pelos processos de reprodução articulada do sistema.

No caso do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (DoD), a ênfase está posta no traçado de uma estratégia geral de desarticulação, não só dos inimigos reais como dos potenciais, englobada na concepção preventiva que supõe que a mínima dissidência é um sinal de perigo e de guerra futura⁸. Deve-se ter capacidade para responder a uma guerra convencional, tanto quanto para enfrentar um inimigo difuso (Cohen, 1998), atentando simultaneamente para todas as áreas geográficas do planeta. Trata-se, sem dúvida, da estratégia com pretensões mais abrangentes que se desenvolveu até agora.

Fisicamente, abrange três dimensões: a subterrânea, onde buscar-se-ão recursos e esconderijos do inimigo para que não sejam possíveis nem túneis subterrâneos como no Afeganistão, nem supostos *bunkers* como no Iraque; a superficial (subdividida em terrestre e marinha), capaz de conhecer, controlar, prever ou evitar qualquer tipo de movimento, agrupamento ou relacionamento autônomo dos entes sociais; e a espacial, que no caso do DoD preocupa-se com a agilidade das comunicações e com o uso da atmosfera como lugar de instalação de satélites e meio de circulação de aviões e mísseis, mas também de informações. A pretensão é encontrar o modo em que o inimigo não tenha nenhuma brecha: que não possa se esconder num túnel e que não deixe de ser vigiado para que não possa realizar acordos ou planejar insurreições, mas, sobretudo, para que se canse, para que se esgote, para que seu desgaste seja

7 “The label full spectrum dominance implies that US forces are able to conduct prompt, sustained, and synchronized operations with combinations of forces tailored to specific situations and with access to and freedom to operate in all domains —space, sea, land, air, and information” (Joint, 2000).

8 Como diz Zizek (2003), neste reino da democracia tem-se a liberdade para estar de acordo, mas não para estar em desacordo.

completo. A criação do panóptico, percebida por Foucault no caso daqueles marcados socialmente como anormais (delinqüentes e loucos), se estenderia mundialmente, abarcando a sociedade em seu conjunto. A *anormalidade*, que não é mais do que a negação em aceitar as regras do jogo impostas pelo hegemom, alcançaria assim dimensões planetárias.

A Marinha identifica, na voz de Thomas Barnett, uma ampla região (*the gap*) potencialmente insubmissa ou simplesmente irreduzível às normas gerais de funcionamento promovidas pelos Estados Unidos e sancionadas pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização Mundial do Comércio e pelo Banco Mundial. E não necessariamente por sua consciência rebelde, mas sim, em muitos casos, pela insubstancialidade de suas instituições estatais.

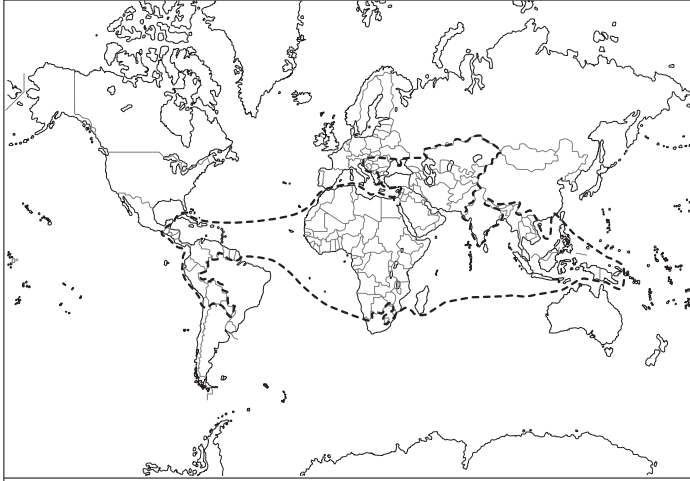
O enfrentamento de um inimigo não incorporado –ou apenas parcialmente– nas estruturas conhecidas e suscetíveis de serem disciplinadas, impede que se desenhe um plano pontual para sua destruição. Um inimigo como este, alheio às estruturas de funcionamento das quais foi excluído, ou sobrevivente em suas brechas, obriga a desenhar uma estratégia tateante e em movimento, com a maior quantidade de possibilidades de desdobramento e desagregação. Por mais armado que esteja, um exército é relativamente fácil de enfrentar porque seus movimentos são previsíveis; em compensação, um grupo de *marginais*, indisciplinados do ponto de vista do poder, com costumes não muito normalizados, é um desestabilizador por excelência e conta com a vantagem de conhecer o estilo dos dominadores sem que estes possam conhecer ou prever, mais que parcialmente, reações e imaginários⁹.

Daí que a localização destes dentro de uma área geográfica bem delimitada permite desenvolver políticas gerais diferenciadas. No “Novo Mapa do Pentágono” apresentado por Barnett é feita uma subdivisão do mundo em três regiões: o centro (*the core*), que engloba todos os países desenvolvidos, com estruturas estatais sólidas e normatividades legitimadas; os países “costura ou elo” (*seam states*), em todos os sentidos do termo, que jogam o papel de zonas de amortecimento e de mediadores para o disciplinamento dos que se encontram na terceira região, chamada a “brecha” (*the gap*), na qual se situam as zonas de perigo sobre as quais os Estados Unidos devem ter uma política agressiva de vigilância, controle e de imposição de normas de funcionamento (tanto dos estados como dos exércitos e dos corpos de segurança, do comércio

9 Como propõe Thomas Barnett: “Ever since the end of World War II, this country has assumed that the real threats to its security resided in countries of roughly similar size, development, and wealth, in other words, other great powers like ourselves [...] That assumption was shattered by September 11” (Barnett, 2003).

e dos investimentos) adequadas para o estabelecimento real de um sistema globalizado (ver Mapa 1)¹⁰.

MAPA 1
A “BRECHA” CRÍTICA DO “NOVO MAPA DO PENTÁGONO”



Fonte: Barnett (2003).

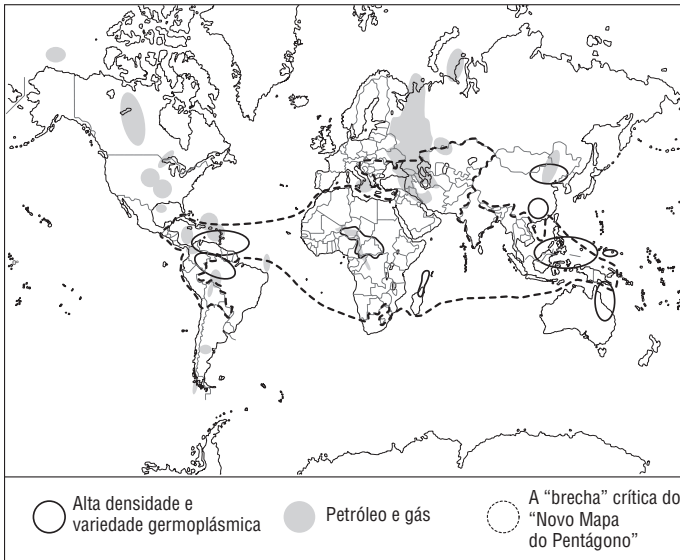
Esta visão, que já combina os esforços dos exércitos de mar e de terra, marca como zona de atenção prioritária, casualmente, a franja mais rica em recursos naturais estratégicos existente no planeta, na qual se justifica a intervenção dos Estados Unidos pela suposta “ingovernabilidade” e pela incapacidade dos próprios Estados da região para fazer respeitar as “regras da democracia” –tal como são definidas pelo próprio hegemom. Quase em sua totalidade, as áreas intensivas em biodiversidade, as jazidas de água, petróleo e gás, e as de metais para usos essenciais, estão compreendidas no *gap* (Mapas 2 e 3), embora também se tratem de regiões não submetidas, onde as raízes culturais e organizativas nem foram completamente arrasadas nem se mantiveram como relíquia. Isto é, são em sua maioria zonas de

10 A relação de focos de atenção identificadas por Barnett é muito reveladora desta visão. Nela estão incluídos países que nem estão em guerra nem estão próximos de ter uma, mas que são alvos estratégicos em outro sentido ou por outras razões, como Brasil e Argentina: “*My list of real trouble for the world in the 1990s, today, and tomorrow, starting in our own backyard*: 1) Haiti; 2) Colombia; 3) Brazil and Argentina; 4) Former Yugoslavia; 5) Congo and Rwanda/Burundi; 6) Angola; 7) South Africa; 8) Israel-Palestine; 9) Saudi Arabia; 10) Iraq; 11) Somalia; 12) Iran; 13) Afghanistan; 14) Pakistan; 15) North Korea; 16) Indonesia” (Barnett, 2003).

resistência e de alternativa, com cosmovisões próprias capazes de oferecer outras visões de mundo. Não obstante, foram também, em sua maioria, profundamente desestruturadas e reprimidas.

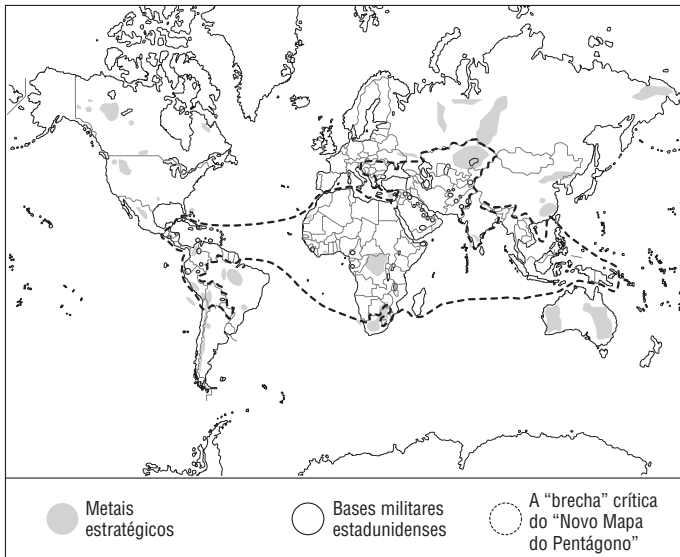
O propósito da “dominação de espectro completo”, que pode ser a marca simbólica daquele que certamente será um longo e acidentado processo de esvaziamento e desarticulação da hegemonia capitalista, é a maior aposta que qualquer sistema de dominação teria formulado até hoje, e todas as instâncias governamentais e paraestatais dos Estados Unidos têm se dedicado à promoção das condições que possam sustentá-la. Por isso mesmo desencadeia uma rejeição tão ampla. Desde a conversão desta estratégia em política de Estado, a resistência no mundo começou a ressurgir, traçando possibilidades de articulação e de construção social não-capitalistas.

MAPA 2



Fonte: Investigação própria.

MAPA 3



Fonte: Pesquisa própria.

OS MECANISMOS

Uma estratégia como a apontada, de espectro completo, e a rejeição que gera, supõem um desenvolvimento de iniciativas em esferas variadas e uma ampla permeabilidade da “filosofia” ou concepção da mundo que a inspira¹¹. Dentre os mecanismos disponíveis estrategicamente destacam-se três: a superioridade tecnológica, o reordenamento territorial e a universalização de normatividades reprodutoras das relações de poder.

1. O primeiro elemento a ser mobilizado é o tecnológico, tendo seu epicentro na esfera militar. A tecnologia, ao modo capitalista, é sem dúvida a maneira privilegiada (ainda que, evidentemente, não a única) de estabelecer espaços privados de controle e vantagens que gerem condições para a construção e o exercício do poder. A criação de tecnologias é uma prática comum que emana da competição e dos conflitos de classe. Não obstante, sua aplicação estratégica a converte em prioridade nacional assumida como política de Estado. A produção dos mais ambiciosos projetos tecnológicos e de desenvolvi-

¹¹ “Material superiority alone is not sufficient. Of great importance is the development of doctrine, organizations, training and education, leaders” (Joint, 2000).

mento de ciência básica estão atualmente a cargo do Pentágono¹² e da National Aeronautics and Space Administration (NASA). Em seus laboratórios, ou a partir de projetos realizados conjuntamente com empresas e universidades, onde se estabelecem e continuam sendo rompidas as fronteiras tecnológicas que permitem manter posições de vanguarda nos campos estratégicos para a definição da superioridade tecnológica¹³.

Estes campos, delimitados pela Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA), estão abertos a novos conhecimentos, e explicitamente buscam explorar novos caminhos epistemológicos, mas estão centrados na criação das melhores condições para enfrentar imediatamente isso que o DoD chama de inimigos assimétricos.

12 “Over 40 percent of DARPA’S budget can be considered as devoted to highrisk, high-payoff component technologies” (DARPA, 2003). As pesquisas realizadas pela DARPA foram a base da construção de gráficos por computador; do tempo compartilhado; dos pacotes com interruptores que mais tarde deram lugar ao ARPANET, de onde foi derivada a INTERNET; da inteligência artificial que compreende o reconhecimento da voz, os sistemas especializados e a visão digital; e da engenharia informática. Os esforços tecnológicos da DARPA vão da pesquisa básica até as aplicações avançadas e *testbeds* (Deutch, 1994; Cohen, 1998).

13 A participação de empresas privadas nestes projetos ajuda a realizar uma transferência suave destas tecnologias para a indústria civil. Para isto, o DoD desenvolveu o conceito de *tecnologia de uso dual*, buscando apontar simultaneamente a superioridade militar e a superioridade econômica dos Estados Unidos, mas também compartilhar ou socializar parte dos gastos que o sistema de defesa estadunidense requer. A estreita vinculação entre a indústria civil e militar está presente em todos os campos importantes de desenvolvimento tecnológico, destacando-se atualmente os seguintes:

- criação de redes tecnológicas avançadas em coordenação com a indústria e as universidades, baseando-se no conceito de grade global (*global grid*) e para os fins militares e civis dos Estados Unidos;
- alto rendimento em computação, criando sistemas capazes de realizar 100 bilhões de operações por segundo e posteriormente trilhões de operações por segundo;
- tecnologia para sistemas inteligentes. Incluem a decifração (ou compreensão) de imagens, de linguagem humana e integração inteligente de informação cujos propósitos são desenvolver tecnologia de visão artificial para aplicações como a inspeção de sistemas de produção, permitir a interação direta e natural das forças militares com sistemas complexos com base na pesquisa linguística, e conseguir a integração e o processamento de informação heterogênea e de fontes díspares para apresentá-la aos usuários organizada de acordo com sua relevância;
- melhoramento da tecnologia informática, reduzindo o tempo de criação, aumentando a confiabilidade e melhorando sua manutenção;
- eletrônica avançada. Melhora substancial no equipamento (*hardware*) para a National Information Infrastructure (NII). As áreas de investigação compreendem supercondutores de alta temperatura, materiais de alto rendimento como arsenito de gálio e módulos multichip (MCMs) que permitem a integração de um sistema completo num único módulo sem componentes separados. Com os MCMs os sistemas eletrônicos alcançam altos rendimentos, muito maior confiabilidade, menor consumo energético e menores custos de produção, permitem novos níveis de rendimento e miniaturização em equipamento de cômputo e comunicação;
- estudo e aplicação de conhecimentos sobre o genoma humano (Deutch, 1994; Cohen, 1998).

Mesmo assim, é em conjunção com o DoD que se desenvolvem as tecnologias correspondentes ao campo de computação cognitiva e para o qual atualmente foram obtidos os níveis de apropriação ou reprodução da inteligência e dos processos mentais de um símio –máquina Deep Blue da IBM no interior do projeto Brain Machine (DARPA, 2003).

A DARPA define oito campos prioritários: “*Counter-terrorism; Assured Use of Space; Networked Manned and Unmanned Systems; Robust, Self-Forming Networks; Detect, Identify, Track and Destroy Elusive Surface Targets; Characterization of Underground Structures; Bio-Revolution; Cognitive Computing*” (DARPA, 2003).

Por sua vez, a NASA, cuja missão tem um caráter explicitamente científico, aparentemente desligado destas marcas, aponta: “*We will help to counter the threat of international terrorism by developing technologies that can improve the security and safety of our air transportation system*” (NASA, 2003).

E entre os que são considerados os possibilitadores decisivos da dominação de espectro completo, para os quais todos os campos de investigação mencionados aportam suas inovações, encontram-se:

- Um sistema de inteligência com alcance global sustentado por uma rede de comunicações (*network centric warfare*) capaz de reunir e proporcionar informação em tempo real de qualquer tipo que se possa requerer, em qualquer parte do mundo, a qualquer de seus comandos e corpos de segurança, para propiciar sua adequação constante às situações cambiantes por eles enfrentadas.

The transformation of the joint force to reach full spectrum dominance rests upon information superiority as a key enabler and our capacity for innovation (Joint, 2000).

Ou, nas palavras de Foucault:

O poder não tem necessidade da ciência, mas sim de uma massa de informações que, por sua posição estratégica, ele é capaz de explorar (Foucault, 1979: 121).

- Superioridade no manejo do espaço. Controle dos mares e do espaço aéreo, mantendo áreas de exclusividade sem interferência. Reconhecimento, vigilância, inteligência, computação, comunicações, controle e direção globais (*command, control, communications, computers, intelligence, surveillance and reconnaissance* [CISR]). A idéia é que, para manter a vantagem atual no espaço e para promover uma posição de exclusividade relativa, mesmo quando mais usuários desenvolvam suas capacidades, os Estados Unidos devem dedicar suficientes recursos de inteligência, para monitorar todos os usuários dos ativos assentados espacialmente e incorporar seus movimentos ao *network centric warfare*, ou para ir expulsando-os da área estratégica.

- Criação de novos materiais e sistemas que garantam uma brecha tecnológica irreduzível na equipe bélica (como aviões invisíveis); na exploração do

espaço e a partir do espaço; no reconhecimento profundo da terra (mares e massa territorial) e a açambarcagem dos recursos e das localizações ou pontos geograficamente estratégicos¹⁴.

- Criação de vantagens no conhecimento de vírus, doenças tropicais, criação de antídotos e vacinas que permitam desenvolver algum tipo de superioridade e instrumentos de controle biológico frente às populações locais que encontram-se nos territórios incluídos na *brecha*.

2. O segundo mecanismo que se coloca em funcionamento para dar continuidade à dominação de espectro completo consiste em assegurar um manejo exaustivo do território mundial, entendido como construção social complexa que incorpora simultaneamente componentes físicos, históricos e culturais. O propósito declarado sob o esquema de guerra preventiva consiste em vencer os inimigos atuais ao mesmo tempo que se evita (*se dissuade*) a formação de novos. O mecanismo tecnológico descrito acima é justamente o meio que garante este manejo.

Detectores de riquezas do subsolo; sensores de movimento; fotografias à distância de satélites; perfuradores marinhos em águas profundas e muitos outros produtos tecnológicos serão importantes para dar um sentido prático rentável à apropriação territorial, porque, evidentemente, a atividade militar que a possibilita também tem a finalidade de defender os interesses vitais dos Estados Unidos que extrapolam suas fronteiras, dentre os quais o acesso a riquezas essenciais é um dos mais importantes (Cohen, 1998). O desenvolvimento e uso da tecnologia com um caráter estratégico auspicia uma agressiva política de reordenamento de territórios, que contempla desde a dissolução das atuais fronteiras e o redesenho dos espaços geopolíticos, até o reforço da presença direta dos corpos de segurança estadunidenses no sentido mais amplo: invasões ao estilo das do Afeganistão e Iraque; monitoramento e colocação de radares; instalação de bases militares; instalação de quartéis de inteligência; livre trânsito de agentes da Central Intelligence Agency (CIA), da Drug Enforcement Administration (DEA), do Federal Bureau of Investigation (FBI) ou outros similares; reformulação dos usos do território mediante planos como o Colômbia, que abarca paulatinamente a área andina completa, e o Puebla Panamá ou a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), que, embora privilegiando a circulação de capitais e mercadorias, implicam uma ocupação total.

14 O critério para determinar seu caráter estratégico deriva da essencialidade dos recursos em questão, que pode ser referida tanto ao caráter massivo como ao caráter essencial de seu uso (em atividades de fronteira ou nas que definem o conjunto). Mesmo assim, os territórios ou localizações estratégicas referem-se a pontos cujo raio de ação permite o controle de uma ampla região, à sua proximidade com recursos essenciais (petróleo, biodiversidade, água, alguns metais), à mobilidade potencial que possibilitam, ou à proximidade com movimentos de insurreição ou resistência.

3. O terceiro mecanismo, que fecha o círculo, corresponde à criação de normatividades universais tanto no terreno da guerra –através de organismos como a OTAN ou a ONU– e de gestão econômica global –mediante a implantação de critérios determinados supranacionalmente pelo Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial ou a Organização Mundial do Comércio, entre outros–, como no econômico –através do estabelecimento de equivalentes ou referentes gerais tecnológicos¹⁵, que estabelecem os padrões da produção, da organização produtiva e da concorrência. A imposição destas normas beneficia em todos os casos a quem estiver melhor armado para a concorrência –inclusive no terreno militar– e transfere o âmbito de decisão para instâncias supranacionais que impedem a autodeterminação interna dos países¹⁶.

OS LIMITES

Embora a concepção de mundo seja construída em grande medida através dos símbolos materiais, das normatividades estabelecidas e da produção de imagens naturalizadoras do comportamento social, é certo que os excessos expropriadores e autoritários de um poder que conquistou a escala planetária não permitem a universalização de imaginários nos quais os únicos papéis disponíveis são os de vítima, excluído, desempregado, deslocado, discriminado, sem documentos, culpável, perigoso, suspeito, perseguido, inimigo ou negado.

A enorme concentração de riqueza e poder estimulou a busca de alternativas de sobrevivência nas brechas do sistema, e isto gerou tanto a resignificação de códigos culturais anteriores à depredação capitalista, como nichos de organização social desnormalizados que tendem a construir suas próprias regras. Na medida em que o processo de expropriação/concentração avança –e avança cada vez mais rápido, graças às inovações tecnológicas–, estes nichos se multiplicam e se estendem. Paradoxalmente, a expropriação criou relativas margens de liberdade, e mesmo no caso de populações desprovidas, ou talvez justamente neste caso, propicia uma

15 Sobre este ponto ver Ceceña (1998).

16 Vale a pena lembrar que o DoD apóia a criação de normas internacionais para os serviços integrados de informação em amplitude de banda, e é pioneiro na pesquisa, desenvolvimento e avaliação de criptografia, de verificação de tecnologia de computação e de serviços e produtos seguros de informação e de suas regras de uso. Foi o responsável em promover um protocolo único para as comunicações internacionais (TCP/IP), garantindo por este meio sua supremacia sobre o sistema global de comunicações.

busca alternativa e a construção de estratégias a partir da carência. Isto não significa que nestes nichos não se reproduzam as misérias da sociedade que as gerou; em muitos casos, as estratégias de sobrevivência correspondem aos mesmos esquemas de dominação, só que geralmente levados ao extremo¹⁷. Não obstante, várias destas experiências foram criando novas formas de relação e uma percepção do mundo distanciada da percepção dominante.

Quanto mais ampla é a exclusão, mais se promovem a inovação ou a criatividade sociais, porque é o único caminho para a sobrevivência. Isto é, quanto mais bem-sucedido é o processo de concentração de riqueza e de poder, mais condições corrosivas ele gera, seja pelos processos de degradação social que geralmente surgem nas zonas empobrecidas e marginalizadas mas que pouco a pouco vão permeando o resto da sociedade, seja por processos de organização alternativa aos de um entorno que não oferece nenhuma perspectiva, a não ser a inclusão criminalizada.

A visão que se espalha das altas esferas do poder mundial é em muitos sentidos atraente, mas alheia a crescentes setores da sociedade. A fascinação pelos *Rambos* e pelos *Blackhawk* ficou prejudicada no Vietnã e deteriora-se aceleradamente no Iraque.

Não obstante, as hegemónias sustentam-se em construções mentais, e as mentalidades só se transformam em processos de longa duração. Por isso, hoje é tão importante saber que este não é o único mundo possível.

BIBLIOGRAFIA

- Barnett, Thomas 2003 “The Pentagon’s new map” em *Esquire*, março. Disponível em <<http://www.nwc.navy.mil/newrulesets>>.
- Ceceña, Ana Esther 1998 “Proceso de automatización y creación de los equivalentes generales tecnológicos” em Ceceña, Ana Esther (coord.) *La tecnología como instrumento de poder* (México: El Caballito).
- Ceceña, Ana Esther 1999 “La resistencia como espacio de construcción del nuevo mundo” em *Chiapas* (México: ERA-IIEc) N° 7. Disponível em <<http://www33.brinkster.com/revistachiapas>>

17 É o caso de quase todas as comunidades de catadores, de muitas favelas do Brasil, de bairros de trabalhadores desempregados, etc. Nestes casos recriam-se estruturas caciquistas, generaliza-se a corrupção, exacerba-se a repressão e a justiça pelas próprias mãos, que acabam impondo as regras sociais pelo terror. Ver como exemplo Lins (2003).

- Ceceña, Ana Esther 2003 “Estrategias de dominación y planos de construcción de la *hegemonía mundial*” em Gambina, Julio (comp.) *La globalización económico-financiera. Su impacto en América Latina* (Buenos Aires: CLACSO)¹⁸.
- Cohen, William S. 1998 *Annual report to the President and the Congress*. Disponível em <<http://www.dtic.mil/execsec/adr98/index.html>>.
- Defense Advanced Research Projects Agency (DARPA) 2003 *Strategic plan*, fevereiro. Disponível em <<http://www.arpa.mil/body/strategic.html>>.
- Department of Defense (DoD) 2001 *Quadrennial Defense Review Report*, 30 de setembro. Disponível em <<http://www.defenselink.mil>>.
- Deutch, John 1994 *DoD and the national information infrastructure* (Washington: The Department of Defense).
- Foucault, Michel 1996 (1979) *Microfísica do poder* (Rio de Janeiro: Graal).
- Gramsci, Antonio 2000 *Cuadernos de la Cárcel* (México: ERA) Tomo 6, Cap. Americanismo y Fordismo.
- Joint Chiefs of Staff 2000 *Joint Vision 2020* (Washington: US Government Printing Office).
- Lins, Paulo 2003 *Ciudad de Dios* (Espanha: Tusquets).
- MTD de Solano y Colectivo Situaciones 2002 *La hipótesis 891. Más allá de los piquetes* (Argentina: Ediciones de Mano en Mano).
- National Aeronautics and Space Administration (NASA) 2003 *2003 Strategic Plan*. Disponível em <<http://www.aero-space.nasa.gov/themes/index.htm>>.
- Thompson, E. P. 1995 *Costumbres en común* (Barcelona: Crítica).
- Zizek, Slavoj 2003 *Bem-vindo ao deserto do real!* (São Paulo: Boitempo).

18 Uma versão desse trabalho foi apresentada como informe no seminário da Rede de Estudos da Economia Mundial, em 2000, e está disponível na Internet. Ver <<http://redem.buap.mx>>.

JAIME CAYCEDO*

IMPACTO REGIONAL DO CONFLITO COLOMBIANO NA AMÉRICA LATINA

O PLANO COLÔMBIA, posto em prática durante as administrações Pastrana-Clinton em 2000, e concebido como um plano contra-insurgente sob o disfarce de um plano antinarcóticos, alterou seus objetivos de primeiro plano para destacar o antiterrorismo como elemento central principalmente por duas razões: a mudança no enfoque estratégico de Washington e a mudança interna na orientação político-militar do regime colombiano. Ambas as mudanças estão relacionadas; cada uma delas tem a ver com visões convergentes, mas distintas. A primeira assenta as bases do domínio mundial e fornece instrumental para seus auxiliares regionais; a segunda olha para dentro, com a idéia de resolver com mãos alheias e ajuda exterior os conflitos históricos sociopolíticos internos e a incapacidade de gerar uma liderança regional correspondente a sua potencialidade geopolítica estratégica. A interação destas condutas afeta negativamente a região, a América Latina e o Caribe em seu conjunto, quanto conduz à “internacionalização ativa” do conflito, no mesmo momento e processo em que se tenta montar uma integração hemisférica, fundada em acordos bilaterais de livre comércio –e na sua potencial sistematização na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)– como expressão da hegemonia dos Estados Unidos.

Tal efeito tem alcances sociais muito profundos, dada a onda de crise econômica e sociopolítica em que a região andina se encontra mergulhada. As

* Professor da Universidade Nacional da Colômbia e Secretário Geral do Partido Comunista Colombiano.

mobilizações populares na Bolívia, que impuseram a renúncia do presidente Sánchez de Lozada, e os resultados eleitorais de 25 e 26 de outubro na Colômbia, que rejeitaram o referendo de Uribe Vélez e lançaram correntes independentes e progressistas aos governos locais, mostram um grau crescente das resistências e um novo caminho de busca de alternativas para a resolução da crise. Não podemos abordar tentativas de explicação sem levar em conta estas novas realidades.

Uma maneira de nos aproximarmos de uma tentativa de explicação desta situação seria, em primeiro lugar, examinar rapidamente a mudança estratégica global em geral e em sua relação com a América Latina e o Caribe, e, em particular, o significado da *guerra preventiva* tal como ela é formulada e praticada hoje, diferentemente da guerra preventiva da época do equilíbrio bipolar. Esta nova visão deve ser analisada no contexto globalista atual como parte da *guerra pelo predomínio mundial*, meta fundamental da segurança nacional dos Estados Unidos sob a orientação de Bush, que inclui a ALCA, a Carta Democrática da Organização dos Estados Americanos (OEA) e os esforços para reativar, de alguma forma, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR).

Em segundo lugar, trataremos da virada para a solução militar radical do conflito interno por parte do núcleo fundamental da burguesia colombiana, em suas vinculações com a economia, a ALCA e a *guerra pelo predomínio*. O conflito colombiano, no contexto da guerra preventiva e como parte integrante da guerra pelo predomínio, ganha uma incidência regional especialmente grave. Na realidade, a evolução das posições dos estados latino-americanos frente à Colômbia tem a ver de alguma maneira com os dois elementos da estratégia global. Isto não significa que se perda o sentido do peso do interno, sobretudo da luta social e de suas conseqüências políticas nos países vizinhos.

Uma conclusão provisória fornecerá a pista das tendências que podem marcar a evolução futura do conflito colombiano, em particular aquela que aponta para a saída política negociada, com a neutralização do intervencionismo militar do Plano Colômbia e com soluções internas para os desequilíbrios sociais e a exclusão política.

A COLÔMBIA NA ESTRATÉGIA GLOBAL DE BUSH

A guerra preventiva de Bush é uma guerra pelo predomínio mundial, não uma guerra exclusivamente militar. O desdobramento, a montagem e as ações militares complementam o quadro da dominação econômica e política. Abran-

gem, em escala geral, o controle social, a contenção das forças sociais opositoras e/ou anti-sistêmicas e o remodelamento institucional correspondente a uma subordinação permanente.

Não é uma guerra preventiva como aquelas que conhecemos nas décadas de 1960 e 70. Então, no contexto do bipolarismo, as ações preventivas sob a modalidade de conflitos de baixa intensidade (CBI) apontaram para a contenção anticomunista. No caso colombiano, mais concretamente, o Plano LASO (1960-1965, siglas em inglês de Latin America Strategic Operation) inscreve-se na “visão contra-insurgente ‘desenvolvimentista’”, nos termos de Alfredo Rangel. No plano militar, tentava o aniquilamento da guerrilha nascente através de ações amplas:

[P]ara sua erradicação em certos territórios onde o Estado havia perdido o controle, e que estavam se convertendo em “repúblicas independentes”. No plano político, o propósito era tirar os apoios da população à guerrilha, mediante campanhas denominadas cívico-militares, de claro corte assistencialista e que ignoravam as razões estruturais profundas da insurgência (Rangel, 2001: 354-355).

Mesmo quando autores como Rangel consideram a ação contra-insurgente como uma elaboração interna, resultado de formulações das autoridades militares colombianas, são os fatores externos de contenção anticomunista da estratégia estadunidense que inspiraram o empreendimento deste tipo de ação político-militar. O plano LASO implicava uma mudança na concepção do tratamento da “ordem pública”, pondo ênfase na destruição-dispersão dos núcleos organizados do campesinato, que, depois das aparatosas operações militares efetuadas sob a ditadura militar de Rojas Pinilla, no interregno da Junta Militar e do primeiro governo da Frente Nacional (1957-1958), teve um respiro com a retirada do exército de várias regiões agrárias.

O enfoque cívico-militar, longe de representar apenas uma alternativa militarista, atuou no plano político especialmente com a aprovação de uma lei de reforma agrária e com o início de um processo de organização, a partir do Estado, dos setores do campesinato que puderam se beneficiar de tal lei. Segundo as opiniões de vários dos dirigentes guerrilheiros, o período mais difícil e de maior perigo de instabilidade para a guerrilha foi o da incidência dos projetos do Instituto Nacional da Reforma Agrária (Incora), que coincidiram com a presença e a atividade insurgente (1966-1972). Nesse sentido, o tipo de reforma agrária posto em andamento, especialmente sob o governo de Carlos Lleras Restrepo, apesar de suas limitações e baixa cobertura, atingiu o movimento guerrilheiro em desenvolvimento e afetou-o mais eficazmente do que a ação cívico-militar sozinha (Caycedo, 1998: 5). É com a reversão relativa da semi-reforma agrária em 1973, e com a promulgação do Estatuto de Seguran-

ça no final da década, que a luta guerrilheira recobra força e adquire notável influência nos fenômenos políticos dos anos 1980.

Os processos de diálogo e negociação que se iniciam a partir de 1982 com o governo Betancur (1982-1986) refletem as mudanças no contexto latino-americano, influenciadas pelo desenvolvimento dos conflitos centro-americanos e pelos esforços para encontrar saídas negociadas. As relações entre civis e militares foram muito tensas em torno de aspectos como as desocupações, os procedimentos de verificação do cessar-fogo, os assaltos a acampamentos em trégua, a guerra suja contra a União Patriótica e o Partido Comunista Colombiano (PCC), etc. Em essência, a tendência predominante para a solução política impediu, em parte, um maior desenvolvimento militar. Mas essa alternativa recebeu o influxo dos conselheiros do Pentágono e do Comando Sul, com procedimentos e iniciativas para enquadrar a utilização do CBI em cenários de negociação previamente desenhados por eles. A tendência para a solução política se mantém até a virada de 2002, após a ruptura do processo de negociações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em El Caguán.

Quais as razões que explicam essa virada na orientação do regime? O estancamento e desgaste do processo de diálogo sem maiores resultados; a ineficácia das operações militares, sob o pretexto de que os militares estavam de mãos atadas pelos compromissos com os direitos humanos e pelas investigações da Procuradoria; a percepção da classe dominante da impossibilidade de conseguir uma negociação “a baixo custo” e de que o diálogo prolongado facilitava a acumulação de forças da insurgência.

Nesta mudança incidem o Plano Colômbia, posto em andamento em 2000, e as conseqüências dos acontecimentos de 11 de setembro de 2001. O novo matiz predominante na doutrina estratégica dos Estados Unidos torna-se decisivo no processo do conflito interno colombiano. Nisso reside a mudança de ênfase no Plano Colômbia em relação à ação contra-insurgente sob o rótulo antiterrorista. O CBI é elevado à categoria de representante da política exterior do país, sob a forma de um programa de erradicação de cultivos de uso ilícito, no contexto da luta antinarcóticos, mas a nova ênfase desmantela a aparência exclusivamente antinarcóticos e desvenda a verdadeira orientação de fundo.

UM NOVO QUADRO DE REAJUSTE HEGEMÔNICO

A mudança de ênfase revela uma mudança estratégica:

A ascensão hegemônica dos Estados Unidos, vivida como um processo de reprodução do sistema, desenvolve-se segundo um esquema recorrente da prevalência que assegura um quadro político e de segurança favorável à expansão hegemônica.

[...] A “modelação” com predomínio do sistema mundial, através da manutenção de uma posição dominante no seio da nova ordem globalizada, implica uma submissão generalizada à globalização pelas normas e pelos regimes (governabilidade, transparência, regras jurídicas, livre câmbio, intervencionismo, etc.), mas também por meio da guerra ou da ameaça de guerra, ou, inclusive, pela demonstração dissuasiva de uma superioridade tecnológica e informacional (Bédar, 2003).

Se este olhar tem sentido, a nova orientação da política estadunidense cobiça num mesmo projeto uma remodelação do mundo sob sua hegemonia, que compreende o econômico, o jurídico e o político-militar. Segundo Bédar, está em desenvolvimento uma nova perspectiva geopolítica que promove “espaços de aglomeração” regionais, como a ALCA, com a pretensão de garantir neles a segurança do sistema, neutralizando as resistências aos efeitos da globalização e/ou aquelas associadas à criminalidade em redes, ambas consideradas como equiparáveis¹.

O tratamento do conflito colombiano, seguindo a orientação hegemônica de Bush, afetaria assim o espaço de aglomeração em seu conjunto, e não exclusivamente o fenômeno interno colombiano. Por isso a estratégia está prevista para dominar o conjunto das resistências e projetar a prevalência hegemônica. Associada ao esquema da guerra preventiva permanente, ela implica, com seus recursos e normas transnacionais jurídico-econômicas, a imposição de um predomínio tecnológico, político e comercial inquestionável.

A POLÍTICA INTERNA E SEU EFEITO REGIONAL

O segundo aspecto a ser considerado refere-se à mudança na percepção dos setores governantes quanto às opções de vitória militar sobre a guerrilha. A eleição de Álvaro Uribe como presidente representou uma guinada da política colombiana em direção à escalada do conflito interno, o compromisso com o Plano Colômbia, o livre comércio e a ALCA, e uma liderança da direita pró-imperialista no perfil internacional do país.

Como lembrou Álvaro Vásquez (2003), a posição tradicional do *establishment* na Colômbia foi a de uma solução militar do conflito. O rompimento dos diálogos em fevereiro de 2002 desvendou uma postura histórica dos governos colombianos. Tanto os esforços militares quanto os de caráter políti-

1 Do ponto de vista dos teóricos do Banco Mundial (BM), existe uma estreita relação entre as resistências anti-sistêmicas com a forma de guerra civil e o chamado “crime organizado” (Caycedo, 2003a). Uma ajuda maior e de melhor qualidade, o controle sobre os recursos naturais e uma intervenção militar suficientemente prolongada e de custos compartilhados deve presidir a estratégia do BM no tratamento do chamado “pós-conflito” (Collier, 2001).

co, inscritos ambos na contra-insurgência, buscaram a derrota do movimento guerrilheiro e a negociação unicamente com uma insurgência dominada. O que se revelou estranho ou novo foram as tentativas, a partir do governo de Betancur, de reconhecer a guerrilha como um interlocutor político e aceitar a possibilidade de mudanças sociais e institucionais como base de um eventual acordo de paz.

A virada à qual aludimos significa o convencimento e a decisão dos governantes de pôr fim, de maneira taxativa e definitiva, à luta armada guerrilheira. O regresso à velha postura conta agora com fatores externos de impulsão: o intervencionismo militar e a aliança estratégica implícitos no Plano Colômbia; a nova doutrina de Washington; as mudanças introduzidas pela ajuda militar, armamentista e tecnológica no quadro geral do enfrentamento. A presença direta de empreiteiros e mercenários estadunidenses marca um fato novo no processo atual. A ampliação da guerra aérea, que predomina sobre as ações em terra, o aumento da ajuda para a inteligência militar em tempo real, o desdobramento da política de “segurança democrática” em termos de redes de informantes, cooperadores e soldados camponeses, que integram e institucionalizam parte dos aparelhos paramilitares na política oficial, mostram uma modificação na estratégia, um compromisso maior e uma exigência crescente de resultados por parte das forças militares do país.

A presença quase permanente do comandante do Comando Sul no desenvolvimento das operações indica que a enorme influência do complexo militar-industrial dos Estados Unidos sobre a administração e sobre o Pentágono o aproxima perigosamente de uma participação cada vez mais direta no conflito armado colombiano e condiciona, de maneira negativa, as opções de regresso a uma solução política negociada. O governo colombiano concordou em endossar um acordo que exime de responsabilidade penal o pessoal militar estadunidense no país, frente à justiça colombiana e frente à Corte Penal Internacional (CPI). A obsessão pela vitória militar contra-insurgente, como mentalidade predominante hoje na burguesia colombiana, mostra duas conseqüências: a tendência de renunciar a um projeto próprio de sociedade, nação e desenvolvimento; e a escolha de uma via militar de inserção de sua presença política no contexto de transnacionalização representado pelo livre comércio, pela ALCA e pelas relações hemisféricas (Vásquez, 2003: 708-711).

Como no passado, a burguesia colombiana retorna ao pensamento neocolonial da lei de gravitação em torno dos Estados Unidos como destino fatal da América Latina e do Caribe, isto é, a uma versão contemporânea da doutrina Monroe, reatualizada para o projeto globalista. Esta posição representa uma tendência constante, com diversas variantes, da política de Washington (Soppelsa, 2003: 179). Muito mais estranho e anômalo é que um governo

latino-americano a assuma, quando a tendência predominante no continente é em direção a uma maior autonomia. A guerra, e seu desenlace, sujeita todo projeto de progresso, mudança e desenvolvimento à burguesia colombiana, que hipoteca sua autonomia no intrincado emaranhado dos interesses dos monopólios transnacionais e do império. É a tentativa da direita de dar uma saída à crise, mas é também a via pela qual dá as costas aos processos de luta social antiglobalização e de mudança política democrática que têm expressão nos governos e processos da Venezuela, Brasil, Equador, Argentina, Paraguai, Bolívia, e nas perspectivas eleitorais do Uruguai.

A ALCA, como “espaço de aglomeração” e de influência territorial, e seu núcleo primordial –os acordos bilaterais (e não a negociação coletiva)–, é a estratégia dos Estados Unidos, associada a uma política que condiciona a remodelação da América Latina e do Caribe. O centro operacional do intervencionismo baseado na negociação-dissuasão é a Organização dos Estados Americanos (OEA), e seu instrumento principal é a chamada Carta Democrática. Na espera –algo difícil de se obter– de um compromisso militar para a ação coletiva no âmbito do TIAR (hoje muito questionado) ou de outro mecanismo ou acordo similar, a pressão que surge do consenso da Carta não consegue oferecer soluções, uma vez que tomou partido nas disputas internas dos diferentes conflitos.

As propostas de maior significado emanam hoje do que alguns começam a chamar de Plano Colômbia II. Essencialmente, busca-se dar legitimidade à opção das ações coletivas, incluídas as ações militares, que não apontam somente para o conflito colombiano, mas também para a eventual intervenção no processo venezuelano e, por que não, em outros casos que impliquem “desvios” da Carta Democrática, considerados perigosos ou inconvenientes (Caycedo, 2003b).

UMA SEGUNDA PARTE DO PLANO COLÔMBIA?

Tanto a Chancelaria como o Ministério de Defesa começaram a falar de um Plano Colômbia II. Não se conhece até a presente data (outubro de 2003) um texto específico que o descreva. Podemos, contudo, inferir algumas deduções em torno das novas ênfases que destacam, na ajuda dos Estados Unidos, aspectos da *guerra pela prevalência*, associada à *guerra preventiva*.

Em primeiro lugar, o Plano Colômbia II contempla a consolidação de uma área de desenvolvimento estratégico na confluência dos Andes, do Caribe e da Amazônia, a partir do compromisso de outros governos, se não

em conjunto, um a um. Neste sentido, pode-se entender a reacomodação política do presidente Lucio Gutiérrez, em sua “gravitação” em torno de Washington e de Uribe Vélez. Um ganho considerável da estratégia é o de conseguir integrar, de maneira mais comprometida, um Estado como o Equador. Já não é só a base de Manta, mas também a franja fronteiriça de San Miguel-Putumayo, uma das regiões continentais mais estratégicas, submetidas atualmente a uma intensa fumigação²; é a cooperação militar e policial, mais discreta mas não menos comprometida; é a conduta do governo de Toledo, no Peru, sobretudo a partir da reunião de cúpula do Grupo do Rio em Cusco e da proposta ali introduzida por Uribe e Lucio e dirigida ao secretário-geral da ONU.

Em segundo lugar, pressupõe converter a Colômbia e o Equador num espaço operacional militar desestabilizador para a Venezuela e/ou eventualmente para a Amazônia brasileira. Consolida-se o polígono de bases militares que circundam a área andina, foco de instabilidade e de conflito, o que inclui a Venezuela e seu regime político atual como “inimigo”. A nova base militar de Caño Limón, no departamento de Arauca, e seu complemento na base aérea de Marandúa, no departamento do Vichada, ambos na fronteira com a Venezuela, completam um eixo transversal que compreende as bases de Manta (Pacífico equatoriano); Tresesquinas-Larandia (alta Amazônia colombiana); Cañolimón-Marandúa (Orinoquia colombiana); Aruba-Curaçao (Caribe holandês) como zona de controle por satélite, espionagem aérea e operações militares. Outras bases estadunidenses na América Central, na América do Sul e no Caribe complementam esta montagem. As manobras militares conjuntas, fundadas na hipótese de intervenção coletiva num país afligido pela guerra civil, são recorrentes desde 1999.

A Venezuela mostrou preocupação com a atividade paramilitar com propósitos de desestabilização interna, agenciada a partir de Cúcuta e da fronteira do Catatumbo.

Por sua vez, as tentativas do Comando Sul de implicar o Brasil e o Paraguai com as rotas da droga que vêm da Colômbia, a partir das operações sobre os rios Vichada e Guainía-Rio Negro, nos limites com o Brasil³, estendem até a

2 O Putumayo, afluente do Amazonas, é navegável quase até o pé do monte. Do Atlântico pode-se chegar até os Andes e, por estrada, até o Pacífico. É uma zona petrolífera do lado equatoriano e do colombiano. Um oleoduto bombeia petróleo até o porto de Tumaco.

3 Em 2001, a operação “Gato Negro”, com a participação da Força de Desdobramento Rápido do Exército Colombiano (Fudra) e do Comando Sul, atacou a denominada conexão brasileira ao deter Fernandinho Beira-Mar, um narcotraficante de segundo escalão no Brasil, e mostrá-lo como uma figura relevante por sua suposta relação com as FARC.

denominada Tríplice Fronteira (Brasil, Paraguai e Argentina) a seqüência que justifica a atividade militar⁴.

Poder-se-ia dizer que esta função ampliada do Plano, sob a denominação de Iniciativa Regional Andina (ATDEA), inclui, além do ativo papel do Equador, o Panamá e outros Estados no papel de coadjuvantes. Organismos assessores, como o International Crisis Group, recomendam a ativação de todos os convênios militares e policiais entre a Colômbia e seus vizinhos, para conter os grupos irregulares (International Crisis Group, 2003: i-iv).

Em terceiro lugar, prossegue o armamentismo unilateral do exército e da polícia colombianos frente aos países vizinhos. O traslado da guerra para a selva, como anunciado por Uribe, para “buscar os bandidos em seus esconderijos”, reflete o aspecto operacional estratégico principal na orientação da guerra: a chamada Operação Decapitação, que tenta apanhar de surpresa os estados-maiores das organizações guerrilheiras, atrás dos denominados “alvos de alto valor”, para tentar pôr fim, de uma maneira rápida, aos centros nevrálgicos da insurgência. Donald Rumsfeld ofereceu cooperação para o treinamento de comandos especializados em “operações de selva”. Outros objetivos, que nada têm a ver com a luta antinarcóticos, buscam o desmantelamento de grupos de milícias urbanas e de inteligência técnica para prevenir ataques terroristas.

Junto a isto, é necessário levar em conta a reativação da interdição aérea (suspensa desde 2000 pela derrubada, no Peru, de um monomotor com missionários), a extensão em permanência e cobertura da espionagem aérea e por satélite, que passa informação em tempo real para as tropas, e a ajuda de mais de cem milhões de dólares para a proteção do oleoduto Caño Limón-Coveñas, apropriado pelo Congresso estadunidense por fora da Iniciativa Regional Andina.

Uribe insistiu na proposta dos “boinas azuis” da ONU para prestar assistência humanitária e verificar o processo de reinserção dos paramilitares. Uma força preventiva da ONU também poderia se interpor nas fronteiras, para conter o deslocamento de guerrilheiros e proteger os países vizinhos. O debate continua, em que pese o ceticismo dos governos da região e a sua negativa de intervir sob qualquer forma no conflito colombiano, pelo temor de se verem envolvidos na contra-insurgência ou se expor a uma intervenção dos Estados Unidos.

Em quarto lugar, a política de fumigações é intensificada inclusive nas fronteiras, com doses ainda mais concentradas e prejudiciais, desconsiderando

⁴ As manobras Águia III, previstas para esta área, foram suspensas nas vésperas de seu início em razão das pressões que surgiram após terem sido denunciadas.

as decisões dos tribunais colombianos e as recomendações dos organismos ambientalistas. A informação a respeito do efeito prejudicial sobre as populações tende a ser omitida e minimizada nos dados oficiais.

A conseqüência do que foi dito acima pode ser observada no fato de que o governo colombiano modificou radicalmente a política de paz dos governos anteriores. A política atual é de guerra e de vitória bélica. Só se admite o diálogo quando há rendição. Os acordos humanitários teriam um efeito desmoralizante para as tropas, segundo o governo, que deu prioridade à cooperação com o pessoal norte-americano para resgatar os três reféns dessa nacionalidade em poder das FARC. O governo não realiza nenhum esforço visível para progredir nos acordos humanitários. Dificulta, em vez de facilitar, as ofertas do grupo de países amigos, inclusive o Brasil e a Venezuela, como mediadores para a aproximação. Está pendente o processo de diálogo entre o secretário-geral da ONU e seu representante pessoal com as FARC. O Brasil ofereceu seu território para tal encontro, mesmo quando alguns analistas mostram-se céticos (Malamud, 2003: 5).

Todo avanço em direção a uma solução política negociada na Colômbia e a uma saída pacífica que neutralize o intervencionismo militar de Washington implica uma mudança na atual orientação do governo, de suas prioridades no plano interno e de sua incondicionalidade diante dos compromissos com os Estados Unidos. Somente uma pressão muito grande, no plano interno e no externo, pode alcançar este propósito.

Sendo assim, sustentamos que existem coincidências fundamentais entre todos aqueles que percebem os perigos que derivam de uma situação tão complexa como a que envolve a Colômbia e o conflito interno colombiano. Sua solução é cada vez menos um assunto puramente colombiano e converte-se numa necessidade da América Latina e do Caribe para viver em paz, estabilidade, soberania, e progredir na solução de seus problemas sociais e culturais.

CONCLUSÕES

O Plano Colômbia é sem dúvida uma ferramenta de dominação que ameaça a estabilidade e a autonomia da América Latina e do Caribe. Vem se fortalecendo pela ação e pela ajuda unilateral do governo dos Estados Unidos. Esta ajuda ampliou-se por fora do Plano para abarcar objetivos específicos de fachada, como a proteção de um oleoduto da Shell-Occidental, quando o verdadeiro objetivo é construir um complexo militar na fronteira da Colômbia e Venezuela.

Não é possível julgar a incidência do conflito interno colombiano à margem do Plano Colômbia, da guerra preventiva permanente e da guerra pela prevalência hegemônica dos Estados Unidos, em sua tentativa de remodelar as relações hemisféricas em função da tríade ALCA-Carta Democrática-Plano Colômbia. Mas isto também não é possível sem se levar em conta a orientação interna da burguesia colombiana, que consegue tirar proveito de suas vantagens comparativas, a saber, por um lado, seus vínculos com os negócios ilícitos, e por outro a posição geopolítica excepcional de seu território a serviço da prevalência hegemônica imperialista.

As vertentes populares e democráticas da sociedade civil na América Latina e no Caribe devem se identificar e identificar seus interesses comuns para coadjuvar uma solução diante de uma situação que ameaça a estabilidade, a coexistência, a cooperação e a potenciação de sua integração regional autônoma numa situação de crise. As mudanças –muito importantes– em curso, que apontam para a resolução de antigos e novos desequilíbrios sociais a cargo de reagrupamentos de centro-esquerda, requerem resistência à ofensiva neocolonial da ALCA, aos acordos de livre comércio e às políticas neoliberais concebidas como fatalidades iniludíveis. Movimentos sociais, forças políticas, religiosas, culturais, de gênero e etno-sociais, e parlamentos e governos, podem contribuir para que a solução política negociada do conflito interno na Colômbia se processe com soberania e total autodeterminação do povo e da nação colombianas.

A unidade de uma ação mais ampla é urgente para conter o neo-intervencionismo. Isso significa fortalecer os laços bilaterais, desde a economia até a cultura; significa encurtar distâncias para uma maior integração, em vez de uma espacialidade de aglomeração; significa fortalecer os acordos sub-regionais, MERCOSUL e CAN, aproximá-los, evitar que os acordos de livre comércio acabem fragmentando ainda mais a América Latina e o Caribe.

Os governos amigos podem desempenhar um papel eficaz em torno de uma causa comum: tornar viáveis a solução política negociada na Colômbia e a não-intervenção dos Estados Unidos na América Latina e no Caribe, para garantir a verdadeira segurança regional, para consolidar a autonomia como força coletiva, para pôr um ponto final à pretensão intervencionista do imperialismo. Esta é a via mais curta para impedir o agravamento da ameaça no continente. Nem o conflito colombiano é tão rebelde a uma saída política, nem os Estados Unidos são tão onipotentes a ponto de impor uma vontade unilateral sem consenso.

A luta social se aprofunda e se estende, em ondas explosivas, sobre o eixo andino. Com exceção do colombiano, todos os estados da área viram acon-

tecer substituições de governo por vias de fato, a partir da mobilização e do protesto popular. Na Colômbia, ao contrário do que se acredita, a aparente estabilidade é resultado da força militar, policial e paramilitar desenvolvida com o pretexto de contenção antiguerrilha. Por isso também é possível a presença militar direta dos Estados Unidos. Esse equilíbrio sob a repressão não é reproduzível em outros países da área; por isso os Estados Unidos tomam o cuidado de não intervir, sobretudo nestes momentos de apogeu popular. Não o fez na Bolívia, agora, país que ocupa o terceiro lugar na ajuda militar da Iniciativa Regional Andina (IRA).

A segunda versão do Plano Colômbia começa a tropeçar em seus limites; talvez seja hora de agir para neutralizá-lo.

BIBLIOGRAFIA

- Bédar, Saida 2003 "Le Déploiement Stratégique de la Puissance Américaine" em *Diplomatie* (Paris) março-abril.
- Caycedo, Jaime 1998 "El Estado del Conflicto Social y Político Armado, y su Solución Negociada", mimeo.
- Caycedo, Jaime 2003a "Colombia en la Región Andina: Geopolítica de la Crisis" em Estrada Álvarez, Jairo (org.) *Marx Vive III. Dominación, Crisis y Resistencias en el Nuevo Orden Capitalista* (Bogotá: Universidad Nacional/Unibiblos).
- Caycedo, Jaime 2003b "Economicismo y Guerras Periféricas" em Estrada Álvarez, Jairo (org.) *Marx Vive II. Sujetos Políticos y Alternativas en el Actual Capitalismo* (Bogotá: Universidad Nacional/Unibiblos).
- Collier, Paul 2001 "Causas Económicas de las Guerras Civiles y sus Implicaciones para el Diseño de Políticas" em *El Malpensante* (Bogotá) N° 30, maio-junho.
- Corporación Colectivos de Abogados José Alvear Restrepo 2003 *Plan Colombia-no* (Bogotá: Rodríguez Quito Editores).
- International Crisis Group 2003 *Colombia y sus Vecinos: los Tentáculos de la Inestabilidad* (Bogotá/Bruxelas) N° 3. Informe sobre América Latina.
- Malamud, Carlos 2003 "Colombia, Brasil y las Naciones Unidas: ¿La Mediación es el Camino para la Paz?" em *Análisis del Real Instituto* (Real Instituto Elcano). Disponível em <<http://www.realinstitutoelcano.org/analisis/>>.
- Rangel, Alfredo 2001 *Guerra Insurgente* (Bogotá: Intermedio).
- Salgado Tamayo, Manuel 2002 *Drogas, Terrorismo e Insurgencia. Del Plan Colombia a la Cruzada Libertad Duradera* (Quito: la Tierra).
- Soppelsa, Jacques 2003 "Constance de la Doctrine Monroe en Amérique du Sud" em *Revue Française de Géopolitique* (Paris: Ellipses) Dossier Géopolitique des États-Unis, Culture, Intérêts, Stratégies.

JAIIME CAYCEDO

Vásquez, Álvaro 2003 “Solución Militar y Globalización” em Estrada Álvarez, Jairo (org.) *Marx Vive III. Dominación, Crisis y Resistencias en el Nuevo Orden Capitalista* (Bogotá: Universidad Nacional/Unibiblos).

JAIME ESTAY R.*

A ALCA DEPOIS DE MIAMI: A CONQUISTA CONTINUA

NO PRESENTE TEXTO recontaremos o desenvolvimento recente das negociações para a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), apontando para duas direções: de um lado, identificaremos e revisaremos brevemente as principais dificuldades que debilitaram o processo de negociação, as mesmas que adquiriram sua expressão mais clara na oitava Reunião Ministerial, realizada em Miami em novembro de 2003, na qual ficou explícito que a ALCA dificilmente se concretizará com os conteúdos e nas datas previstas; por outro lado, argumentaremos que, apesar dessas dificuldades, o projeto estadunidense continua de pé, avançando por diferentes vias, e junto com ele também avançam os demais componentes da estratégia global que o governo estadunidense vem aplicando no hemisfério.

AS DIFICULDADES DO PROCESSO ALCA

Após um longo período no qual, do lado latino-americano e caribenho, a proposta do governo estadunidense parecia avançar sem maiores contratempos – e no qual as principais dificuldades, por fim parcialmente superadas, procede-

* Professor-pesquisador da Faculdade de Economia da Universidade Autónoma de Puebla e coordenador da Rede de Estudos da Economia Mundial <<http://www.redem.buap.mx>>.

ram da recusa do Congresso dos Estados Unidos em outorgar a “autoridade de promoção comercial”–, há alguns anos têm vindo à tona diferenças de certa importância no interior do processo de negociação da ALCA. Em todas as recentes reuniões ministeriais do Comitê de Negociações Comerciais (particularmente em São Salvador e em Porto Espanha) e dos distintos grupos de negociação, foram se reiterando e acentuando os desacordos relativamente a pontos-chave, que nos sucessivos rascunhos da ALCA ou não estavam incluídos ou estavam “entre parênteses”, ficando claro que na etapa final das negociações (correspondente ao ano de 2004) esses desacordos subsistiriam, e que com base nos conteúdos retratados nos rascunhos não seria possível chegar a textos “passados a limpo”.

Assim, do lado dos governos da região, o otimismo e a passividade que inicialmente os caracterizaram deram lugar a uma maior diversidade de posições e, em vários casos, a uma atitude de crescente resistência e cautela diante do projeto estadunidense. Em tal mudança influiu tanto o próprio desenvolvimento das negociações e das divergências que dele resultaram, como outros fatores, dentre os quais interessa mencionar dois.

- Por um lado, as mudanças de governo na Venezuela, Brasil e Argentina trouxeram consigo um endurecimento nas posições oficiais desses países com respeito à ALCA, incluindo maiores níveis de questionamento dos princípios gerais que sustentam sua criação, os graus em que tal criação responde unilateralmente aos interesses e necessidades estadunidenses e os impactos que seu funcionamento causaria não só sobre distintos setores sociais, indústrias e regiões, como também sobre as capacidades estatais de regulação do funcionamento econômico interno.

- Por outro lado, os governos viram-se pressionados pelos crescentes níveis de questionamento que a ALCA veio gerando nas sociedades da região, o qual abarca um leque que vai desde setores empresariais preocupados com as conseqüências que advirão da competição com as transnacionais estadunidenses, até diferentes grupos sociais que avaliam negativamente o tipo de relações que, através da ALCA, se tentam impor no âmbito hemisférico, e a notória passividade com que o projeto estadunidense foi sendo incorporado pelos governos. Tudo isso se expressou em crescentes demonstrações de inconformidade dos mais diversos setores em relação ao eventual funcionamento da Área, dando lugar, além disso, a diferentes análises críticas sobre o processo de negociação, acompanhadas em alguns casos por propostas alternativas sobre o tipo de relação hemisférica que se deveria promover, a partir da perspectiva dos interesses não mais dos grandes capitais do hemisfério, e sim da imensa maioria dos habitantes dos países envolvidos.

No interior do processo de negociação, os principais pontos de desacordo situaram-se nos temas da agricultura, investimentos, políticas de concorrência, compras governamentais e propriedade intelectual, que, não por acaso, são também os temas em torno dos quais se produziram os maiores conflitos no interior da Organização Mundial do Comércio (OMC). De maneira muito breve, mencionaremos aquilo que foi objeto de desacordo no processo ALCA.

- No tema da agricultura, o principal ponto de conflito refere-se aos elevados subsídios que os produtores estadunidenses recebem de seu governo, e que na prática não só impossibilitam os agricultores do resto do hemisfério de competir nesse mercado, como, além disso, ameaçam levá-los à ruína por não poderem competir em seu próprio mercado interno com as exportações subsidiadas provenientes daquele país.

A esse respeito, no processo de negociação foram se configurando duas posições: de um lado, diferentes países latino-americanos, e sobretudo o MERCOSUL, propondo a inclusão na ALCA de compromissos para a diminuição de subsídios agrícolas; do outro lado, os Estados Unidos propondo não avançar no tema enquanto este não for resolvido no âmbito da OMC, com o argumento de que não podem diminuir a ajuda a seus produtores agrícolas sem ter a segurança de que os outros países desenvolvidos, especialmente os europeus, farão o mesmo.

Com tudo isso, na negociação da ALCA se reproduz o que ocorreu no nível multilateral, onde os subsídios agrícolas transformaram-se no principal ponto de conflito entre os países desenvolvidos e atrasados, provocando de maneira direta o fracasso da reunião ministerial da OMC em Cancun. Tanto no âmbito multilateral como na ALCA, os componentes básicos do conflito são os mesmos: altos subsídios nos países desenvolvidos, abertura indiscriminada do setor agrícola nos países atrasados, reclamações infrutíferas dos governos destes países pela permanência de subsídios no Norte e pela pauperização progressiva dos setores camponeses dos países do Sul, acompanhada por uma crescente dependência alimentar¹.

- Quanto aos temas dos investimentos, compras governamentais e políticas de concorrência, ocorre o contrário do que com os subsídios agrícolas; nesses temas são os Estados Unidos que exigem a inclusão e o estabelecimento de compromissos ambiciosos, enquanto outros países se propõem a

1 Elementos semelhantes encontram-se presentes no interior do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), no qual o ocorrido com a agricultura mexicana constituiu-se num exemplo palpável dos efeitos devastadores que pode implicar a concorrência com produtos subsidiados.

não assumir tais níveis de obrigação no nível hemisférico, à espera de que sua negociação se resolva ou não no interior da OMC, onde os países desenvolvidos vêm insistindo que sejam incluídos na agenda de negociação, como parte dos chamados “Temas de Cingapura”.

A resistência em incluir na ALCA os três temas assinalados acima é, além disso, acompanhada de diferentes tipos de prevenções referentes a cada um deles:

1. Em relação ao tema dos investimentos, as preocupações centram-se no alto nível de facilidades oferecidas aos grandes capitais —e de obrigações por parte dos estados receptores— que se pretende retratar no capítulo correspondente, conteúdos que correspondem plenamente tanto ao que foi estabelecido no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN), como ao que se tentou incorporar no até agora frustrado Acordo Multilateral de Investimentos.

2. Com respeito às compras governamentais, as preocupações estão centradas na violenta redução das margens de autonomia e de manobra da política econômica —e, em particular, das políticas de gasto público— que a aplicação do capítulo acarretaria; na primeira versão que veio a público, o objetivo proposto era “criar, manter e aprofundar um único e amplo mercado de compras públicas entre as Partes”, o que implicaria avançar, na ALCA, muito além dos compromissos de “transparência” de tais compras que os países desenvolvidos pretendem incorporar na OMC.

3. No que se refere às políticas de concorrência, o capítulo correspondente também implica uma redução muito forte das capacidades estatais, por dois caminhos: de um lado, a homogeneização das diferentes legislações nacionais sobre o tema, através de um conjunto de princípios e normas comuns para todo o hemisfério; de outro lado, impelindo as empresas públicas a um funcionamento exclusivamente guiado por critérios mercantis, reduzindo ao mínimo a possibilidade de monopólios públicos —independentemente de sua necessidade e pertinência— e colocando tais empresas em concorrência direta com o capital privado.

4. Quanto aos direitos de propriedade intelectual, mais do que preocupações o que há são múltiplas evidências do prejuízo que a inclusão de tal tema na OMC —o chamado Acordo sobre Aspectos da Propriedade Intelectual Relacionada com o Comércio (TRIPs, na sua sigla em inglês)— trouxe para os países atrasados, e a certeza de que esse prejuízo ver-se-á multiplicado com a aplicação da ALCA pelo menos por três vias: os pagamentos pelo uso de tecnologias geradas nos países desenvolvidos (neste caso, Estados Unidos);

as dificuldades para aplicar exceções a esses pagamentos, mesmo quando elas sejam formalmente contempladas (como veio ocorrendo na OMC com a produção dos medicamentos genéricos por motivos de saúde pública); e o patenteamento por parte das empresas transnacionais dos recursos biológicos, assim como dos saberes, processos e produtos tradicionais de nossos países.

Com o processo de negociação arrastando esse conjunto de desacordos, nos meses anteriores à Reunião Ministerial de Miami, os Estados Unidos desenvolveram um intenso conluio para impor, na etapa final de criação da ALCA, os conteúdos e níveis de compromisso que são de seu interesse. Não o conseguindo, chegou-se em tal reunião a um acordo de caráter geral, que indicava a exclusão de alguns dos pontos conflitantes da negociação hemisférica, reduzindo os compromissos para o conjunto da Área a uma espécie de “mínimo comum” que abarcasse aqueles conteúdos que os 34 países participantes estavam dispostos a aceitar e cuja negociação seria concluída nos períodos originalmente propostos.

Nesse sentido, segundo o ponto cinco da declaração final da reunião, “os Ministros reconhecem que é preciso flexibilidade para levar em conta as necessidades e as sensibilidades de todos os sócios da ALCA”, e no ponto sete se acrescenta que “os Ministros reconhecem que os países podem assumir diferentes níveis de compromissos. Procuraremos desenvolver um conjunto comum e equilibrado de direitos e de obrigações que sejam aplicados a todos os países”. Do mesmo modo, no ponto dez se estabelece que “instruímos o Comitê de Negociações Comerciais (CNC) a desenvolver um conjunto equilibrado e comum de direitos e obrigações que sejam aplicáveis a todos os países”².

Tudo isso, que foi apresentado pela imprensa como uma “ALCA light”, deixa claramente em evidência as dificuldades que o governo estadunidense está encontrando para impor seus interesse e estratégias econômicas no nível hemisférico, assim como as possibilidades de construção de alternativas que se oponham a esses desígnios. Por conseguinte, o critério de “mínimo comum” definido em Miami bem pode ser considerado como um primeiro revés significativo no projeto ALCA.

Contudo, seria profundamente equivocado, e ao mesmo tempo ingênuo, supor que com o ocorrido em Miami a ALCA foi mortalmente ferida, ou que deixou de ser perigosa.

2 Outro componente relevante da declaração ministerial é seu ponto quatro, segundo o qual “Os compromissos que os países adquiram na ALCA deverão ser compatíveis com as doutrinas da soberania dos Estados e dos respectivos textos constitucionais”, já que é a primeira oportunidade –nas oito declarações ministeriais emitidas desde 1995– em que se “lembra” a soberania e em que se menciona que a ALCA deve estar sujeita às constituições nacionais.

AS INCERTEZAS E OS PERIGOS

Apesar dos problemas que ficaram explícitos em Miami, a estratégia estadunidense para a América Latina está longe de sofrer modificações importantes, e isto é válido no terreno das relações econômicas e nos demais âmbitos nos quais se desenvolve tal estratégia, assim como nos fins mais globais aos quais responde.

No que diz respeito às negociações da ALCA, ainda estão pendentes os significados precisos que terá o “mínimo comum” definido em Miami e, por conseguinte, não se sabe quais dos pontos conflitantes efetivamente ficarão fora desse nível de negociação; ao que se acrescenta que também em Miami se acordou a criação de um segundo nível (o segundo “andar”) nas negociações da ALCA, que no ponto sete da declaração final dessa reunião ficou colocado nos seguintes termos:

[A]s negociações deveriam permitir que os países que assim decidirem, dentro da ALCA, possam acordar benefícios e obrigações adicionais. Uma possível linha de ação poderia ser que estes países levem a cabo negociações multilaterais dentro da ALCA, para definir as obrigações em cada área respectiva (Oitava Reunião de Ministros do Comércio do Hemisfério, 2003).

Por conseguinte, aqueles conteúdos que o governo estadunidense não conseguir incorporar no primeiro nível, certamente reaparecerão com força redobrada nas negociações “multilaterais” (tal como estiveram presentes no TLCAN, no Tratado Estados Unidos-Chile e no Tratado com a América Central) com o qual, se tiver êxito, terá alcançado três objetivos: aparecer no atual período eleitoral tendo conseguido avançar na “ALCA básica” nos tempos previstos, isolar aqueles governos que mostraram maiores reticências ao projeto estadunidense, e impor aos demais governos, com maior facilidade que antes –agora sem o “estorvo” de posições dissidentes–, a totalidade dos conteúdos de seu projeto original.

A tudo que foi dito anteriormente caberia acrescentar também que, tanto antes como depois dos acordos feitos em Miami, continuam presentes no processo ALCA pelo menos duas grandes deficiências, que estão muito longe de ser reconhecidas e enfrentadas enquanto tais.

1. Uma refere-se ao Trato Especial e Diferenciado (TED). Supõe-se que na ALCA o compromisso de atentar às diferenças nos níveis de desenvolvimento e tamanho das economias é contemplado através do Comitê de Economias Menores, e para esse fim criou-se o Programa de Cooperação Hemisférica, mas o certo é que do lado estadunidense há uma evidente falta de disposição para tratar seriamente o tema (reproduzindo-se nesse

sentido o que ocorreu com o México no TLCAN), e isso apesar das enormes disparidades que estão presentes entre os países da ALCA.

Embora da parte de vários países latino-americanos, e sobretudo caribenhos, tenha havido uma permanente reclamação para que se incluam na ALCA considerações especiais para as “economias menores”, e isso se reflete numa boa quantidade de parágrafos do rascunho para os quais, no entanto, não há acordo, o certo é que até esta data o TED para elas limitou-se unicamente a três tipos de compromissos que se revelam completamente marginais diante da magnitude das desigualdades: “assistência técnica” para que as “economias menores” estejam em condições de participar na negociação; abertura mais rápida de mercados para a entrada de mercadorias provenientes delas; e a aceitação de que tais economias demorem um pouco para abrir seus mercados internos.

2. A outra grande deficiência situa-se não no interior do processo de negociação, mas nas relações –ou melhor, na falta delas– entre aqueles que participam de tal processo e o resto das sociedades do hemisfério. Nesse sentido, e apesar das reiteradas solicitudes e exigências que foram feitas aos governos, as negociações da ALCA continuam se caracterizando por uma notória falta de informação pública. Embora existam múltiplas referências à “transferência” nos diferentes documentos oficiais da ALCA (45 referências na segunda versão dos rascunhos, 39 referências nos textos e anexos das sete primeiras declarações ministeriais, etc.), o certo é que a única preocupação real a esse respeito procura assegurar que os governos se comprometam a entregar toda a informação necessária para que os capitais dos países sócios possam tomar as melhores decisões comerciais e de investimento.

O outro e mais importante âmbito da “transparência”, aquele que deveria implicar uma informação pública cuja oportunidade e suficiência permitisse que as populações do hemisfério estivessem cientes das –e participassem nas– decisões que as afetarão por várias gerações, está notoriamente ausente das preocupações governamentais³ e reflete claramente o propósito de negociar e pôr em andamento a ALCA praticamente de costas volta-

3 A esse respeito, dois exemplos: insistiu-se inúmeras vezes na demonstração de transparência dada pela “desclassificação” dos rascunhos da negociação, mas essa desclassificação não incluiu informação alguma acerca das posições negociadoras nacionais, com o que tais posições continuam sendo um segredo cuidadosamente guardado; apesar de os governos terem iniciado a entrega de suas ofertas de liberalização comercial desde 15 de fevereiro de 2003, até a presente data não há nenhuma informação pública sobre o conteúdo de tais ofertas, nem há sinais de que essa informação será dada a conhecer.

das para as sociedades que supostamente estão sendo representadas pelas equipes negociadoras. Com isso, à inconformidade pelos conteúdos que se conhecem da negociação soma-se a exigência não atendida de uma verdadeira transparência no processo ALCA, tudo isso gerando as condições que impeliram a uma rejeição cada vez maior do projeto estadunidense.

Do lado de fora das negociações da ALCA e do âmbito econômico das relações hemisféricas há ainda menos razões para supor que poderia estar se produzindo alguma redefinição nas estratégias do governo dos Estados Unidos para a América Latina e para o Caribe. Muito pelo contrário, o que sobram são evidências da persistência estadunidense em impor a todos os níveis suas prioridades e interesses geoestratégicos, tentando impor sua agenda não só na esfera econômica como também no plano político-militar.

Em termos gerais, as tentativas foram encaminhadas no sentido de aplicar no nível hemisférico os princípios que animam a estratégia global de posicionamento político-militar dos Estados Unidos, os quais são claramente apresentados no documento *The National Security Strategy of the United States of America* (Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos), de setembro de 2002 (Governo dos Estados Unidos, 2002). Nesse documento são identificados como principais inimigos os “Estados falidos” (“os Estados Unidos se vêem agora ameaçados não tanto pelos Estados conquistadores, como pelos Estados falidos. Somos ameaçados menos pelas frotas e pelos exércitos do que pelas tecnologias catastróficas nas mãos de alguns ressentidos”), reafirma-se a decisão de atuar unilateralmente (“não teremos dúvida de atuar sozinhos, caso necessário, para exercer nosso legítimo direito à defesa própria”⁴) e torna-se infinitamente elástico o conceito de “defesa própria”, de tal maneira que é utilizado para amparar inclusive ações contra perigos que em algum momento do futuro poderiam chegar a se concretizar, tal como se observa nos seguintes parágrafos do documento:

Cooperamos com outros países para denegar, conter e restringir os esforços de nossos inimigos para adquirir tecnologias perigosas. E, como uma questão de sentido comum e de autodefesa, os Estados Unidos atuarão contra essas ameaças em surgimento, antes que estas terminem de se formar (Governo dos EE.UU., 2002).

Considerando as metas dos Estados à margem da lei e dos terroristas, os Estados Unidos já não podem depender exclusivamente de uma posição de reação, como fizemos no passado. A incapacidade de frear um atacante potencial, a iminência

4 Mais recentemente, em janeiro de 2004, o presidente Bush reiterou o mesmo em seu Informe ao Congresso, ao afirmar que “os Estados Unidos nunca pedirão permissão para defender a segurança de nosso país” (Bush, 2004).

das ameaças de hoje e a magnitude do dano potencial que poderiam causar as armas preferidas por nossos adversários não permitem tal opção. Não podemos deixar que nossos inimigos dêem o primeiro golpe (Governo dos EE.UU., 2002).

Quanto maior for a ameaça, maior é o risco da inação e mais imperiosa a razão para tomar medidas preventivas para nos defendermos, ainda que subsista incerteza quanto ao momento e ao lugar do ataque do inimigo. Para impedir ou evitar tais atos hostis de nossos adversários, os Estados Unidos atuarão preventivamente, se necessário (Governo dos EE.UU., 2002).

Com esse tipo de “princípios”, os Estados Unidos dirigiram seus esforços para o desenvolvimento no hemisfério de uma mais ampla e sólida estrutura de “segurança e defesa”, para o que veio ampliando sua presença militar na América Latina, aumentando o número de bases (El Salvador, Equador, Aruba, Curaçao), canalizando vultosos recursos para o Plano Colômbia e incentivando a integração militar com os exércitos da região; paralelamente, promoveu –sobretudo através da Organização dos Estados Americanos (OEA)– a colocação do tema da segurança num lugar prioritário da agenda regional, introduzindo-o, por exemplo, nos acordos das quatro Reuniões de Cúpula realizadas desde 1994 (ver o Anexo) e pressionando por diferentes vias a modificação dos acordos e instituições até agora existentes nessa direção, assim como a criação de novas instâncias.

Nesse sentido, uma enumeração mínima incluiria o seguinte:

- As tentativas de aumentar as funções da Junta Interamericana de Defesa (JID) e do Colégio Interamericano de Defesa (CID), objetivo no qual os Estados Unidos vêm insistindo pelo menos desde a reunião de Williamsburg, Virginia, convocada pelo Pentágono em julho de 1995, e que também esteve presente na Conferência Especial de Segurança, em outubro de 2003, realizada no México.

A esse respeito, o Grupo de Trabalho sobre Temas de Defesa e Segurança e sobre as Instituições do Sistema Interamericano relacionadas com a Segurança, da Comissão de Segurança Hemisférica da OEA veio trabalhando em uma proposta de mudanças nas instituições hemisféricas relacionadas com a segurança, e em março de 2003 apresentou um rascunho no qual propõe modificar a estrutura da JID e do CID “para que possam colocar à maior disposição da OEA e dos Estados membros a competência técnica, consultiva e educativa em matéria de defesa e segurança”, recomendando a criação de “uma nova entidade de defesa e segurança” cuja missão seria:

Assessorar a Organização dos Estados Americanos sobre assuntos relacionados com a defesa e a segurança, promover a cooperação dentro do Sistema Interame-

ricano e desenvolver atividades acadêmicas com o propósito de contribuir para a prevenção e redução das ameaças à paz e à segurança no Hemisfério (Grupo de Trabalho sobre Temas de Defesa e Segurança e sobre as Instituições do Sistema Interamericano relacionadas com a Segurança, Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente da OEA, 2003).

- A crescente importância atribuída ao Comitê Interamericano Contra o Terrorismo (CICTE), que, embora tenha sido criado em 1999, a partir de setembro de 2001 reforçou suas atividades. Segundo o estatuto desse Comitê, aprovado no momento de sua criação, entre suas funções está a de:

Prestar assistência aos Estados Membros que assim o solicitem, com os objetivos de prevenir, combater e eliminar o terrorismo, fomentando, em conformidade com a legislação interna dos Estados Membros, o intercâmbio de experiências e de informação sobre as atividades de pessoas, grupos, organizações e movimentos vinculados a atos terroristas, assim como em relação aos métodos, fontes de financiamento, entidades das quais recebam proteção ou apoio, de forma direta ou indireta, e sua eventual vinculação na comissão de outros delitos (OEA, 1999).

E nesse mesmo estatuto, no primeiro lugar da lista de atividades a serem desenvolvidas pelo CICTE, propõe-se:

Criar uma rede interamericana de recopilación e transmissão de dados através das autoridades nacionais competentes, orientada para a troca de informações e de experiências sobre as atividades de pessoas, grupos, organizações e movimentos vinculados a atos terroristas, assim como em relação aos métodos, fontes de financiamento, entidades das quais recebam proteção ou apoio, de forma direta ou indireta, e sua eventual vinculação na comissão de outros delitos, incluindo a criação de um banco de dados interamericano sobre questões de terrorismo, que estará à disposição dos Estados Membros (OEA, 1999).

- A Convenção Interamericana contra o Terrorismo, adotada em 3 de junho de 2002 e atualmente à espera de ser ratificada, a qual “tem como objetivo prevenir, aplicar sanções e eliminar o terrorismo”, e cujos conteúdos podem ser depreendidos dos subtítulos de alguns de seus artigos: “Medidas para prevenir, combater e erradicar o financiamento do terrorismo no âmbito fronteiriço”, “Embargo e perda de fundos e outros bens”, “Cooperação no âmbito fronteiriço”, “Cooperação entre autoridades competentes para a aplicação da lei”, “Assistência jurídica mútua”, “Translado de pessoas sob custódia”, “Inaplicabilidade da exceção por delito político”, “Denegação da condição de refugiado”, “Denegação de asilo” (OEA, 2002).

- Num âmbito geográfico mais reduzido, encontra-se a referência à “tríplice fronteira”, sobre a qual o governo estadunidense veio lançando acusações,

primeiro de terrorismo e depois de financiamento do terrorismo. A esse respeito, constituiu-se o Grupo 3 + 1 sobre Segurança na Tríplice Fronteira, formada pela Argentina, Brasil, Paraguai e Estados Unidos, o qual, ao se reunir em 3 de dezembro de 2003, emitiu um comunicado manifestando que tal reunião foi:

[P]ara discutir e analisar ações preventivas contra o terrorismo, assim como para a capacitação, o fortalecimento de instituições financeiras, a legislação de lavagem de dinheiro, o financiamento do terrorismo e do tráfico de armas e de drogas, o controle fronteiriço, a cooperação no intercâmbio de informação e a aplicação de leis nesta matéria (Grupo 3 + 1 sobre Segurança na Tríplice Fronteira, 2003).

Por conseguinte, parece claro que a estratégia hemisférica global do governo dos Estados Unidos continuou avançando em seus diferentes componentes, e em particular no que se refere à “segurança”, e que a sujeição das economias da América Latina e do Caribe ao domínio das corporações estadunidenses continua sendo um elemento central dessa estratégia, em direção à qual continuarão sendo orientados os esforços daquele governo, para além das dificuldades transitórias encontradas no processo da ALCA.

HEGEMONIAS E EMANCIPAÇÕES

ANEXO

REFERÊNCIAS À “SEGURANÇA” NOS DOCUMENTOS
FINAIS DAS CÚPULAS HEMISFÉRICAS

Texto	Nº de referências	Sentido das referências
Cúpula de Miami		
Declaração final	1	<ul style="list-style-type: none"> • Compromisso de fomentar a segurança
Plano de ação	3	<ul style="list-style-type: none"> • Colaboração em programas de capacitação para forças de segurança • O narcotráfico põe em perigo a segurança • Ameaça do terrorismo para a segurança
Cúpula de Santiago		
Declaração final	1	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar fomentando a segurança com medidas como as indicadas nas declarações anteriores
Plano de ação	13	<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da segurança • Seção sobre “Fomento da Confiança e da Segurança entre os Estados” (10 menções) • Segurança nos sistemas de transporte • Segurança alimentar
Cúpula de Quebec		
Declaração final	8	<ul style="list-style-type: none"> • Melhorar a segurança • Necessidade de aumentar a segurança humana • Compromisso de manter a segurança • Adoção de medidas de fomento à segurança • Capacidade militar que corresponda a legítimas necessidades de segurança • Compromisso de combater as ameaças à segurança • Necessidade de aumentar a segurança humana • HIV/Aids como ameaça à segurança
Plano de ação	24	<ul style="list-style-type: none"> • Seção sobre “Segurança Hemisférica” (19 menções) • Normas de segurança nos serviços de transporte, com aplicação de padrões internacionais • Segurança nos embarques de material radiativo • Implementação da Declaração da Bahia sobre Segurança Química • Revisão de práticas de saúde e produtos medicinais alternativos à luz da segurança pública • O HIV/Aids como uma ameaça à segurança
Cúpula de Monterrey		
Declaração final	7	<ul style="list-style-type: none"> • Aparição de novas ameaças à segurança • Ameaça do HIV/Aids para a segurança • Necessidade de que a agricultura contribua para a segurança alimentar • Contribuição da justiça social e da redução da pobreza à segurança • Aprofundamento da dimensão humana da segurança • Compromisso com a Declaração sobre Segurança nas Américas, que se baseia “no conceito multidimensional da segurança, assim como no princípio de que o fundamento e o propósito da segurança é a proteção dos seres humanos” • “O terrorismo, assim como a proliferação de armas de destruição massiva, constituem graves ameaças à segurança internacional”

BIBLIOGRAFIA

- Bush, George 2004 *Informe sobre o Estado da União*, 21 de janeiro de 2003.
- Governo dos Estados Unidos 2002 *The National Security Strategy of the United States of America* (Washington) 17 de setembro. Disponível em <http://www.whitehouse.gov/nsc/nss.html>.
- Grupo 3 + 1 sobre Segurança na Tríplice Fronteira 2003 *Comunicado do Grupo 3 + 1*, 3 de dezembro. Disponível em <http://www.cicte.oas.org/Docs/Comunicado20del20Grupo203.doc>.
- Grupo de Trabalho sobre Temas de Defesa e Segurança e sobre as Instituições do Sistema Interamericano relacionadas com a Segurança, Comissão de Segurança Hemisférica do Conselho Permanente da OEA 2003. Rascunho de um estudo preparatório e de recomendações sobre a modernização e as mudanças necessárias para colocar à disposição da OEA a competência técnica, consultiva e educativa em matéria de defesa e segurança, para prestar apoio ao exame contínuo das instituições do sistema interamericano relacionadas com a segurança do hemisfério (OEA) 12 de março. Disponível em http://scm.oas.org/doc_public/SPANISH/HIST_04/CP12290S08.DOC.
- Oitava Reunião de Ministros do Comércio do Hemisfério 2003 *Declaração Ministerial de Miami* (Miami) 23 de novembro.
- OEA 2002 Convenção Interamericana contra o Terrorismo (adotada em 3 de junho de 2002). Disponível em <http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/a-66.htm>.
- Organização dos Estados Americanos 1999 Cooperação hemisférica para prevenir, combater e eliminar o terrorismo (aprovada na primeira sessão plenária celebrada no 7 de junho de 1999). Disponível em <http://www.oas.org/juridico/spanish/ag-res96/Res-1399.htm>.

BERENICE P. RAMÍREZ LÓPEZ*

A AMÉRICA CENTRAL NA ATUAL EXPRESSÃO DA HEGEMONIA ESTADUNIDENSE

O TERRITÓRIO dos países tradicionalmente identificados como região centro-americana (Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá) tem sido parte do que é considerado “quintal” no âmbito do interesse geopolítico norte-americano e de seu espaço de dominação. Tal conotação expressa uma relação de dominação/subordinação que, entre tensões e contradições, e ao longo de cento e cinquenta anos –isto é, a partir da constituição dos estados nacionais–, foi estruturada em cenários de ditaduras, golpes militares e situações de guerra nas quais o interesse principalmente geopolítico vinculado à situação geográfica da região parece determinar a relação entre os Estados Unidos e a América Central¹.

Nos perguntamos se no início do século XXI a vizinhança da América Central com os Estados Unidos, vista de uma perspectiva exclusivamente geopolítica, é a única que determina as características e expressões que mostram hoje em dia as relações entre ambos, ou se outros fatores estariam intervindo no interesse de continuar fortalecendo uma relação na qual se destaca a dimensão

* Pesquisadora Titular do Instituto de Pesquisas Econômicas, professora do Programa de Pós-graduação em Estudos Latino-americanos e de Pós-graduação em Ciências Políticas e Administração Pública, UNAM. Membro da Rede de Economia Mundial.

¹ Esta relação de dominação/subordinação apresenta matizes num regime como o que se estrutura em Costa Rica depois da revolução de 1948.

econômica, certamente sem que deixe de se evidenciar a dimensão política e a militar; e que relações estes vínculos têm com a expressão da hegemonia norte-americana na região e em escala mundial.

O ponto de partida para se chegar a uma primeira tentativa de interpretação é rever os elementos que consideramos que estão determinando ou dando forma à hegemonia norte-americana no contexto da mundialização econômica. Em segundo lugar, tentar construir os interesses que os Estados Unidos podem estar demonstrando na atual relação com a América Central. E, como terceiro elemento, tentar mostrar também que a construção e a expressão da hegemonia norte-americana é resultado das posições expressas pelos governos centro-americanos, e que nestes momentos parecem se concentrar nos conteúdos e agendas de negociação do Tratado de Livre Comércio entre a América Central e os Estados Unidos, mais conhecido como Central America Free Trade Agreement (CAFTA).

A HEGEMONIA NORTEAMERICANA NO CONTEXTO DA MUNDIALIZAÇÃO ECONÔMICA

Tomamos como ponto de partida o conceito de hegemonia referido por A. E. Ceceña:

A hegemonia é a capacidade de converter a própria concepção do mundo em verdade universal, seja porque as condições materiais que a geram e a ação do sujeito coletivo que a sustenta conseguem construir amplos consensos, seja porque todos os mecanismos de correção social e estabelecimento de normatividades afins a esta concepção do mundo impõem-se como essência moral e valores compartilhados mediante o recurso à violência em todas as formas, justificando assim a sanção à dissidência em quaisquer dos campos da vida social (Ceceña, 2003: 29).

Compartilho esta definição como ponto de partida, já que traz em si a essência da proposição gramsciana² em uma perspectiva de análise que oferece uma interpretação integral e sistêmica, que, além disso, permite formular perguntas específicas sobre o tema deste artigo, na seguinte direção:

A concepção de mundo que se impôs hegemonicamente, e com maior determinação a partir da dissolução do bloco socialista, é a de uma sociedade determinada e impulsionada pelo livre mercado. Esta concepção, que tam-

2 Cabe lembrar que Gramsci, ao relacionar hegemonia com consensos, recupera os seguintes aspectos: "hegemonia como a articulação de grupos e frações de classe sob uma direção política, moral e intelectual que, por sua vez, funde grande quantidade de vontades díspares, dando-lhes uma única visão do mundo que se expressa em vontades coletivas [...] se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode, pelo menos, deixar de estar baseada na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo diretor da atividade econômica" (Gramsci, 1975: 25-55).

bém foi identificada como a do pensamento único, tem um suporte material que corresponde às características, formas e dinâmicas da produção de bens e de serviços, e de como se trocam, distribuem e consomem num contexto de mundialização do capital. A mundialização, a partir de minha perspectiva, é determinada pelas características adotadas pelo processo produtivo, no qual a cadeia de valor e sua realização mesma se expandem por várias nações, dando lugar a uma inter-relação entre setores produtivos de vários países que foram se incorporando a redes empresariais mundializadas, seja como provedores de matérias-primas ou insumos, seja transformando, montando ou simplesmente comercializando. A estruturação dessas redes empresariais mundializadas fala de processos de concentração e de centralização do capital que se expressam nas características que o investimento estrangeiro direto mostra³: grande quantidade de fusões empresariais e de expansão de franquias.

Em torno do estado mantido pela hegemonia norte-americana houve toda uma argumentação sobre se esta hegemonia está em declínio ou se fortalece. Dadas as características do comportamento de sua dinâmica econômica, a partir da última década (ver Anexo) a economia norte-americana mostrou uma taxa de crescimento médio anual de 3,7% do Produto Interno Bruto (PIB) durante o período 1992-2000, crescimento importante no investimento fixo, principalmente no setor de equipamento e *software*. Seu setor externo mostrou grande dinamismo e, portanto, houve benefícios para a rentabilidade da economia norte-americana (Bureau of Economic Analysis, 2003: 1).

O dinamismo econômico foi acompanhado de uma política exterior ativa e de ações militares que permitiram apontar que havia uma reafirmação da hegemonia norte-americana; contudo, o ciclo de crescimento econômico apresenta traços de esgotamento desde o final de 2000, aprofundados com os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, o que levou ao fortalecimento da expressão militarista que os Estados Unidos estão mostrando ao mundo. A taxa de crescimento do PIB em 2001 foi de 0,5% e o déficit da conta corrente significou 4,5% do PIB.

Neste contexto, podemos inferir uma hipótese de cenário possível: a concepção de livre mercado que se impôs como visão do mundo, e cujo resultado foi uma maior polarização da riqueza e da exclusão social, está combinando ciclos curtos de crescimento econômico com a manutenção da ordem estabelecida, mediante um maior uso da força. Há uma clara hegemonia militar

3 O investimento estrangeiro direto passou de 10 bilhões e 383 milhões de dólares em 1993 para 79 bilhões e 741 milhões de dólares em 1999, caindo para 38 bilhões e 974 milhões de dólares em 2002. Participou principalmente na compra de empresas estatais e locais produtoras de gás, eletricidade, petróleo, telecomunicações, bancos e setor financeiro (UNCTAD, 2002: 118).

que se expressa em guerras e ações de guerra, mas, apesar disso, há fissuras de diversos tipos no consenso que deveria sustentar essa hegemonia. Se não se consegue restituí-lo, como parece ser a tendência, então a avaliação sobre o estado da hegemonia norte-americana é de uma fragilidade que requer maior uso da força militar. A pergunta que permanece aberta é até quando será possível manter essa relação antes que uma crise geral se manifeste. E se o declínio da hegemonia dará lugar a uma outra, no âmbito do sistema ou em outro contexto.

Na relação com a América Latina, os Estados Unidos estão reorganizando sua dominação, impelidos pela necessidade de estruturar um espaço continental que corresponda a sua projeção econômica e social, na qual se combina uma relação de vizinhos e sócios, embora estes sejam subordinados. Participam desta visão não só o interesse geopolítico, como também uma dimensão prioritariamente econômica que conduz à busca do controle da produção, o que também resulta no controle do território. Com este interesse, os Estados Unidos desenham relações de mercado, induzem comportamentos no investimento privado e avançam na configuração de uma região geográfica vizinha, que, sendo aliada, não só se converte em parte do desenho de uma estratégia político-militar, mas, além disso, nutre de recursos, de bens e serviços, e é o lugar para imposição de padrões de consumo e de valores culturais afins à visão norte-americana.

Então, podemos dizer que, no atual contexto de mundialização, o fortalecimento da hegemonia norte-americana está dependendo de uma recuperação produtiva que requer recursos energéticos garantidos, matérias-primas e força de trabalho barata, afinadas com o padrão industrial que foi se fortalecendo e que está baseado, entre outras prioridades, nas demandas de gás, eletricidade e exploração da biodiversidade; visando garantir o funcionamento de seu padrão produtivo e a geração de novos materiais. Além disso, na busca de novos espaços de investimento e, portanto, de rentabilidade, os setores produtores de energia, as telecomunicações e os serviços converteram-se em espaços atraentes para a participação da iniciativa privada, para o investimento estrangeiro direto e para as empresas transnacionais.

HEGEMONIA NORTE-AMERICANA E AMÉRICA CENTRAL

Se o contexto mundial está impulsionando a reorganização da dominação estadunidense e sua expressão hegemônica na América Latina sobre a base de uma dominação quase absoluta dos territórios e das sociedades, e se vemos que

no passado dos países centro-americanos tal vocação de dominação já havia de algum modo se manifestado, o que é estritamente novo?

Uma primeira característica é a busca de controle de toda a sociedade para operar as mudanças que, na perspectiva da dominação norte-americana, são necessárias em diversos âmbitos para gerar espaços rentáveis e economias de mercado que não só resguardem o território diante das ameaças externas, mas que participem na criação de espaços competitivos para fortalecer a presença norte-americana em escala mundial. Não se trata somente de uma exploração de recursos e de força de trabalho, mas da conformação de novos indivíduos e, portanto, de novas sociedades que possam responder aos requerimentos que, a médio prazo, a reprodução do sistema necessita.

Esta consideração apóia-se nas últimas recomendações que o vice-presidente do Banco Mundial está indicando, ao dizer que “as reformas comerciais por si mesmas não são suficientes sem uma força de trabalho bem treinada e com maiores esforços em pesquisa e desenvolvimento” (De Ferranti, 2003: 3). Isto é, não só se requer força de trabalho barata, mas força de trabalho treinada. Como o gasto requerido é maior do que aquele que o Estado pode conceder à educação, então deve-se abrir mais ao setor privado a participação, administração e geração de serviços educativos. De acordo com a distribuição da renda, os setores que podem pagar mais são os de mais altos recursos; então, a polarização social tenderá a acentuar-se mais.

E como o setor produtivo requer uma forma específica de treinamento, a educação é transformada em treinamento técnico para realizar certas atividades, e não em uma educação integral que permita construir uma visão do mundo e um sentido comum mais de acordo com o desenvolvimento humano.

Minha interpretação do interesse dos Estados Unidos em relação à América Central se situa na necessidade de garantir, de um lado, uma zona de circulação de recursos energéticos, petróleo, gás e eletricidade. E, de outro, continuar impulsionando as atividades de maquila* que permitem à economia norte-americana baratear custos, especialmente nos setores de vestuário, têxteis e microcomponentes de informática, para fazer frente à competição internacional, principalmente asiática.

Uma segunda característica da expressão da hegemonia norte-americana na América Central refere-se ao respaldo que, depois dos acordos de paz, os principais atores políticos centro-americanos deram à organização da dominação, mediante a estruturação de democracias representativas, ainda que estas apresentem crises de legitimidade e perda de confiança. Principalmente os governos de El Salvador e da Guatemala, por terem enfrentado acordos de paz, e governos como o da Nicarágua e o de Honduras, que desde os anos 1980 manifestaram uma posição pró-estadunidense e aumentaram seus vínculos com

* N. do T. Mantem-se o termo em espanhol.

os Estados Unidos. Costa Rica, por sua vez, que desde sua conformação como democracia moderna, depois da revolução de 1948, manteve uma relação com os Estados Unidos na qual expressa posições de interesse nacional, também aumentou tais vínculos, principalmente porque, ao efetuar as reformas estruturais direcionadas à liberalização e abertura de mercados, aceitou o investimento estrangeiro que, por seu montante e efeitos, tornou mais evidente a influência dos Estados Unidos.

Uma terceira característica refere-se ao reposicionamento do espaço territorial da região centro-americana em uma perspectiva geopolítica de apoio à construção do espaço hemisférico sob a exclusiva dominação norte-americana. A América Central serve de contenção a outras iniciativas regionais que buscam mais autonomia, como poderia ser a revitalização do projeto do MERCOSUL e suas possíveis alianças com os países da Comunidade Andina.

Sua situação geográfica e estratégica é reforçada porque agora representa uma fronteira de proteção para a região do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) e, caso a estruturação do Acordo de Livre Comércio das Américas (ALCA) sofra atraso, a estratégia a seguir é que, mediante acordos bilaterais (Chile-Estados Unidos e Peru-Estados Unidos) e sub-regionais como o CAFTA, a construção da ALCA vá se realizando, ainda que num primeiro momento chegue somente até a Costa Rica.

Desta forma, a posição dos governos da América Central pode chegar a representar uma ponte que conduza a uma maior aproximação dos países latino-americanos com os Estados Unidos, e também um dique para que os movimentos sociais da Bolívia, Brasil, Argentina e outros países não influenciem ou gerem simpatia naqueles do México. O resultado desta disjuntiva depende das manifestações dos movimentos sociais centro-americanos.

A EXPRESSÃO MAIS RECENTE: CARACTERÍSTICAS E TENDÊNCIAS DA NEGOCIAÇÃO DO TRATADO DE LIVRE COMÉRCIO AMÉRICA CENTRAL-ESTADOS UNIDOS

Partimos do pressuposto de que a hegemonia se impõe porque há uma dominação que é exercida e que até o momento é aceita, e que muitas vezes tem avançado porque forças políticas locais ou internas a favoreceram; este é o caso do acordo de livre comércio que os países centro-americanos pediram para estabelecer com os Estados Unidos.

Interessados em fortalecer e aumentar os vínculos econômicos e o livre comércio, no mês de fevereiro de 2001 os ministros encarregados do Comércio Exterior da América Central aprovaram o Marco Geral para as negociações de um Tratado de Livre Comércio entre Costa Rica, El Salvador, Guatemala,

Honduras, Nicarágua e Estados Unidos. No mês de setembro do mesmo ano iniciaram-se as conversações. Em 16 de janeiro de 2002 o Presidente George W. Bush assinalou: “Hoje anuncio que os Estados Unidos explorarão um tratado de livre comércio com os países da América Central. Meu governo colaborará estreitamente com o Congresso, para esse fim. Nosso objetivo é fortalecer os vínculos econômicos que já temos com estas nações, para reforçar seu progresso em direção às reformas econômicas, políticas e sociais; e dar outro passo para a conclusão da Zona de Livre Comércio das Américas” (Bush, 2002).

Em 26 de setembro de 2002 foi apresentada a resolução presidencial dos governos da América Central, na qual concedem todo o apoio político ao processo de pré-negociação e negociação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, solicitam 500 mil dólares ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para cada um dos países como apoio a este processo, e estabelecem o mês de janeiro de 2003 como data de início das negociações.

O interesse dos governos centro-americanos em subscrever um Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos é apoiado nas seguintes considerações.

a) As reformas estruturais aplicadas durante os anos 1990 tiveram como resultado modificações no padrão de reprodução social, entendendo-se por isso mudanças nas fontes de acumulação, na organização do trabalho, na distribuição do que se produz e nos padrões de consumo, mediante novas formas de inserção na economia mundial e no estabelecimento de novas legislações e novas funções estatais. Todas essas ações vão determinando modificações nos indivíduos e nas sociedades. A partir de 1987, mas com maior definição desde 1992, os governos centro-americanos deram início a políticas econômicas dirigidas à reativação do crescimento das economias sob novas modalidades: aplicaram políticas de liberalização comercial e financeira, reformas tributárias, modificações nos tipos de câmbio, processos de privatização, reformas das aposentadorias e reformas trabalhistas. Os resultados mais evidentes mostram que as fontes de financiamento do crescimento continuam situadas no setor externo, pela via das divisas geradas pelo comércio exterior, pela entrada de investimento estrangeiro direto e pelas remessas que os familiares dos centro-americanos enviam do exterior, principalmente dos Estados Unidos.

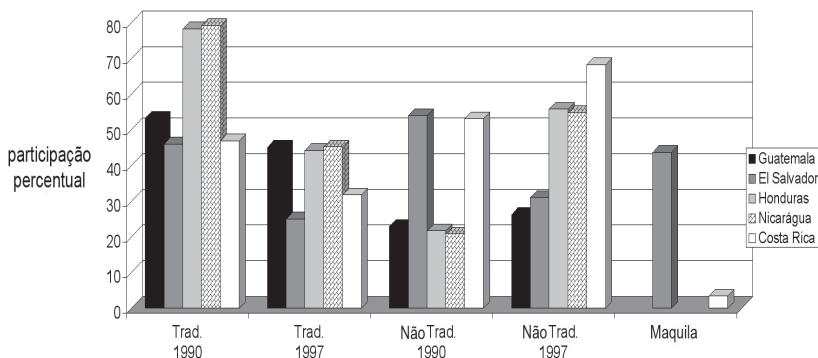
Levando em conta a importância do setor externo na oferta e demanda centro-americana, a abertura comercial e financeira tem sido dos processos que mais modificaram a estrutura produtiva e, portanto, a estrutura do comércio exterior.

A abertura comercial foi levada a cabo com a harmonização e a diminuição de tarifas, assim como com a implementação de políticas dirigidas à expansão da oferta exportável, incentivando as chamadas exportações não-tradicionais

que, no caso da América Central, referem-se a novos produtos que provêm do setor primário, como as hortaliças, as flores e os frutos, e diminuindo a participação de seus tradicionais produtos de exportação: o café, o açúcar, a banana e a carne. Os outros bens que imprimem mudanças substanciais na atividade produtiva e exportadora da América Central provêm da maquila, principalmente de confecção, peças de vestir e de componentes de informática, o que se desenvolve com maior persistência em El Salvador e Costa Rica. Além de abrir os mercados para a troca de bens, incentiva-se a troca de serviços e modificam-se as estruturas alfandegárias e a legislação em torno do investimento estrangeiro.

As mudanças ocorridas na estrutura produtiva e comercial centro-americana podem ser observadas na informação que se segue.

GRÁFICO 1
COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES



Fonte: CEPAL (1997). Elaborado com cifras do Estudio Económico de América Latina.

QUADRO 1

ISTMO CENTRO-AMERICANO: EXPORTAÇÕES TOTAIS E EXPORTAÇÕES
DE MAQUILA E ZONAS FRANCAS, 2000* (MILHÕES DE DÓLARES)

	Exportações totais**	Exportações maquila e zonas francas	Maquila e zonas francas
Istmo Centro-americano	19.605	11.121	56,7
Mercado Comum Centro-americano	13.722	6.174	45,0
Costa Rica***	5.042	3.346	66,4
El Salvador	2.934	1.609	54,7
Guatemala****	3.026	374	12,4
Honduras	2.046	542	26,5
Nicarágua	674	300	44,5
Panamá	5.883	4.950	84,0

Fonte: CEPAL (2002).

* Sem incluir Belize.

** As cifras desta coluna não coincidem necessariamente com as do BADECEL, que são a base de todo o documento.

*** Inclui os três regimes especiais de exportação definidos pelo governo.

**** A cifra sobre exportações de maquila e zonas francas corresponde ao valor agregado.

b) As exportações centro-americanas que se dirigem para os Estados Unidos aumentaram, de 35 para 45%, de 1995 a 2000, e as importações mantêm uma proporção de 40% (CEPAL, 2003a: 26). Os governos centro-americanos consideram que para consolidar o modelo de exportação adotado necessitam do mercado norte-americano e de investimento estrangeiro direto, em razão do que buscam estruturar uma relação econômica com os Estados Unidos que lhes permita ter condições de livre comércio, ainda que isso signifique deixar de se beneficiar das preferências que lhes foram concedidas unilateralmente, como aquelas que recebem desde 1982 com a Iniciativa da Bacia do Caribe [Iniciativa de la Cuenca del Caribe (ICC)].

QUADRO 2
MERCADO COMUM CENTRO-AMERICANO (MCCA)
PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS NO COMÉRCIO REGIONAL
(PORCENTAGENS)*

	1995	1996	1997	1998	1999	2000**	2001**
Exportações da região destinadas aos Estados Unidos							
MCCA	35,9	40,4	42,4	39,8	43,1	43,0	38,9
Honduras	51,2	52,9	65,0	58,3	56,2	53,1	58,8
Nicarágua	40,5	44,1	45,0	37,5	35,3	37,8	26,4
Importações da região provenientes dos Estados Unidos							
MCCA	42,7	44,6	44,2	45,3	42,4	40,8	40,3
Costa Rica	45,0	49,4	47,0	53,3	47,5	48,8	52,0
El Salvador	42,1	39,5	40,7	38,0	36,8	34,2	33,7
Guatemala	43,8	43,9	41,2	41,5	40,6	40,0	35,0
Honduras	44,8	49,0	53,8	51,7	46,6	46,4	42,1
Nicarágua	30,1	33,6	37,1	30,1	32,9	24,2	26,9

Fonte: Secretaria de Integração Econômica Centro-americana (SIECA).

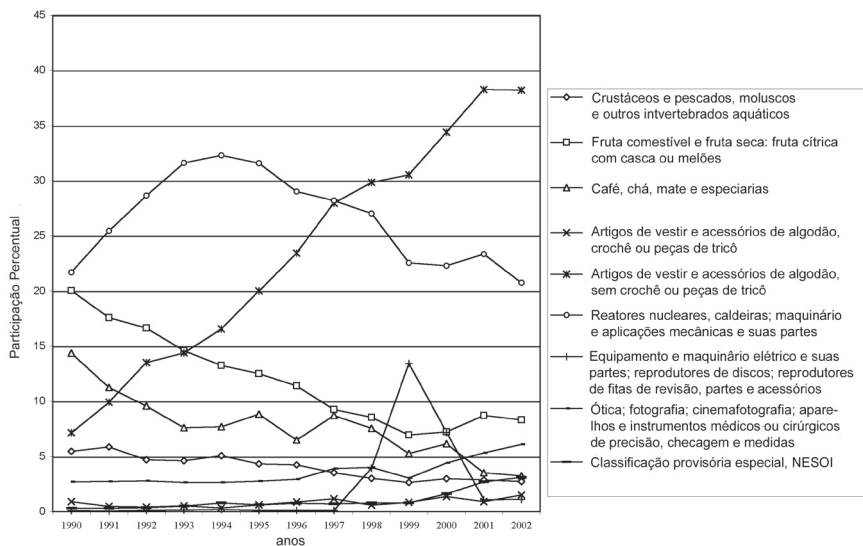
* Não inclui maquila.

** Cifras preliminares

Entre os produtos que os centro-americanos e a maquila instalada na América Central posicionaram de maneira competitiva nas exportações para os Estados Unidos encontram-se: a roupa de tricô para bebês, vestuário e roupa de cama; as partes e os acessórios de maquinarias; os circuitos integrados e as microestruturas eletrônicas e os instrumentos e aparelhos médicos (CEPAL, 2003b: 23).

No gráfico seguinte mostra-se a importância que adquiriu a exportação de têxteis para os Estados Unidos e a queda das exportações agrícolas.

GRÁFICO 2
PRINCIPAIS PRODUTOS DA AMÉRICA CENTRAL
IMPORTADOS PELOS ESTADOS UNIDOS



Fonte: CEPAL (2004).

c) O antecedente do qual partem os países centro-americanos para negociar um Acordo de Livre Comércio com os Estados Unidos é a ICC, já que é o tratado preferencial mais importante de que a região dispõe para comercializar com os Estados Unidos. Data de 1983, quando foi estabelecida a Lei de Recuperação Econômica da Bacia do Caribe [Ley de Recuperación Económica de la Cuenca del Caribe (LRECC)].

A ICC proporciona a 24 países beneficiários o livre acesso de direitos ao mercado dos Estados Unidos para a maior parte das mercadorias. Em 1990 a LRECC foi emendada para aumentar modestamente o acesso ao mercado dos Estados Unidos, e lhe foi conferido caráter permanente. Em maio de 2000 os Estados Unidos promulgaram uma nova ampliação da ICC mediante a Lei de Cooperação Comercial com a Bacia do Caribe [Ley de Cooperación Comercial con la Cuenca del Caribe (CBTPA)]. Esta nova lei proporciona acesso preferencial a produtos que anteriormente haviam sido excluídos, já que permite a exportação de peças de vestir e de têxteis, ainda que sujeitos a quotas, com direitos alfandegários superiores às tarifas consolidadas frente à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Entre os maiores benefícios da ampliação do ano 2000 aparecem o acordo que livra de tributos e de contingências a maioria das peças de vestir fabricadas com fios e tecidos dos Estados Unidos, assim como a autorização para uma quantidade limitada de peças de vestir fabricadas em países beneficiários da ICC a partir de tecidos da mesma região, produzidos a partir dos fios dos Estados Unidos, assim como outros produtos que anteriormente estavam excluídos, como o atum enlatado, determinadas peças de calçado e produtos de petróleo, que agora podem entrar nos Estados Unidos pagando direitos equivalentes aos que são aplicados aos produtos mexicanos no TLCAN (OMC, 2001: 18).

Apesar da ICC, 66% das exportações de El Salvador, 72% de Honduras, 71% da Guatemala, 67% da Nicarágua e 25,4% da Costa Rica estão sujeitas a tarifas alfandegárias e de outro tipo.

d) Por seu lado, os Estados Unidos declararam que perseguem um acordo de livre comércio com a América Central porque isso lhes abriria espaços de investimento onde este seria considerado como nacional. Buscam, além disso, sinalizar para toda a América Latina e pressionar para que as negociações da ALCA sejam aceleradas. Pretendem também melhorar a oferta, os preços e as condições de troca comercial dos países centro-americanos. Mas é quando são apontados os aspectos mais perniciosos, por seu caráter de intromissão nos assuntos internos dos países, quando aludem que tal acordo promoverá a democracia, a liberdade social e a competição, que se revela uma projeção de dominação.

A NEGOCIAÇÃO DO ACORDO

A partir de janeiro de 2003 realizam-se reuniões orientadas para a estruturação do texto definitivo do CAFTA. Até a presente data realizaram-se oito rodadas. Entre os aspectos mais significativos propostos temos os seguintes:

- Os Estados Unidos propõem que a América Central libere 66% de seus produtos industriais e de consumo e 64% dos produtos agrícolas. Para o resto dos produtos propõem uma redução de tarifas alfandegárias por 5 e 10 anos.
- Os países centro-americanos propõem uma redução de tarifas alfandegária por quatro períodos de pelo menos 15 anos. No primeiro período entrariam os produtos que sofreriam redução de imediato, no segundo período os que teriam redução aos cinco anos, no terceiro período os que

teriam redução aos dez anos, e no quarto os que receberiam um tratamento especial e reduções de até quinze anos. Em sua proposta, os países centro-americanos estão observando que nas negociações para a ALCA os Estados Unidos estão propondo a eliminação de tarifas para as importações procedentes da América Latina até 2015, enquanto que aquelas correspondentes a têxteis e confecções a teriam até 2010. Esta posição norte-americana dificulta as propostas de tempos mais amplos de redução e coloca em perigo as estruturas produtivas locais. Diante desta situação, os centro-americanos indicaram que “tentarão se amparar nas tarifas consolidadas da OMC, porque estas são maiores que as da região” (*El Diario de Hoy*).

- Os Estados Unidos declararam que têm interesse nos seguintes bens: avícolas, lácteos, grãos, cereais, arroz, bebidas, sopas de todo tipo, sucos, frango, carne bovina e suína, tecnologia de informação, químicos, fertilizantes, plásticos, maquinaria agrícola e industrial.

- Os centro-americanos solicitaram a revogação dos subsídios e apoios internos à produção e exportação de produtos norte-americanos, assim como a eliminação imediata de barreiras não-alfandegárias aos produtos centro-americanos, principalmente das medidas sanitárias e fito-sanitárias que afetaram as exportações centro-americanas de flores, plantas, samambaias e frutas. Cabe mencionar que o montante dos pagamentos diretos que os Estados Unidos fazem aos produtores agrícolas e pecuários foi de 30 bilhões de dólares no ano de 2000.

- Solicitam também a equiparação das tarifas dos produtos agropecuários e industriais dos Estados Unidos aos níveis alfandegários centro-americanos.

- Os centro-americanos pedem acesso livre e irrestrito de 500 milhões de toneladas anuais de açúcar e o livre acesso de produtos elaborados a partir do açúcar. Atualmente o acesso livre é de 126.400 toneladas; além desse volume, a tarifa é de 300%. Esta solicitação apóia-se no fato de que os Estados Unidos eliminaram quotas de exportação e tarifas no Acordo de Preferências Comerciais Andinas, além do que a OMC determinou a eliminação de quotas de exportação em escala global antes de 2005.

- A Associação Gremial de Exportadores de Produtos Não-Tradicionais da Guatemala solicita o uso de tecido regional, elaborado com fios da área, para a entrada de roupa livre de tarifas, assim como um acesso preferencial para têxteis e vestimenta produzida na América Central. Nesta mesma direção, o Conselho Empresarial Centro-Americano introduz a idéia de uma regra de origem a partir das fibras.

- Outra solicitação centro-americana é a de manter fora da negociação toda disposição que obrigue as zonas francas a renunciar aos subsídios para exportação com que contam atualmente.

- Nesta fase de reuniões, pré-negociações e negociações, chama atenção a postura do governo da Costa Rica, que manifesta sua posição nacional e seu interesse de Estado mediante as considerações que se seguem. Face ao acordo sobre os serviços, indica:

Historicamente o Estado costa-riquense tem ministrado, no exercício de suas faculdades governamentais, uma série de serviços que respondem a um amplo leque de necessidades da sociedade nacional, tais como a seguridade social e a educação pública, por isso, as negociações sobre serviços dentro do âmbito do TLC com os Estados Unidos deverão orientar-se no sentido de que estes tipos de serviços possam continuar sendo ministrados pelo Estado com a finalidade de atingir seus objetivos de desenvolvimento (Ministério do Comércio Exterior, 2003: 23).

Apontam, portanto, que o TLC não deve levar ao desmantelamento do âmbito regulatório dos serviços, que não deve afetar a prestação de serviços públicos do Estado nem implicar a abertura dos serviços de telecomunicações.

O governo costa-riquense reconhece que as “empresas estadunidenses visualizaram o investimento no exterior como um meio para aumentar a competitividade e salvaguardar sua participação no mercado dos Estados Unidos” (Ministério do Comércio Exterior, 2003: 27-28).

Por isso, em matéria de investimento e face ao Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, sugerem promover, mediante a experiência de ser um país tradicionalmente aberto ao investimento estrangeiro, a atração de investimento novo, como vinham fazendo, que represente a injeção de novos recursos na economia nacional e que se volte para o estabelecimento de novos negócios e atividades, em vez da aquisição de negócios existentes. Trata-se de investimento dirigido para a exportação e, por conseguinte, para atividades geradoras de divisas, e não orientadas para o mercado interno. Concentrou-se no setor industrial, desempenhando um papel importante na transformação e diversificação da oferta exportável, e começa a promover a vinculação entre empresas estrangeiras e locais, abrindo novas opções para o melhoramento da indústria local.

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO, AGENDAS E PRINCIPAIS ACORDOS

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS ⁴
<p>I Rodada. San José, Costa Rica. De 27 a 31 de janeiro de 2003</p>	<p>Troca de informação comercial relevante.</p> <p>Reunião dos 5 grupos de negociação: a) acesso a mercados; b) serviços e investimento; c) compras do setor público e propriedade intelectual; d) solução de controvérsias e disposições institucionais; e) trabalho e meio-ambiente.</p> <p>Também reuniram-se os grupos de trabalho sobre cooperação e medidas sanitárias e fito-sanitárias.</p>	<p>Foram analisados as características e os alcances de vários acordos comerciais estabelecidos entre os países participantes com terceiros. Entre eles, os estabelecidos pelos países centro-americanos com Chile, México e Canadá.</p>
<p>II Rodada. Cincinnati, Estados Unidos. De 24 a 26 de fevereiro de 2003</p>	<p>Conhecer a proposta de texto apresentada pelos Estados Unidos nas diversas áreas de negociação.</p> <p>Apresentar reações iniciais por parte da América Central às propostas dos Estados Unidos.</p>	<p>Propostas dos Estados Unidos</p> <p>Acesso a mercados</p> <p>Propõe-se a vigência e o tratamento preferencial durante 5 anos para os produtos provenientes de empresas estabelecidas sob o amparo de algum regime especial de exportação.</p> <p>Como regra de origem para produtos têxteis e de vestuário, devem utilizar fibra e tecido nativos, assim como realizar os processos de corte, costura, aplicação e confecção no território das Partes do Acordo.</p> <p>Serviços e investimento</p> <p>O objetivo é fomentar o desenvolvimento comercial trans-fronteiriço. Propõe-se um amplo âmbito de aplicação para o investimento no setor financeiro e um âmbito de aplicação mais restrito para o comércio trans-fronteiriço deste tipo de serviços.</p>

⁴ Faz-se referência apenas aos acordos alcançados; não se registram os temas que ainda precisam ser discutidos ou aqueles que não conseguem consenso.

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>III Rodada. San Salvador, El Salvador. De 31 de março a 4 de abril de 2003</p>	<p>Conhecer as propostas e contra-propostas da América Central nas diversas áreas de negociação. Receber as reações iniciais por parte dos Estados Unidos.</p>	<p>Acesso a mercados Níveis de convergência identificados: acordo nacional, tratamento de bens de zona franca, eliminação de medidas não-alfandegárias e impostos para a importação, eliminação de subsídios para a exportação, regras de origem, procedimentos aduaneiros e facilitação do comércio, eliminação de obstáculos técnicos ao comércio e medidas sanitárias e fito-sanitárias.</p>
<p>IV Rodada. Guatemala, Guatemala. De 12 a 16 de maio de 2003</p>	<p>Apresentar a oferta regional de acesso na área de bens, que incorpora duas partes: a apresentação de uma primeira oferta em matéria de redução de tarifas alfandegárias e a apresentação da primeira oferta sobre regras de origem específicas. Outro objetivo foi apresentar os anexos referentes a compras do setor público, serviços e investimento.</p>	<p>Serviços e Investimento Promover o investimento produtivo no setor financeiro, assim como os serviços financeiros trans-fronteiriços. A delegação costa-riquense apresentou sua posição relativa à abertura do setor das telecomunicações, apontando que esta não será objeto de negociação dentro do âmbito do TLC.</p>
<p>V Rodada. Tegucigalpa, Honduras. De 16 a 20 de junho de 2003</p>	<p>Discussão da segunda oferta de acesso a mercados, intercambiada entre as Partes na área de bens e na discussão sobre as regras de origem específicas, incluindo as do setor têxtil. Continuação da negociação dos capítulos do acordo, com base nas propostas e contrapropostas que as partes vinham apresentando ao longo do processo.</p>	<p>Acesso a mercados Princípios e procedimentos que devem ser seguidos para a aplicação de uma medida de salvaguarda: a eliminação de medidas não-alfandegárias, a eliminação de subsídios para a exportação, a eliminação dos obstáculos técnicos ao comércio, a criação de um comitê para resolver questões agrícolas e as normas que devem reger a aplicação de medidas sanitárias e fito-sanitárias.</p>

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>VI Rodada. Nova Orleans, Estados Unidos. De 28 de julho a 1o de agosto de 2003</p>	<p>Discussão na área de acesso a mercados e regras de origem específicas, incluindo as do setor têxtil; continuação da negociação dos capítulos do acordo com base nas propostas e contrapropostas que as Partes vinham apresentando ao longo do processo.</p>	<p>Acesso a mercados Acordos obtidos em aproximadamente 46% de todas as regras de origem específicas (sem incluir têxteis). Do total das regras de origem para o setor agrícola chegou-se a acordos em aproximadamente 70%, enquanto que no setor industrial foram obtidos acordos para 40% das regras. Conclusão da negociação sobre comércio eletrônico e facilitação do comércio, que incorpora temas sobre disposições gerais, fornecimento eletrônico de serviços, produtos digitais, transparência, cooperação e definições, e permite aos países impor tarifas internas aos produtos digitais. Foi estabelecido o Instituto para a Capacidade Comercial, um centro gerador de iniciativas. Foi solucionado o tema da certificação da Associação Cooperativa de Pequenos Produtores Agropecuários de Águas Claras de Upala, que poderão exportar palmito para os Estados Unidos.</p> <p>Trabalho e Meio ambiente A América Central ainda não aceita que o tema do trabalho faça parte do TCL.</p> <p>No grupo sobre cooperação conseguiu-se estabelecer os temas prioritários dos países –concretamente, o apoio à pequena e média empresa e o fomento ao desenvolvimento rural.</p>

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>VII Rodada. Manágua, Nicarágua. De 15 a 19 de setembro de 2003</p>	<p>Determinar a área de acesso a mercados e regras de origem específicas, e continuar com a negociação dos capítulos do acordo com base nas propostas e contrapropostas que as Partes vinham apresentando ao longo do processo.</p>	<p>Acesso a mercados No campo da agricultura realizaram-se acordos quanto aos prazos de redução tarifária dos produtos agrícolas, com base em uma proposta centro-americana: zero, cinco, dez, doze e quinze anos. Os Estados Unidos aceitaram incluir dentro da lista de abastecimento escasso 65% dos produtos originalmente propostos pela América Central. Adicionalmente, discutiu-se em detalhes as regras de origem específicas, obtendo-se acordo em aproximadamente 45% das mesmas.</p>
<p>VIII Rodada. Houston, Estados Unidos. De 20 a 24 de outubro de 2003</p>	<p>Discussão na área de acesso a mercados e regras de origem específicas, tanto na área industrial e têxtil como na agrícola. Continuação da negociação dos capítulos do acordo com base nas propostas.</p>	<p>Acesso a mercados Entendimento sobre os prazos de cestas de redução tarifária para o setor industrial. Quatro períodos: a) livre comércio imediato; b) cinco anos; c) dez anos; d) dez anos não-lineares. Um dos avanços mais substanciais desta rodada de negociação foi a consolidação do acesso ao mercado estadunidense livre de tarifas aduaneiras para todos os bens do setor industrial, exceto para alguns produtos do setor de calçados e de atum na água. Investimento e serviços Busca-se garantir a concessão de acordo nacional por parte dos países para os investimentos e investidores de outro país. Da mesma maneira, procura-se obter o reconhecimento de um acordo pelo menos igual ao mais favorável concedido no nível estatal ao investimento e aos investidores de qualquer outro país. Mesmo assim, não poderá ser exigido requisito de nacionalidade para ocupar postos de alta direção empresarial.</p>

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO	OBJETIVOS	RESULTADOS
<p>IX Rodada. Washington, Estados Unidos. De 8 a 12 de dezembro de 2003</p>	<p>Concluir as negociações do Acordo de Livre Comércio.</p>	<p>Em 17 de dezembro, Guatemala, El Salvador, Honduras e Nicarágua concluíram com os Estados Unidos as negociações do Tratado de Livre Comércio. A Costa Rica suspendeu sua participação porque considerava que as negociações punham em perigo o setor agrícola e o sistema de saúde, e que não havia uma abertura adequada para as telecomunicações e os seguros. A reação dos Estados Unidos pode ser deduzida do que foi apontado por Zoellick. “Estamos avançando com estes quatros países. Esperamos que a Costa Rica não demore a se unir, mas também não vamos esperá-la” (Zoellick, 2003). Em 25 de janeiro de 2004 –e depois de 11 encontros– a Costa Rica aceita aberturas parciais nos mercados de telecomunicações (redes, celulares e Internet) e nos seguros. Pactua acordos em carne bovina, azeite, açúcar, arroz e frango, e exclui a batata e a cebola do programa de redução de tarifas. No setor agroindustrial, negocia um prazo de 20 anos para o leite, uma salvaguarda especial agrícola que consiste em subir as tarifas caso se alcance um determinado nível de importações, e períodos sem pagamento.</p>

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DOS CONTEÚDOS DO PRÓXIMO ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO AMÉRICA CENTRAL-ESTADOS UNIDOS

Os capítulos que fazem parte das negociações entre os países contratantes deste Acordo são os que constituíram os acordos ou tratados de livre comércio conhecidos como de terceira geração. Os conteúdos expressos em capítulos de negociação e que se referem a acordo nacional e acesso a bens do mercado, comércio de serviços, investimento, propriedade intelectual, compras do setor público, solução de diferenças, assuntos institucionais, meio ambiente e

trabalho, transformam-se em aspectos de risco quando aqueles que negociam apresentam tantas assimetrias e diferenças produtivas como os Estados Unidos e os países centro-americanos.

Todos os capítulos que estão sendo negociados significam um grande risco caso prevaleça, por parte dos Estados Unidos, a perspectiva de dominação acima da de negociação, mas considero que três aspectos são os que colocam em maior perigo a conservação de espaços de autonomia nacional e a possibilidade de levantar projetos de desenvolvimento de benefício integral para o conjunto das sociedades locais. Estes aspectos referem-se a: acordo nacional e acesso a bens do mercado; comércio de serviços; e regime de investimento.

O primeiro aspecto, de acesso a bens, mostra como é difícil propor programas de redução tarifária quando, de um lado, há datas regionais e internacionais que condicionam estes programas, como é o caso da proposta da ALCA e das rodadas ministeriais da OMC, e por outro, por mais prazos que sejam dados à redução tarifária, se esta não é acompanhada de políticas de fomento, os setores produtivos em um ambiente de abertura e livre comércio terão muitas dificuldades para competir, e seu futuro parece ser o de continuar como países maquiadores, exportadores de bens primários não-tradicionais e de mão-de-obra. Outro aspecto de muito risco neste capítulo é o que se refere às regras de origem, já que os conteúdos regionais deveriam estar apoiados na possibilidade de fortalecer as economias participantes em seu conjunto, ampliando a incorporação de insumos regionais. Contudo, pelo grau de transnacionalização destas economias, é evidente a imposição do país hegemônico, que para o ramo têxtil tenta impor que a origem do fio seja estadunidense, ou que a origem regional encubra as atividades de redes empresariais globalizadas que atuam no espaço centro-americano e exigem a institucionalização de um espaço regional de livre comércio.

O tema dos investimentos é extremamente delicado, já que estes acordos, mais do que procurar expandir o comércio, buscam espaços de investimentos que signifiquem para os Estados Unidos a possibilidade de fortalecer sua hegemonia e dominação. Com estes tratados garante-se a concessão de acordo nacional, por parte dos países, aos investimentos e investidores do outro país. Da mesma maneira, procura-se conceder reconhecimento para um acordo não menos favorável do que o mais favorável concedido em escala estatal ao investimento e investidores de qualquer outro país. Isto deixa em condições iguais o investimento privado local e o externo. Sabemos que o nível de competitividade e de produtividade dos Estados Unidos e do capital transnacional é geometricamente superior ao da América Central, razão pela qual sabemos de antemão quem ganhará na competição pelos espaços de investimento.

A isto é preciso acrescentar que, em vez de apoiar posições de benefício nacional e regional, como a expressada pela Costa Rica (indicando que o investimento estrangeiro direto é bem-vindo sempre e quando se trate de investir em novos espaços produtivos, e não apenas para a compra de ativos estatais em vias de privatização, ou que o setor de serviços oferecidos pelo Estado, assim como as telecomunicações, estão fora de negociação no tratado), os quatro países restantes continuam negociando estes capítulos a partir da perspectiva dos Estados Unidos, que é, certamente, a do grande capital. O resultado são pressões para enfraquecer a proposta costa-riquense, e contrapropostas que expressam o real interesse norte-americano. Concretamente, os Estados Unidos chamaram a atenção da Costa Rica para a necessidade de abrir suas telecomunicações, para estabelecer “redes privadas de dados, de maneira a permitir às subsidiárias estabelecidas na Costa Rica a comunicação com suas matrizes através de suas próprias redes privadas. Além disso, perseguem o acesso a provedores de serviços na área da Internet e na telefonia celular” (Ministério do Comércio Exterior, 2003: Rodada VIII).

Esta posição contrasta muito com a resposta que os Estados Unidos deram à solicitação dos governos centro-americanos de eliminar os subsídios à produção e exportação agrícola, ao indicar que isto era de âmbito multilateral e que seria decidido nesse espaço. Já sabemos do retrocesso da Reunião de Cúpula Ministerial da OMC em Cancún, onde foi eliminada qualquer possibilidade de constituição de uma Rodada do Desenvolvimento na qual fosse dado um tratamento especial aos países em via de desenvolvimento. Novamente a dominação se sobrepôs à negociação.

Outros perigos graves podem derivar do que está sendo negociado, por exemplo, no âmbito do tratamento do meio ambiente. Os países centro-americanos insistiram que fosse incluída a mesma redação contida no tratado dos Estados Unidos com o Chile e o TLCAN, no que se refere ao conceito de legislação ambiental, e que se limita às regulações de proteção e conservação dos recursos naturais. A preocupação dos centro-americanos é a de que, ao não serem indicadas explicitamente, se queira participar das regulações sobre a exploração comercial de recursos naturais. A resposta do governo norte-americano é a de que não é necessário.

A riqueza da biodiversidade e da diversidade cultural desta zona transforma-se num ponto de interesse contemplado tanto neste tratado como no Plano Puebla Panamá (PPP).

O PPP, apresentado no ano 2000 como projeto do governo de Vicente Fox, incorpora demandas centro-americanas e mexicanas que visam o desenvolvimento regional. Nesta proposta participam 8 estados do sul do México: Puebla, Guerrero, Veracruz, Oaxaca, Chiapas, Tabasco, Campeche, Yucatán,

Chiapas e sete países da América Central: os cinco que estão negociando o Tratado com os Estados Unidos, mais Belize e Panamá. O PPP projeta integrar 27,5 milhões de mexicanos com 34 milhões de centro-americanos. Busca instrumentar projetos nos seguintes âmbitos: desenvolvimento sustentável, desenvolvimento humano, prevenção e atenção a desastres naturais, promoção do turismo, integração comercial, integração de infra-estrutura, interconexão energética e telecomunicações.

No ano 2002 as expectativas deste projeto eram muito grandes, mas foram diminuindo ao se observar que somente havia sido aprovado o financiamento do BID, que subia para 4 bilhões e 224 milhões de dólares, e 608 milhões de dólares do Banco Centro-americano de Integração Econômica (BCIE) para o desenvolvimento da infra-estrutura, concretamente para a construção de 32 trechos de rodovias, e que o resto dos projetos, se não podiam ser assumidos pelo governo local, deviam buscar investimento privado. Durante o ano de 2003 o avanço do PPP concentrou-se na infra-estrutura. Foi ratificado o projeto de integração elétrica com fundos do BID, projeto conhecido como Sistema de Integração Elétrica para a América Central (SIEPAC), e chegou-se a um acordo para desenvolver a Rede Internacional de Rodovias Mesoamericanas.

Poderia parecer que o interesse pela biodiversidade e pelo controle de códigos genéticos exige primeiro o estabelecimento das conexões adequadas de comunicação, isto é, contar com um bom sistema de rodovias na região. Contudo, isto, que pode ser considerado como um processo de modernização, transforma-se na mudança de local e deslocamento de comunidades e povos com uma história de muitos séculos e com relações totalmente diferentes com o meio natural. Isto, mais a destruição das economias de subsistência, resultou em aumento das migrações, mas também em diversos movimentos sociais que se organizam como espaços de resistência.

As respostas sociais são as que poderão modificar o rumo destes acordos e as modalidades de integração com os Estados Unidos já que, como indicamos, os grupos dominantes e a maioria dos governos vêem como opção quase única o estabelecimento de um acordo de livre comércio com seu vizinho do norte. Os graves problemas de integração nacional e de falta de crescimento e de desenvolvimento são analisados em sua resolução somente a partir de uma maior relação de dependência. Isto está dando como resultado o enfraquecimento do esquema regional que configura o espaço comercial do Mercado Comum Centro-americano e do Sistema de Integração Centro-americana (SICA), que em situações de mundialização deveriam ser reforçados para benefício local e regional. Cabe recordar que o mercado regional representa 20% das exportações totais; nessa proporção, dinamiza ofertas e demandas apesar das condições da economia mundial. O risco no futuro é que, com o estabelecimento de um

Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos, os novos investimentos, as dificuldades para construir a união aduaneira e os programas de redução de tarifas debilitem a produção nacional, modificando o comércio intra-regional a favor do comércio com os Estados Unidos.

A interrogação atual é se o “regionalismo aberto” que quiseram construir lhes permitirá benefícios regionais e a participação em melhores condições na economia mundial, ou se responderá exclusivamente à necessidade de contar com um espaço regional, com instituições comuns que permitam que a relação com os Estados Unidos, e, face à ALCA, seja funcional para o tipo de integração que os Estados Unidos estão impondo.

Os processos de integração por si sós não resolvem os problemas estruturais das economias, mas influem, sim, seja para encontrar caminhos que lhes ofereçam saída, seja para torná-los mais complexos e acentuar as desigualdades. A grande interrogação continua sendo qual o papel que estes processos poderão desempenhar para aliviar as condições de pobreza, sendo que nesta condição encontram-se 44% dos salvadorenhos, 54% dos guatemaltecos, 74% dos hondurenhos e 65% dos nicaragüenses. É claro que eles não se somam ao número de consumidores que o livre comércio persegue, mas são sujeitos de novas orientações no tocante à sua relação com o espaço geográfico, que será alterado pela introdução de novas atividades e pelas novas formas de organização do trabalho e do investimento, que necessariamente os afetarão. Em suas manifestações e em sua resistência veremos as expressões da construção de alternativas, assim como as de defesa e afirmação da dominação e hegemonia por parte dos governos que manifestem o mesmo sentido comum norte-americano. O dinamismo destes processos, com avanços e retrocessos, mostra que este tipo de acordos, se realizados com as costas voltadas para a população, terão alcances limitados e, dependendo da força e da direção dos movimentos sociais, é provável que, entre o que já foi acordado e o endosso definitivo do possível tratado, ainda presenciemos muitas mudanças.

BIBLIOGRAFIA

- Bureau of Economic Analysis 2003 “Comprehensive Revision of the National Income and Product Accounts 1929 through second quarter 2003” em *BEA NEWS* (Washington: Department of Commerce) N° 48.
- Bush, 2002. Disponível em <<http://www.elsalvador.com>>.
- Ceceña, Ana Esther 2003 “América Latina en la geopolítica del poder” em *Alternativas Sur: el Área de Libre Comercio de las Américas* (Belgica/Madri: CETRI/CIP).

- CEPAL 2002 *Istmo Centroamericano: Evolución del Proceso de Integración Regional, 2000-2001* (México: CEPAL).
- CEPAL 2003a *Intensidad tecnológica del intercambio comercial del Istmo Centroamericano y la República Dominicana con el resto del mundo* (México: CEPAL).
- CEPAL 2003b *Istmo Centroamericano: competitividad e integración regional, 2001-2003* (México: CEPAL).
- CEPAL 2003c *Module to Analyse the Growth of International Commerce* (México: CEPAL).
- CEPAL 2004 *Module to Analyse the Growth of International Commerce* (México: CEPAL).
- El Diario de Hoy*. Disponível em <<http://www.elsalvador.com>>.
- De Ferranti, David et al. 2003 *Comercio para el Desarrollo en América Latina y El Caribe* (Washington: Banco Mundial).
- Gramsci Antonio 1975 *Notas Sobre Maquiavelo, Sobre Política y Sobre el Estado Moderno* (México: Juan Pablos).
- Ministerio de Comercio Exterior 2003 *Informe de la Ronda de Negociación* (San José da Costa Rica: Ministerio de Comercio Exterior) Ronda I, II, III, IV, V, VI, VII y VIII.
- Ministerio de Comercio Exterior 2003 *Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica y Estados Unidos y agenda integral de Cooperación: Posición Nacional* (San José da Costa Rica: Ministerio de Comercio Exterior).
- Office of the United States Trade Representative 2003 *Free Trade with Central America*, 8 de janeiro. Disponível em <<http://www.ustr.gov>>.
- OMC 2001 *Examen de las Políticas Comerciales* (Estados Unidos da América: OMC) WT/TPR/88.
- Ramírez López, Berenice 2001 “Los esfuerzos de integración en Centroamérica” em *La nueva integración económica de América y el Caribe* (México: AUNA/BUAP/Umichoacana).
- Trigueros, Guadalupe “Estados Unidos y el TLC” em *El Diario de Hoy* (San Salvador). Disponível em <<http://www.elsalvador.com/especiales/tlc/tlcestu21.html>>.
- UNCTAD 2002 *Informe sobre las Inversiones en el Mundo* (Genebra: ONU).
- Zoellick, Robert 2003 “Conferencia de prensa” em *La Nación*, 18 de dezembro. Disponível em <<http://www.nacion.com>>.

ANEXO

	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Produto Interno Bruto	3,3	2,7	4,0	2,5	3,7	4,5	4,2	4,5	3,7	0,5	2,2
Consumo Privado	3,3	3,3	3,7	2,7	3,4	3,8	5,0	5,1	4,7	2,5	3,4
Bens Duráveis	5,9	7,8	8,4	4,4	7,8	8,6	11,3	11,7	7,3	4,1	6,5
Bens Não-Duráveis	2,0	2,7	3,5	2,2	2,6	2,7	4,0	4,6	3,8	1,9	3,0
Serviços	3,5	2,8	2,9	2,6	2,9	3,3	4,2	4,0	4,5	2,4	3,0

Investimento Privado	8,1	8,9	13,6	3,1	8,9	12,4	9,8	7,8	5,7	-8,4	-1,2
Investimento Fixo	5,9	8,6	9,3	6,5	9,0	9,2	10,2	8,3	6,5	-3,2	-3,7
Não-residencial	3,2	8,7	9,2	10,5	9,3	12,1	11,1	9,2	8,7	-4,5	-7,2
Infra-estrutura	-6,0	-0,7	1,8	6,4	5,6	7,3	6,1	-0,4	6,8	-2,5	-18,4
Equipamento e software	7,3	12,5	11,9	12,0	13,8	13,3	12,7	9,4	-5,2	-2,8	19,3
Residencial	13,8	8,2	9,6	-3,2	1,9	7,6	6,0	0,8	0,4	4,9	8,5
Variação de estoques	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Exportações de Bens e Serviços

Exportações	6,9	3,2	8,7	10,1	8,4	11,9	2,4	4,3	8,7	-5,2	-2,4
Bens	7,5	3,3	9,7	11,7	8,8	14,2	2,2	3,8	11,2	-6,1	-4,0
Serviços	5,5	3,2	6,3	6,3	7,2	5,9	2,9	5,6	2,9	-3,1	1,4
Importações	7,0	8,8	11,9	8,0	8,7	13,6	11,6	11,5	13,1	-2,6	3,3
Bens	9,3	10,1	13,3	9,0	9,3	14,4	11,7	12,4	13,5	-3,2	3,7
Serviços	-2,6	2,9	5,7	33,0	5,5	9,4	11,4	6,9	11,1	0,4	1,4

Consumo do Governo e Investimento	0,5	-0,9	0,0	0,5	1,0	1,9	1,9	3,9	2,1	2,8	3,8
Federal	-1,7	-4,2	-3,7	-2,7	-1,2	-1,0	-1,1	2,2	0,9	3,7	7,9
Defesa	-5,0	-5,6	-4,9	-3,8	-1,4	-2,8	-2,1	1,9	-0,5	3,9	8,9
Não-defesa	6,9	-0,7	-1,2	-0,4	-0,7	2,6	0,7	2,8	3,5	3,5	6,2
Estatual e local	2,2	1,4	2,6	2,6	2,3	3,6	3,6	4,7	2,7	2,2	1,8

HEGEMONIAS E EMANCIPAÇÕES

Apêndice											
Vendas finais e consumo doméstico	3,0	2,6	3,4	3,0	3,7	4,0	4,2	4,5	3,8	1,4	1,8
Compras Internas	3,3	3,2	4,4	2,4	3,8	4,8	5,3	5,3	4,4	0,7	2,8
Vendas finais	3,1	3,2	3,8	2,8	3,8	4,3	5,3	5,4	4,5	1,6	2,4
Produto Nacional Bruto	3,3	2,7	3,9	2,6	3,7	4,4	4,0	4,6	3,7	0,5	2,1
Renda Pessoal Disponível	3,4	1,0	2,7	2,8	3,0	3,5	5,8	3,0	4,8	1,8	3,8

Dólares Correntes											
Produto Interno Bruto	5,7	5,0	6,2	4,6	5,7	6,2	5,3	6,0	5,9	2,9	3,8
Vendas finais e consumo doméstico	5,4	5,0	5,6	5,1	5,7	5,7	5,7	5,4	6,1	6,1	3,9
Compras Internas	5,8	5,5	6,6	4,5	5,7	6,2	6,0	7,0	7,0	2,7	4,2
Vendas finais	5,5	5,5	6,0	5,0	5,7	6,0	7,1	7,2	3,6	3,8	4,6
Produto Nacional Bruto	5,7	5,1	6,1	4,7	5,6	6,2	5,2	6,1	6,0	2,8	3,6
Renda Pessoal Disponível	6,4	3,4	4,9	5,0	5,2	5,3	6,8	4,7	7,5	3,8	5,2

**EMANCIPAÇÃO: CONTRA-HEGEMÔNICA
OU SEM HEGEMONIAS?**

ARMANDO BARTRA*

MESOAMERICANOS: REANIMANDO UMA IDENTIDADE COLETIVA

I

É evidente a fraqueza [...] que os gregos tinham então, quando a Grécia não realizara nenhuma façanha em comum, nem tinha ela toda o nome de Grécia [...] mas cada povo o seu. (Mas depois da incursão troiana) [...] todos aqueles que eram como os gregos, e se comunicavam entre si, foram chamados com um mesmo sobrenome.

*História da guerra do Peloponeso.
Tucídides.*

TUCÍDIDES NOS LEMBRA que, entre 500 e 400 a.C., os gregos inventam-se a si mesmos ao mitificar a guerra de Tróia, mas sobretudo ao derrotar em uníssono a incursão persa. Dois milênios e meio depois os povos continuam tecendo identidades com os fios do mito, da resistência e da luta.

A consciência da unidade da Hélade diante dos “bárbaros” –entendidos não tanto como toscos e tartamudos, e sim como “outros”– tem sua origem com a expedição troiana. Mas depois “a Grécia esteve muito tempo sem realizar alguma obra memorável em comum e em nome de todos, nem tampouco cada cidade poderia fazê-lo por si”. Até que, providencialmente, chega “o rei Xerxes da Pérsia com grandes hostes e o propósito de conquistar [...] Pouco tempo depois, todos unidos e de comum acordo expulsaram os bárbaros”. E assim a Hélade tornou-se protagonista histórico, e de fato o

* Diretor do Instituto de Estudos do Povo Maia AC, e membro do Comitê Editorial de *Chiapas*.

único ator da História propriamente dita, pois para o ateniense os povos bárbaros apenas passam.

Dois mil e quatrocentos anos depois de Tucídides ter reconstruído as vicissitudes de uma identidade em curso, outros povos dispersos —os mesoamericanos— começam a se reconhecer em sua unidade. Não são ameaçados pelas hostes dos Medos, mas pelas do capitalismo selvagem, e sua resistência não é contra os planos de Xerxes, e sim os de Bush e Fox; contudo, como os gregos de então, chegaram à conclusão de que não podem realizar “coisa memorável cada cidade por si”, e que somente “todos unidos e de comum acordo” poderão, se não expulsar os novos “bárbaros”, deter o Plano Puebla-Panamá (PPP), a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e outros planos nefastos do tirano.

II

Os camponeses do México, da América Central e do Caribe temos uma longa e compartilhada história de luta. E nas últimas décadas nos espreitam as mesmas desgraças: contra-reformas agrárias privatizadoras, políticas agrícolas excludentes, quedas abismais dos preços das matérias-primas agropecuárias, negação dos direitos e liberdades políticas, repressão, fomes, desemprego, migração... Mas, do fim do túnel, nos índios, negros e mestiços da cintura do continente, dissemos basta! A Mesoamérica não só tem um passado esplendoroso, mas também um futuro. De nós depende construí-lo.

Convocação do Primeiro Encontro Camponês Mesoamericano

No sábado, 19 de julho de 2003, em Progreso, Município de Santamaría, Departamento de La Paz, República de Honduras, os sicários de uma empresa madeireira dispararam em camponeses que lutavam pela terra, deixando dois mortos e vários feridos. O crime foi um sinal dos latifundiários ao suposto “diálogo nacional”, que deveria ter início dois dias depois. Na segunda-feira, dia 21, o Conselho Coordenador das Organizações Camponesas de Honduras (COCOCH) liderou uma manifestação em Tegucigalpa clamando por justiça.

Até aqui, nada fora do comum na dolorida América Central. O inusitado foi que, entre aqueles que protestavam diante da residência do presidente Maduro e defronte ao ministério da Reforma Agrária, havia hondurenhos, mas também dezenas de camponeses nicaraguenses, salvadorenhos, costa-riquenses, panamenhos, guatemaltecos, belizenhos, mexicanos, cubanos. O inédito é que nas palavras de ordem era lembrado o índio Lempira, mas também Zapata, Martí, Sandino. E o insólito: as saudações a Honduras, a Cuba, a

Nicarágua, a Costa Rica, ao México, misturavam-se com vivas à Mesoamérica, primeiro tímidos, depois retumbantes. Assim, a Mesoamérica –até alguns anos atrás pouco mais do que uma desconhecida entre os centro-americanos, mexicanos e caribenhos do povo– tornou-se tema de novas palavras de ordem, algumas de estilo clássico: *A Mesoamérica unida jamais será vencida!*; outras mais recentes e de caráter altermundialista: *Outra Mesoamérica é possível!*

Há muito tempo os *pinoleros* fogem da Nicarágua para terras ticas ou panamenhas, pois ali há mais emprego; é um costume ancestral dos índios mam guatemaltecos cruzar o Sonocusco para as colheitas de café; nos anos 1970, as diásporas ocasionadas pelas guerras civis e por catástrofes naturais engrossaram as hostes de desterrados centro-americanos no México; nos últimos tempos, cada vez mais *catrachos*, *chapines*, *pinoleros* e *guanacos* abandonam Honduras, Guatemala, Nicarágua ou El Salvador e cruzam o Suchiate em seu alucinado percurso para a grande ilusão americana; e, em outro tipo de caminhadas, são centenas as peregrinações dos zapotecas de Oaxaca ao santuário do Senhor de Esquipulas, na fronteira entre Honduras e El Salvador. Mas as transumâncias de agora são diferentes: os mesoamericanos que nos últimos três anos animaram fóruns multitudinários em Tapachula, Xelaju, Manágua, Tegucigalpa e outras cidades da América do meio, sonham sonhos guajiras em vigília, vão atrás de utopias que, nos tempos miseráveis que correm, revelam-se fontes de satisfação de primeira necessidade.

O irado coro multinacional que nas ruas de Tegucigalpa clamava por justiça para seus irmãos sacrificados já havia ensaiado palavras de ordem no México, na Guatemala e na Nicarágua, ao calor das habituais caminhadas com as quais culminam os encontros multinacionais da região. Intercâmbios que começaram em maio de 2001 com um Primeiro Fórum Social, realizado em Tapachula, Chiapas; prolongado em novembro desse mesmo ano com um Segundo Fórum, em Quetzaltenango, Guatemala, seguido do terceiro em Manágua, Nicarágua, em julho de 2002, e do quarto em Tegucigalpa; Honduras, em julho de 2003.

A afronta que desencadeou as reuniões foi o PPP: o Pedro Páramo dos programas de governo. Um eufônico projeto do presidente Fox que não chega a surtir efeito, mas que, ao colocar nome e sobrenome na injustiça mesoamericana, produziu uma intensa rejeição social. Resistência talvez desproporcional em relação aos curtos alcances da iniciativa presidencial mexicana, mas insuficiente para enfrentar os estragos bem reais que o malfadado “modelo de desenvolvimento” causou e causa na região. Pois se no longo prazo a cintura do continente sofreu as inclemências sociais e ambientais do mercantilismo absoluto –um malvado sistema nas metrópoles, mas infame nas colônias, que no sul do México, da América Central e do Caribe se

encarnou em economias de enclave–, no curto prazo padece o esgotamento da agro-exportação periférica e da abismal depreciação das matérias-primas de origem agropecuária, ao mesmo tempo que se ressentiu do início de um novo saque, desta vez dirigido a recursos não-tradicionais, como as reservas de água e a biodiversidade; como se fosse pouco, também há danos conjunturais, derivados do persistente estancamento da economia mundial: fechamento de maquiadoras, redução do turismo, contração dos investimentos. Diante das calamidades civilizatórias provenientes do modo de produção, dos saldos nefastos do sistema colonial e neocolonial, dos lastros de Estado que acordos comerciais como o Tratado de Livre Comércio da América do Norte (TLCAN) significam –que sendo leis nos comprometem estrategicamente–, pareceria que a Mesoamérica se excedeu em sua resposta a um programinha sexenal e prematuramente débil como o PPP.

Porque o Puebla-Panamá é um projeto desvalorizado, mais uma das promessas –ou ameaças– não cumpridas que o presidente Fox ministra a torto e a direito. Em março de 2002 Marcelo Antinori, coordenador da Unidade de Apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ao programa, disse: “As ações do PPP serão limitadas, pois o investimento com o qual é financiado provém de recursos fiscais, que são poucos; ou de empréstimos, que não são fáceis de conseguir”. Mas quando o Banco negociou uma linha de crédito de até quatro bilhões de dólares, as coisas também não se solucionaram, pois quatro meses depois o próprio Enrique Iglesias indicou: “A oferta de crédito do BID e de outros organismos financeiros não é o fator limitante para pôr em marcha e executar os objetivos do PPP [...] e sim a capacidade de endividamento dos países” (Iglesias, 2002). No final de julho de 2003, enquanto em Tegucigalpa, Honduras, mil e seiscentos participantes provenientes de quinze países davam início ao Quarto Fórum Social Mesoamericano pela Autodeterminação e pela Resistência dos Povos, o mais recente da seqüência de encontros contra o PPP, no México o secretário de Relações Exteriores extenuava-se na enésima tentativa de relançar o programa, se não até o Darién, pelo menos até o Suchiate, assinando com oito governos do sudeste um Convênio de Colaboração, para que em dezembro houvesse planos de desenvolvimento por estado. Apenas projetos por entidade federativa, depois de três anos do início formal do programa! E, para completar, os governadores não saíram convencidos: “enquanto o PPP não for prioritário no Plano Nacional de Desenvolvimento –disseram–, tudo continuará em papéis sem nenhuma utilidade nem validade” (*La Jornada 19 de julho de 2003*).

Posto em *stand by* pela recessão econômica mundial e pela mudança de prioridades derivada da primeira guerra do milênio, o PPP está congelado.

É verdade que o BID negociou uma linha de crédito, mas em condições de ausência de crescimento econômico é duvidoso que os governos a utilizem plenamente. E quanto aos recursos fiscais próprios, a queda das receitas tributárias dificulta cobrir o gasto corrente e os prévios compromissos de investimento, e ainda mais as grandes distribuições de bens e riqueza que a Mesoamérica demanda. De fato, o mais vultuoso são os cinco bilhões de pesos de recursos próprios que o México destinou em 2003 à rede viária do Golfo, pois dos quatro bilhões de dólares disponíveis, nosso governo solicitou como crédito a inaudita quantia de... vinte milhões. Quanto à pretendida interconexão energética centro-americana, trata-se na realidade de uma privatização do serviço a favor das transnacionais, que de imediato estão elevando os preços do serviço doméstico, e, no caso do México, pode revelar um novo descalabro político do presidente Fox, pois se pretende “promover a promulgação de uma lei regional de concessões que permita aos investidores financiar projetos de infra-estrutura, sem obstáculos legais”, o que presumivelmente violaria uma vez mais nossa Constituição. Finalmente, no tocante ao investimento privado, que deveria inundar o sudeste atraído por sua localização, recursos e mão-de-obra barata, assim como pela infra-estrutura, desregulação e isenções fiscais, em vez de chegar com alvoroço retira-se de forma atropelada. E ao retrocesso da produção mundial somou-se mais recentemente o do consumo; e a indústria da montagem, centrada na confecção, na eletrônica e em autopeças, está despedindo pessoal ou fechando fábricas.

Paradoxalmente, quando como críticos mais tenazes insultávamos o PPP porque traria uma invasão de maquiladoras, megadesenvolvimentos turísticos e plantações agro-exportadoras, além de crescente exclusão social e maior migração, o que se mostrou como o mais angustiante problema mesoamericano do momento é que a maquia está fechando, que o emprego no turismo diminuiu, que as fazendas cafeeiras, bananeiras e outras contratam menos trabalhadores rurais. E no extremo: se há poucos meses era preocupante que os jovens empreendedores desertassem de suas comunidades para buscar fortuna no *gabacho*, hoje o alarmante é que as fronteiras se tornaram mais rígidas, tanto para cruzar para o México como para entrar nos Estados Unidos, de modo que a cada dia é mais difícil emigrar.

Ocorre que alertávamos contra uma nova onda de colonização selvagem, que presumidamente ocuparia os espaços ainda vagos do sudeste, mas estamos enfrentando o contrário: o refluxo de capitais e a recessão. E acontece que, ainda pior do que ter um emprego escravo na maquiladora, é perdê-lo; pior do que se extenuar colhendo café para os fazendeiros de Sonocusco é que este ano não tenham contratado 60 mil trabalhadores rurais guatemaltecos, e sim 30 mil, e que o resto tenha ficado passando fome em sua terra; pior do que a

família desgarrada porque o pai se foi *de mojado** é a família em crise porque o pai regressou com o rabo entre as pernas.

Naturalmente isto não quer dizer que de agora em diante clamaremos por mais maquiladoras, mais plantações escravistas, mais migração... mas também pouco por menos. Não queremos que chegue o que nos anuncia o PPP, mas também não podemos nos conformar com que não chegue, ou que aquilo que chegou se vá. O que na verdade faz falta é abrir o caminho para outra coisa: uma mudança de via, um desenvolvimento alternativo.

Para o sudeste mexicano e para a América Central urge uma reativação agrícola, que não seja a da monocultura privada e a da plantação, e sim de cunho camponês; uma agricultura sustentável, justiceira e empregadora, que aproveite as vantagens comparativas para exportar mas também abasteça de produtos básicos o mercado interno. A industrialização faz muita falta para a Mesoamérica, mas não em fábricas de montagem contaminadoras, escravistas e migratórias, e sim integradas em cadeias produtivas. Para a cintura do continente é bom que se aproveitem seus recursos naturais e vantagens biológicas, mas não depredando-os e privatizando-os, e sim em benefício de suas comunidades e garantindo sua preservação.

Sendo assim, os PPPfóbicos passaram a tratar também de questões mais transcendentais e inquietantes como o TLCAN; a funesta ALCA promovida por Washington, e seu avanço mesoamericano, um tratado de livre comércio entre os países centro-americanos e os Estados Unidos que se prepara nestes meses; o impacto regional dos acordos da Organização Mundial do Comércio (OMC), que em setembro se reuniu em Cancún; a desmedida e funesta ingerência do Banco Mundial no Corredor Biológico Mesoamericano; a ameaça econômica e ambiental que as sementes transgênicas representam; os direitos autonômicos dos povos indígenas, cujo reconhecimento está pendente; a migração impossível de ser contida que esvazia cidades, regiões e países inteiros. São todos temas caros à chamada “sociedade civil”, já bem colocados por seus especialistas.

Porém, os verdadeiros protagonistas dos encontros não foram as onipresentes e destacadas organizações de ativistas profissionais, e sim os menos cultivados e mais rústicos agrupamentos agremiais. Ainda que geralmente as ONGs presidam a mesa de debates e fixem a agenda, no final não são elas os pesos pesados da resistência mesoamericana, protagonizada antes pelas organizações sociais de base, que em outros tempos teríamos chamado agrupamentos *de classe*. E, antes de tudo, as organizações camponesas e indígenas, majoritárias numa região onde o rural é ainda a chave do futuro.

* N. do T.: expressão com a qual se designa os imigrantes ilegais que tentam entrar nos Estados Unidos.

Obrigados a se reunir por razões práticas e para combinar ações, a população camponesa não se encontra inteiramente em fóruns basicamente declarativos como o mesoamericano, que, além disso, na quarta edição, já começa a soar reiterativo. Assim, após a reunião de Xelajú, algumas organizações rurais decidiram promover um intercâmbio entre pares, convocando o Primeiro Encontro Camponês Mesoamericano, que se realizou em Tapachula, Chiapas, em maio de 2001, com a participação de 270 delegados de quase sessenta organizações rurais, a maioria mexicanas. A desproporção foi corrigida no Segundo Encontro, realizado em Manágua, Nicarágua, em julho de 2002, ao qual estiveram presentes menos agrupamentos, porém mais representativos da região, pois a maioria dos 170 delegados, de meia centena de organizações, era centro-americana. O Terceiro Encontro, que teve lugar em Tegucigalpa, Honduras, em julho de 2003, com quase 200 delegados de cerca de cinquenta agremiações, revelou-se ainda mais equilibrado e representativo: do México participaram cerca de quarenta dirigentes; houve delegações bem numerosas de Honduras, Guatemala, Nicarágua e El Salvador; outras um pouco menores da Costa Rica, Panamá e Belize; e pela primeira vez esteve presente uma representação da Associação Nacional de Agricultores Pequenos (ANAP).

As primeiras reflexões coletivas da convergência centraram-se no severo diagnóstico dos males que afligem a região e na narração das principais vertentes por onde flui o movimento agrário mesoamericano. Para o Segundo Encontro já foi possível aprovar uma plataforma comum, e no terceiro formalizou-se uma coordenação regional batizada Movimento Indígena e Camponês Mesoamericano (MOICAM).

A cintura do continente é o coração rural da América: quase metade dos sessenta e quatro milhões de habitantes que povoam seus cem milhões de hectares vive no campo e cerca de 40% trabalha na agricultura. É também o núcleo da América indígena: um de cada cinco mesoamericanos milita culturalmente em algum dos povos originários. Por último, “a terceira raiz” de nossa mestiçagem é patente em Belize e no Panamá, e mais ainda nos países do Caribe. Mas a Mesoamérica é, além disso, a província mais pobre de um subcontinente pobre: aqui a renda *per capita* é a metade da latino-americana –em si muito baixa– e duas de cada três pessoas são indigentes. Miséria que com frequência torna-se fome, pois somente o México, o Panamá, a Costa Rica e o Belize têm alguma segurança alimentar, enquanto que os demais países praticamente não contam com reservas de grãos. As novas riquezas do terceiro milênio, biodiversidade e recursos naturais, são abundantes numa área com enormes reservas de água doce, que, medidas em metros cúbicos *per capita*, são elevadíssimas em Belize e no Panamá, muito altas na Nicarágua e na Costa Rica, altas em Honduras e na Guatemala, e aceitáveis em El Salvador e no

México; e onde há cerca de dez mil espécies animais, entre mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes, e mais de 7.500 espécies de plantas, muitas delas endêmicas, além de inumeráveis insetos e microorganismos.

Mas, enquanto os avanços das corporações transnacionais chegam à pródiga região farejando seus recursos, os mesoamericanos se vão: alguns para enclaves econômicos interessados em mão-de-obra barata, localizados no México, Costa Rica e Panamá, outros rumo ao legendário norte gabacho. E a maioria emigra “a raiz”¹, apenas com o valor e a coragem mesoamericanos. Assim, de cada 100 pessoas sem documentos residentes nos Estados Unidos, 60 são latinos, e deles 40 são mexicanos, 10 salvadorenhos, 4 guatemaltecos, 2 nicaraguenses e 2 hondurenhos.

Para uma região no ar e sempre à beira do desastre, a plataforma do Moicam é muito mais que uma proposta setorial, é um projeto de futuro. Porque nos encontros camponeses não se discute somente a agricultura, debate-se o destino de toda a Mesoamérica. Ou uma neocolonização selvagem e inóspita que continue colocando os bens endêmicos da região a serviço da acumulação rapaz e especulativa: extração de recursos, privatização de espécies, estabelecimentos de plantações especializadas, instalação de corredores de serviços comerciais, maquiadoras, turismo dourado; negócios cujos ganhos apóiam-se menos no investimento produtivo e mais na depredação ambiental-trabalhista e nas rendas da terra (sua fertilidade e localização), do subsolo e seus recursos, da água, da vida, da paisagem, da cultura... Ou uma articulação a partir de baixo e para dentro, uma integração habitável sustentada na economia solidária e associativa dos camponeses e em geral dos trabalhadores diretos.

Como sustento desta encruzilhada civilizatória, em Tapachula, Manágua e Tegucigalpa diagnosticou-se a crescente perda de soberania alimentar –com sua seqüela de fomes recorrentes– e a irrefreável corrosão da soberania trabalhista –expressa nas intensas fugas populacionais–, saldos da guerra comercial empreendida pelos Estados Unidos e pela União Européia, que enquanto subsidiam e protegem sua agricultura, nos impõem uma abertura comercial que arrasa cultivos alimentares, arruína camponeses e põe de joelhos as nações incapazes de empregar seus cidadãos e produzir suficientes alimentos. Também se analisaram pormenorizadamente as causas da estrepitosa queda dos preços de nossas exportações agropecuárias: sobreprodução induzida, intermediação monopólica e especulação na bolsa, no caso dos produtos operacionalizados na bolsa. Ponderou-se o curso de uma reforma agrária, que se reverte no México e na Nicarágua, que não chegou à Guatemala e que, induzidos pelo Banco

1 N. do E.: expressão mexicana que quer dizer “sem nada”.

Mundial, os governos tentam suplantar com créditos para a compra de terras. E, além da economia imoral que nos aflige, evidenciou-se a falta de liberdades políticas e de autêntica democracia participativa, assim como o severo déficit em direitos humanos, tanto civis como sociais, econômicos e coletivos, destacando-se sobretudo os direitos de gênero e o reconhecimento das autonomias dos povos indígenas. Reconhecimento que deverá ser *de facto* em países como a Nicarágua, onde são constitucionais mas não são praticados, e *de facto* e *de jure* no México e na Guatemala, onde há reformas constitucionais pendentes que os governos pactuaram com as guerrilhas em vias de pacificação e que depois não cumpriram.

A alegação de que o mercado nos tornará livres, justos, democráticos... e até jovens e belos; a falácia de que a riqueza goteja –como as agradáveis águas de uma fonte– e que, ocorrendo crescimento algum dia, haverá distribuição de renda, são armadilhas que procuram sustentar a proposta de que a liberalização comercial é a chave do desenvolvimento. Hoje os mesoamericanos, que nos movemos entre os destroços ocasionados pelos pactos comerciais, sabemos que não é assim: nem a integração virtuosa nem o desenvolvimento equitativo podem ser buscados mediante a desregulação do mercado. Ocorre exatamente o contrário: o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, mas também aquele assinado pelo México com os três países centro-americanos do chamado “Triângulo do norte” (Guatemala, El Salvador e Honduras), ocasionaram a desarticulação da economia e a regressão social nos associados mais débeis. E o mais grave é que nos tratados hipotecamos nosso direito soberano de defender os grandes interesses nacionais, corrigindo quando preciso as falhas do mercado, para tornar viáveis os âmbitos da produção ou distribuição que são socialmente necessários, mesmo se não forem “competitivos” (sobretudo se medidos com parâmetros internacionais distorcidos e artificiosos).

Convencidos de que o comércio não deve ser liberado, e sim amarrado, e de que uma sociedade livre só é possível com um mercado domesticado, os mesoamericanos chegaram a sentir nostalgia dos velhos e fracassados projetos de integração centro-americana, que buscavam reforçar as duvidosas complementaridades econômicas regionais. Em tempos de uma globalização implacável, é difícil planejar uma articulação regional para dentro, mas em todo caso é claro que a integração social da região não está sendo obtida *graças* ao livre comércio, mas sim *contra* o livre comércio: a Mesoamérica se apropria gradualmente de sua prostração porque tocou no fundo, porque a ilusão mercantilista não se sustenta mais e é preciso buscar outros paradigmas.

Então, não é por acaso que o MOICAM, constituído formalmente em fins de julho de 2003, tenha desenvolvido sua primeira ação multinacional e coordenada em meados de setembro do mesmo ano, promovendo e participando

do Fórum Internacional Camponês e da Marcha Internacional pelos Direitos dos Camponeses e pela Soberania Alimentar, que foram realizadas em Cancún, Quintana Roo, em razão da Quinta Reunião Ministerial da OMC.

A Plataforma Camponesa Mesoamericana estabelece, em sua segunda seção, referente à soberania alimentar:

A comida é uma arma nas mãos do Império. É por isso que os países poderosos e suas transnacionais estão empenhados em uma cruenta guerra mundial para dismantelar as agriculturas dos países fracos e para acabar com os camponeses que colhem produtos básicos, pois uma nação que não pode garantir a alimentação de seus cidadãos é uma nação submetida [...] Entendemos por soberania alimentar o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos [...] E em nossos países isto só é possível com base na pequena e média produção, respeitando e promovendo os modos camponeses e indígenas de produção agropecuária, florestal, pesqueira, artesanal, assim como de comercialização e de gestão dos espaços rurais (Sem autor, 2003).

De modo que, para o MOICAM, é prioritário lutar contra o avanço das negociações da OMC em torno de um acordo agrícola onde as grandes potências disputam entre si o mercado planetário e os verdadeiros perdedores são os países pobres e seus pequenos produtores rurais.

Assim, a Mesoamérica estréia no cenário da resistência global com um rosto camponês. Porque os globalicríticos presentes em Cancún foram diversos e destacou-se a luta contra a liberalização e a privatização dos serviços públicos; mas o Fórum Internacional Camponês e suas palavras de ordem (*Fora a OMC da agricultura! Fora os alimentos da OMC! e Não às patentes sobre a vida!*) tornaram-se o eixo das mobilizações. A iniciativa do Fórum e da marcha foi da *Via Campesina*, uma rede mundial que alinha a maior parte das organizações mesoamericanas do MOICAM e que constitui a melhor mostra do novo e pujante internacionalismo camponês. A população camponesa presenciou o nascimento do capitalismo, foi premissa inevitável de sua reprodução e está presente na disjuntiva civilizatória do terceiro milênio; porque os camponeses são uma multidão em perene rebeldia; uma classe no ar, hoje globalizada, que se alinha com pleno direito nas hostes altermundistas.

III

Talvez a Mesoamérica possa alcançar sua integração [...] copiando [...] as formas [...] de seu poderoso vizinho do norte [para] depois aliviar sua inconformidade com os ritos de um nacionalismo exacerbado [...] Ou encontrará algum dia seu próprio caminho? [Presa] entre o ontem e o amanhã. A Mesoamérica continua em vias de formação. O galo cantou [mas] passará algum tempo antes que o sol se levante; contudo, os homens esquadrinham o céu porque suas vidas dependem do amanhã.

Povos e culturas da Mesoamérica
Eric Wolf.

A pluralidade geográfica e ambiental mesoamericana sustentou um quebra-cabeça de culturas. Nas origens todos éramos homens de milho (e de mandioca e de banana...), tanto em termos agroalimentares como cosmogônicos, mas os nahuas o chamavam *centli*, os zapotecas *zuba*, *kosak* os chontales, *mok* os zoques, *xál* os mam e *nal* os maias. Em seus momentos expansivos, as grandes culturas irradiaram sobre esta enriquecedora diversidade, sem suprimi-la; o extenso império tenoxca era um mosaico variado de usos e costumes, articulados pelo comércio, pelo tributo e pelo náhuatl como língua franca.

A Mesoamérica não era, no século XVI, um território delimitado com precisão e politicamente centralizado; a conquista e a ulterior dominação é que lhe conferem uma unidade inédita: primeiro no âmbito nuclear, densamente povoado e “civilizado”; e, paulatinamente, na sua periferia “selvagem”, de tênue demografia, mas promissora riqueza mineira. Ao se esgotarem as possibilidades de saqueio fácil, a sede de ouro dos espanhóis leva-os a estender sua dominação para o norte e o sudeste, empregando os recursos e os braços dos que foram subjugados. E, por obra da cobiça colonial, a Mesoamérica estende suas fronteiras.

A nova articulação econômica, a refundação sociopolítica e a mutável delimitação geográfica da América novo-hispânica —como parte do domínio espanhol—, fazem do território um âmbito de acrioulamento, mestiçagem e resistência, criando um novo tipo mesoamericano e dando corpo aos novos sujeitos históricos. Para O’Gorman, trata-se da “invenção da América”, resultante do esforço crioulo de transformar “uma Espanha *no* Novo Mundo em uma Espanha *do* Novo Mundo”. Por conseguinte, escreve o historiador em suas meditações sobre o crioulisto, “surgiu [...] a rebeldia [...] a mola [...] impulsora da história novo-hispânica” (O’Gorman, 1970a). Certo, mas também há outra rebeldia, outro desassossego, no produto do transplante, mas de raiz propriamente mesoamericana: a rebeldia indígena e mestiça, empenhada igualmente em se reinventar, mas não como Nova Espanha desterrada, e sim como América Nova.

Assim, durante os séculos XIX e XX, a rebeldia de uma mestiçagem que não renega sua herança indígena transforma-se em nacionalismo, uma poderosa força coesiva enraizada na construção da unidade dos diversos a partir da resistência ao inimigo comum: primeiro o domínio direto espanhol, mais tarde a incursão de outras potências européias, e finalmente a intrusão estadunidense, manifesta em seu expansionismo territorial e penetração econômica (às vezes exércitos de ocupação, com frequência companhias transnacionais, sempre os peremptórios ditames de *La Embajada*)².

No século XX, das revoluções (interrompidas como a mexicana, derrotadas como a guatemalteca, enclausuradas como a cubana, revertidas como a nicaragüense), a Mesoamérica ancestral e, em alguns casos, as raízes afrocaribenhas, reaparecem no discurso dos Estados nacionais como fundamento mítico da identidade. Retórica, na verdade, pois o reconhecimento de nossa “terceira raiz” e o espanto diante das conquistas culturais do índio morto em geral encobrem a ofensiva marginalização dos negros e dos índios vivos; remanescentes supostamente degradados de tempos idos, que o “indigenismo” pretende redimir assimilando-os a uma “cultura nacional” que digere simbolicamente a indianidade e a negritude para excretá-las neutralizadas e assim poder espezinhá-las na prática, sem maiores custos para o mítico patrimônio cultural da nação.

Com esta intrincada genealogia, não surpreende que os anfitriões hondurenhos tenham empregado como emblema do terceiro Encontro Campesino um mapa da Mesoamérica que começa no Rio Bravo e termina no Darién; nem que, encarregados de fazê-lo, os integrantes do Moicam tenham decretado nas resoluções do encontro que “Para os fins desta aliança, entendemos por Mesoamérica a América Central (Belize, Guatemala, El Salvador, Honduras, Nicarágua, Costa Rica e Panamá), México (em sua totalidade) e El Caribe” (MOICAM, 2002). Porque, além das definições geográficas, históricas e etnográficas, a Mesoamérica é uma entidade vivente, uma identidade coletiva em construção.

Muitos dirão que as ilhas do Caribe nada têm a fazer na jogada identitária, e não faltará quem negue o pertencimento de Belize e do Panamá à América Central, quanto mais à Mesoamérica. Mas o problema sério é o México. Se para os *gringos* a América do Sul começa no “Rio Grande” e, segundo os *chapi-nes*, a América do Norte se inicia no Suchiate, nós, *astecas*, estamos no limbo. Geograficamente somos em parte da América do Norte, em parte da América Central; para nossos governantes recentes –empresários ou tecnocratas que sonham em inglês– não há dúvida: o México é considerado a província mais equinocial da América do Norte ianque; e na percepção centro-americana o

2 N. do E.: termo cunhado na América Latina e no Caribe para aludir à representação dos Estados Unidos.

México é uma terra hostil: um *Big Brother* prepotente e cada dia mais persecutório, sobretudo desde que nos tornamos cães de guarda do Império, com programas de militarização da fronteira como o Plano Sul: o irmão feio do PPP.

A distância entre o México e a América Central é cultural, idiossincrática. Se o antiianquismo mexicano alimenta-se da perda de nossos estados setentrionais, para um guatemalteco o México é o país que lhe tirou metade do território, uma demarcação que originalmente correspondia à área cultural maia. Se a iniquidade econômica dos Estados Unidos para com o México, reforçada pelo TLCAN, é a ofensa ao *gabacho* que renovamos todos os dias, a assimetria comercial México-América Central (para cada dólar que importamos da região, exportamos quatro), fortalecida por iníquos tratados comerciais (com a Costa Rica [1995], com a Nicarágua [1997] e com a Guatemala, Honduras e El Salvador [2000], que não reconhecem as assimetrias, não incorporam o princípio de nação mais favorecida, não consideram a cooperação para o desenvolvimento e não incluem os direitos sociais, trabalhistas, ambientais ou migratórios), é a ofensa cotidiana que exaspera a relação. Como podemos não ser antiestadunidenses, quando todos os anos esse país expulsa um milhão de pessoas sem documentos, a maioria mexicanas? Como a América Central não pode sentir rancor pelo México, quando todos os anos nosso país deporta entre cem e duzentas mil pessoas sem documentos, a maioria centro-americanas?

Certo, as ofensas procedem do governo desorientado, não do povo mexicano, mas de todas as maneiras não será fácil superá-las. E, no entanto, isso é indispensável, pois somente dessa maneira a região é viável. Só assim a Mesoamérica será transitável como território, como âmbito de integração econômica e convergência societária, como herança cultural viva, como patrimônio cultural, como identidade em construção, como imaginário coletivo, como compromisso pendente.

Para o México, a necessidade de optar entre a América do Norte e a Mesoamérica é uma encruzilhada histórica. Quando a gerência da nação olha para o norte, anelante e obsequiosa (“Não se pode mamar e dar topadas”, Jorge Castañeda quando era secretário das Relações Exteriores), é reconfortante que os camponeses, em particular os do sudeste, se aventurem com o sul. Mas a aposta equinocial envolve o México como um todo. Se os tratados comerciais só têm sentido ao abarcarem o conjunto de nossa economia, os supostos acordos multilaterais para a integração econômica e para o desenvolvimento não serão viáveis se não os abordamos como nação. Os desafios mesoamericanos talvez comecem no Darién panamenho, mas não terminam em Puebla —como quer o PPP; na verdade, continuam até o Rio Bravo.

Sem dúvida, da cintura para baixo, o país tem particularidades, e em certo sentido o sul é o paradigma do México profundo, do México rural. O setor mais capitalizado de nossa agricultura está no centro-norte e no noroeste, não tanto

pelo potencial agroecológico como pelo modelo técnico adotado e porque aí se realizaram os maiores investimentos em infra-estrutura hidroagrícola e concentraram-se o fomento e os subsídios. O sul, em troca, é a região menos capitalizada, devido à sua ruralidade sociocultural e porque, em Estados como Chiapas, Oaxaca e Guerrero, cerca da metade da População Economicamente Ativa (PEA) trabalha no setor primário. E, também neste caso, não por supostas vocações, pois os recursos são aí relativamente abundantes, se não em terras planas, espessas e férteis, mas certamente em água, potencial florestal e biodiversidade, entre outros. Contudo, a região não recebeu nem os investimentos nem o fomento necessários para seu aproveitamento sustentável. Em compensação, sofre o embate da silvicultura predadora, da pecuária extensiva e da agricultura nômade, que, combinadas, ocasionaram desflorestamento grave, erosões biológicas, degradação dos solos e perda de recursos hídricos, tudo isso associado a um severo dano social.

Usando, para calcular, a regionalização do PPP (Veracruz, Puebla, Guerrero, Oaxaca, Tabasco, Chiapas, Campeche, Yucatán e Quintana Roo), alguns dados duros testemunham o atraso de uma zona onde 27% da PEA produz unicamente 18% do Produto Interno Bruto (PIB), atraso que se mostraria maior se fossem excluídas entidades atípicas como Puebla e Veracruz, que sozinhas geram quase a metade do PIB regional, de modo que os outros sete estados são responsáveis apenas por 10% do PIB nacional. Sua forte ruralidade fica evidente no fato de, tendo a região pouco mais de um quarto da PEA, nela trabalharem quase a metade de todos os trabalhadores agrícolas; isto significa que o sul é duas vezes mais camponês do que o país, pois ali o setor primário gera 40% do emprego, quando para o conjunto da economia a porcentagem não chega a 20%. Em rendimentos físicos o sul não anda mal: sobre 32% da superfície cultivada colhe-se em toneladas 33% do total, mas nos rendimentos econômicos fica-se para trás, pois o preço do que é produzido ali é cerca de 26% do total, de modo que sobre um terço das terras agrícolas obtém-se pouco mais de um quarto do valor da produção; situação agravada pelas baixas cotações de produtos como o café e outras matérias-primas tropicais. E os indicadores sociais são desastrosos: 66% da população do sul encontra-se em pobreza extrema, 15% é analfabeta, 20% das moradias têm só um cômodo, 30% carecem de água canalizada e 40% de drenagem, etcetera.

Mas, sem desconsiderar seus desafios específicos e suas específicas potencialidades, a problemática do sul demanda compromissos e ações de tessitura nacional. Em outro lugar escrevi:

Atrás da idéia de que os assuntos do sul resolvem-se no sul subjaz uma visão dicotômica do país, segundo a qual há um México moderno, globalizado e viável, que é o do norte; e um México pré-moderno, subdesenvolvido e talvez não tão viável, que é o do sul. Um país branco, urbano, cosmopolita e apoiado na indústria e nos

serviços; e outro preto, rural, provinciano e apoiado na agricultura. Um México cujo vizinho são os Estados Unidos e um México cujo vizinho é a Guatemala. Mas isto não vale nem como metáfora. Na verdade, o México é um em sua desgarrada diversidade. Suas regiões e setores socioeconômicos estão intimamente articulados; de maneira assimétrica e injusta, sem dúvida, mas imbricados até a morte. E este extremoso entrelaçamento nos define como nação. Nossa agricultura sustentou por décadas nossa indústria, nossas cidades são formadas por migrantes rurais, nosso sul provê a energia que nosso norte consome, nossa parte índia outorga identidade a nossa mestiçagem, nossa pobreza abismal sustenta nossa ofensiva riqueza... E o México do sul não é só o das regiões equinociais; é o México das desvantagens comparativas, o México desconectado, redundante, anacrônico, demorado... Então, precisamos pensar no desenvolvimento e na integração com a América Central a partir do México como um todo, porque nossas semelhanças com os países do istmo não estão apenas no sudeste; porque o México pode ser a nona economia mundial mas é uma sociedade subdesenvolvida; porque o sul começa no Rio Bravo e não no Suchiate; porque, enfim, nossos problemas profundos são os da América Central, e não os dos Estados Unidos, de modo que no sul estão nossos irmãos, enquanto que os do norte são, apenas, nossos primos (Bartra, 2003a).

Já faz três anos que os mexicanos estão realizando a tarefa a pé: no sentido inverso da lógica do mercado, caminham rumo ao sul. Repetidas vezes os camponeses daqui –*astecas*, nos dizem– cruzam por terra fronteiras inóspitas que facilitam a passagem das mercadorias e penalizam a passagem dos homens; aduanas a serviço da globalização comercial, onde se castiga a mundialização plebéia. Porque em Quetzaltenango, em Manágua, em Tegucigalpa, os esperam seus irmãos centro-americanos e caribenhos. E no encontro de Honduras, os *astecas* fomos recebidos com o lema *O campo não agüenta mais!* em lenços, bornais, bonés; uma palavra de ordem profunda que ainda ressoa nos campos, ruas e estradas do México. Porque os governos do istmo estão tramando com Bush um tratado de livre comércio com os Estados Unidos, e os *catrachos*, *chapines*, *guanacos*, *pinoleros*, *ticos* e demais centro-americanos querem saber como os *astecas* se saíram com seu TLCAN, e, sobretudo, com quais argumentos e táticas estão combatendo o capítulo agropecuário do acordo.

E assim, do mesmo modo que os antigos habitantes da Hélade se tornaram gregos “expulsando os bárbaros”, os homens da América do meio, da América crucial e crucificada, da América profunda, vão se tornando mesoamericanos.

BIBLIOGRAFIA

- Bartra, Armando 2001 “Sur. Megaplanes y utopías en la América equinoccial” em Bartra, Armando (org.) *Mesoamérica. Los ríos profundos* (México: El Atajo).
- Bartra, Armando 2002 “Hacia una nueva colonización del sureste” em Álvarez, Alejandro et al. *Economía política del Plan Puebla-Panamá* (México: Itaca).
- Bartra, Armando 2003 “La invención de Mesoamérica” em *Plataforma Campesina Mesoamericana* (México: Instituto de Estudios del Pueblo Maya, AC).
- Bartra, Armando 2003a Intervención en el Primer Encuentro Internacional sobre Desarrollo e Integración Regional en el Sur de México y Centroamérica, junho.
- Cdococh-Asocode 2003 *Memoria III Encuentro Campesino Mesoamericano “El campo no aguanta más”* (Honduras).
- Centro Alexander von Humbolt 2002 *Memoria III Foro Mesoamericano Frente al Plan Puebla-Panamá el Movimiento Mesoamericano por la Integración Popular* (Nicaragua).
- Iglesias, Enrique 2002 “Entrevista con el director del BID” em *La Jornada* (México, DF) 27 de junho.
- Levy, Santiago; Dávila, Enrique e Kesel, Georgina 1994 *El sur también existe. Un ensayo sobre desarrollo regional en México* (México: Secretaría de Hacienda y Crédito Público).
- MOICAM 2002 *Resolutivos del Tercer Encuentro Campesino* (Manágua) mimeo.
- O’Gorman, Edmundo 1970a *La invención de América* (México: Fondo de Cultura Económica).
- O’Gorman, Edmundo 1970b *Meditaciones sobre el criollismo* (México: Centro de Estudios de Historia de México/Condumex).
- Presidencia de la República 2000 *Plan Puebla-Panamá. Documento Base* (México).
- Sem Autor 2003 *Plataforma campesina Mesoamericana* (México: Instituto de Estudios del Pueblo Maya, AC).
- Tucídides 1980 *Historia de la guerra del Peloponeso* (México: Porrúa).
- Villafuerte Solís, Daniel 2001 *Integraciones comerciales en la frontera sur. Chiapas frente al Tratado de Libre Comercio México-Centroamérica* (México: UNAM).
- Wolf, Eric 1980 *Pueblos y culturas de Mésoamérica* (México: ERA).

RAÚL ORNELAS*

**A AUTONOMIA COMO EIXO
DA RESISTÊNCIA ZAPATISTA
DO LEVANTE ARMADO
AO NASCIMENTO DOS CARACOLES****

Nós já tínhamos um território controlado e foi para organizá-lo que se criaram os Municípios Autônomos. O EZLN tem muitas idéias sobre como é um povo organizado e livre.

O problema é que não há um governo que obedeça; há um governo mandão que não te escuta, que não te respeita, que pensa que os povos indígenas não sabem pensar, que quer nos tratar como índios pés-de-chinelo, mas a história já lhes respondeu e demonstrou que sabemos, sim, pensar, e que sabemos nos organizar. A injustiça e a pobreza te fazem pensar, produzir idéias, te fazem pensar como fazê-lo, ainda que o governo não te escute.

Major Insurgente de Infantaria Moisés, EZLN

MUITAS FORAM as leituras suscitadas pela luta das comunidades zapatistas de Chiapas. As questões formuladas por este inovador sujeito social propiciaram reações que vão da desqualificação à apologia. E não foram poucos os analistas e os atores políticos e sociais, particularmente entre o que podemos chamar como a esquerda comunista, que ofereceram conclusões céticas a respeito da luta zapatista.

* Pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas da UNAM.

** Agradeço a Francisco Pineda, Ana Esther Ceceña, Rebeca Alfonso, Adriana e Rebeca Ornelas, Eva Ramí e Marc Tomsin, que realizaram comentários e críticas sumamente pertinentes que espero ter acolhido nesta versão do texto. Agradeço também a colaboração de Mayla Nemesio e de Rebeca Alfonso. A elas e eles meu sincero agradecimento.

Ao revisar tais análises, constatamos que existem importantes deficiências no conhecimento das propostas e das realidades que constituem o essencial da luta zapatista. Neste trabalho nos propomos a resgatar os aspectos que consideramos mais importantes da construção da autonomia entre as comunidades rebeldes de Chiapas. De nosso ponto de vista, a autonomia é o processo que explica a força e o vigor da luta que há vinte anos se desenvolve nos vales da Selva Lacandona e da qual o Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) é uma expressão fundamental, ainda que não a única.

O objetivo central do texto é estabelecer as linhas gerais do discurso e da prática zapatistas em torno da autonomia, abordando duas questões: a evolução da autonomia desde o levante zapatista até o nascimento dos Caracoles, e a relação entre autonomia e poder. Sobre esta base esboçamos algumas conclusões preliminares a respeito do desenvolvimento do projeto autônomo das comunidades zapatistas.

Nossa reflexão inscreve-se no estudo da obra construtiva das revoluções, em particular das revoluções camponesas. Embora no texto apenas façamos algumas breves menções de outras experiências históricas, nosso trabalho foi alimentado pela revisão das lutas dos camponeses ucranianos (1918-1921) e dos camponeses aragoneses e catalães (1936-1939), cujas tentativas de construção da autogestão e do autogoverno têm importantes similitudes com a experiência zapatista.

Diante dos avanços da autonomia, os quais significam nove anos de autogoverno e a criação dos Caracoles, consideramos que não basta nos aprofundarmos nos intensos debates suscitados no domínio da teoria política, sendo fundamental adentrarmos na análise da prática concreta das comunidades zapatistas, em resistência desde 1994. O aniversário “20 e 10” do EZLN é um motivo a mais para esta tentativa¹. Cabe mencionar que este trabalho é uma primeira aproximação ao tema, motivo pelo qual acentuamos os aspectos construtivos da experiência autônoma; os limites e contradições deste processo são apenas esboçados, e seu estudo detalhado é objeto de uma pesquisa em curso.

OS CAMINHOS DA AUTONOMIA

Após o levante armado de 1º de janeiro de 1994 e dos doze dias de guerra aberta, os zapatistas empreenderam iniciativas direcionadas a tecer redes de re-

¹ Em 17 de novembro de 1983 é fundado o EZLN, e dez anos depois, em 1º de janeiro de 1994, ele se levanta em armas. O livro de Glória Muñoz (2003) oferece informação de primeira mão sobre a construção e a evolução do EZLN.

sistência com a sociedade civil e buscaram a interlocução com forças políticas e sociais do país e do Estado de Chiapas. A construção da autonomia situa-se no centro desta dinâmica: avançar na edificação das bases de reprodução das comunidades tem sido a grande força da luta zapatista; sem este elemento, a guerra sub-reptícia do governo mexicano teria conseguido limitá-la fortemente.

O primeiro elemento que queremos destacar é a evolução histórica do processo autonômico. É notável a continuidade na formulação e na prática zapatistas com respeito à construção da autonomia.

Desde janeiro de 1994 até o nascimento dos Caracoles em agosto de 2003, a autonomia tem sido concebida como um projeto construído pelos civis, onde os militares cumprem uma função de “acompanhantes”, função crucial, sem dúvida, mas que parte da vontade de não intervir diretamente no exercício do governo. Em todos os pronunciamentos essenciais do EZLN e em todos os momentos cruciais da construção das autonomias, os zapatistas deixaram claro que as tarefas de governo não devem ser realizadas pelo exército rebelde. O nascimento dos Caracoles assinala mais um passo nessa direção: tendo consolidado as bases do autogoverno, o EZLN se desliga completamente das funções de governo que de fato realizava (particularmente na relação das comunidades com o “exterior”) e se assume como guardião e garantidor da construção da autonomia. Voltaremos a isto mais adiante.

Embora as experiências de autogoverno entre as comunidades indígenas de Chiapas sejam muito antigas, podemos localizar o nascimento das autonomias zapatistas em dezembro de 1994. Após uma primeira tentativa infrutífera de diálogo com o governo, e diante da imposição de um governador pertencente ao PRI, o EZLN declara terminada a trégua e sai de suas posições na selva e nas montanhas rumo aos territórios habitados pelas “bases de apoio” zapatistas.

Em 8 de dezembro inicia-se a campanha “Paz com Justiça e Dignidade para os Povos Indígenas” e, protegidos pelo avanço das tropas zapatistas, os povoadores de cada lugar declaram a existência de trinta novos municípios (ver o Quadro 1 e o Mapa 1) que agrupam as zonas de influência do EZLN em Chiapas. Como se pode apreciar, a experiência autonômica abarca um extenso território habitado por centenas de milhares de pessoas. Há oito anos as “bases de apoio” do EZLN têm trabalhado com afã na construção de seus autogovernos, melhorando suas condições de vida e integrando outros grupos a esta experiência.

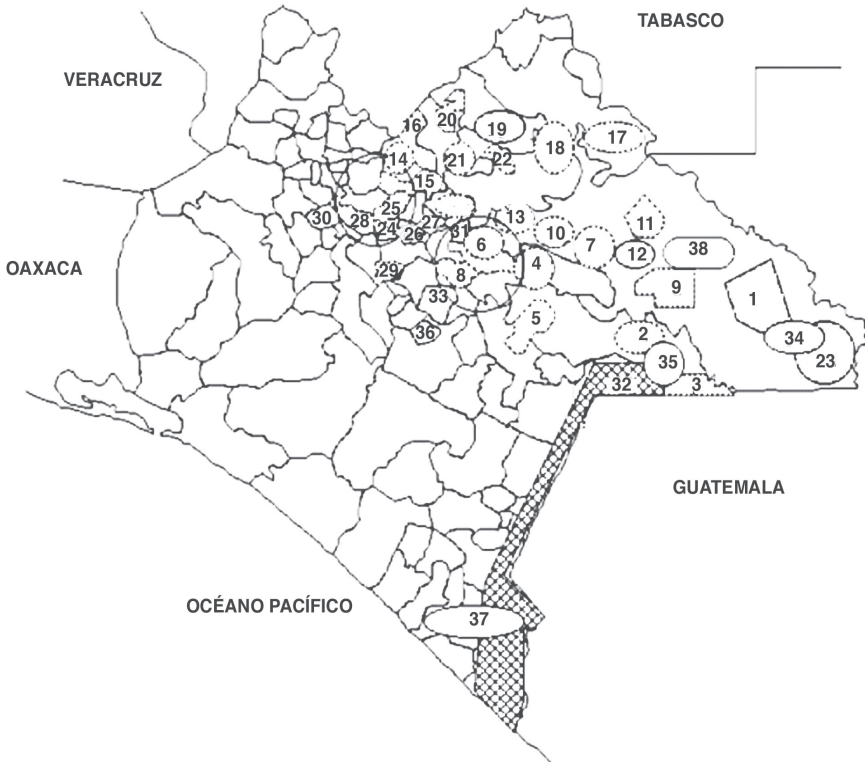
QUADRO 1

MUNICÍPIOS AUTÔNOMOS REBELDES ZAPATISTAS (DEZEMBRO DE 1994)

MAREZ	Município Oficial
1. Libertad de los Pueblos Mayas	Ocosingo
2. San Pedro de Michoacán	Las Margaritas
3. Tierra y Libertad	Las Margaritas, Independencia y Trinitaria
4. 17 de Noviembre	Altamirano y Chanal
5. Miguel Hidalgo y Costilla	Las Margaritas y Comitán de Domínguez
6. Ernesto Che Guevara	Ocosingo
7. 1° de Enero	Ocosingo
8. Cabañas	Oxchuc y Huixtán
9. Maya	Ocosingo
10. Francisco Gómez	Ocosingo
11. Flores Magón	Ocosingo
12. San Manuel	Ocosingo
13. San Salvador	Ocosingo
14. Huichapan	Huichapan
15. Simojovel	Simojovel
16. Sabanilla	Sabanilla
17. Vicente Guerrero	Palenque
18. Trabajo	Palenque y Chilón
19. Francisco Villa	Salto del Agua
20. Independencia	Tila y Salto del Agua
21. Benito Juárez	Tila, Yajalón y Tumbalá
22. La Paz	Tumbalá y Chilón
23. José María Morelos y Pavón	Ocosingo
24. San Andrés Sakamchén de los Pobres	San Andrés Larráinzar
25. San Juan de la Libertad	El Bosque
26. San Pedro Chenalhó	Chenalhó y Mitontic
27. Santa Catarina	Pantelhó y Sitalá
28. Bochil	Bochil
29. Zinacantán	Zinacantán
30. Magdalena de La Paz	Chenalhó

Fonte: EZLN (1994-2004: 179-182) Tomo 2.

MAPA 1
MUNICÍPIOS E TERRITÓRIOS REBELDES ZAPATISTAS



Fonte: CIEPAC (2003).

Em meio a inúmeras agressões, desde as ofensivas militares de fevereiro de 1995, que buscavam eliminar a ação do EZLN, e a de 1998, contra os Municípios Autônomos, até a hostilidade cotidiana contra as comunidades, as instâncias autônomas empreenderam diversos trabalhos para atender as necessidades básicas dos habitantes das comunidades zapatistas, de tal modo que a autonomia não é apenas, nem principalmente, um projeto político, mas um *processo de criação autogestiva da vida social* nestas comunidades: seus maiores méritos residem em “ter conseguido sobreviver em condições de perseguição, hostilidade e pobreza que poucas vezes podem ser encontradas na história do mundo. Não apenas isso. Os Conselhos Autônomos conseguiram

levar adiante, com o apoio fundamental das “sociedades civis”, um trabalho titânico: construir as condições materiais para a resistência” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte)².

A formação e o funcionamento dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ) ilustram os alcances da luta zapatista no horizonte da transformação social. Estas iniciativas têm um caráter de reagrupamento territorial a partir de vários tipos de nexos históricos: o pertencimento a uma etnia, os trabalhos em comum, a situação geográfica, as relações de intercâmbio. Diferentemente das divisões territoriais arbitrárias dos municípios “oficiais”, os municípios rebeldes são o resultado da afinidade entre suas populações. Esta ruptura coloca um desafio radical frente ao poder, pois desloca o conflito da arena política para a questão fundamental do controle do território. Os procuradores locais e nacionais mais retrógrados quiseram resolver este desafio invocando o “separatismo” e os perigos de balcanização, que, segundo eles, a demanda de autonomia representa. Sempre é bom lembrar que a luta zapatista é por “ser reconhecidos como indígenas e como mexicanos”.

O controle do território constitui um sólido ponto de partida para a construção das autonomias a partir das comunidades. Com efeito, recuperando e transformando as instâncias tradicionais da vida comunitária, especialmente as reuniões de toda a comunidade, os Municípios Autônomos têm nas comunidades (casarios, povoados) suas unidades básicas, que se agrupam em conselhos de representantes até alcançar a escala municipal³.

A combinação de diferentes instâncias e formas de discussão, de representação e de vigilância é o fator que explica a vitalidade da autonomia zapatista.

2 A maior parte dos textos zapatistas citados podem ser consultados no seguinte endereço da Internet: <<http://www.ezln.org>>

3 De acordo com a mais recente história da experiência autônômica, os MAREZ foram construídos acompanhando a experiência que permitiu a criação do EZLN como um exército dos povos em luta, e não como uma guerrilha “com base social”, como foi o caso das guerrilhas no México nos anos 1960 e 1970. Em primeira instância, as comunidades indígenas se relacionam com o EZLN enquanto grupo de autodefesa, e paulatinamente são criadas estruturas de relação e retroalimentação em todos os níveis: as comunidades nomeiam responsáveis locais e regionais que transmitem as discussões e propostas entre o exército zapatista e as comunidades, ao mesmo tempo em que as filas dos milicianos e insurgentes aumentam de maneira constante, operando-se uma fusão ou, melhor, uma apropriação da organização político-militar por parte das comunidades: “começa a se dar o processo de transformação do EZLN, de um exército de vanguarda revolucionária para um exército das comunidades indígenas, um exército que é parte de um movimento indígena de resistência, dentro de outras formas de luta”. Assim, quando o EZLN “se imbrica com as comunidades, passa a ser um elemento a mais dentro de toda essa resistência, se contamina e é subordinado às comunidades. As comunidades apropriam-se dele e o tornam seu, colocam-no sob sua autoridade” (Le Bot, 1997: 148-149). Ver Muñoz (2003: 55-62).

Na base da experiência autônômica situa-se a comunidade, com suas instâncias de discussão e decisão: a reunião de todos os povoadores, dos conselhos de responsáveis e de representantes e, nos lugares onde existem, as autoridades tradicionais e dos conselhos de anciãos. Diferentemente do que acontece nos espaços políticos “ocidentais”, nas comunidades indígenas não existe separação entre os temas que ali são tratados: as questões do trabalho são atendidas juntamente com os assuntos religiosos, com as questões relativas à luta e às relações com outras comunidades, etc. Do mesmo modo, não existe uma “profissionalização” dos papéis: de maneira rotativa, a maioria dos habitantes da comunidade ocupam um “cargo”⁴.

Um aspecto central nesta dinâmica é a busca do consenso. Confrontados com a pobreza extrema e as enormes dificuldades para assegurar a reprodução imediata, os habitantes das comunidades têm vivido um longo aprendizado sobre a necessidade de chegar a acordos que incluam a maior parte dos povoadores de um território dado. Neste terreno de extrema dificuldade, a busca do consenso é espontânea: “O trabalho coletivo, o pensamento democrático, a sujeição ao acordo da maioria são mais do que uma tradição na zona indígena, têm sido a única possibilidade de sobrevivência, de resistência, de dignidade e de rebeldia” (Subcomandante Insurgente Marcos, 1994).

No que se refere aos mecanismos de controle e vigilância sobre os representantes e os encarregados, podemos destacar dois aspectos. Por um lado, não existe uma remuneração para ocupar os diferentes “cargos”⁵, de modo que a designação para uma tarefa não implica a diferenciação social ou econômica no interior da comunidade:

Nas comunidades zapatistas o cargo de autoridade não tem remuneração alguma (durante o tempo em que a pessoa é uma autoridade, a comunidade a ajuda em sua manutenção), é concebido como um trabalho em benefício do coletivo e é rotativo. Não poucas vezes é aplicado pelo coletivo para penalizar a negligência ou o desapego de algum de seus integrantes, como quando se castiga alguém que falta muito às assembléias comunitárias dando-lhe um cargo de agente municipal ou de comissário dos pastos (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

4 Isto se refere essencialmente aos cargos que podemos chamar “de representação”, já que existe outro tipo de “cargos” que requerem formações especializadas, como é o caso da saúde e da educação, onde o mecanismo não é de rotação, mas de incorporação constante de novos responsáveis.

5 Sem contar aos Comandantes, membros do Comando Geral do EZLN, a maior parte dos e das representantes das comunidades designam-se como “encarregados”. Mais que uma “autoridade”, nas estruturas de organização autônomas recebem-se encargos, tarefas a realizar que significam um aporte à comunidade por parte daquele que é nomeado.

Por outro lado, sob o lema de “mandar obedecendo” realiza-se uma avaliação permanente do trabalho dos representantes, que, além disso, podem ser substituídos e atuam geralmente com o mandato preciso de sua comunidade:

No que se refere à relação com as comunidades zapatistas, o “mandar obedecendo” foi aplicado sem distinção. As autoridades devem certificar-se de que sejam cumpridos os acordos das comunidades, suas decisões devem ser informadas regularmente, e o “peso” do coletivo, junto com o “passa a voz” que funciona em todas as comunidades, convertem-se em um vigilante do qual é difícil escapar. Ainda sim, ocorrem casos de pessoas que pretendem burlar isto e corromper-se, mas não vão muito longe. É impossível ocultar um enriquecimento ilícito nas comunidades. O responsável é punido, sendo obrigado a realizar trabalho coletivo e a repor à comunidade o que tomou indevidamente. Quando a autoridade se desvia, se corrompe ou, para usar um termo daqui, “está ociosa”, é removida do cargo e uma nova autoridade a substitui (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

Com base nas reuniões da comunidade, instâncias fortemente marcadas pelo que na teoria política se conhece como democracia direta, é erigido um sistema de representações que viabiliza as tarefas coletivas. O pertencimento a um Município Autônomo é competência exclusiva da reunião de cada comunidade⁶.

A instância seguinte é o Conselho Municipal, formado pelos representantes de cada comunidade que faz parte do município. Estes representantes participam em alguma das “comissões” ou “comitês” encarregados de tarefas específicas: justiça, assuntos agrários, saúde, educação, cultura, produção, entre as mais comuns. Além destas instâncias, o conselho conta com: presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, encarregados da coordenação do conselho⁷.

6 Em nossa exposição, concentramos a atenção no funcionamento “político-social” das comunidades, perspectiva que pode dar uma visão falsa destas. A construção do EZLN e das autonomias representaram processos transformadores dessas comunidades, onde os elementos retrógrados da vida comunitária foram submetidos à crítica e tendem a ser superados. Dois deles merecem ser especialmente mencionados: o alcoolismo e a opressão da mulher, que constituíram dois dos obstáculos iniciais que o EZLN teve que vencer para poder continuar sua construção, e que atualmente continuam sendo centro de atenção dos autogovernos. Do mesmo modo, a revolução zapatista propiciou a transformação de outros conteúdos da vida das comunidades, como a educação (que antes era dada –quando o era– pelo Estado), os hábitos alimentares e de saúde, a saúde reprodutiva e a práticas agrícolas. Em suma, a comunidade oferece um terreno potencialmente propício para o trabalho em comum, mas o autogoverno implica um projeto que transcende o âmbito geográfico e histórico da comunidade.

7 Esta descrição é uma primeira aproximação, pois está baseada em testemunhos de “visitantes” nas comunidades (incluindo nossa própria observação); dada a situação de guerra, o EZLN decidiu manter em um segundo plano a estrutura da organização autônoma.

É esta instância colegiada que deu vida aos Municípios Autônomos desde 1994. Paulatinamente, os Conselhos Autônomos consolidaram sua presença e autoridade graças às iniciativas para melhorar a vida das comunidades e a suas práticas de “bom governo”, isto é, privilegiar a busca de acordos em vez do enfrentamento ou da repressão, assim como a aplicação do direito “consuetudinário”, que prefere a reparação do dano à sanção.

Nesse sentido, os Conselhos Autônomos têm desempenhado um papel essencial no desenvolvimento da luta zapatista. No interior das comunidades, o projeto autonômico ganhou legitimidade graças às tarefas de saúde, educação, culturais e produtivas que permitiram melhorar as condições de vida.

A propaganda governamental e a intelectualidade integrada, inclusive parte da esquerda social-democrata, não se cansaram de afirmar que a luta zapatista se esgota pouco a pouco, que as comunidades sofrem mais agora do que antes do levante, e que existem grandes divisões no interior do EZLN. Contudo, em 2003 os zapatistas deram diversas mostras da força e da unidade com que contam, das quais podemos citar duas de grande significado: em janeiro, para a celebração do nono ano do levante, mais de vinte mil indígenas manifestaram-se em San Cristóbal de las Casas; e em agosto, com o nascimento dos Caracoles. Ambas as mobilizações mostraram a unidade e a expansão da luta zapatista em Chiapas.

Hoje o zapatismo é maior e mais forte. Nunca antes em nossa história tivemos a força que temos hoje. Faz tempo que já ultrapassamos em muito os limites do estado sul-oriental de Chiapas e, além disso, temos controle até nas comunidades onde se encontram as guarnições do exército federal e da polícia de segurança pública do estado; nossa palavra também tem penetrado nos quartéis e em quem vive neles. Não estamos nos vangloriando. Estamos apenas comunicando isto (Comandante David, 2003).

Na relação com as comunidades não-zapatistas, os Municípios Autônomos construíram alianças locais com outros povoadores e outras forças sociais e políticas; isso amorteceu as estratégias contra-insurgentes aplicadas pelos governos local e federal, que têm como um de seus pilares fomentar o enfrentamento entre as comunidades; mesmo assim, os Conselhos Autônomos têm resistido e denunciado as agressões dos paramilitares.

A abertura para a população que não participa do EZLN é um aspecto fundamental da resistência zapatista. Em vez de instaurar um governo “próprio”, controlado diretamente pela força político-militar que ganhou nas mobilizações e na guerra um importante espaço político e territorial, o EZLN promoveu uma dinâmica de governos civis abertos à participação de todos os habitantes dos territórios em questão. Isso permitiu que os Conselhos Autô-

nomos surjam como uma alternativa às autoridades “oficiais”, sobretudo nos lugares onde o zapatismo é a força local mais importante⁸.

As Leis Revolucionárias (ver Quadro 2), apresentadas pelo EZLN em 1º de janeiro de 1994, constituem o marco geral da atuação dos Municípios Autônomos. Além da relação entre o exército e as tarefas de governo, que, como mencionamos, constitui a pedra angular da construção autonômica, a aplicação destas leis foi limitada, dadas as condições da guerra sub-reptícia em que se desenvolve a experiência da autonomia. Estas disposições tiveram o caráter de “programa”, de aspirações a serem alcançadas paulatinamente. Não obstante, podemos apontar alguns avanços importantes na aplicação destas medidas.

No tocante à terra, após as recuperações de terras ocorridas em 1994 não houve novas medidas a favor dos povos; pelo contrário, as agressões das forças repressivas e dos paramilitares produziram deslocamentos de população e migrações para a selva, onde a situação é ainda mais precária. Apesar disso, os Conselhos continuaram promovendo a posse e o trabalho coletivo das terras.

A Lei de Mulheres é a disposição com maior impacto, tanto dentro das comunidades como para o resto do país e inclusive do mundo. Em vista da situação de opressão extrema em que vivem as mulheres indígenas, as formulações zapatistas significam uma revolução nas comunidades: toda a sua estrutura econômica, social e cultural é posta em questão. Como o próprio EZLN comunicou, os avanços na aplicação desta Lei são irregulares e limitados, mas só o fato de ter trazido à luz as demandas elementares das mulheres como parte de um programa revolucionário abriu um horizonte de transformação acelerada que alimenta a vitalidade da luta zapatista. Do mesmo modo, a Lei de Mulheres é uma referência para indivíduos, forças políticas e sociais, que encontraram nela um ponto de apoio para promover as discussões sobre as relações de gênero em seus próprios âmbitos.

8 “Quem não é reconhecido é o governo constitucional; se não, por que as Juntas têm agora mais trabalho do que eles? As Juntas estão resolvendo problemas que antes eram resolvidos pelo Ministério Público. Agora os povos, mesmo que não sejam zapatistas, vão buscar a justiça nas Juntas. Então, digo: os que não são constitucionais são eles. A nós, sim, [os povos] nos reconhecem”. Palavras do Major Moisés (Muñoz, 2003: 61).

QUADRO 2

LEIS REVOLUCIONÁRIAS DO EZLN (JANEIRO DE 1994)

Lei de Impostos e de Guerra

Voluntária para os que não são exploradores da força de trabalho e para aqueles sem posses. Para os demais, se estabelecem impostos entre 7 e 20% das rendas mensais.

Os bens confiscados das forças armadas passarão a ser propriedade do EZLN, enquanto que aqueles recuperados do governo passarão a ser propriedade do “governo revolucionário”.

Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta

Direitos iguais sem distinção de raça, religião ou filiação política.

Eleição livre de representantes.

Exigir do exército que não intervenha em assuntos civis.

Possuir armas e defender-se com elas, inclusive do exército revolucionário.

Realizar a cooperação acordada pela maioria para as necessidades da revolução.

Prestação de contas das autoridades civis à população civil e ao comando do exército revolucionário.

Lei de Direitos e Obrigações das Forças Armadas Revolucionárias

Denunciar os maus governos civis.

Respeitar as ações do governo revolucionário e a justiça civil.

Guerrear contra o inimigo até tirá-lo do território ou aniquilá-lo.

Lei Agrária Revolucionária

Expropriação de terras que excedam 100 hectares de má qualidade ou 50 hectares de boa qualidade, podendo os pequenos proprietários juntar-se à organização comunal, em cooperativas ou sociedades camponesas.

As terras concedidas aos camponeses sem posses serão propriedade coletiva.

Parte das terras expropriadas se destinarão ao sustento de órfãos e viúvas de combatentes.

Preservação de zonas de selva e reflorestamento.

Os recursos naturais são propriedade do povo.

Não serão cobrados impostos dos que trabalhem coletivamente.

Lei Revolucionária das Mulheres

Direito de decidir quantos filhos ter.

Direito a serem eleitas democraticamente para um cargo militar ou civil.

Não podem ser obrigadas ao matrimônio.

Lei de Reforma Urbana

Deixarão de pagar renda aqueles que vivem há quinze anos no mesmo lugar. Os que vivem há menos de 15 anos pagarão 10% do salário do chefe de família.

As mansões poderão ser ocupadas como moradia de muitas famílias.

Lei do Trabalho

As companhias estrangeiras pagarão o equivalente aos salários que pagam em seus países de origem.

Aumentos mensais de salário, segundo uma comissão local de preços e salário.

Os trabalhadores terão direito a ter ações da empresa, segundo sua antiguidade.

QUADRO 2 (CONTINUACION)

Lei de Indústria e Comércio

Proibida a açambarcagem.

As indústrias que desejem fechar passarão a fazer parte da propriedade da Nação.

Preços dos produtos básicos regulados por uma comissão democraticamente eleita.

Lei de Seguridade Social

São prioridade os doentes incapacitados, os órfãos e os anciãos sem família.

As pensões dos aposentados serão iguais ao salário mínimo.

Finalmente, as iniciativas de saúde e de educação têm sido orientadas pelo disposto nas Leis Revolucionárias, que estabelecem como prioritários os serviços básicos para todos os povoadores da região. Estas são questões particularmente urgentes, uma vez que as comunidades chiapanecas figuram entre as mais marginalizadas do país⁹.

O NASCIMENTO DOS CARACOLES

Durante nove anos produziu-se um lento e zigzagueante experimento de autogoverno, de maturação do que foi criado desde 1994. O caminho que leva dos Municípios Autônomos aos Caracoles e às Juntas de Bom Governo pode ser visto como a construção de espaços de diálogo e discussão com o objetivo de lutar coletivamente contra o sistema de dominação. Desde 1994 o EZLN estimulou o diálogo dentro das comunidades zapatistas e entre ela, através

9 “Encarregados de governar um território rebelde, isto é, sem apoio institucional algum e sofrendo perseguição e hostilidade, os Conselhos Autônomos dirigiram suas baterias para dois aspectos fundamentais: a saúde e a educação. Na saúde, não se limitaram a construir clínicas e farmácias (sempre apoiados pelas ‘sociedades civis’, não se pode esquecer), também formaram agentes de saúde e mantêm campanhas permanentes de higiene comunitária e de prevenção de doenças. Na educação, em terras onde não havia nem escolas, muito menos professores, os Conselhos Autônomos (com o apoio das ‘sociedades civis’, não me cansarei de repetir) construíram escolas, capacitaram promotores de educação e, em alguns casos, até criaram seus próprios conteúdos educativos e pedagógicos. Manuais de alfabetização e livros de texto são confeccionados pelos ‘comitês de educação’ e promotores, acompanhados por ‘sociedades civis’ que sabem destes assuntos. Em algumas regiões (não em todas, é certo) já se conseguiu que as meninas, ancestralmente marginalizadas do acesso ao conhecimento, freqüentemente as escolas. Embora se tenha conseguido que as mulheres já não sejam vendidas e escolham livremente seu parceiro, existe ainda nas terras zapatistas o que as feministas chamam ‘discriminação de gênero’. A chamada ‘lei revolucionária das mulheres’ ainda está bem distante de ser cumprida” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

dos Municípios Autônomos. Em relação ao resto do país e do mundo, os zapatistas realizaram diversas iniciativas de encontro: a Convenção Nacional Democrática (1994), os Diálogos de San Andrés (1996), os Encontros pela Humanidade e contra o Neoliberalismo (o primeiro foi em 1996, em terras zapatistas), as Consultas e as Marchas (das quais a mais recente foi a Marcha da Cor da Terra, em 2001).

Do ponto de vista da autonomia, os Diálogos de San Andrés foram um momento decisivo, onde os povos indígenas do México conseguiram fazer chegar sua problemática ao nível nacional. Produto das pressões nacionais e internacionais sobre o governo de Ernesto Zedillo, estas discussões colocaram claramente a necessidade de saldar uma das dívidas históricas da Nação mexicana com seus povoadores originários: o reconhecimento dos povos indígenas como parte do projeto nacional. Sua realização é um dos exemplos mais notáveis do impacto que a luta zapatista teve sobre a realidade mexicana, particularmente na cultura e na organização política¹⁰.

Os resultados destes diálogos, os Acordos de San Andrés e a Proposta de Lei sobre os Direitos e Cultura Indígenas, representam o principal compromisso alcançado pelos atores políticos e sociais do país neste terreno, dando sustento e legitimidade às autonomias das comunidades indígenas do México. Em sua parte nuclear, os Acordos de San Andrés estabelecem:

O Estado deve promover o reconhecimento, como garantia constitucional, do direito à livre determinação dos povos indígenas [...] que se exercerá num marco constitucional de autonomia assegurando a unidade nacional. Poderão, em consequência, decidir sua forma de governo interna e suas maneiras de se organizar política, social, econômica e culturalmente. O marco constitucional de autonomia permitirá alcançar a efetividade dos direitos sociais, econômicos, culturais e políticos em relação à sua identidade (Governo Federal e EZLN, 1996).

Outros espaços fundamentais na construção da autonomia foram os *Aguascalientes*, que foram concebidos como lugares de encontro das comunidades e das “sociedades civis”. Neles produziu-se uma troca permanente que evitou o isolamento da luta zapatista e propiciou ajuda material e política significativa para a construção da autonomia.

Entre 1996 e 2000, após o desconhecimento do que foi assinado em San Andrés por parte do governo de Zedillo, vive-se um longo período de resistência e de consolidação dos Municípios Autônomos. O triunfo de Vicente Fox nas eleições presidenciais (e suas promessas de campanha), propiciou

10 Ver Hernández e Vera (1998).

algumas expectativas de retomar a via do diálogo e dos acordos nacionais para dar satisfação às demandas da EZLN. No entanto, estas foram frustradas pela atitude dos poderes federais: tanto a Presidência como o Congresso da União, e posteriormente a Suprema Corte de Justiça, desatenderam a vontade majoritária que se expressara em torno da proposição da Lei sobre Direitos e Cultura Indígenas, elaborada pela Comissão de Concórdia e Pacificação do Parlamento mexicano e apresentada ao Congresso pelo próprio Fox¹¹. Em março de 2001 é imposta uma Lei Indígena muito distante do pactuado em San Andrés, e o EZLN rompe todo contato com o governo, declarando-se “em resistência e rebeldia”.

Neste contexto, em julho de 2003 o Comando do EZLN anuncia o nascimento dos Caracoles e das Juntas de Bom Governo, expressões de “uma fase superior de organização” autônoma. Os Caracoles são as sedes das Juntas de Bom Governo, novas instâncias de coordenação regional e lugares de encontro das comunidades zapatistas e da sociedade civil nacional e internacional. Da mesma forma que os municípios rebeldes, as Juntas de Bom Governo são integradas por “um ou dois dos delegados de cada Conselho Autônomo”, de modo que se preserva o vínculo direto com as comunidades.

De acordo com o diagnóstico apresentado pela direção do EZLN, as novas instâncias buscam superar os problemas que surgiram no processo de construção da autonomia.

Em primeiro lugar, o avanço da autonomia precisa de coordenação regional. Enquanto os Municípios Autônomos agrupam comunidades e microrregiões, as cinco Juntas de Bom Governo (ver Quadro 3) agrupam regiões mais extensas e fortalecem os alcances da autonomia: quer se trate do melhoramento das condições de vida, das tarefas produtivas, da luta política ou dos intercâmbios, a coordenação regional ajudará a alcançar os objetivos propostos.

11 Ver Ceceña (2002a).

QUADRO 3

OS CARACOLES E AS JUNTAS DE BOM GOVERNO (AGOSTO DE 2003)

Caracoles	Junta de Bom Governo	Sede	Povos
Madre de los caracoles del mar de nuestros sueños / s-nan xoch baj paman ja tez waychimmel ku'untic.	Hacia la esperanza (Selva Fronteiriça)	La Realidad	tojolabales, tzeltales e mames
Torbellino de nuestras palabras / muc'ul puy zutu'ik ju'un jc'optic.	Corazón del arcoiris de la esperanza	Morelia	tzeltales, tzotziles e tojolabales
Resistencia hacia un nuevo amanecer/ te puy tas maliyel yas pas yach'il sacal quinal.	El camino del futuro	La Garrucha	tzeltales
El caracol que habla para todos / te puy yax sco'opj yu'un pisiltic (en tzeltal); puy mui ti t'an cha 'an ti lak pejtet (en chol)	Nueva semilla que va a producir	Roberto Barrios	choles, zoques e tzeltales
Resistencia y rebeldía por la humanidad / ta tzikel vocolil xchiuc jtoybailtic sventa slekila sjunul balumil.	Corazón céntrico de los zapatistas delante del Mundo	Oventic	tzotziles e tzeltales

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos (2003).

Outra das razões para promover a coordenação regional radica nos desequilíbrios introduzidos pela solidariedade externa. Dadas as condições de comunicação e de guerra sub-reptícia, o apoio externo (nacional e internacional) tendeu a se concentrar nas comunidades e regiões de mais fácil acesso. Para corrigir esta situação, em grande parte circunstancial, as Juntas de Bom Governo deverão aplicar três tipos de medidas:

- a. Indicar, com base nas solicitações das comunidades e dos Municípios Autônomos, quais são as prioridades para receber apoios da sociedade civil, e isso tanto em termos geográficos como do tipo de projetos a desenvolver.

b. Registrar as iniciativas (pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização) que fazem parte da luta zapatista, com o fim de evitar as fraudes.

c. Recolher o “imposto irmão”, que consiste em que a comunidade que recebe um apoio deverá entregar 10% do mesmo à Junta de Bom Governo da qual faz parte, a fim de que esta possa atender as necessidades de outras comunidades.

Com estas disposições, o projeto autônômico tenta dar solução às desigualdades que se produziram entre as comunidades, ao mesmo tempo em que são aplicados mecanismos de justiça social, tentando dar vida ao lema de “para todos, tudo”. Do mesmo modo, há uma mudança importante nas relações com a sociedade civil, visando a superar o que o Subcomandante Insurgente Marcos chamou de “a síndrome da Cinderela”¹²: a criação de uma instância que conhece as necessidades das comunidades de uma extensa região permitirá uma cooperação mais frutífera com a sociedade civil.

12 Como exemplo das dificuldades e contradições implicadas na construção do *mundo em que caibam muitos mundos*, permitimo-nos citar por extenso a explicação desta “síndrome”: “paralelamente ao surgimento e funcionamento desses espaços de encontro que foram os Aguascalientes, manteve-se em alguns setores da sociedade civil aquilo que chamamos de ‘síndrome da Cinderela’. Do baú das recordações retiro agora fragmentos de uma carta que escrevi há mais de nove anos: ‘Não os censuramos em nada [aos membros da sociedade civil que chegam nas comunidades], sabemos que arriscam muito quando vêm nos ver e trazer ajuda aos civis deste lado. Não é nossa carência que nos dói, é ver nos outros o que os outros não vêem, a mesma orfandade de liberdade e de democracia, a mesma falta de justiça. [...] Do que nossa gente obteve como benefício nesta guerra, guardo um exemplo de «ajuda humanitária» para os indígenas chiapanecos, que chegou há algumas semanas: um sapato com salto de agulha, cor-de-rosa, importado, número 6½ sem o par. Levo-o sempre em minha mochila para lembrar a mim mesmo, entre entrevistas, foto-reportagens e supostos atrativos sexuais, o que somos para o país depois de primeiro de janeiro: uma Cinderela [...] Como dizer a esta boa gente, que sinceramente nos manda um sapato cor-de-rosa, com salto de agulha, número 6½, importado, sem par... pensando que, pobres como estamos, aceitamos qualquer coisa, caridade ou esmola, como dizer a toda esta boa gente que não, que não queremos mais continuar vivendo na vergonha do México? Nessa parte que é necessário maquilhar para que não torne feio o resto. Não, já não queremos continuar vivendo assim’. Isso foi em abril de 1994. Então pensamos que era questão de tempo, que as pessoas iam entender que os indígenas zapatistas eram dignos e que não buscavam esmolas, mas respeito. O outro sapato rosa nunca chegou, o par continua incompleto, e nos Aguascalientes amontoam-se computadores que não servem, remédios com data de validade vencida, roupa extravagante (para nós), que nem para as peças de teatro (‘señas’, como as chamam por aqui) são utilizadas, e, sim, sapatos sem par. E continuam chegando coisas assim, como se essa gente dissesse: ‘Pobrezinhos, estão muito necessitados, certamente qualquer coisa lhes serve, e a mim isto está atrapalhando’. Não só isso. Existe uma esmola mais solicitada. É aquela praticada por algumas organizações não-governamentais (ONG) e organismos internacionais. Consiste, *grosso modo*, em que eles decidem o que as comunidades necessitam e, sem sequer consultá-las, impõem não só determinados projetos, como também os tempos e formas de sua realização. Imaginem o desespero de uma comunidade que necessita de água potável e à qual impingem uma biblioteca; a que precisa de uma escola para as crianças e lhe dão um curso de ervas medicinais” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 2ª parte).

Em segundo lugar, com a criação dos Caracoles e das Juntas de Bom Governo, o EZLN consolida sua independência com relação às tarefas de governo, sendo categórico ao declarar que dali em diante não intervirá nos trabalhos do governo¹³. Enquanto assumem a coordenação das iniciativas que concernem aos aspectos econômicos, sociais e de justiça, as instâncias autônomas deverão fortalecer o autogoverno, seu papel de amortecedor da contra-insurgência, e, sobretudo, deverão consolidar sua capacidade para resolver pacificamente os conflitos entre comunidades.

Da perspectiva do EZLN, esta independência é a conseqüência lógica de sua formulação estratégica de não buscar a tomada do poder:

Posto que o EZLN, por seus princípios, não luta pela tomada do poder, nenhum dos comandantes militares ou membros do Comitê Clandestino Revolucionário Indígena pode ocupar cargos de autoridade na comunidade ou nos Municípios Autônomos. Aqueles que decidem participar nos governos autônomos devem renunciar definitivamente a seu cargo organizativo dentro do EZLN (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

As novas instâncias autônomas constituem também um esforço para melhorar as relações com as comunidades não-zapatistas. Isso refere-se particularmente à solução de desacordos (quase sempre relacionados com os usos da terra e dos recursos) e à distribuição de justiça. Por não existirem instâncias de coordenação regional, as queixas e denúncias de comunidades, indivíduos e organismos de defesa de direitos humanos não tinham um destinatário reconhecido pelas comunidades em resistência, nem pelo EZLN. De agora em diante, as Juntas de Bom Governo deverão atender e dar resposta a esses problemas.

O Quadro 4 retoma as tarefas que serão desenvolvidas pelas Juntas de Bom Governo. À parte das funções antes enunciadas, cabe destacar que a gestão das relações “políticas” com o exterior (participação em eventos fora das comunidades) será compartilhada pelas juntas e pelo Comando do EZLN. Do mesmo modo, estabeleceu-se que as funções de “distribuição de justiça; a saúde comunitária; a educação; a moradia; a terra; o trabalho; a alimentação; o

13 “Em meu caráter de comando militar das tropas zapatistas, comunico-lhes que, a partir de agora, os Conselhos Autônomos não poderão recorrer às forças milicianas para os trabalhos de governo. Deverão, portanto, se esforçar para fazer como devem fazer todos os bons governos, isto é, recorrer à razão, e não à força, para governar. Os exércitos devem ser usados para a defesa, não para governar. O trabalho de um exército não é ser polícia ou agência de ministério público. Em conseqüência, como lhes será comunicado por nossos Comandantes, serão retirados todos as reservas de tropas e postos de controle que, sob a autoridade autônoma, nossas forças mantinham em caminhos e estradas, assim como a cobrança de impostos de particulares” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003b).

comércio; a informação e a cultura; o trânsito local” continuarão sendo competência dos municípios rebeldes.

QUADRO 4
OBJETIVOS, TAREFAS E PRIMEIRAS MEDIDAS
DAS JUNTAS DE BOM GOVERNO (AGOSTO, 2003)

- Tentar neutralizar o desequilíbrio no desenvolvimento dos municípios autônomos e das comunidades.

- Mediar os conflitos entre municípios autônomos, e entre municípios autônomos e municípios governamentais.

- Atender as denúncias contra os Conselhos Autônomos por violações dos direitos humanos, protestos e inconformidades, investigar sua veracidade, ordenar aos Conselhos Autônomos a correção destes erros, e para vigiar seu cumprimento.

- Vigiar a realização de projetos e tarefas comunitárias nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas, tomando o cuidado para que sejam cumpridos os tempos e formas estabelecidos em comum acordo pelas comunidades; e para promover o apoio a projetos comunitários nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas.

- Vigiar o cumprimento das leis que, de comum acordo com as comunidades, funcionem nos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas.

- Atender e guiar a sociedade civil nacional e internacional na visita às comunidades, levar adiante projetos produtivos, instalar acampamentos de paz, realizar pesquisas (atenção: deixando algum benefício para as comunidades), e qualquer atividade permitida em comunidades rebeldes.

- De comum acordo com o CCRI-CG do EZLN, promover e aprovar a participação de companheiros e companheiras dos Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas em atividades ou eventos fora das comunidades rebeldes, e para eleger e preparar esses companheiros e companheiras.

- Cuidar para que, em território rebelde zapatista, aquele que manda mande obedecendo.

- A Junta de Bom Governo decidirá, depois de avaliar a situação das comunidades, aonde é mais necessário que se dirijam os apoios externos. É imposto a todos os projetos o chamado “imposto irmão”, que é de 10% do montante total do projeto, destinado a outra comunidade que não recebe apoio. O objetivo é equilibrar um pouco o desenvolvimento econômico das comunidades em resistência.

- Serão reconhecidos como zapatistas apenas as pessoas, comunidades, cooperativas e sociedades de produção e comercialização que estejam registradas em uma Junta de Bom Governo. Os excedentes ou bonificações pela comercialização de produtos de cooperativas e sociedades zapatistas serão entregues às Juntas de Bom Governo para que se apoiem os companheiros e companheiras que não podem comercializar seus produtos ou não recebem nenhum tipo de apoio.

Fonte: Subcomandante Insurgente Marcos (2003).

Assim, a criação dos Caracoles e das Juntas de Bom Governo não implica uma centralização dos poderes (ou, o que dá no mesmo, um distanciamento da tomada de decisões com respeito às comunidades), uma vez que os municípios conservam o controle das atividades decisivas da vida comunitária, e as comunidades continuam sendo as instâncias de discussão e aprovação das iniciativas. Trata-se, portanto, de melhorar as relações entre as comunidades da área e a interação das comunidades zapatistas com a sociedade civil nacional e internacional. Da mesma forma que os Conselhos Autônomos, as Juntas recebem mandatos das comunidades e estão sujeitas aos mesmos mecanismos de vigilância.

A imagem de conjunto oferecida pelos zapatistas nesta nova etapa de organização é a do diálogo permanente e em diferentes níveis:

[O] caracol representa entrar no coração, assim diziam os mais antigos detentores do conhecimento. E dizem que dizem que diziam que o caracol também representa sair do coração para andar no mundo, modo como os primeiros chamavam a vida. E ainda dizem que dizem que diziam que com o caracol chamava-se a coletividade para que a palavra fosse de um ao outro e nascesse o acordo. E também dizem que dizem que diziam que o caracol era ajuda para que o ouvido escutasse inclusive a palavra mais distante (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 1ª parte)¹⁴.

Durante o nascimento dos Caracoles, junto com as mudanças na organização autônoma a direção zapatista propôs uma série de iniciativas que visavam amplificar a resistência ao neoliberalismo. Em particular, o Plano La Realidad-Tijuana propõe “ligar todas as resistências em nosso país e, com elas, reconstruir a partir de baixo a nação mexicana”, um plano baseado na unidade de ação e no respeito à diferença, o chamado para promover a autonomia, a autogestão e a rebeldia em todo o país. O Plano está articulado em torno de reivindicações nacionais como o direito à terra, ao trabalho e ao salário digno, à habitação, à saúde, à alimentação e à vestimenta, à educação, e em prol do respeito à dignidade da mulher, da infância e dos idosos. Um primeiro passo nesse sentido foi a participação das vozes zapatistas nas mobilizações de Cancún contra a Organização Mundial do Comércio (OMC). No final de 2003 produziu-se outra ampla convergência em torno da rejei-

14 “Das palavras do subcomandante Marcos sobre a organização dos caracoles depreende-se que estes correspondem ao conhecimento do interior e do exterior, da visão de quem não olha somente para si, mas olha os demais; daquele que se anima e anima os outros, por mais distantes que estejam e por mais adormecidos que se encontrem em seus escapes e sonhos, a participar com ações cada vez mais eficazes para alcançar os objetivos propostos. Os caracoles se organizam para não se perder nas partes, para ver o conjunto e para atuar no conjunto articulado dos povos de sua própria ‘terra’ e do mundo” (González Casanova, 2003).

ção da privatização do setor energético mexicano e da reivindicação de uma reorientação da política social.

É muito importante assinalar que tudo o que foi dito antes não significa que o desenvolvimento da autonomia esteja livre de limites ou contradições. Quisemos, num primeiro momento, descrever as formas que o processo autônomo tomou no período 1994-2003, mas, como os próprios zapatistas afirmam, a construção do “mundo onde caibam muitos mundos” é um processo incipiente, marcado por grandes dificuldades e obstáculos. Uma das principais limitações foram as pressões e agressões dos governos local e federal, a continuidade das políticas contra-insurgentes (apesar de, em 2000, o PRI ter perdido o governo de Chiapas), assim como os encontros e desencontros com as organizações sociais e políticas; isto constituiu fortes freios ao desenvolvimento da autonomia.

A guerra contra as comunidades em resistência destruiu em inúmeras ocasiões o que tanto custou construir; porém, as autonomias chiapanecas mostraram uma tenacidade sem paralelo na história recente do México. Temos como exemplos a construção de cinco Aguascalientes (Oventik, La Realidad, La Garrucha, Roberto Barrios e Morelia) como resposta à ocupação militar e destruição do primeiro Aguascalientes, o de Guadalupe Tepeyac; ou a recuperação do Palácio do Governo de San Andrés, após uma tentativa dos priístas de se apoderar desse lugar altamente simbólico para a luta zapatista; e inclusive onde as ameaças de repressão obrigam à mobilidade permanente, como no município rebelde Ricardo Flores Magón, as autoridades autônomas continuam realizando suas tarefas e construindo a autonomia.

A relação do EZLN com as forças políticas (em particular com o Partido da Revolução Democrática, PRD, formação social-democrática que governa a capital do país) e com as organizações sociais também teve impacto na construção da autonomia. Enquanto as estratégias zapatistas concentraram-se na construção de uma saída política para a guerra, grande parte da energia das comunidades foi dedicada a tarefas não relacionadas diretamente com a vida interna: desenvolveram-se repetidas tentativas de criar instâncias de diálogo e de luta unitárias em escala nacional, as quais não conseguiram avançar além de seus primeiros passos. Por isso, a partir de 1997-1998 a consolidação das autonomias situa-se no centro da resistência zapatista, e o diálogo para fora tem as “sociedades civis” como interlocutor prioritário.

Podemos resumir esta apresentação dos aspectos que consideramos essenciais do processo autônomo entre as comunidades zapatistas de Chiapas dizendo que a importância da autonomia radica em ser o complemento do pensamento zapatista, cujo caráter inovador tem dificultado sua compreensão. Com efeito, os questionamentos mais freqüentes à luta

zapatista enfocam a necessidade de combater aqui e agora as manifestações do poder, considerando que as propostas zapatistas são “irrealizáveis”. Diante desse ceticismo, constatamos que a autonomia cria cotidianamente as bases para esse “outro mundo onde cabem muitos mundos”. A luta contra a dominação está em andamento e avança no ritmo da construção dos autogovernos. O desenvolvimento das autonomias mostra que as propostas zapatistas não são idéia “para o futuro”, quando a sociedade tiver mudado; são propostas de transformação cujo horizonte são os tempos longos, mas cuja realização se enraíza no presente, na vida e na luta cotidiana das comunidades em resistência.

AUTONOMIA E PODER

O segundo elemento que consideramos central na construção da autonomia é a relação da luta zapatista com o poder: no âmbito da transformação social, a autonomia tenta resolver os dilemas colocados pelas relações com o poder.

Na Primeira Declaração da Selva Lacandona (janeiro de 1994) o EZLN estabeleceu:

Portanto, e conforme esta Declaração de guerra, damos a nossas forças militares do Exército Zapatista de Libertação Nacional as seguintes ordens:

Primeiro. Avançar para a capital do país, vencendo o exército federal mexicano, protegendo em seu avanço libertador a população civil e permitindo aos povos libertados eleger, livre e democraticamente, suas próprias autoridades administrativas (EZLN, 1994).

Do mesmo modo, na Lei de Direitos e Obrigações dos Povos em Luta se estabelece:

Primeiro. Os povos em luta contra o governo opressor e os grandes exploradores nacionais e estrangeiros, sem importar sua filiação política, credo religioso, raça ou cor, terão os seguintes DIREITOS:

a. Eleger, livre e democraticamente, suas autoridades de qualquer classe que considerem conveniente, e exigir que sejam respeitadas

b. Exigir das forças armadas revolucionárias que não intervenham em assuntos de ordem civil ou na tributação de capitais agropecuários, comerciais, financeiros e industriais, que são competência exclusiva das autoridades civis eleitas livre e democraticamente (EZLN, 1994).

Desde o início da rebelião, estabelece-se claramente a independência entre as funções de governo, concebidas como um assunto que concerne em primeiro lugar às comunidades, e a luta política e armada à qual se entrega o EZLN. Este é um aspecto crucial que a luta zapatista compartilha com as revoluções camponesas do século XX: tanto na Ucrânia como em Aragão e na Catalunha, os exércitos insurgentes deixaram nas mãos dos civis a construção dos autogovernos¹⁵. A esse respeito, é esclarecedora a proclamação que acompanhava a entrada do exército makhnovista nos povoados e cidades da Ucrânia:

A todos os trabalhadores da cidade e de seus arredores: Trabalhadores! Vossa cidade é ocupada, momentaneamente, pelo *Exército insurreccional revolucionário (makhnovista)*. Este exército não está a serviço de *nenhum partido político, de nenhum poder, de nenhuma ditadura*. Pelo contrário, busca *libertar* a região de todo poder político, de toda ditadura. Trata de proteger *a liberdade de ação, a vida livre dos trabalhadores* contra toda dominação e exploração. Portanto, o exército makhnovista não representa nenhuma autoridade. Não submeterá ninguém a nenhuma obrigação. Seu papel se limita a defender a liberdade dos trabalhadores... Cabe aos camponeses e aos trabalhadores atuar, organizar-se, entrar em acordo em todos os domínios de sua vida, tal como eles os concebem e como desejem... Os makhnovistas só podem *ajudá-los*, oferecendo-lhes *opiniões* ou *conselhos*, colocando à sua disposição as forças intelectuais, militares ou outras de que necessitem. Mas não podem nem querem, em nenhum caso, *governá-los* ou *prescrever-lhes* nada (Voline, 1969: 598-599).

Nos três casos, as comunidades camponesas possuem práticas e tradições autogestadas ancestrais, que constituem uma base fértil para a construção de governos próprios. Além destas semelhanças, também é interessante destacar que nas experiências de Aragão, Catalunha e Ucrânia influíram fortemente as organizações anarquistas, implantadas anteriormente aos momentos revolucionários; estas organizações realizaram uma intensa tarefa educativa concentrada em estabelecer que o autogoverno era a única solução para a situação de miséria e opressão, assim como em marcar os limites dos regimes políticos imperantes (o czarismo, a monarquia, as repúblicas). Por seu lado, a construção do EZLN está marcada em seus inícios pela presença de uma organização marxista-leninista com um projeto de caráter político-militar (luta armada, a tomada do poder), o qual foi transformado radicalmente na interação com os povos indígenas.

15 A respeito da experiência na Ucrânia ver Archinof (1975: 161-170) e Makhno (1970: 187-194); e sobre Aragão e Catalunha, Leval (1971) e Carrasquer (1985).

Os projetos das organizações políticas, nos três casos, foram retomados e *transformados* pela luta das comunidades, o que destaca a força e a centralidade que estas têm como base das experiências revolucionárias radicais, entendidas como as que afetam o conjunto da vida social, desde o cotidiano e material até o regime político¹⁶.

Por outro lado, é importante assinalar que a postura de independência diante das tarefas de governo distingue radicalmente a luta zapatista de grande parte das revoluções sociais contemporâneas e particularmente daquelas cuja matriz foi a revolução bolchevique.

Diferentemente das visões do enfoque guerrilheiro ou da esquerda gradualista, os zapatistas abandonam as idéias de “uniformidade”, de “coesão”, apostando na multiplicação dos atores da transformação social: em particular, propõem as figuras do “bom governo” (ou do “governo democrático”), do rebelde e das “sociedades civis”, entendidas como sujeitos complementares em tensão. Não se trata de unificar e homogeneizar (hegemonizar?) as forças da mudança social sob diretrizes gerais (o programa), nem direções centrais (o partido), mas de ampliar os espaços e as formas de intervenção no processo emancipador. A grande força da experiência zapatista reside em que pode demonstrar, na contracorrente dos discursos e das práticas das organizações políticas, que é possível atuar unitariamente sem suprimir a diversidade dos participantes. Nesse sentido, as Juntas de Bom Governo são uma instância de ação unitária, e não um mecanismo de uniformidade, na medida em que não centralizam poderes ou mandatos das instâncias de base (assembléias, Municípios Autônomos).

As propostas homogeneizadoras (que chegaram a falar de “eficácia” na luta de classes) estavam permeadas pela *lógica militar e excludente* que caracteriza o capitalismo. Assim, as idéias-força e as estratégias dos sujeitos revolucionários privilegiavam a negatividade da revolução: “o ódio ao opressor”, “a ditadura do proletariado”, a “pátria ou a morte”, certamente aumentavam as capacidades dos oprimidos e de suas organizações no enfrentamento com os opressores e o Estado, mas conduziram sistematicamente a ruas sem saída (ou a derrotas arrasadoras), enquanto suas

16 Esta consideração acerca da independência no que diz respeito às tarefas de governo não significa que minimizemos o papel dos exércitos insurrectos. É claro que sem sua existência e ativa participação, desenvolvendo heróicas lutas em várias frentes militares e políticas, nenhuma construção autogestada teria tido lugar. Os exércitos rebeldes criam a ruptura onde nascem os “mundos novos”. E, ao mesmo tempo, podemos afirmar que, nestas três experiências, a necessidade de fazer a guerra não se torna virtude, e que a expressão armada da luta é limitada tanto em sua importância dentro do processo de emancipação como em seu horizonte de autodissolução.

alternativas (estatização, partido único, organizações sociais corporativizadas, coexistência pacífica) nunca romperam com os limites da sociedade baseada na competição¹⁷.

A multiplicação do sujeito da transformação social (que aqui restringimos ao extremo ao falar do “bom governo”, dos rebeldes e das “sociedades civis”), é a alternativa que os zapatistas opõem aos mecanismos de poder que caracterizam o sistema capitalista¹⁸.

Tanto para a sociedade capitalista como para o paradigma “leninista” da revolução, o Estado, o partido, a “consciência nacional”, etc., são os meios inevitáveis para conduzir a sociedade para a transformação social. O característico desta construção de sentido é que se realiza mediante “especializações” que rompem a unidade da vida social, criando papéis que se reproduzem a si mesmos: os políticos, os empresários, os trabalhadores, os burocratas, os intelectuais, etcetera¹⁹.

Os zapatistas, em compensação, buscam mediações para uma reconstrução do social com base em novas relações. Partindo do que chamam “uma nova

17 A esse respeito, a experiência do período pós-revolucionário na Rússia é muito interessante. Podemos mencionar que a adoção das formas capitalistas de organizar o trabalho (os “soviets mais a eletrificação” e o stajanovismo, para não falar da coletivização forçada) constituíram experiências frustradas de superação do capitalismo. O pensamento de Trotski é extremamente instrutivo neste terreno, pois constitui uma das tentativas mais desenvolvidas de “organizar” a transformação social. Além disso, Trotski teve um papel central na “pacificação do país” (enfrentamento da reação e das invasões, esmagamento da ala radical da revolução) e nas primeiras orientações da economia após o triunfo do partido bolchevique em outubro de 1917. O ainda “profeta armado” afirmou em várias oportunidades que o socialismo só venceria o capitalismo quando conseguisse superá-lo em seu terreno, o bem-estar das massas: “Nós conhecemos a lei fundamental da história: a vitória pertence, em última instância, ao sistema que assegure à sociedade humana um nível econômico mais elevado. A disputa histórica será decidida –ainda que não seja de um só golpe– pelo coeficiente de comparação da produtividade do trabalho” (Trotski, 1925). Esse tipo de posturas expressa a submissão das forças criativas da revolução à “direção” imposta por uma organização política, assim como a ausência de uma crítica radical da sociedade capitalista, fatores que constituem limitações comuns a todas as revoluções dirigidas por forças de inspiração marxista. Além das críticas provenientes de perspectivas libertárias, podemos citar aquelas que se reconhecem como continuadoras do pensamento de Marx, especialmente Pannekoek, Luxemburgo e Korsch, que destacaram a importância da ação autônoma dos trabalhadores, opondo-se à estratégia dirigida dos bolcheviques russos. Rubel, Bonefeld e Tischler (2002) oferecem exemplos deste tipo de críticas.

18 Isto também se reflete na postura zapatista diante das heranças revolucionárias: “Estamos em terras rebeldes. Aqui vivem e lutam estes que se chamam ‘zapatistas’. E são bem outros estes zapatistas... e desesperam mais de um. Em vez de tecer sua história com execuções, morte e destruição, empenham-se em viver. E as vanguardas do mundo arrancam os cabelos, porque no ‘vencer ou morrer’ estes zapatistas nem vencem nem morrem, mas tampouco se rendem e têm aversão tanto ao martírio quanto à tibieza. Bem outros, é certo” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 1ª parte). Ver também Le Bot (1997: 132-141).

19 Lembremos que existe um extenso trabalho do pensamento crítico argumentando que estas comunidades baseadas nas instituições do poder são “comunidades fictícias” ou alienadas.

forma de fazer política”, levam em conta o conjunto dos níveis e manifestações da vida social a fim de submetê-los à crítica; por essa via, buscam a maneira de superar as separações que dão coerência e sentido ao capitalismo: trata-se de *não reproduzir* a separação entre política, sociedade e economia, entre o público e o privado, entre o “importante” e o banal, buscando criar relações que tendam a (re)unificar a vida social. Nesta perspectiva, o projeto zapatista de “um mundo onde caibam muitos mundos” oferece uma alternativa civilizatória ao capitalismo²⁰, onde os valores da competição, da força, da hegemonia, são superados por idéias-força novas e/ou ressignificadas: a solidariedade, a liberdade, a democracia, a justiça.

Assim, as figuras de “autoridades” (ou responsáveis, como eles dizem), de “rebeldes”, e em especial de “sociedades civis” não são novas reificações ao estilo do “especialista” que está no coração do capitalismo ou do “revolucionário profissional” do qual falava Lenin. Pelo contrário, essas figuras são apenas aspectos de uma vida social que mantém sua coerência firmemente assentada na vida comunitária. Nem burocratas, nem guerreiros, os representantes e os rebeldes zapatistas são, antes de tudo, camponeses ligados ao trabalho da terra e à vida de seus povos²¹.

Mostra-se essencial assinalar que a proposta zapatista é pertinente no ambiente das comunidades indígenas que lhe dão origem; a reinvenção da comunidade em outros habitats onde a complexidade da sociedade, as especializações e a individualização são muito maiores, evidentemente põe em questão esta proposta.

20 Ana Esther Ceceña e John Holloway realizaram imensos esforços para delinear as contribuições da luta zapatista neste terreno. Ver seus trabalhos citados na bibliografia e especialmente o trabalho de Ceceña, *La subversión del saber histórico de la lucha. Los zapatistas del siglo XXI*.

21 Novamente, é notável a proximidade da experiência zapatista com a das coletividades libertárias aragonesas: “Porém o mais decisivo contra a estratificação social apóia-se no fato de conceder o mesmo valor a todas as funções, não outorgando privilégio algum a nenhuma delas. Então, o indivíduo que leva algum tempo desempenhando um cargo importante, ao não obter recompensa material de nenhum tipo, nem poder ostentar autoridade alguma, dado que esta reside na assembléia, chega a experimentar certo cansaço e até o desejo de que o substituam para poder se dedicar a outra atividade. E esse foi, junto com a formação polivalente, o melhor antídoto que as coletividades utilizariam contra a hierarquização burocrática. Nelas, secretários e tesoureiros em todos os níveis e aqueles que desempenhavam outras funções de ordem administrativa, ou outro serviço, recebiam a mesma remuneração que os trabalhadores comuns, sem que jamais se levasse em conta para fins lucrativos o grau de responsabilidade que traz em si o desempenho de cargos de gestão em qualquer setor da vida coletiva. E isto era assim porque, num contexto igualitário, onde toda veledade de acumular poder e riqueza fica descartada implicitamente, o indivíduo sente-se profundamente motivado pelo desejo de ser útil à coletividade sem esperar outra recompensa além do afeto dos companheiros e a constatação de seu reconhecimento pelo serviço prestado de maneira espontânea e generosa” (Carrasquer, 1985: 185).

AUTONOMIA E REVOLUÇÃO

Além de oferecer uma postura inovadora diante do poder, a autonomia construída pelas comunidades zapatistas contém dois argumentos centrais no domínio da luta revolucionária: “a revolução que torne possível a Revolução”, e o não lutar pela tomada do poder. Do mesmo modo, a construção dos autogovernos sustenta a proposta emancipadora contida no “mandar obedecendo”.

Enquanto as esquerdas tradicionais estabeleciam uma perspectiva de transformação (gradual ou revolucionária) da sociedade a longo prazo, a luta zapatista propõe uma tarefa específica para o EZLN:

três indicações que contêm toda uma concepção sobre a revolução (com minúsculas, para evitar polêmicas com múltiplas vanguardas e salvaguardas da “REVO- LUÇÃO”):

A primeira refere-se ao caráter da mudança revolucionária, desta mudança revolucionária. Trata-se de um caráter que incorpora métodos diferentes, frentes diversas, formas variadas e distintos graus de compromisso e participação. Isto significa que todos os métodos têm seu lugar, que todas as frentes de luta são necessárias, e que todos os graus de participação são importantes. Trata-se, portanto, de uma concepção incluyente, antivanguardista e coletiva. O problema da revolução (atenção com as minúsculas), deixa de ser um problema DA organização, DO método e DO caudilho (atenção com as maiúsculas), e converte-se num problema que diz respeito a todos os que vêem essa revolução como necessária e possível, e em cuja realização todos são importantes.

A segunda refere-se ao objetivo e ao resultado dessa revolução. Não se trata da conquista do Poder ou da implantação (por vias pacíficas ou violentas) de um novo sistema social, mas de algo anterior a ambas. Trata-se de conseguir construir a ante-sala do mundo novo, um espaço onde, com igualdade de direitos e obrigações, as diferentes forças políticas “disputem entre si” o apoio da maioria da sociedade.

A terceira trata das características não já da revolução, mas de seu resultado. O espaço resultante, as novas relações políticas, deverão cumprir três condições: a democracia, a liberdade e a justiça.

Em suma, não estamos propondo uma revolução ortodoxa, mas algo muito mais difícil: uma revolução que torne possível a Revolução (Subcomandante Insurgente Marcos, 1995).

Sem nunca perder de vista que foi “adotado” inicialmente pelas comunidades como um grupo de autodefesa, o EZLN teve a visão para se colocar inserido nas relações de poder (“somos parte do velho mundo”, dizem) e, nessa medida, conceber-se como um ator limitado em seus alcances e na temporalidade de sua existência. A riqueza da experiência zapatista está

marcada fundamentalmente por esta capacidade auto-reflexiva, da qual cabe citar dois exemplos significativos.

Em primeiro lugar, de acordo com o próprio relato dos zapatistas, a adoção das formas de vida das comunidades determinou que o grupo guerrilheiro centrado na autodefesa se transformasse num exército camponês e indígena com um projeto de transformação revolucionária nacional. O crescimento “exponencial” do EZLN tem como desencadeador a contra-reforma do Artigo 27 da Constituição de 1992, que pôs fim à redistribuição agrária, mas sua condição de existência foi a transformação da organização político-militar numa organização-movimento com vários níveis de participação sumamente flexíveis. E, ainda mais importante, a contribuição indígena e comunitária implicou o enriquecimento do projeto revolucionário com elementos éticos e culturais muito diferentes da tradição revolucionária (Le Bot, 1997: 142-151).

Em segundo lugar, a capacidade de repensar-se foi essencial na reorientação estratégica do EZLN após os doze dias de guerra aberta e das intensas mobilizações em todo o México pedindo uma solução pacífica para o conflito chiapaneco. Uma organização preparada para a guerra tem sido capaz de focalizar seus esforços na construção de novas relações sociais, tanto ao impulsionar e proteger a criação das autonomias como ao tornar possíveis os encontros com a sociedade civil.

Estes episódios, junto com muitos outros, mostram que o EZLN não concebe sua luta a partir de uma perspectiva dogmática ou finalista, mas sim enraizada profundamente na vontade expressa de seus membros, posto que “uma revolução ‘imposta’, sem o aval das maiorias, acaba por voltar-se contra si mesma” (Subcomandante Insurgente Marcos, 1995). Esta concepção da revolução abre múltiplas possibilidades de avanço e permite que um amplo leque de atores sociais se reconheça nessa formulação e a desenvolva em seus próprios termos e terrenos.

Uma questão central neste terreno é a concepção do EZLN da relação que busca ter com as comunidades. Ser o garantidor da autonomia constitui a faceta “positiva” da existência de uma força político-militar, mas a reflexão do EZLN atinge também um conjunto de aspectos problemáticos ligados ao caráter armado desta luta: as medidas de segurança, a existência de hierarquias, de comandos e de ordens, criam situações não-democráticas e inflexibilidades que freiam a criação de novas socialidades e a construção da autonomia:

Funcionando com responsáveis locais (isto é, os encarregados da organização em cada comunidade), regionais (um grupo de comunidades) e de zona (um

grupo de regiões), o EZLN viu que, de forma natural, aqueles que não cumpriam com os trabalhos eram substituídos por outros. Embora aqui, como se tratava de uma organização político-militar, o comando tomava a decisão final. Com isto quero dizer que a estrutura militar do EZLN “contaminava” de alguma forma uma tradição de democracia e autogoverno. O EZLN era, por assim dizer, um dos elementos “antidemocráticos” numa relação de democracia direta comunitária... (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003: 5ª parte).

Assim, a progressiva independência do EZLN com respeito às tarefas de governo busca também reduzir as influências prejudiciais que derivam das relações de poder no interior da própria organização armada, embora isto se realize de forma gradual: atualmente o Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, direção do EZLN, mantém ainda uma prerrogativa de “vigilância” sobre as Juntas de Bom Governo. Por isso, a perspectiva colocada para o EZLN é a autodissolução: “Nós decidimos um belo dia nos tornar soldados para que um dia não sejam necessários os soldados”.

Estabelecer-se a si mesmo como parte –e apenas *uma* parte– da transformação social é o que explica a postura do EZLN de não buscar o poder. Se o horizonte é o “mundo onde caibam muitos mundos”, não é possível que um único ator –nem um pequeno número de atores– encarne o conjunto da transformação social. Os desenlaces trágicos das experiências revolucionárias aumentam a pertinência da necessidade de que os “rebeldes” se mantenham em seu papel de contrapeso do poder²².

A construção dos autogovernos e as reiteradas tentativas para alcançar uma interlocução respeitosa e frutífera com os poderes federais desmentem as interpretações superficiais que convertem a postura de não tomar o poder em uma absurda negação do poder e de suas expressões estatais. Com efeito, a luta zapatista tem sido conseqüente em manter uma total

22 Durante a Marcha da Cor da Terra, em 2001, talvez o momento de maior protagonismo político nacional da luta zapatista, o Subcomandante Insurgente Marcos fixou a posição dos zapatistas enquanto rebeldes sociais: “Nós nos colocamos mais como um rebelde que quer mudanças sociais. Isto é, a definição de revolucionário clássico não se aplica a nós. No contexto onde surgimos, nas comunidades indígenas, não existia essa expectativa. Porque o sujeito coletivo também o é no processo revolucionário, e é ele que estipula as pautas... O revolucionário tende a se converter em um político e o rebelde social não deixa de ser um rebelde social. No momento em que Marcos ou o zapatismo se converterem num projeto revolucionário, isto é, em algo que se torne um ator político dentro da classe política, o zapatismo irá fracassar como proposta alternativa... um revolucionário se propõe fundamentalmente a transformar as coisas a partir de cima, não de baixo, ao contrário do rebelde social. O revolucionário propõe: Vamos fazer um movimento, tomo o poder e a partir de cima transformo as coisas. E o rebelde social, não. O rebelde social organiza as massas e a partir de baixo vai transformando, sem ter que se colocar a questão da tomada do poder” (Scherer, 2001).

independência com respeito ao regime político mexicano, mas realizou diversas tentativas para obter acordos que beneficiem as comunidades em resistência. Longe de dar as costas para as realidades do poder, os zapatistas apoiaram uma candidatura presidencial (a de Cuahutémoc Cárdenas, em 1994), a de um candidato a governador sem partido (Amado Avendaño, em 1995), dialogaram com os representantes do Poder Executivo (especialmente em San Andrés, em 1996) e com o Parlamento (2001), sempre mostrando disposição para alcançar acordos e saídas pacíficas à guerra declarada em 1994. Tudo isso não impediu que a construção das autonomias avance, nem implicou que o EZLN se integre ao sistema político imperante.

AUTONOMIA E BOM GOVERNO

A multiplicação dos sujeitos da transformação social implica, por último, as relações entre representantes e comunidades, as instâncias da soberania, os mandatos, o consenso e os desacordos, temas dos quais já falamos a propósito da construção da autonomia. O “modo” zapatista de construir estas relações tenta superar as formas hierárquicas de governo. Sendo as assembléias comunitárias o “soberano” em primeira e última instância, este modo de governo assegura a formação e a expressão de uma vontade geral (ou, em todo caso, majoritária) e integral, isto é, uma vontade que expressa o consenso da comunidade sobre os problemas e aspirações coletivos:

É a razão e a vontade dos homens e mulheres bons buscar e encontrar a melhor maneira de governar e governar-se, o que é bom para a maioria é bom para todos. Mas que não se calem as vozes da minoria, que elas continuem em seu lugar, esperando que o pensamento e o coração se tornem comum no que é vontade da maioria e parecer da minoria, assim os povos dos homens e mulheres verdadeiros crescem para dentro e se tornam grandes, e não há força de fora que os rompa ou leve seus passos a outros caminhos. Nosso caminho sempre foi o de que a vontade da maioria se fizesse comum no coração dos homens e mulheres de mando. Era essa vontade majoritária o caminho por onde devia andar o passo daquele que mandava. Se seu andar se distanciava da razão do povo, o coração que mandava devia ser mudado por outro que obedecesse. Assim nasceu nossa força na montanha, aquele que manda obedece se é verdadeiro, aquele que obedece manda pelo coração comum dos homens e mulheres verdadeiros. Outra palavra veio de longe para que este governo fosse nomeado, e essa palavra nomeou “democracia” este nosso caminho que andava antes que andassem as palavras (CCRI-CG do ELNZ, 1994).

Nesse contexto, os representantes estão investidos de autoridade enquanto contam com uma decisão discutida e adotada diretamente por suas comunidades²³. Esta autoridade tem como contrapesos a vigilância permanente dos membros da comunidade, a não-remuneração e o caráter revogável do cargo.

Assim, o “mandar obedecendo” é a resposta zapatista que busca superar a “profissionalização” da política, que, não é demais repetir, desembocou *sistemáticamente* na separação entre governantes e governados, e na perda de sentido das formas de governo.

Dez anos de resistência e de construção de autogovernos significam uma contribuição para a idéia de que as hierarquias estatais não são a única nem a melhor maneira de relacionamento na arena pública. As autonomias enfrentaram com êxito os obstáculos que a guerra e a contra-insurgência colocaram para a extensão e o desenvolvimento da luta zapatista. Embora as realizações materiais – e seus alcances – tenham sido modestas, o essencial desta experiência autonômica é que permitiu às comunidades resistir e fortaleceu-as em todos os âmbitos.

Com relação aos atores políticos e sociais do México, atualmente a luta zapatista constitui um ponto de referência muito importante. A experiência autonômica e as tentativas de desenvolver uma nova cultura política introduziram elementos inovadores para as lutas sociais do país. Pela primeira vez desde a Revolução de 1910 configuram-se atores cuja perspectiva não é ganhar postos políticos, mas criar novas relações sociais. Do mesmo modo, o chamado para construir as autonomias em todo o país e a formulação da autogestão como alternativa frente a uma gestão estatal completamente ineficiente constituem avanços substanciais nos meios e nas orientações da mudança social. Na conjuntura atual, a força organizada do EZLN e sua interlocução com amplos setores sociais são elementos que podem coadjuvar na construção de redes de resistência e de ações unitárias com as forças que se mobilizam contra a “última onda de privatizações”. É nessa direção que parecem se encaminhar as estratégias lançadas pelos zapatistas em agosto de 2003.

A maneira como os zapatistas abordam o poder explica a amplitude das solidariedades que sua luta suscitou, as quais têm sido determinantes para resistir a quase dez anos de guerra contra si. E igualmente importante é que as posturas zapatistas frente aos dilemas do poder impulsionaram o

23 Talvez o melhor exemplo seja a Declaração de Guerra contra o governo mexicano, discutida, adotada e assinada por dezenas de milhares de indígenas zapatistas, cuja concretização foi a entrega do comando ao Comitê Clandestino Revolucionário Indígena, encarregando-o da condução da guerra.

ressurgimento da contestação social em todo o mundo e a exploração de formas de luta alternativas à tradição das esquerdas. O recurso às armas e a um exército popular foi um fator muito importante do enorme impacto do levante zapatista. Contudo, o essencial foi a formulação de uma nova cultura política que recupera as lições das lutas sociais a partir de duas vertentes complementares.

Por um lado, a luta zapatista realiza uma *ressignificação* de valores e de métodos que haviam sido pervertidos pelas práticas dos governos de todos os tipos, a ponto de os terem desqualificado como princípios da convivência social: o horizonte da luta zapatista é constituído por valores como a democracia, a justiça e a liberdade, os quais haviam perdido todo sentido com os governos “modernizadores” de direita e de esquerda.

Por outro lado, a prática e o discurso do EZLN e das comunidades em resistência abrem caminho para novas buscas e para novas formas de lutar baseadas na ruptura com o pensamento dicotômico e excludente, de verdades universais e caminhos e objetivos predeterminados.

Este pensamento dicotômico constitui a linguagem do poder e das organizações políticas (não é em vão que o partido constitui a organização de uma parte da sociedade que enfrenta outra pelo controle do corpo social). E como produto de processos históricos ligados ao desenvolvimento capitalista e à cada vez mais densa rede de dominação social, este pensamento capitalista, o modo da competição e da negação do outro, conseguiu influir de maneira significativa nos movimentos sociais e no pensamento crítico.

Nesse contexto, as propostas zapatistas questionam na raiz as idéias-força das esquerdas (marxista, partidárias): das classes sociais até a ditadura do proletariado, passando pela tomada do poder, todas as categorias ligadas a esta tradição da luta social são postas em questão, mas não para negá-las e sim para superá-las, conservando delas não o que é “valioso”, mas o balanço, as lições da longa experiência dos oprimidos em sua luta pela emancipação. É nesta vertente inovadora que a luta das comunidades zapatistas e as propostas do EZLN têm conseguido tecer novas relações de solidariedade e aprendizagem coletiva com atores nacionais e estrangeiros que não se reconhecem nas formas tradicionais da política: governos “progressistas”, partidos e organizações sociais corporativas. E isso sem negar as relações que, em termos de igualdade e sem subordinações, tiveram com as forças tradicionais e algumas partidárias (tendo como exemplos sintomáticos os vínculos com forças e grupos italianos da esquerda partidária e com diversos grupos religiosos e ecumênicos da América e da Europa).

ALGUMAS PERGUNTAS SOBRE A AUTONOMIA

As características da maneira zapatista de lutar nos colocam diante de uma série de perguntas e de esboços de respostas. Para terminar este trabalho, colocaremos quatro questões ligadas à construção da autonomia.

Em primeiro lugar, podemos perguntar sobre os cenários possíveis para o desenvolvimento da autonomia. Atualmente, este processo enfrenta novos desafios. A partir do momento em que se constitui, junto com outras instâncias da vida social, uma instância de governo regional, as comunidades em resistência entram numa dialética complexa.

Por um lado, produz-se um avanço radical enquanto o autogoverno continua atuando no sentido de dissolver as relações de dominação que pesaram sobre as comunidades desde muito tempo atrás: tanto o caciquismo e o papel dos partidos políticos como a sujeição econômica e a marginalização social retrocedem diante do impulso das autonomias. Assim, o controle e a autodeterminação sobre os aspectos essenciais da vida social, como o são a terra e, portanto, a alimentação, a saúde, a educação e a cultura, ampliam e fortalecem as capacidades da resistência.

Por outro lado, desencadeia-se um processo de institucionalização que pode, sob certas condições, levar ao fracasso a experiência autonômica, detendo os processos de emancipação. Nisso desempenha um papel decisivo a política de contra-insurgência dos governos federal e local, e por certo a vigilância e as pressões que os grandes poderes mundiais exercem contra as comunidades em resistência. As pressões cotidianas de uma guerra declarada e que se trava em todos os terrenos pode fazer surgir tendências autoritárias nos governos autônomos, que começariam dessa maneira a se desligar da vigilância das comunidades e a impor sua autoridade.

Mas esta ameaça que nasce do enfrentamento direto com o poder não é a única. Ao escalar os níveis de governo, cria-se a possibilidade das separações.

Seguindo o raciocínio zapatista, podemos dizer que as juntas provarão que são de “bom governo” nos fatos, enquanto os homens e as mulheres que participam da experiência autonômica (representantes e comunidades) forem capazes de aplicar e desenvolver os métodos que até agora têm permitido a resistência. Do mesmo modo, será na própria experiência que a tutela do EZLN sobre as Juntas de Bom Governo tenderá a desaparecer ou a se acentuar, fortalecendo ou desvirtuando essas instâncias das autonomias.

Igualmente importante e arriscada é a representação de “órgão de governo” que as juntas têm frente às comunidades não-zapatistas com as quais dividem o território. A partir de agora, haverá um enfrentamento cotidiano no qual os poderes locais e governamentais tentarão confrontar as instâncias autônomas

de modo que estas “reprimam” membros dessas comunidades. Confrontação diante da qual estarão à prova os métodos consensuais e a capacidade de resistência e mobilização dos zapatistas. O reconhecimento nas realizações das Juntas de Bom Governo por parte das comunidades não-zapatistas será muito importante enquanto a Constituição não incorporar os direitos indígenas e, em especial, as autonomias²⁴.

Finalmente, a luta pelo reconhecimento dos direitos dos povos originários do México não perdeu vigência com o nascimento das Juntas de Bom Governo. Diante da barreira dos poderes federais, continua sendo necessário impulsionar o reconhecimento deste direito *de todos os povos* a governar e governar-se. Se a via principal da luta zapatista é a construção das autonomias nas realizações, seu reconhecimento constitucional é uma medida indispensável para qualquer regime verdadeiramente democrático e, por isso, é uma demanda de alcance nacional que interpela o conjunto da sociedade mexicana.

O fortalecimento do processo autônômico em Chiapas coloca outra interrogação: quais são as contribuições da experiência zapatista que podem ajudar a transformação social em outros contextos, em particular nas grandes cidades?²⁵. As dificuldades para transformar as relações sociais

24 Entre agosto e outubro de 2003 produziram-se vários exemplos desta dinâmica. O primeiro refere-se à Junta de Bom Governo *El Caracol que habla para todos* (de Roberto Barrios), que denunciou os projetos de construção de um hotel no território da comunidade; os priistas mostraram-se dispostos a permitir a construção, enquanto que os zapatistas se mobilizaram contra. No final, por se tratar de um recurso não divisível (um rio e sua cascata), chegou-se a um acordo e a construção não se realizou. Em outro caso relacionado com a distribuição de justiça, as autoridades autônomas do Caracol *Madre de los Caracoles del Mar de Nuetros Sueños* (de La Realidad) mediarão um conflito entre particulares pela propriedade de uma camionete, onde uma pessoa foi retida à espera da reparação do prejuízo; isso foi utilizado pelos infratores para denunciar um suposto seqüestro por parte dos zapatistas. Novamente obteve-se um acordo entre os implicados. Finalmente, os membros da junta do *Torbellino de nuestras palabras* (de Morelia) mediarão a libertação de vários zapatistas encarcerados pelas autoridades estatais, acusados de corte ilegal de árvores. Neste caso conseguiu-se que as autoridades estatais reconhecessem a validade das autorizações para cortar árvores expedidas pela Junta de Bom Governo, o que permitiu a libertação de seus companheiros.

25 Fiéis à sua idéia de construção coletiva e antivanguardista, os zapatistas nos previnem contra a imitação acrítica de sua experiência: “Diz-se que diversos movimentos, tanto do México como de outras partes do mundo, viram no zapatismo um exemplo de luta e, inclusive, que alguns retomaram seus princípios para a construção de suas próprias resistências. Nós dizemos a eles: aos que seguem o exemplo, que não o sigam. Pensamos que cada qual tem que construir sua própria experiência e não repetir modelos. Neste sentido, o que o zapatismo lhes oferece é um espelho, mas um espelho não é você, somente o ajuda a ver como você se vê [...] dizemos a eles que vejam nossos erros e acertos, se é que existem, aquilo que possa servir para construir seus próprios processos, mas não se trata de exportar o zapatismo ou de importá-lo. Pensamos que o povo tem a valentia e a sabedoria para construir seu próprio processo e seu próprio movimento, porque tem sua própria história. Não só é preciso saudar isso, como é necessário propiciá-lo” (Subcomandante Insurgente Marcos, 2003a).

são enormes no contexto das sociedades altamente estratificadas, onde a divisão do trabalho, as especializações, as separações e a individualização vêm há séculos se produzindo e deixando sua marca sobre indivíduos e coletivos.

Uma primeira questão que se pode avançar neste terreno é a de reconhecer as dificuldades enfrentadas pela construção de espaços autônomos nas grandes cidades. Tomando como referência a experiência zapatista, podemos dizer que essas dificuldades referem-se principalmente a dois fatores: o tipo de comunidades que existem nas cidades e, derivado disso, a “incapacidade” aparente de recuperar as bases imediatas da reprodução social.

Como resultado característico do capitalismo, grande parte dos agrupamentos nas cidades se constituem em torno de um sentido externo: em vez de serem o espaço da livre determinação de seus integrantes, estas pseudocomunidades respondem aos diferentes modos de organização social capitalista, especialmente no que tange à organização da passividade (o consumismo, os espetáculos) e às instituições sociais (comunidades agremiais, religiosas, educativas). Todas estas comunidades “fictícias”²⁶ compartilham uma estrutura fortemente hierarquizada, onde os mecanismos de decisão estão em umas poucas mãos (geralmente alheias à comunidade em questão, como no caso dos espetáculos) e onde o diálogo autêntico está ausente.

Pensamos que a construção de comunidades entre os habitantes das cidades terá formas múltiplas: algumas nascerão somente na presença de rupturas sociais (pensamos nos trabalhadores industriais), outras serão produto de uma maturação lenta em um meio desorganizado (por exemplo, os bairros que no México mantêm uma forte unidade cultural, mas cujas expressões no terreno da luta social são poucas); também a busca de modos de vida alternativos dará lugar a novas comunidades (processo que podemos observar entre alguns grupos de jovens).

Um aspecto essencial desta possibilidade merece ser destacado: as comunidades nas sociedades altamente estratificadas terão características diferentes

26 Marx formula a idéia das comunidades “fictícias” ou “ilusórias” como parte de sua crítica ao pensamento de Hegel: em textos como *A sagrada família*, *A crítica à filosofia do direito de Hegel* e *A ideologia alemã*, Marx argumenta que, como resultado da progressiva divisão do trabalho e da propriedade, produz-se uma separação crescente entre o interesse comum e o interesse particular de cada indivíduo, processo que mina as bases de existência das comunidades. E isso não só em termos da contraposição dos interesses individuais, mas, em essência, no tocante à maneira como se relacionam os indivíduos com as potências produtivas e com os resultados de sua atividade. As comunidades do capitalismo são “fictícias” enquanto aparecem como relações entre coisas, entre indivíduos despersonalizados, e enquanto são governados por forças alheias aos indivíduos que as formam.

das comunidades que agora sustentam as lutas sociais indígenas e camponesas, em torno de dois grandes eixos da atividade social.

Em primeiro lugar, as soluções para a reprodução do indivíduo e do coletivo deverão passar por um refinamento dos modos de produzir a riqueza social. A automação, o uso de tecnologias que respeitem o meio ambiente, as mudanças nos padrões de consumo e em particular nos padrões alimentares, são três exemplos das mudanças que hoje já se perfilam como bases de comunidades urbanas, obviamente harmonizadas com aquelas que habitam o campo.

Em segundo lugar, a construção de comunidades nestes meios necessita da ruptura dos mecanismos da dominação capitalista sobre o mal chamado “tempo livre”, e a superação das especializações da esfera “política”. Uma das contribuições mais importantes da experiência zapatista é a recuperação do diálogo como elemento básico da comunidade. Em espaços caracterizados pelo monopólio da comunicação (por parte dos meios) e da política (por parte do Estado), é indispensável encontrar modos de comunicação transparente e coletiva. Pensamos que uma parte disso está transcorrendo mediante os encontros imediatos (os encontros zapatistas, as assembléias de bairro e as organizações piqueteiras são exemplo disso) e através da construção de novos modelos de comunicação horizontal, não hierárquica.

Nesta perspectiva, é necessário também reconhecer uma limitação central: a expropriação no meio urbano tem uma qualidade muito diferente daquela em que se baseiam os autogovernos zapatistas (existência de um território que, por pequeno ou pobre que seja, assegura um mínimo de meios de satisfação que podem ser autogeridos). Nas cidades estamos desligados dos meios para satisfazer nossas necessidades imediatas: ser assalariados ou ter trabalhos precários faz com que pareça imprescindível o recurso ao dinheiro. As experiências das fábricas ocupadas e dos circuitos de troca na Argentina oferecem esboços dos modos como podemos recuperar o controle sobre as bases de nossa existência. Contudo, pensamos que a questão de fundo continua de pé, visto que estes modos de autogestão não são capazes (ainda) de substituir o dinheiro e a produção de mercadorias como mecanismos de distribuição e de geração da riqueza social²⁷.

27 Não obstante, é importante considerar o exemplo das coletividades aragonesas durante a guerra civil espanhola, que alcançaram importantes desenvolvimentos no autogoverno de sociedades mais heterogêneas e especializadas. Respondendo às dúvidas acerca da possibilidade de implantar a autogestão em realidades econômicas e sociais mais complexas, Carrasquer aponta: “Em nossa projeção libertária, a solução consistiria em agrupar a população dos bairros ou distritos em tantas coletividades quantas se considerem convenientes, e que, vinculadas entre si pelos órgãos de coordenação que constituem a trama do sistema federal, tornariam possível a participação, tanto na vida da coletividade como em suas assembléias, de todos aqueles cidadãos comprometidos com a construção dessa sociedade libertária que pode se converter em realidade quando uma maioria consciente e decidida o proponha realmente” (Carrasquer, 1985: 187).

Isso nos conduz a outra diferença com respeito à situação das comunidades zapatistas: nas cidades alcançou-se um nível muito mais alto de acesso a essa riqueza social, e, o que é mais importante, sabemos que esse acesso está ligado às relações de poder (salarial, mas não só), de tal modo que uma prática autonômica requer, seja uma ruptura frontal com essas relações de poder (que coloca em situação de vulnerabilidade diante do mercado, do Estado e dos capitalistas), seja uma enorme e muitas vezes insuperável quantidade de mediações (que acabam quase sempre por afogar os esforços de autonomia e/ou que os faz degenerar em empresas capitalistas “eficientes”)²⁸.

Esta é uma questão aberta sobre a qual o pensamento crítico e a luta social deverão trabalhar arduamente para oferecer alternativas.

Uma terceira questão refere-se a um exercício comparativo com outras revoluções camponesas do passado, linha que acreditamos ser fundamental para fazer avançar a reflexão sobre o mundo onde caibam muitos mundos. Aqui apenas evocaremos dois traços que nos parecem essenciais.

Primeiro, como mencionamos, tanto o exército insurrecional da Ucrânia (entre 1918 e 1921), como as milícias anarquistas durante a guerra civil espanhola (1932-1937) compartilham com o EZLN o projeto de autodissolver-se, de não se converter em um novo poder que oprima o povo, e em separar claramente as tarefas da guerra das tarefas do autogoverno.

Segundo, e este é um indício particularmente alentador, constatamos que os zapatistas, até agora, conseguiram resistir à tentação “militarista” que desempenhou um papel desastroso nas revoluções camponesas do século XX. Enraizados numa visão de muito longo prazo, os zapatistas mostram que o importante não é “derrotar” o inimigo, mas construir algo novo, para que ao término da guerra as relações entre os seres humanos tenham mudado. Tanto na Ucrânia, pela ação nefasta do Exército Vermelho, como na Espanha, em razão dos desacordos entre as organizações anarquistas e do seu papel central na luta contra Franco, os exércitos camponeses acabaram por se converter em guerreiros e foram aniquilados ao serem privados de sua arma fundamental: o vínculo com os povos²⁹.

28 Ver Holloway (2003).

29 Certamente trata-se de um processo de aprendizagem no qual os erros e fracassos são quase tão numerosos quanto os acertos e os êxitos. O que se destaca é que os zapatistas mostraram uma capacidade de mudar que não é comum entre as organizações sociais (e menos ainda entre as organizações político-militares). É o caso da “polícia zapatista”, que foi mobilizada para controlar a ordem durante um dos grandes encontros zapatistas. A iniciativa causou mal-estar, em especial entre os jovens que participavam do encontro. Desde então, esse corpo, identificado com uma das instituições mais odiadas do sistema capitalista, não voltou a aparecer.

Existem outros temas, como o planejamento da economia, o papel das alianças e a evolução de outras lutas sociais, onde o exercício comparativo entre essas três experiências revolucionárias parece pertinente, permanecendo como uma linha de trabalho aberta.

Finalmente, a configuração de cenários de alternância no governo do México criou desafios até certo ponto alheios ao projeto zapatista de criar autonomias em todo o país. Diante das dificuldades para a criação de alternativas que superem a cultura política do corporativismo, aumentam as possibilidades de uma mobilização popular em apoio a uma mudança de governo, fenômeno que já aconteceu em 2000, quando Vicente Fox ganhou a presidência. E até agora, depois das eleições parlamentares de 2003, o cenário que se configura é o de retorno do PRI à Presidência.

Nessa perspectiva, a relação das autonomias com os poderes locais, e sobretudo com os poderes federais, pode voltar a se converter numa fonte de conflitos intensos. Em suas primeiras reações, o governo federal declarou que não existe incompatibilidade entre as Juntas de Bom Governo e os ordenamentos constitucionais imperantes; alguns deputados de Chiapas propuseram, inclusive, reformar a Constituição estatal para “legalizar” as Juntas.

Não obstante, em face dos projetos neoliberais (erigidos tanto pelo PAN como pelo PRI, e inclusive pelo PRD), não parece haver muitas possibilidades de que o atual sistema dê espaço para as autonomias e permita seu desenvolvimento em todo o país. De fato, as últimas manifestações do Comando do EZLN mostram a preparação para um crescente enfrentamento, posto que as autonomias são a negação do regime autoritário em que vive o México, e que não mudou apesar da alternância na Presidência da República. Daí a centralidade que tem a construção de redes nacionais de resistência para enfrentar um sistema político desesperante, impossível de reformar.

Em suma, os zapatistas de Chiapas mostram que as estratégias de uma luta não nascem apenas de uma teoria, de um programa, do balanço das experiências históricas, mas se constroem na experiência coletiva da resistência:

Nós, a nosso modo, consideramos que primeiro realizamos a prática e depois a teoria... Nós, a nosso modo, temos uma idéia e a colocamos em prática. Pensamos que são idéias boas, mas na prática é que vemos se têm problemas, ou como iremos resolvendo os problemas (Major Insurgente de Infantaria Moisés em Muñoz, 2003).

BIBLIOGRAFIA

- Archinoff, Pedro 1975 *Historia del movimiento macknovista* (Barcelona: Tusquets).
- Bartra, Armando 1996 *El papel de los municipios en el desarrollo social* (México: Instituto de Estudios para el Desarrollo Rural).
- Bartra, Armando 2003 “¡Caracoles! Descifrando la Treceava Estela” em *Memoria* (México) N° 176, outubro.
- Bartra, Armando et al. 1998 “Los Acuerdos de San Andrés y los proyectos de autonomía” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 6.
- Carrasquer, Félix 1985 *Las colectividades de Aragón. Un vivir autogestionado, promesa de futuro* (Barcelona: Laia).
- CCRI-CG del EZLN 1994 *Carta del 26 de febrero*. Em <www.ezln.org>.
- Ceceña, Ana Esther 1996 “Universalidad de la lucha zapatista. Algunas hipótesis” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 2.
- Ceceña, Ana Esther 1998 “De cómo se construye la esperanza” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 6.
- Ceceña, Ana Esther 1999 “La resistencia como espacio de construcción del nuevo mundo” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 7.
- Ceceña, Ana Esther 2002a *El reconocimiento de los derechos y cultura indígenas y la incompetencia del sistema político mexicano*. Em <http://www.ezln.org/san_andres/cecena-SCJN-2-2002.html>.
- Ceceña, Ana Esther; Ornelas, Adriana y Ornelas, Raúl 2002 “No es necesario conquistar el mundo, basta con que lo hagamos de nuevo nosotros” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 13.
- Centro de Investigaciones Económicas y Políticas de Acción Comunitaria (CIEPAC) 2003. Disponível em <www.ciepac.org>.
- Comandante David 2003 *Palabras a los indígenas no zapatistas*, 9 de agosto. Disponível em <www.ezln.org>.
- EZLN 1994-2004 *Comunicados*. Disponível em <www.ezln.org>.
- EZLN 1994-2004 *Documentos y Comunicados* (México: ERA) Tomos 1, 2, 3, 4 y 5.
- EZLN 2002 *La marcha del color de la tierra* (México: Rizoma).
- Gobierno Federal e EZLN 1996 *Acuerdos sobre Derechos y Cultura Indígenas*, Documento 1. Pronunciamento conjunto que o governo federal e o EZLN enviaram às instâncias de debate e decisão nacional, 16 de fevereiro.
- González Casanova, Pablo 2003 “Los caracoles zapatistas. Redes de resistencia y autonomía (ensayo de interpretación)” em *La Jornada* (México) 26 de setembro.
- Hernández Navarro, Luis e Vera Herrera, Ramón (org.) 1998 *Acuerdos de San Andrés* (México: ERA).
- Holloway, John 1997 “La revuelta de la dignidad” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 5.
- Holloway, John 2002 *Cambiar el mundo sin tomar el poder. El significado de la revolución hoy* (Buenos Aires: Herramienta).

- Holloway, John 2003 “Los Caracoles. El realismo mágico y los agujeros de ozono” em *Memoria* (México) N° 176, outubro.
- Le Bot, Yvon 1997 *El sueño zapatista* (Barcelona: Plaza & Janés).
- Lenkersdorf, Carlos 1996 *Los hombres verdaderos. Voces y testimonios tojolabales* (México: Siglo XXI/UNAM).
- Leval, Gastón 1971 *Espagne Libertaire 1936-1939. L'oeuvre constructive de la Révolution espagnole* (Paris: Editions du Cercle).
- López Bárcenas, Francisco 2002 *Autonomía y Derechos Indígenas en México* (México: COAPI/CONACULTA).
- López Monjardín, Adriana e Rebolledo, Dulce María 1999 “Los municipios autónomos zapatistas” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 7.
- Makhno, Nestor 1970 *La Révolution russe en Ukraine 1918-1921* (Paris: Pierre Belfond).
- Marez (Municipios Autónomos Rebeldes Zapatistas) *Denuncias y pronunciamientos*. Disponível em <www.enlacecivil.org/denuncias.html>.
- Marez 1998 *Fuerte es su corazón: los municipios rebeldes zapatistas* (México: FZLN).
- Muñoz Ramírez, Gloria 2003 *20 y 10 el fuego y la palabra* (México: Rebeldía/La Jornada).
- Pineda, Francisco 1998 “Vaciar el mar (la guerra y la crisis del Estado)” em *Chiapas* (México: ERA/IIEC) N° 6.
- Scherer, Julio 2001 “La entrevista insólita” em *Proceso* (México) 11 de março.
- Subcomandante Insurgente Marcos 1994 “El Sureste en dos vientos, una tormenta y una profecía” em EZLN *Documentos y comunicados* (México: ERA).
- Subcomandante Insurgente Marcos 1995 *La historia de los espejos*. Disponível em <www.ezln.org>.
- Subcomandante Insurgente Marcos 2003 *La Treceava Estela*. Disponível em <www.ezln.org>
- Subcomandante Insurgente Marcos 2003a “Hay un tiempo para pedir, otro para exigir y otro para ejercer” em Muñoz Ramírez, Gloria *20 y 10 el fuego y la palabra* (México: Rebeldía/La Jornada).
- Subcomandante Insurgente Marcos 2003b *Mensaje a las autoridades autónomas*, 9 de agosto. Disponível em <www.ezln.org>.
- Trotsky, Leon 1925 “¿Hacia el capitalismo o hacia el socialismo?” em *Pravda*, 28 de agosto. Disponível em <<http://www.marxists.org/espanol/trotsky/ceip/economicos>>.
- Voline 1969 *La Révolution inconnue 1917-1921. Documentation inédite sur la Révolution russe* (Paris: Pierre Belfond).

JOSÉ MARÍA GÓMEZ*

DE PORTO ALEGRE A MUMBAI
O FÓRUM MUNDIAL E OS DESAFIOS
DO MOVIMENTO ALTERMUNDIALISTA

O FÓRUM SOCIAL MUNDIAL (FSM) está no centro de um intenso debate político. Poderia-se afirmar, não sem razão, que o debate remonta ao nascimento da experiência, em janeiro de 2001, como ampliação inevitável das discussões desencadeadas pela emergência do movimento altermundialista, do qual o Fórum se tornou expressão e referente simbólico primordial. Mas isso ocultaria não só o salto dado pelas discussões recentes, como também os motivos principais que as impulsionaram. De qualquer modo, em janeiro de 2003, concluída a terceira edição consecutiva do FSM em Porto Alegre (cuja preparação e realização evidenciaram problemas organizativos e de concepção) e confirmada a convocação para 2004 em Mumbai, Índia, havia poucas dúvidas entre os participantes e organizadores de que uma bem-sucedida, embora problemática, fase de construção acabava de fechar-se e de que outra nova, talvez mais imprevisível e difícil, abria-se com o objetivo de expandir e de aprofundar a mundialização do próprio Fórum. O certo é que parecia ter chegado o momento impostergável de repensar o formato, o conteúdo e a eficácia política deste instrumento privilegiado do movimento contra a globalização neoliberal, a guerra e o domínio imperial, à luz não só de uma vertiginosa

* Professor-pesquisador do Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.

trajetória de implantação e consolidação, como também das limitações e das oportunidades inerentes a um contexto global cambiante e cada vez mais desafiador. Algo assim como a percepção generalizada de estar diante de uma “crise de crescimento” que, ao colocar em jogo o próprio futuro do FSM, alimenta exercícios de balanço e de perspectivas sobre o conjunto do processo de constituição de um sujeito *sui generis* de transformação transnacional e de sua principal expressão política.

Não se propõe com estas notas a realização de uma apresentação ordenada do debate, com suas múltiplas posições, controvérsias e propostas concretas. Trata-se antes de esboçar uma avaliação parcial (no duplo sentido do termo, do ponto de vista e das dimensões e aspectos escolhidos) do processo referido, realçando elementos de interpretação em torno de certas questões consideradas fundamentais sobre a natureza, o sentido e o alcance político do FSM no contexto global atual.

AUTODEFINIÇÃO

Tentar caracterizar o Fórum significa entrar num terreno de intermináveis desacordos, onde a proliferação dos termos é acompanhada, com frequência, de conotações mais ou menos exaltadoras ou pejorativas de seus usos (nova internacional, movimento pela justiça global, Conferência de Bandung resuscitada, partido de oposição, Woodstock político-cultural itinerante, etc.) (Waterman, 2003; Hardt, 2002; Monereo, Riera e Valenzuela, 2002; Diaz-Salazar, 2002; Sader, 2003). Talvez não pudesse ser de outra maneira. Primeiro, porque não parece fácil decifrar a natureza de um fenômeno político transnacional que, sem desconhecer precedentes históricos nem ambigüidades de origem, traz consigo uma notável novidade. Segundo, porque definir o que é e não é tem pesadas implicações intelectuais e políticas, que afetam tanto a tarefa de descrição, explicação e avaliação como a ação política que se pretende imprimir.

Conforme reza a Carta de Princípios (CP) –essa espécie de texto de fundação que proclama uma identidade valorativa, critérios de inclusão e exclusão e importantes aspectos organizacionais e de metodologia–, complementada por outros documentos elaborados pelo Conselho Internacional (CI) e pela Secretaria Internacional/Comitê Organizador (SI/CO)¹, o FSM se autodefine como um espaço de encontro e intercâmbio de experiências, de

1 A Carta de Princípios foi aprovada e adotada em São Paulo, em abril de 2001, pelas entidades que constituem o Comitê Organizador do FSM, e aprovada com modificações pelo Conselho Internacional em junho do mesmo ano.

debate democrático de idéias e de articulação de propostas de ação de movimentos sociais, ONGs, redes de ativistas e demais organizações da sociedade civil que se opõem à globalização neoliberal, ao domínio imperial e à guerra. Em vez de um evento anual centralizado ou uma sucessão de eventos de distinta índole que lhe dão apoio, trata-se de um processo permanente e global de busca de alternativas tendentes a construir “outra” globalização, uma globalização solidária baseada no respeito aos direitos humanos, ao meio ambiente, à democracia internacional, à justiça social, à igualdade e soberania de todos os povos. Daí a estratégia de mundialização adotada pelo Conselho Internacional em 2002, reforçada em 2003, com o objetivo fundamental de estender-se geográfica, social e culturalmente através da multiplicação de fóruns regionais e temáticos, além daqueles nacionais e dos locais, suscitados pela dinâmica. A decisão de realizar o quarto encontro anual pela primeira vez fora de Porto Alegre, na Índia, respondeu precisamente a esse objetivo (embora a volta ao lugar de origem esteja prevista para 2005 e, a partir de então, a cada dois anos).

Apresentando-se como um espaço de troca, debate e articulação de movimentos e organizações da sociedade civil de todos os países do mundo, o FSM não pretende, contudo, se erigir “em instância de representação da sociedade civil mundial” (Comitê Organizador e Conselho Internacional, 2001). Por isso se afirma que suas reuniões não têm caráter deliberativo e que “ninguém estará autorizado a manifestar em nome do Fórum e em qualquer de seus encontros, posições que fossem atribuídas a todos seus participantes. Os participantes não devem ser chamados a tomar decisões por voto ou por aclamação –como conjunto de participantes do Fórum– sobre declarações ou propostas de ação que incluam a todos ou à maioria, e que se proponham a ser decisões do Fórum enquanto tal” (o que não os impede, certamente, de deliberar sobre declarações e ações a serem desenvolvidas de forma isolada ou articulada entre si) (CO e CI, 2001). Tais disposições, objeto de incessantes polêmicas, são a consequência direta de uma concepção do Fórum enquanto “espaço plural e diversificado, não-confessional, não-governamental e não-partidário, que articula de maneira descentralizada e em rede entidades e movimentos que estejam envolvidos em ações concretas pela construção de um mundo diferente, local ou internacional” (CO e CI, 2001), com a exclusão explícita das organizações e movimentos armados. Ou seja, um espaço aberto, plural, diverso e horizontal, cujas condições de existência (proibição de declarações que imponham compromissos a todos; estímulo à multiplicação de contatos entre todo tipo de organizações e a interação de debates e agendas; estruturação do processo a partir de movimentos e organizações da sociedade civil, com independência dos partidos, governos e instituições internacionais) buscam

reduzir ao máximo “as disputas de poder” em seu seio (Conselho Internacional do FSM, 2004).

TRÊS TENTAÇÕES

Da leitura dos documentos depreende-se que o FSM não pode ser considerado, em si mesmo, um movimento social internacional, um agrupamento internacional de ONGs ou uma mega-rede de ativistas transnacionais –ainda que estes atores não-estatais sejam seus protagonistas por excelência–, nem muito menos uma internacional de partidos ou uma instituição intergovernamental. Mas o que importa é saber se o Fórum é o que diz ser e por que. E, para isso, numa primeira aproximação, parece conveniente neutralizar algumas tentações reducionistas que freqüentemente interferem na caracterização política do fenômeno.

A primeira tentação caminha ao lado de uma visão simplificada do FSM que tende a limitá-lo aos encontros anuais e fixá-lo no tempo às condições de origem. Isto não implica, desde logo, ignorar o papel chave, acumulativo e contagiante desempenhado pelas três realizações em Porto Alegre e a mais recente, em Mumbai, com seus fóruns paralelos e as incontáveis atividades informais (seminários, caminhadas, manifestações culturais); tampouco supõe o desconhecimento de certas marcas de nascimento. No caso de Porto Alegre, elas estão visíveis no modelo organizacional adotado (por exemplo, a influência desmesurada do Comitê Organizador brasileiro, com sua curiosa composição majoritária e sobreposta de ONGs, ou a excessiva proximidade com o Partido dos Trabalhadores [PT]), assim como no perfil geográfico euro-latinoamericano predominante. Afinal, foi de uma iniciativa franco-brasileira, entre ONGs e a Association pour la Taxation des Transactions financiers pour l'Aide aux Citoyens (ATTAC) / Le Monde diplomatique, que nasceu o primeiro FSM como um deliberado “anti-Davos” (Whitaker, 2001; 2004; Cassen, 2003; Sader, 2003). Já as marcas de Mumbai são diferentes: participação direta de partidos políticos de esquerda na organização do evento, forte presença de movimentos populares e de excluídos, não-aceitação de financiamento por fundações internacionais, novas incorporações temáticas (castas, fundamentalismo religioso, nacionalista e étnico, etc.), presença significativa de delegações de países asiáticos, além da tentativa fracassada de um fórum dissidente –Resistência Mumbai 2004– por parte de grupos políticos que reivindicam a luta armada e questionam o reformismo e a falta de radicalidade do FMS (Murthy, 2004; Ferrari, 2004; Villanueva, 2004; Weber, 2004). O mais importante, contudo, é não perder de vista a extrema complexidade,

dinâmica e potencial de um inusitado processo de mudança em escala global que o espírito mais imaginativo e otimista jamais teria previsto quatro anos atrás. Um processo que não só estimula a formação e interação entre numerosos fóruns continentais, regionais e temáticos, mas que gera a disseminação de fóruns nacionais e locais pelo mundo, que inclusive escapam ao conhecimento dos organizadores do FSM. Daí a necessidade e a urgência de empreender um trabalho sistemático de memória de todas essas experiências, a fim de alimentar, através de distintos meios (papel, vídeo, eletrônico, exposições itinerantes) e com um claro objetivo didático, o debate em curso sobre os mais variados eixos, níveis e formas de organização, participação, temas, resistências e propostas de ação (Cassen, 2004). Cabe assinalar que tal tarefa, ainda que de maneira ainda tímida e incompleta, já começou a dar seus primeiros frutos em relação ao terceiro encontro de Porto Alegre –acabam de ser publicadas as conferências, os painéis, as atividades auto-organizadas, as mesas de diálogos e controvérsias e os resultados de uma pesquisa sobre o perfil de participantes (Secretaria Internacional do FSM, 2003)–, enquanto se renovam as promessas de que será levado adiante um trabalho similar com Mumbai e com o segundo Fórum Social Europeu (FSE).

A segunda tentação consiste na tendência a concentrar a análise exclusivamente no FSM, dissociando-o por um lado dos movimentos sociais, ONGs, redes de ativistas transnacionais e numerosos coletivos políticos e sociais que nele participam e que compõem o movimento altermundialista; e por outro, do contexto global, regional, nacional e até local em que tais atores e fóruns operam e interatuam. Na realidade, O FSM não é um “fabricante” de movimentos e organizações sociais dos mais variados tipos e procedências; na melhor das hipóteses, desempenha o papel de “facilitador” ou de “cristalizador” dos mesmos (Whitaker, 2002; Cassen, 2004). Por isso, não é por acaso que vários dos traços distintivos que lhe são atribuídos (que ninguém o represente ou esteja autorizado a falar em seu nome; que não reconheça a centralidade de nenhum ator social mundial; que careça de parâmetros ideológicos claros ou de uma definição muito precisa contra o que ou a favor do que se orienta na luta; e que busca uma articulação horizontal de gestão e ação) estejam em ampla sintonia com as características dos chamados “novos” movimentos sociais surgidos nas últimas décadas. Estes, por sua vez, e do mesmo modo que as ONGs, as redes de ativistas, e inclusive os “velhos” movimentos sociais, não adquiriram uma dimensão transnacional a partir do contato com –ou da participação no– FSM. De fato, faz tempo que a maioria deles –e sem dúvida os que mais gravitam–, em maior ou menor medida, vêm transnacionalizando-se como resultado da reorganização espacial das relações sociais e de poder inerente ao conjunto dos processos de globalização (Held et al., 1999; Scholte,

2002). Visível nas orientações, recursos e tipos de ação coletiva (Tarrow, 2001; Sikkink, 2003), essa transnacionalização dos movimentos e organizações sociais ganha ainda mais evidência quando, no plano prático, obtêm o reconhecimento progressivo como atores significativos da política internacional nas respectivas áreas temáticas de atuação (O'Brien, Goetz, Sholte e Williams, 2000; Edwards e Gaventa, 2001); e no plano teórico, quando seu acionar desencadeia renovados debates acerca do status conceitual e analítico de noções controversas com as quais se vinculam, tais como sociedade civil internacional ou global, cidadania planetária e democracia global ou cosmopolita (Collas, 2002; Cox, 1999; Scholte, 2001; McGrew, 2002; Holden, 2000; Gómez, 2003a). De todos os modos, o que não se pode esquecer é a natureza singular do movimento altermundialista, um sujeito político em “estado nascente” e ainda não plenamente identificado, que se caracteriza por uma irreduzível heterogeneidade de concepções, estratégias, interesses, recursos, organizações, sinais de identidade e representações sociais, geográficas e culturais. Tampouco se pode ignorar o fato fundamental de que é “o movimento dos movimentos”, em plena fase ascendente pós-Seattle e com todas as suas características, limitações e potencialidades transformadoras, que pré-existe e constitui o FSM, e não o contrário (Wallerstein, 2002; Aguiton, 2001a; Seone e Taddei, 2001). E isso sem impedir que se estabeleça entre ambos uma relação de interdependência e de fortalecimento mútuo de difícil distinção, e que o mesmo FSM ganhe importância estratégica como principal pólo aglutinador e vetor disseminador do movimento altermundialista.

Por sua vez, como entender a gênese, as fases de desenvolvimento, a significação e o alcance dos impactos –para “dentro” e para “fora”– do movimento e do FSM, se os dissociamos do contexto global, regional e nacional em que se inscrevem? Afinal, é no âmbito do atual estágio da globalização capitalista neoliberal, de suas conseqüências negativas, contradições e crises, assim como do leque de constrangimentos e oportunidades de ação (abertas pelos processos e acontecimentos da política mundial desde a década passada), que se compreende, em primeiro lugar, a multiplicação simultânea de formas diferenciadas de mobilizações, resistências e lutas, abarcando atores sociais “novos” e “velhos” em diferentes partes do mundo; e, em segundo lugar, as primeiras iniciativas voltadas para a criação de espaços de confluência e de ação comum (Aguiton; 2001a; Taddei e Seoane, 2001). Do mesmo modo, é no cenário turbulento e adverso dos últimos anos que o movimento em geral, e o FSM em particular, tiveram que enfrentar verdadeiras “provas de fogo” (políticas de difamação e criminalização pelos governos, impacto desmobilizador inicial dos atentados terroristas de 11 de setembro e da resposta imperial da “guerra infinita”, tentativas de cooptação e divisão, apropriação

de conceitos, etc.) (Gómez, 2003b; Houtart, 2003). Além disso, é somente a partir da especificidade dos contextos regionais, nacionais e inclusive locais que se pode entender a origem e as repercussões desiguais do processo de expansão geográfica, social e cultural. Justamente a cidade de Porto Alegre foi eleita sede do primeiro FSM em razão de seu simbolismo político: situada no Sul subdesenvolvido, na região de maior conflituosidade e oposição social às políticas neoliberais, em um país que conta com uma densa trama de movimentos e organizações sociais (principalmente o Movimento Sem Terra [MST] e a Central Única dos Trabalhadores [CUT]), e que era governada pelo PT, um partido de esquerda que promovia no âmbito local formas democrático-participativas originais –o conhecido Orçamento Participativo–, ao mesmo tempo em que crescia no plano nacional como alternativa eleitoral de poder (Sader, 2003). Por isso não surpreende que os três primeiros Fóruns tenham tido uma repercussão mais favorável na América Latina e na Europa ocidental (tal como o lembra a origem franco-brasileira da iniciativa) do que na Europa Oriental, África e Ásia. Tampouco surpreende a existência de relações ambíguas, por vezes tensas e muito próximas, entre o Comitê Organizador de ONGs, os movimentos sociais brasileiros (de gravitação decisiva na dimensão organizacional do processo) e o PT, cujo papel do ponto de vista de infra-estrutura e financeiro –embora não político-organizativo– foi decisivo para a realização dos três encontros².

A terceira tentação, derivada em grande parte das duas anteriores, consiste na tendência a reduzir a multiplicidade e a superposição de clivagens e tensões políticas e ideológicas que atravessam o “movimento de movimentos” e os diversos níveis de construção e funcionamento do FSM, a um ou a alguns deles. Os principais eixos de conflito não são difíceis de identificar: tipo e grau de representação (em termos de região, país, classe, religião, sexo, raça, etnia,

2 O ponto culminante dessa ambigüidade relacional foi alcançado na edição de 2003, em razão do convite oficial a Lula, na sua condição de presidente recém-eleito do Brasil, e do discurso que pronunciou diante de uma massa exultante de participantes, no qual anunciava que no dia seguinte viajaria a Davos como uma espécie de “porta-voz” informal do FSM na reunião do Fórum Econômico Mundial (Waterman, 2003). Parece desnecessário insistir que esse jogo de recuperação partidária-governamental do PT não pôde se reproduzir em Mumbai –o que não significa que ali, como em outros fóruns, não haja divisões e jogos explícitos de recuperação entre partidos políticos e movimentos sociais–, em função das críticas que vêm suscitando no movimento altermundialista a opção do governo de Lula de continuar –e em alguns aspectos aprofundar– a política econômica neoliberal de seu predecessor, Fernando Henrique Cardoso. A prova é que Lula não viajou para Davos, embora vários ministros lá estivessem presentes, e visitou a Índia logo depois da conclusão do Fórum, dando continuidade à iniciativa inter-governamental bem sucedida do G22 na reunião da OMC em Cancún. Resta saber qual impacto terá tudo isso em 2005, com a volta do Fórum a Porto Alegre. Sobre o papel decisivo do PT no financiamento dos três eventos, através do apoio das instâncias e agências de governo que administra, ver a lista de patrocinadores no site oficial do FSM.

idade, setores sociais, grupos político-ideológicos); transparência e democracia interna tanto na base do movimento altermundialista como na composição das instâncias organizadoras (Conselho Internacional e Secretaria Internacional/Comitê Organizador) do Fórum; tensões e contradições entre as formas de luta privilegiada (institucional ou direta) e também entre os níveis local, nacional, regional e global da ação coletiva; conflituosidade permanente entre a afirmação de identidades particulares dos diferentes componentes e a necessidade de construir amplas alianças e confluências; clivagens entre as formas organizativas mais horizontais e “leves” de movimentos sociais, ONGs e redes de ativistas, e as formas sindicais e partidárias mais verticais e “densas”; intervenção aberta e crescente de partidos nacionais e institucionais internacionais, não obstante sua exclusão, na qualidade de organizadores ou de organizações, explícita na Carta de Princípios; acentuadas divergências estratégicas com respeito ao horizonte de reforma ou de ruptura com o capitalismo global e sua arquitetura institucional de poder; concepções políticas divergentes sobre o próprio modelo organizativo do FSM; clivagens de interesses e visões Norte/Sul e Ocidente/não-Ocidente na constelação de ONGs, movimentos sociais e redes de ativistas transnacionais, combinados freqüentemente com fortes laços de dependência e desigualdade por parte das organizações procedentes de países do Sul ou não-ocidentais; enfim, relações ambíguas, quando não promíscuas, de ONGs, redes e movimentos sociais particulares com Estados, instituições internacionais e firmas multinacionais, em complicados jogos de interesses, cooperação e cálculo mediático.

A simples enunciação desta lista não exaustiva de tensões e conflitos constitutivos releva a impossibilidade de que estes sejam resolvidos através de opções que se apoiem em um ou em alguns deles. Nesse sentido, cabe reconhecer o lado virtuoso do modelo político atual do FSM, já que soube conviver, desde o início, com a totalidade desses conflitos, e isso em grande medida graças ao inteligente pragmatismo dos organizadores, que não caíram na ilusão de pretender “resolvê-los”, seja pagando o preço da atomização absoluta que paralisa qualquer iniciativa de ação comum (em particular, a própria realização dos eventos), seja o da radicalização de relações de força internas mediante uma fórmula que se pretenda hegemônica e que, inexoravelmente, conduz ao isolamento e à exclusão. No entanto, reconhecer o virtuosismo originário do modelo implica desconhecer sua inadequação crescente ou, melhor ainda, seu esgotamento real para responder com legitimidade e eficácia aos desafios impostos pela nova fase de mundialização do FSM e pelo contexto político global. As informações e impressões que chegam da experiência de Mumbai são reveladoras a esse respeito: além do êxito e das inovações em matéria de concepção e participação, não houve avanços no debate substancial, estraté-

gico e organizacional. Diante dessas circunstâncias, não é difícil prever que a manutenção do modelo vigente não fará mais do que elevar os riscos –em si já bastante marcantes– de desagregação e impotência política que até agora tanto se buscou evitar. É por essa razão que se revela necessário deter-se na questão condensadora do modelo político, não sem antes retomar o tema da novidade histórica do FSM.

UMA AMBÍGUA E RADICAL NOVIDADE

A novidade do FSM não provém do caráter transnacional das ações e dos objetivos que as orientam, pois importantes movimentos sociais internacionais –o movimento trabalhista e as internacionais socialistas, em especial– não só tiveram uma longa e rica experiência anterior, como deixaram suas marcas profundas na história do mundo dos últimos 150 anos (Walterman, 1998; Colás, 2001). O novo, em compensação, como é sublinhado por um dos mais perspicazes intérpretes do fenômeno, radica no fato de ser “inclusivo” tanto no que concerne a suas escalas de ação como a suas temáticas. Isto é, ser eminentemente global, sem deixar de dar abrigo a movimentos e organizações sociais locais, nacionais e regionais supranacionais, e, ao mesmo tempo, ser intertemático e até transtemático (Sousa Santos, 2003: 4).

Na realidade, a primeira novidade surge com a mera existência do FSM. Com efeito, em tempos de uma esmagadora utopia hegemônica que durante décadas proclamou *urbi et orbi* a morte das utopias adversárias com o argumento falaz de que “não há alternativa” à globalização neoliberal (nem “salvação” fora dela, como acrescentou há alguns anos o ex-presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso, quando jogava deslumbrado com a “3ª Via” periférica), o fato de se ter criado esse espaço multitudinário de forças sociais, não apenas para contestá-la em sua forma, conteúdo e conseqüências negativas, mas, fundamentalmente, para intercambiar experiências de luta, debater idéias e articular ações em busca de alternativas orientadas para uma orientação contra-hegemônica, significa a volta da esperança e da possibilidade de uma sociedade e de um mundo melhor (Houtart, 2001; Cassen, 2003), isto é, o ressurgimento da utopia crítica. Uma utopia que encontrou a tradução perfeita no lema que presidiu o I FSM de Porto Alegre: “Outro mundo é possível”. Mas uma utopia que emerge sobre bases estruturais e sociabilidades muito diferentes daquelas que tiveram lugar no século XIX, cujos legados a respeito da ação política estratégica, do sujeito histórico de mudança e do modelo de sociedade que canalizariam as energias de emancipação social, ainda pesam na tradição marxista e nas esquerdas em geral (Sousa Santos, 2003).

Com a finalidade de decifrar a novidade do FSM –que não se deixaria capturar pelas categorias convencionais das ciências sociais e que colocaria, portanto, sérios problemas teóricos, analíticos e epistemológicos–, Boaventura de Sousa Santos propõe um esquema interpretativo baseado em duas operações epistemológicas que funcionam como tipo ideal: as chamadas *sociologia das ausências* e *sociologia das emergências* (Sousa Santos, 2003). A sociologia das ausências assinala a identificação de cinco lógicas através das quais os critérios hegemônicos de racionalidade e eficiência, inerentes à modernidade capitalista ocidental, evitam a existência de experiências sociais porque não são reconhecidas ou legitimadas pelo cânone dominante. São as denominadas *monoculturas* do conhecimento: as do tempo linear, da naturalização das diferenças, da escala dominante e da produtividade. Essas monoculturas produzem, respectivamente, *formas sociais de inexistência* (as do ‘ignorante’, do ‘residual’, do ‘inferior’, do ‘local’ e do ‘não-produtivo’), diante das realidades julgadas relevantes e primordiais (do ‘científico’, do ‘avançado’, do ‘superior’, do ‘global’ e do ‘produtivo’) (Sousa Santos, 2003). Assim, ao se confrontar com as monoculturas dominantes, a sociologia das ausências trabalha tendo em vista substituí-las por cinco *ecologias* que, evocando a multiplicidade e a não-destruição, reconstroem práticas sociais que não se encaixam ou que carecem de credibilidade nas práticas hegemônicas: as de conhecimentos, temporalidades, reconhecimentos, transescalas e produtividades, compartilhando todas elas “a idéia de que a realidade não pode ser reduzida ao que existe” (Sousa Santos, 2003: 20). Paralelamente, a sociologia das emergências, diferentemente da sociologia das ausências que individualiza e valoriza experiências sociais consideradas inexistentes pela racionalidade e pelo conhecimento hegemônico, propõe-se a identificar, apoiada no conceito do ainda não (*not yet/pas encore*), de Ernest Bloch, as possibilidades do futuro inscritas no presente, através de sinais, pistas e tendências. Em síntese, trata-se de uma espécie de investigação de alternativas contidas no horizonte de possibilidades concretas, cuja dimensão ética e subjetiva, própria de uma consciência antecipadora e não-conformista, junto às expectativas sociais radicais, desencadeia e sustenta um processo de reinvenção das emancipações sociais, no plural.

A partir desses dois tipos ideais epistemológicos, Boaventura de Sousa Santos chega à conclusão de que o FSM expressa, *de facto*, um exercício amplo e permanente –ainda que, por certo, muito desigual entre os movimentos e as redes de articulação social– tanto da sociologia das ausências (processo de desconstrução e reconstrução, que rejeita as monoculturas e adota as ecologias) como da sociologia das emergências (busca de alternativas de futuros possíveis de uma globalização contra-hegemônica). Radica aí a fonte inequívoca do novo, junto com a dimensão utópica antes apontada de um imaginário de-

mocrático radical baseado na diversidade, a horizontalidade e a transescala. Mas a novidade do FSM não termina aí, projetado-se também no nível estritamente político. Um nível que, em última análise, apresenta-se “como campo de tensões e dilemas, onde o novo e o velho se confrontam entre si” (Sousa Santos, 2003: 26), sendo que o novo corre por conta da emergência de três grandes vetores: uma ampla concepção do poder e da opressão (que se traduz na embrionária forma organizacional adotada pela Carta de Princípios, de rejeição às hierarquias e às lideranças e de ênfase em articulações horizontais em redes facilitadas pela Internet); a equivalência do princípio de igualdade e de reconhecimento da diferença como ideal emancipador; e, finalmente, o privilégio da rebelião e do não-conformismo em detrimento da revolução (ou, pelo menos, daquelas concepções insurrecionais de comando vertical e de objetivo estratégico guiadas por uma teoria única, que ainda prevalecem na tradição de esquerda revolucionária) (Sousa Santos, 2003: 28-29).

Sem compartilhar necessariamente do mesmo mapa de questões, conceitos e conclusões de análises, não se pode deixar de reconhecer que o esquema interpretativo de Boaventura de Sousa Santos é uma contribuição inovadora e uma referência obrigatória para o debate. Ainda mais em momentos em que a estratégia de mundialização do FSM, tal como acaba de revelar a experiência de Mumbai, o coloca frente a situações continentais, regionais, nacionais e locais que o resto do mundo desconhece e ignora em razão daquilo que está na origem das sociologias das ausências e das emergências. Em todo caso, o que importa ressaltar é que, ao se mobilizar em nome das exigências normativas de justiça, democracia, diálogo intercultural e segurança humana no mundo contra as forças, instituições e símbolos da “ordem” capitalista neoliberal e da guerra imperial, esta constelação de movimentos e organizações sociais que convergem para o FSM assume um caráter nitidamente contra-hegemônico. Poder-se-ia dizer que, diante da globalização “por cima” conduzida pelo bloco imperial de forças, instituições e idéias (com suas contradições e assimetrias, ultimamente exacerbadas em razão da guinada bélica e unilateral da política externa norte-americana), configurou-se uma globalização “por baixo”, que, apesar da brutal assimetria na correlação de forças existentes, erige-se num embrionário contrapoder. Não obstante as limitações, ambigüidades e inconsistências de todo tipo, o certo é que o movimento está orientado por propósitos emancipadores amplos que o levam a se identificar com as mais diversas lutas de povos, classes, grupos e setores subalternos contra a ordem hegemônica mundial.

TRAJETÓRIA VERTIGINOSA

Sabe-se que, em sua breve existência, o FSM conheceu uma expansão imprevisível e veloz. Os três encontros consecutivos de Porto Alegre, e o recente, de Mumbai, mostram o aumento contínuo do número de participantes, delegados, oficinas de trabalho, países representados e correspondentes de imprensa (ver Quadro 1). Sem falar, por certo, dos fóruns paralelos (como o Parlamentar e o de Educação) e dos inumeráveis espaços e atividades informais (como o Acampamento Intercontinental da Juventude) que aconteceram sem nenhum registro oficial.

QUADRO I

	Participantes	Delegados	Países	Oficinas de Trabalho	Correspondentes	Acampamento
I FSM	20.000 (1.504 ext. 1.484 nac.)	4.700	117	420	1.870	2.000
II FSM	20.000 (5.427 ext. 6.847 nac.)	12.274	123	622	3.356	sem dados
III FSM	100.000 (7.717 ext. 13.046 nac.)	20.763	130	1.286	4.094	25.000
IV FSM	120.000 (20.000 ext. 55.000 nac.)	75.000	132	1.200*	3.200**	sem dados

Fonte: Site oficial do FSM (2004).

* Trata-se de atividades autogeridas menores (oficinas, seminários, reuniões, etcetera). A novidade de Mumbai foi a de incorporar ao programa, junto com os 13 eventos (conferências, painéis, mesas-redondas e reuniões públicas) do Comitê Organizador indígena, 35 eventos maiores de atividades autogeridas por parte das organizações inscritas.

**Estiveram representados 644 órgãos de imprensa procedentes de 45 países.

Do mesmo modo, em 2002 e 2003 assiste-se à multiplicação de fóruns regionais, temáticos, nacionais e locais em diferentes partes do mundo, alcançando vários deles (as duas versões do FSE, o de Hyderabad, na Índia, ou os da Argentina, Equador e Colômbia, na América Latina) níveis significativos de mobilização e repercussão na opinião pública. Além disso, o calendário

de convocações já anunciadas no site do FSM permite rever o mesmo ritmo febril durante 2004.

Em termos de expansão geográfica, os três encontros de Porto Alegre apontaram, contudo, um pronunciado déficit de participação proveniente da África, Ásia, Europa do Norte e do Leste, países árabes e muçulmanos, e inclusive de várias regiões e países da América Latina. Vale dizer, conservaram um perfil predominantemente sul-americano e da Europa do Sul³. Com respeito ao perfil social e cultural dos participantes, os dados disponíveis do III FSM apontaram um esmagador predomínio ocidental (tal como se depreende das principais delegações por países e da porcentagem de brasileiros [85,9%] e estrangeiros [14,1%], sendo que a absoluta maioria dos estrangeiros [13,1%] provinha da Argentina) sobre o total dos participantes, de classe média educada (quase 75% com educação superior incompleta, completa e pós-graduação), majoritariamente de meia idade (quase 40% dos inscritos tinha entre 14 e 24 anos, dos quais 68,5% estava acampado e 13% eram delegados) e com uma participação igualitária entre os sexos (51% eram mulheres e 49%, homens) (FSM, 2003: Vol. 5). Resultado que na realidade não surpreende, pois em linhas gerais reproduz o perfil prevalecente do ativismo transnacional desde o início dos anos 1990: homem branco, do hemisfério Norte, de classe média, cristão e urbano (Scholte, 2001). Já em termos de representatividade setorial, o arco diferenciado de movimentos sociais, organizações e redes de ativistas não cessou de se ampliar. Entretanto, chama a atenção a baixíssima participação de movimentos populares e de excluídos, o interesse tardio e ainda tímido do movimento trabalhista (estiveram presentes as principais Confederações mundiais –não obstante, algumas delas, mais preocupadas com o impacto mediático, participaram simultaneamente do Fórum Econômico Mundial (FEM) de Davos–, certas centrais nacionais e sindicatos independentes), e a relativa baixa participação dos movimentos ambientalistas e feministas.

Em Mumbai, produziu-se um verdadeiro salto qualitativo em matéria de expansão geográfica, social, setorial e cultural do FSM. Da multidão verificada na capital econômico-financeira da Índia, 90% dos participantes eram do país e 10% estrangeiros, contando com numerosas delegações de países asiáticos (Paquistão, Nepal, Sri Lanka, Filipinas, Coreia do Sul, Tailândia, Malásia, Japão, China, Indonésia). Como não podia deixar de ser, foi um encontro caracterizado pela imensa diversidade entre culturas e povos não-ocidentais

3 O perfil predominante europeu-latino-americano dos três encontros de Porto Alegre revela-se na distribuição por países das delegações mais numerosas: em 2001, as cinco primeiras são Brasil, Argentina, França, Uruguai e Itália; em 2002, Brasil, Argentina, Itália, França e Uruguai; e em 2003, Brasil, Itália, França, Argentina e Estados Unidos (ver Memória dos Fóruns no site do FSM).

(como reflete o reconhecimento de treze línguas do evento: hindu, marathi, tâmil, telugu, bengalês, tailandês, japonês, coreano, bahasa indonésia, francês, inglês, espanhol, malayalam), com poucos “brancos” e um viés radicalmente anti-etnocentrista. A isso somou-se a presença massiva e variada de movimentos populares e de excluídos (cerca de vinte mil dalits –os intocáveis, sem casta, que constituem mais de 10% da população indiana– virtualmente acamparam no espaço do fórum e ali fizeram seu congresso), manifestando e levantando lutas específicas contra relações e estruturas de exploração, opressão e discriminação étnica, racial, tribal, religiosa, sexual, econômica, política ou cultural. Além disso, no plano organizacional conseguiu-se, além das divisões ideológicas, político-partidárias e setoriais, a unidade de ação na diversidade, introduzindo inovações de concepção, de metodologia de trabalho e de conteúdo temático (notável ampliação do leque de representação de organizações sociais e partidárias no Comitê Organizador, peso maior das atividades autogeridas, temas do racismo e das castas, da intolerância religiosa e nacionalista, da questão da mulher, etc.) (Murthy, 2004; Haddad, 2004; Ferrari, 2004; Villanueva, 2004; Weber, 2004).

O sucesso da quarta edição anual confirma o acerto da estratégia de “asiatizar” o FSM, isto é, de disseminá-lo num país de mais de um bilhão de habitantes, encravado num continente que representa a metade da população mundial. Sem dúvida, deu-se um passo gigantesco no processo de sua própria mundialização. Chamado a ser fonte permanente de interpeção e de aprendizagens, as lições de Mumbai são múltiplas, sobretudo no que se refere a uma concepção organizacional mais representativa, ao papel primordial das atividades autogeridas, ao potencial de mobilização e de participação popular e ao imperativo do diálogo intercultural em igualdade e respeito (ainda que as dificuldades de tradução de códigos culturais e lingüísticos tenham sido enormes). Como adverte um observador, “um leque sócio-cultural-generacional-setorial tão imponente como a multidão que transborda o Nescoa Ground. Uma composição que vai muito além do grupo de oito organizações brasileiras que convocaram originariamente o primeiro FSM de 2001. Que supera amplamente a representatividade atual do Conselho Internacional do FSM. E que obrigará a repensar o futuro do mesmo Fórum a partir de novas coordenadas e parâmetros participativos que viveram nesta edição de Mumbai uma verdadeira explosão multiplicadora” (Ferrari, 2004). No entanto, Mumbai não é um modelo a ser copiado. E não poderia sê-lo, não só porque nessa experiência expressaram-se as singularidades e as complexidades da Índia, mas porque, além de serem contabilizados vários aspectos negativos (precariedade de infra-estrutura, falhas graves no sistema de tradução, separação do acampamento da juventude do

espaço do Fórum, sobreposição, pouco debate e repetição de temáticas de edições anteriores nas conferências e painéis centrais, escassa repercussão na imprensa internacional), houve pouco ou nenhum avanço no debate substantivo, de formato e de eficácia estratégica do FSM. A prova está na própria resolução do Conselho Internacional, reunido ao final do encontro, postergando para sua próxima reunião no mês de abril, na Itália, o tratamento e as definições de temas centrais do debate (critérios para admissão de novos membros, financiamento, metodologia de trabalho, formulações de planos de ação, etc.) (Conselho Internacional do FSM, 2004). Em suma, por mais significativos que tenham sido os avanços e as lições de Mumbai, o FSM continua padecendo de sérios déficits, desequilíbrios e ausências em termos de representatividades geográfica, social, setorial, setorial, cultural e de orientações políticas, assim com uma preocupante impotência política. Tudo isso leva às questões mais delicadas e cruciais do modelo político que, *grosso modo*, as discussões atuais concentram: a do formato organizacional e sua vinculação direta com a democracia interna e a agenda política do FSM (Sousa Santos, 2003).

CRISES E RECONSTRUÇÃO DE UM MODELO POLÍTICO SEM MODELOS

O modelo político do FSM está imerso numa grave “crise de crescimento” cujos efeitos paradoxais saltam aos olhos. Por um lado, confirma-se a validade dos princípios que o constituem e sustentam (horizontalidade sem comando centralizado, respeito à diversidade, exclusão de organizações que proclamam a luta armada, etc.) e sua adequação à natureza do movimento altermundialista em constante expansão. Por outro lado, a forma organizativa e operacional do modelo mostra-se cada vez menos apropriada e eficaz para enfrentar e superar tanto as distorções e desequilíbrios internos do processo como os sinais de impotência política externa. O paradoxo maior, contudo, radica no fato de que o modelo em crise carece de modelos para seguir (a não ser em sentido negativo, a fim de evitar a repetição e o destino de fórmulas internacionalistas anteriores, como a I Internacional, com as quais se podem encontrar similitudes) (Houtart, 2003; Waterman, 2003). Assim, diante da situação dilemática que o FSM enfrenta, na qual o aumento de participação contestatária (que mede o êxito de sua convocação) gera o aumento na diversidade de seus componentes (que obstaculiza o consenso sobre propostas de ação comum), não parece existir outra saída a não ser recorrer à experimentação –com uma alta dose de invenção e imaginação– e a um exercício constante de avaliação e debate sobre o próprio processo de constituição.

Embora as motivações e as propostas difiram, há uma percepção generalizada de que o formato vigente precisa ser profundamente revisado. Questiona-se a dimensão alcançada pelos fóruns anuais, pois sua envergadura os torna cada vez mais inadministráveis, com problemas crescentes de financiamento e de participação efetiva em atividades e debates. O III FSM de Porto Alegre e o IV, de Mumbai, são eloqüentes a esse respeito; como alguém disse ao participar deste último, “se isto continua, teremos que nos reunir em estádios” (Savio, 2004). Entre as soluções que se oferecem, umas propõem restringir o evento anual a não mais de vinte mil pessoas e canalizar a participação de massa para fóruns regionais e temáticos, em estreita interação com os nacionais e locais (Savio, 2004; Albert, 2003; Waterman, 2003). Outras objeções apontam para a periodicidade, argumentando-se que é necessário tempo não só para prepará-los, como também para decantar resultados e esperar o retorno desde a base dos movimentos, organizações e redes. Tampouco escapa da crítica a estrutura de programação, que privilegia as atividades centralizadas (em especial, as conferências plenárias) do CO e do CI, de custos altíssimos e de duvidosa fecundidade (sem falar das disputas entre os organizadores pelos conferencistas convidados), em detrimento das atividades descentralizadas autogeridas, cujas temáticas, discussões e maior participação refletem a diversidade das lutas, a riqueza de conhecimentos e a elaboração incessante de propostas contra-hegemônicas que surgem do seio do movimento altermundialista (Cassen, 2004; Sousa Santos, 2003; Waterman, 2003). Além de propor a inversão das prioridades programáticas, esta crítica revela as hierarquias e intransparências na participação do evento global, enquanto avança em direção à espinhosa questão de “quem governa” no plano organizacional.

Embora o FSM seja, por natureza e princípios, um espaço aberto, plural e horizontal, em última instância, irrepresentável, o CI e os Comitês Nacionais Organizadores (o brasileiro e, depois de Mumbai, o indiano) constituem corpos permanentes que, em seus objetivos gerais e na divisão de tarefas –de direção político-estratégica, o primeiro, e de organização executiva, os segundos–, têm assumido, queira-se ou não, uma função de representação do conjunto do Fórum. Ocorre, contudo, que a composição inicial de ambos (primeiro do CO brasileiro, e depois, a convite deste último, do próprio CI) respondeu a mecanismos de cooptação: seus membros não foram eleitos, não representam senão a si mesmos, e não são responsáveis diante de ninguém. Em conseqüência, a estrutura organizacional do FSM reproduz de forma acentuada (especialmente em seu órgão político por excelência, o CI) desequilíbrios, distorções e ausências de representação regionais, setoriais, temáticas e de orientações políticas distintas (escassa participação da África

e dos países árabes e muçulmanos, forte presença de grandes ONGs internacionais, sindicatos e redes feministas, ausência de movimentos da juventude, de reivindicação negra, etcetera)⁴. Ao operar como um espaço de poder atravessado de influências, tensões e contradições múltiplas e desiguais (entre os CO nacionais e o CI, entre os diferentes componentes do CI, entre as instâncias organizadoras e os movimentos e organizações fora delas), onde as regras e os critérios de incorporação e funcionamento ainda não foram definidos de modo claro e preciso, não é de estranhar que os imperativos proclamados de transparência, responsabilidade e democracia interna continuem sendo promessas não cumpridas⁵. Daí as sugestivas propostas de alguns autores, visando aprofundar a natureza democrática do modelo político do FSM através de estruturas e procedimentos mais abertos e inclusivos em matéria de representação e participação (inclusive fixando cotas provisórias para categorias sub-representadas), uma imbricação maior entre os fóruns globais, regionais, nacionais e locais, e um amplo uso das possibilidades da ciberdemocracia para promover debates e referendos sobre o próprio formato organizacional e sobre decisões de cunho estratégico (Waterman, 2003; Albert, 2003; Sousa Santos, 2003). Com isso se ganharia congruência entre a estrutura e o funcionamento real do FMS, e a radicalidade democrática do imaginário e do significado histórico inerente a seu nascimento. Mas se ganharia, sobretudo, uma condição fundamental de eficácia da ação contra-hegemônica: mais credibilidade e legitimidade “para dentro” e “para fora” do movimento altermundialista.

Uma parte considerável das críticas ao modelo está concentrada, precisamente, na falta de uma ação anti-sistêmica eficaz. De fato, o contraste não poderia ser maior entre os obstáculos do CI para alcançar convergências nos temas e estratégias de ação comum, e a evidência inquietante de que a globalização capitalista neoliberal e a guerra imperial, cada vez mais estreitamente vinculadas entre si, não interromperam nem sua caminhada nem suas consequências sociais, econômicas, geopolíticas, culturais e ambientais negativas. E não se vislumbram, num horizonte próximo, sinais de mudança favorável na correlação de forças em escala mundial. É certo que avaliar a eficácia de uma ação contra-hegemônica consiste em algo extremamente complicado.

4 Sobre a lista de organizações que fazem parte do CI, ver o site do FSM.

5 Com passos tímidos e falta de resultados substanciais, o CI tomou nos últimos dois anos uma série de medidas que pretendem avançar nessa direção, entre as quais cabe mencionar a estratégia de globalização do FSM (fomentando fóruns descentralizados regionais e temáticos, além da transferência da quarta edição anual para a Índia) e a constituição de seis comissões encarregadas de sistematizar e adiantar propostas nas respectivas áreas (Expansão, Finanças, Estratégia, Comunicação, Metodologia, Temáticas e Conteúdos).

No momento, a afirmação categórica sobre a ineficácia política do FSM e, em última análise, do movimento altermundialista, deveria ser matizada, já que ambos demonstraram ter capacidade para produzir importantes efeitos “para dentro” e “para fora”. “Para dentro” porque, apesar do contexto político adverso dos dois últimos anos, o FSM continuou, e os protestos sociais não só não pararam como se ampliaram depois do 11 de setembro, incorporando o tema da guerra e de suas implicações globais e regionais (entre outras, o do grave retrocesso do regime internacional de direitos humanos e as restrições às liberdades democráticas por parte dos dispositivos de segurança interna e global impulsionados pelo governo norte-americano). Nesse sentido, a realização do II FSM de Porto Alegre e a histórica jornada do protesto mundial de 15 de fevereiro de 2003 (com a manifestação de milhões de pessoas em 600 cidades de 60 países) contra a invasão iminente do Iraque, são dois acontecimentos emblemáticos que mostram a potência e a potencialidade do movimento. E “para fora”, porque a continuidade das mobilizações sociais e a própria expansão do FSM revelam e ao mesmo tempo alimentam a crise de hegemonia –no sentido gramsciano de “espirtualização da dominação”– do bloco de poder imperial, um bloco constituído pelos estados centrais (sob a reforçada supremacia norte-americana), pelo capital transnacional, pelas instituições internacionais financeiras e de segurança, e pelo neoliberalismo como cimento ideológico principal (Cox, 1999). Inclusive o recente fracasso da reunião da Organização Mundial do Comércio em Cancún, devido à iniciativa liderada por determinados estados do Sul (encabeçados pelo Brasil, Índia e África do Sul), não poderia ter ocorrido se o clima da opinião política internacional e de muitas nações não estivesse previamente “sensibilizado” para as reivindicações e lutas levadas adiante pelo movimento altermundialista, através de seus diversos componentes, nos planos global e regional. No final das contas, se o “movimento dos movimentos”, em nome de uma sociedade civil global embrionária, irrompe e permanece na cena política mundial, é graças ao reconhecimento do papel político insubstituível que vem desempenhando para educar a opinião pública, desenvolver o debate público, canalizar a participação direta de cidadãos (sem discriminação de idade, sexo, religião, nacionalidade ou pertencimento social) e introduzir transparência e responsabilidade em diferentes instâncias estatais e interestatais (Scholte, 2003). Parece óbvio que o FSM, ao assumir os imperativos de democratização do poder e de exigência de transparência para fora, criaria condições ainda mais favoráveis para incorporar novos movimentos e organizações sociais e, ao mesmo tempo, para obter legitimidade e apoio público nas lutas que empreende.

De todos os modos, no quadro de uma expansão bem-sucedida do FSM, mas carente de vitórias tangíveis, parece inevitável que se multipliquem os

questionamentos a seu imobilismo estratégico e se dissemine a percepção –e o risco real– dos efeitos contraproducentes, para dentro e para fora, de uma impotência política prolongada. Nas palavras recentes da defensora da resistência não-violenta, Arundhati Roy, para evitar que tudo fique reduzido a um “teatro político” de fácil recuperação, “necessitamos urgentemente enfocar alvos reais, travar batalhas reais e infligir um dano real”⁶. Ou seja, são necessárias ações com forte impacto simbólico (como, por exemplo, o boicote a corporações que se beneficiem do negócio da “reconstrução” do Iraque destruído e ocupado após uma guerra ilegal, imoral e imperial), que mostrem e sustentem um salto qualitativo na mobilização social. Mas um salto que se alimente sem parar de propostas alternativas coerentes, consistentes e viáveis debatidas nos fóruns. Assim, junto com a prioridade do trabalho de memória, que resgata os resultados dos fóruns globais, regionais, temáticos, nacionais e locais, foi sugerida a elaboração de plataformas com essas propostas que, compreensíveis, reatualizadas e debatidas, funcionem no nível mundial como uma espécie de “Consenso de Porto Alegre”, e no nível regional e nacional como consensos complementares regidos pelo princípio de subsidiariedade (Cassen, 2004)⁷.

Desde logo, há posições que rejeitam qualquer proposição que implique deliberar, tomar decisões coletivas e levar adiante ações comuns, em nome da defesa resoluta dos princípios da CP e contra os perigos de instrumentalização partidária ou de centralismo político e ideológico que levariam a divergências insolúveis e à desagregação do movimento (Whitaker, 2003; Grzybowski, 2003a; 2003b). Que estes perigos são reais é o que prova a existência de tensões permanentes entre os partidos políticos (com suas tradições estratégicas, lógica organizacional vertical e, em última análise, uma forte inclinação à nacionalização e ao estado-centrismo da política) (Waterman, 2003) e os movimentos e organizações sociais que, zelosos de sua autonomia e das novas formas de representação, organização em rede e alianças, se vêem obrigados a buscar consensos para levar a cabo mobilizações específicas (Aguiton, 2001b; 2003). E isso sem falar da exacerbação de numerosas clivagens no conjunto do movimento quando se abordam questões contro-

⁶ Ver a reprodução do discurso no site do FSM.

⁷ Segundo esse mesmo autor, o trabalho de elaborar propostas suscetíveis de serem integradas ao “Consenso” e de serem objeto de ratificação deveria estar a cargo de estruturas *ad hoc* a serem inventadas, e que funcionariam fora dos Fóruns, para evitar confusões. Por outro lado, tais plataformas deveriam prevenir dois perigos: o das generalidades programáticas, de fácil recuperação por parte de qualquer tipo de partido ou governo, e da excessiva precisão programática, que desembocaria em programas de governo de determinados segmentos políticos inseridos no movimento (Cassen, 2004).

vertidas de estratégia e de ação política: reforma ou revolução, socialismo ou emancipações sociais, Estado como inimigo ou aliado potencial, lutas nacionais ou globais, ação direta ou institucional, princípio de igualdade ou princípio de respeito às diferenças (Sousa Santos, 2003). De fato, tais clivagens –freqüentemente sobrepostas– nunca serão “resolvidas” através do predomínio de uma delas (ou de uma determinada variante) sobre as demais. Inclusive porque grande parte dos componentes não se reconhece na linguagem das mesmas, nem aceita ou acredita na existência de uma solução ou via única. Mas isso não implica que, diante do temor da instrumentalização, não se possam estabelecer relações pragmáticas com os partidos políticos, sempre e quando respeitem as regras e a singular novidade do FSM. Como tampouco implica que a crítica ao sistema de dominação global se prive de conseqüências práticas no plano da ação política. Trata-se então de assegurar a baixa intensidade das clivagens, a fim de alcançar a unidade estratégica do movimento, de modo que aquilo que o une seja mais importante do que aquilo que o divide (Sousa Santos, 2003). Resultado de esforços contínuos de debate, consensos e coordenação, essa tarefa primordial se alimenta, por um lado, dos princípios originários e do conjunto de propostas convergentes, e, por outro, de mobilizações com objetivos claros e pontuais, bases sociais crescentes e formas distintas de ação coletiva (protesto de rua, ação direta não-violenta, etcetera). Mas a condição de possibilidade e eficácia passa, mais do que nunca, pela reconstrução (e não por uma mera reforma parcial) do modelo político do FSM. Em tempos de guerra “preventiva” e de crise da globalização capitalista neoliberal, esse é um dos desafios cruciais do movimento altermundialista, único sujeito de transformação que reinventa a política em escala mundial, sem cair, por definição normativa e dinâmica própria, em retrocessos imperiais, nacionalistas, fundamentalistas ou reacionários (Aguiton, 2001b; 2003).

BIBLIOGRAFIA

- Aguiton, Christophe 2001a *Le monde nous appartient* (Paris: Plon).
- Aguiton, Christophe 2001b “Les mouvements de lutte contre la mondialisation libéral après le 11 septembre 2001” em *InfoAttac* (Montreal) N° 268, 25 de agosto.
- Aguiton, Christophe 2003 “Les réseaux font notre force” em *Alternatives Internationales* (Paris) N° 11.

- Albert, Michael 2003 *The WSF's Future*, ZNET. Disponível em <www.zmag.org/content/shoarticle.cfmSection> 23 de dezembro.
- Cassen, Bernard 2003 "ATTAC al ataque" em *New Left Review* (Madri) Nº 19.
- Cassen, Bernard 2004 *Repenser le "format" des Forums sociaux, passer à l'acte politique*. Disponível em <www.france.attac.org> 14 de janeiro.
- Colás, Alejandro 2002 *International Civil Society* (Cambridge: Polity Press).
- Comitê Organizador e Conselho Internacional do FSM (CO e CI) 2001 *Carta de Princípios* (São Paulo).
- Conselho Internacional do FSM 2004 *Propuestas adoptadas en la reunión del CI/FSM el 23 de Enero de 2004 en Mumbai, India*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/>.
- Cox, Robert W. 1999 "Civil Society at the Turn of the Millenium. Prospects for an alternative world order" em *Review of International Studies* (Cambridge: Cambridge University Press) Vol 26, Nº 25.
- Díaz-Salazar, Rafael (ed.) 2002 *Justicia global. Las alternativas de los movimientos del Foro de Porto Alegre* (Barcelona: Icaria).
- Edwards, Michael e Gaventa, John 2001 *Global Citizen Action* (Boulder: Lynne Rienner).
- Ferrari, Sergio 2004 *Un FSM que va mucho más allá del simple folklore*. Disponível em <www.rebellion.org/sociales/o40119ferrari.htm> 19 de janeiro.
- FSM. Disponível em <<http://www.forumsocialmundial.org.br/>>.
- Gómez, José María 2003a "Entre potencialidades e limites, temores e esperanças. Notas sobre a sociedade civil e a globalização" em Garcia, Joana; Landim, Leilah e Dahmer, Tatiana (org.) *Sociedade e Políticas. Novos Debates entre ONGs e Universidades* (Rio de Janeiro: Revan).
- Gómez, José María 2003b "Fórum Social Mundial e os desafios do movimento social global" em *Desenvolvimento e Direitos Humanos. Diálogos no FSM* (São Paulo: Fundação Peirópolis/ABONG).
- Grzybowski, Cândido 2003a *Olhar atento sobre o FSM*. Disponível em <www.ibase.br/pubibase>.
- Grzybowski, Cândido 2003b "Por que pensar o Fórum Social Mundial?" em *Democracia Viva* (Rio de Janeiro) Nº 14.
- Haddad, Sérgio 2004 *Mumbai 2004: um novo passo no Fórum Social Mundial*. Em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=bal> 2 de fevereiro.
- Hardt, Michael 2002 "From Porto Alegre" em *New Left Review* (Londres) Nº 14.
- Held, David et al. 1999 *Global Transformations* (Stanford: Stanford University Press).
- Holden, Barry (ed.) 2000 *Global Democracy. Key Debates* (London: Routledge).
- Houtart, François 2001 "La mundialización de las resistencias y de las luchas contra el neoliberalismo" em Seoane, José e Taddei, Emilio 2001 *Resistencias mundiales (de Seattle a Porto Alegre)* (Buenos Aires: CLACSO).
- Houtart, François 2003 "Forces et faiblesses de l'altermondialisation" em *Le Monde diplomatique* (Paris) novembro.
- McGrew, Anthony 2002 *Transnational Democracy: Theories and Prospects*. Disponível em <www.polity.co.uk/mcgrew.htm>.

- Monereo, Manuel; Riera, Miguel e Valenzuela, Pep (eds.) 2002 *Foro Social Mundial/ Porto Alegre 2002. Hacia el partido de oposición* (Málaga: El Viejo Topo).
- Murthy, P. K. 2004 *Entretien avec P. K. Murthy, membre du comité indien d'organisation*. Disponível em <www.france.attac.org/a2321> 16 de janeiro.
- O'Brien, Robert; Goetz, Anne Marie; Scholte, Jan Aart e Williams, Marc 2000 *Contesting Global Governance. Multilateral Economic Institutions and Global Social Movements* (Cambridge: Cambridge University Press).
- Roy, Arundhati s/d "Um arma que necesita ser afilada" em *Agencia Latinoamericana de Información, América Latina en movimiento*. Em <<http://www.alainet.org>>.
- Sader, Emir 2003 *A Vingança da História* (São Paulo: Boitempo).
- Sousa Santos, Boaventura de 2003 *The World Social Forum: Toward a Counter Hegemonic Globalization*. Disponível em <www.ces.fe.uc.pt/bss/documentos>.
- Savio, Roberto 2004 *Si ça continue, on se réunira dans des stades*. Disponível em <www.france.attac.org/a2331>.
- Scholte, Jan Aart (coord.) 2003 *Democratizar la Economía Global. El rol de la sociedad civil* (versão em castelhano) (Coventry: Universidade de Warwick). Disponível em <www.warwick.ac.uk/csgr>.
- Scholte, Jan Aart 2001 "Civil Society and Democracy in Global Governance" em *GSGR Working Paper* (Coventry) Vol.1, N° 65.
- Scholte, Jan Aart 2002 "What is globalization? The Definitional Issue - Again" em *Working Paper* (Coventry: University of Warwick) N° 109.
- Secretaria Internacional do FSM 2003 *FSM 2003: Conferências, Paineis, Atividades Autogeridas, Mesas de Diálogo e Controvérsia, Pesquisa Perfil de Participantes* (Rio de Janeiro: Ibase).
- Seoane, José e Taddei, Emilio 2001 *Resistencias mundiales (de Seattle a Porto Alegre)* (Buenos Aires: CLACSO).
- Skkink, Kathryn 2003 "La dimensión transnacional de los movimientos sociales" em Jelin, Elizabeth (org.) *Más allá de la nación: las escalas múltiples de los movimientos sociales* (Buenos Aires: Libros del Zorzal).
- Tarrow, Sidney 2001 "Transnational Politics: Contention and Institutions in International Politics" em *Annual Review of Political Science* (Saskatoon) N° 4.
- Villanueva, Javier 2004 *Un paso más en la movilización*. Disponível em <www.rebellion.org/sociales/040130villanueva.htm> 30 de janeiro.
- Wallerstein, Immanuel 2002 "New Revolts Against the System" em *New Left Review* (London) N° 18.
- Waterman, Peter 1998 *Globalization, Social Movements & the New Internationalism* (London: Mansell).
- Waterman, Peter 2003 *2nd Thoughts on the WSF: place, space and the reinvention of social emancipation on a global scale*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=waterman2>.
- Weber, Louis 2004 *Impressions de Mumbai*. Disponível em <www.france.attac.org/a2350> 19 de janeiro.
- Whitaker, Francisco 2001. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/main.asp/id>.

Whitaker, Francisco 2002 *Fórum Social Mundial: origens e objetivos*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/main.asp/id>.

Whitaker, Francisco 2003 *Notas para o debate sobre o Fórum Social Mundial*. Disponível em <www.forumsocialmundial.org.br/dinamic.asp/pagina=bal> 14 de março.

EDGARDO LANDER*

VENEZUELA: A BUSCA DE UM PROJETO CONTRA-HEGEMÔNICO

O PROPÓSITO deste texto é caracterizar as principais direções da busca e das tentativas de construção de um projeto contra-hegemônico, hoje, na Venezuela. Embora sejam destacados alguns dos principais obstáculos, debilidades e tensões deste projeto de mudança, não se pretende realizar um balanço geral de sua coerência, erros ou limitações, nem sobre sua viabilidade. Antes, busca-se identificar aquilo que constitui as linhas principais desta construção a partir das declarações de seus protagonistas, de seus principais textos políticos e das direções predominantes das políticas públicas. Este texto busca contribuir para o debate sobre estes assuntos, sem pretender abarcar, mais do que parcialmente, o que constitui uma complexa gama de temas e problemas em permanente movimento, que requerem necessariamente níveis mais amplos de acompanhamento e de investigação. Mais do que conclusões, traz elementos para a discussão.

No contexto de crise do socialismo e de claras alternativas ao modelo capitalista atualmente hegemônico, não é de estranhar que não exista hoje na Venezuela o que se poderia caracterizar como um projeto de país. São mais claras as propostas no plano político do que aquelas referentes

* Professor titular da Escola de Sociologia e do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Econômicas e Sociais da Universidade Central da Venezuela.

ao modelo econômico. Estão claros os valores que orientam o processo, sem que cheguem a constituir um projeto orgânico ou estratégico do país que se quer. Nos discursos de Chávez como candidato, e no início de sua presidência, é clara a insistência no popular, no nacional, na soberania, na equidade, na democracia participativa, na crítica ao “capitalismo selvagem” e ao neoliberalismo, assim como a rejeição ao mundo unipolar e a prioridade das relações com os países do Sul, em particular aqueles da América Latina. No entanto, fica aberta uma questão básica: no que consistiria um projeto contra-hegemônico viável no mundo atual? Seria a busca de maiores níveis de autonomia nacional? O retorno ao desenvolvimentismo, à substituição de importações? Um modelo de desenvolvimento endógeno? Um Estado de bem-estar social? Um projeto antineoliberal no interior do capitalismo? Um projeto anticapitalista?¹.

Quando Chávez ganha as eleições e chega à Presidência da República, o governo não conta nem com um corpo ideológico ou doutrinário sistemático, nem com as linhas mestras claras do que poderia ser um projeto de país em seus principais âmbitos, nem com organizações políticas com capacidade para responder de forma adequada a estas carências. Em termos das clássicas distinções entre esquerda e direita, o projeto, em suas fases iniciais, foi heterogêneo e teve em seu seio, inclusive, posturas que podiam ser catalogadas como sendo de um tradicional nacionalismo militar conservador.

Por isso, para analisar o processo venezuelano como busca de alternativas às perspectivas hegemônicas no mundo atual, é necessário não tanto o estudo detalhado dos documentos doutrinários que fundam este projeto político, mas antes explorar como —a partir alguns pressupostos iniciais bastante gerais— vão se delineando, no processo de confrontação política e na experiência de governo, as principais direções deste processo de mudança. Na confrontação política e na separação de alguns setores do projeto posições vão se marcando, definindo rumos e respostas ante as sucessivas conjunturas críticas que vão se atravessando.

As definições iniciais do projeto de mudança como bolivariano, e a referência reiterada à chamada *árvore das três raízes*, têm mais um conteúdo simbólico integrador de reconstrução do sentido da história nacional e continental do que conteúdos propriamente ditos de um projeto político ou econômico para

1 Não se trata de um projeto socialista, nem de um projeto basicamente estatista. Enquanto que na maior parte dos documentos iniciais do movimento bolivariano o Estado aparece como principal eixo articulador da transformação da sociedade, por ocasião da Constituição o papel do Estado ficou limitado ao interior de uma economia de mercado, com um peso preponderante da atividade privada. Ver Camejo (2002).

o país². Associada à idéia bolivariana está a noção da unidade cívico militar e o papel preponderante que tiveram os setores militares em todo o processo. Este forte componente militar, junto com o caráter unipessoal da liderança, foi um argumento utilizado por alguns setores intelectuais venezuelanos tradicionalmente identificados com a esquerda para argumentar sua rejeição ao projeto, que caracterizaram como um populismo militar de caráter ou tendências autoritárias, ou inclusive como um neopopulismo neoliberal.

A PRIORIDADE INICIAL: A MUDANÇA POLÍTICO-INSTITUCIONAL

Durante os primeiros dois anos de governo, a prioridade esteve na mudança institucional, na passagem da chamada Quarta República à Quinta República. Em janeiro de 1999, no mesmo dia em que tomou posse como Presidente da República, Chávez anunciou um referendo para consultar a população sobre a convocação de uma Assembléia Constituinte. Obteve um apoio majoritário em tal referendo, e conseguiu igualmente uma ampla maioria na Assembléia Constituinte, o que, unido ao peso preponderante de sua liderança pessoal, o coloca em condições de influir fortemente na orientação da nova Constituição, mesmo em temas polêmicos para seus próprios seguidores, como a mudança do nome do país para República Bolivariana da Venezuela.

A convocação à Assembléia Constituinte tem na origem algumas notórias debilidades. A proposta sobre a necessidade de uma nova constituição é formulada como um ato simbólico de “refundação da pátria”, substituindo a corrupta dos últimos quarenta anos por uma nova: A Quinta República. Não é o resultado de um projeto político –produto de lutas e confrontações anteriores– nas quais tivessem sido construídas as linhas centrais em torno do país que se pretende construir. No debate político

2 “O ‘bolivarianismo’ que inspira este movimento não configura uma doutrina nem um corpo teórico que possa ser utilizado para solucionar os problemas reais que a sociedade enfrenta, é antes um espaço no qual é atribuído um conteúdo metafórico à sociedade venezuelana. Através da formação de símbolos, são reforçados os valores que nos definem nacionalmente, estruturando-se através do fortalecimento da figura do Libertador, matizando-a com duas figuras emblemáticas: Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, os quais fornecem ao movimento o caráter igualitário e revolucionário, para se diferenciar das invocações bolivarianas que tradicionalmente tinham sido realizadas para sustentar a hegemonia das elites políticas e econômicas do país. Assim, Ezequiel Zamora dá um sentido estratégico ao discurso bolivariano pela liderança que exerceu sobre os pardos, negros e indígenas, população segregada social e politicamente do Estado em sua luta igualitária contra os brancos crioulos; e o educador Simón Rodríguez, mestre do Libertador, lhe outorga o caráter revolucionário, porque é o símbolo da investigação científica, da educação e dos problemas da produção econômica, da idéia de república e cidadania e da importância de ajustar estes valores universais em projetos políticos que respondam a especificidades nacionais” (Müller Rojas, 2001: 90-98, citado em Camejo, 2002: 18).

anterior à convocatória da Assembléia Constituinte não ficou completamente claro quais os principais problemas do país que tiveram sua origem na Constituição de 1961, ou que requeriam uma nova constituição para serem resolvidos.

Os altíssimos níveis de popularidade do governo Chávez e o apoio generalizado à convocação de uma Assembléia Constituinte ofereciam uma extraordinária oportunidade para convertê-la num amplo processo participativo de reflexão e aprendizagem coletiva sobre o país, o poder, a propriedade, o mercado, o Estado, a igualdade, a justiça e a democracia. Esta possibilidade ficou limitada quando se estabeleceu um curto período de seis meses (posteriormente reduzido a três por exigência expressa do Presidente) para a discussão e elaboração do novo texto constitucional. Apesar de ter havido uma ampla divulgação e debate de opinião nos meios de comunicação, com transmissão direta dos debates da Assembléia Constituinte pelo rádio e pela televisão, as possibilidades de organização e participação popular em torno do debate constituinte foram severamente restringidas pelo ritmo acelerado no qual se realizou³.

Apesar destas limitações, é significativo o contraste entre o projeto de país delineado neste texto e a ortodoxia neoliberal que domina a maior parte do continente. Este contraste aparece tanto em disposições que ratificam (ou aprofundam) conteúdos da constituição anterior, como em novas disposições.

O novo texto constituinte garante a liberdade econômica⁴ e a propriedade privada⁵, ao mesmo tempo em que define claras e centrais responsabilidades do Estado na política comercial e na defesa das indústrias nacionais⁶. Reserva

3 O atropelo com o qual se realizaram as últimas discussões permitiu, inclusive, que fosse incluído na última hora, sem um debate expresso e sem que a maioria dos membros da Assembléia estivesse a par do que estava sendo aprovado, a possibilidade de privatização das empresas filiais da Petróleos da Venezuela.

4 “Artigo 112. Todas as pessoas podem se dedicar livremente à atividade econômica de sua preferência, sem mais limitações além das previstas nesta Constituição e das que as leis estabeleçam, por razões de desenvolvimento humano, segurança, saúde, proteção do ambiente ou outras de interesse social. O Estado promoverá a iniciativa privada, garantindo a criação e justa distribuição da riqueza, assim como a produção de bens e serviços que satisfaçam as necessidades da população, a liberdade de trabalho, empresa, comércio, indústria, sem prejuízo de sua faculdade para ditar medidas para planejar, racionalizar e regular a economia e promover o desenvolvimento integral do país” (RBV, 1999).

5 “Artigo 115. Garante-se o direito de propriedade. Toda pessoa tem o direito ao uso, gozo, desfrute e disposição de seus bens. A propriedade estará submetida às contribuições, restrições e obrigações que a lei estabelecer com fins de utilidade pública ou de interesse geral. Somente por causa da utilidade pública ou interesse social, mediante sentença firme e pagamento oportuno de justa indenização, poderá ser declarada a expropriação de qualquer classe de bens” (RBV, 1999).

6 “Artigo 301. O Estado se reserva o uso da política comercial para defender as atividades econômicas das empresas públicas e privadas. Não se poderá outorgar a empresas e organismos ou pessoas estrangeiras regimes mais favoráveis do que os estabelecidos para os nacionais. O investimento estrangeiro está sujeito às mesmas condições que o investimento nacional” (RBV, 1999).

para o Estado a atividade petroleira e outras de caráter estratégico⁷, e lhe atribui um papel de direção no desenvolvimento de uma agricultura sustentável e da segurança alimentar⁸.

É igualmente significativa a garantia que o texto constitucional estabelece para os direitos econômicos e sociais, em particular para a saúde, a educação, e a segurança social⁹.

Os capítulos referentes aos direitos humanos incorporaram todas as principais proposições das organizações venezuelanas de direitos humanos, que, são as seguintes, de acordo com a principal destas organizações, o Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos (PROVEA):

7 “Artigo 302. O Estado se reserva, mediante a respectiva lei orgânica, e por razões de conveniência nacional, a atividade petroleira e outras indústrias, explorações, serviços e bens de interesse público e de caráter estratégico. O Estado promoverá a manufatura nacional de matérias-primas provenientes da exploração dos recursos naturais não-renováveis, com o fim de assimilar, criar e inovar tecnologias, gerar emprego e crescimento econômico, e criar riqueza e bem-estar para o povo” (RBV, 1999).

8 “Artigo 305. O Estado promoverá a agricultura sustentável como base estratégica do desenvolvimento rural integral, e em consequência garante a segurança alimentar da população; entendida como a disponibilidade suficiente e estável de alimentos no âmbito nacional e o acesso oportuno e permanente a estes por parte do público consumidor. A segurança alimentar deverá ser alcançada desenvolvendo e privilegiando a produção agropecuária interna, entendendo-se como tal a proveniente das atividades agrícola, pecuária, pesqueira e de aquíicultura. A produção de alimentos é de interesse nacional e fundamental para o desenvolvimento econômico e social da Nação” (RBV, 1999).

9 Ilustrativo do nível de previsão com o qual aparece a garantia destes direitos são os seguintes artigos referidos à saúde:

“Artigo 76. Todos têm direito à proteção da saúde. As autoridades velarão pela manutenção da saúde pública e proverão os meios de prevenção e assistência a quem careça deles”.

“Artigo 83. A saúde é um direito social fundamental, obrigação do Estado, que o garantirá como parte do direito à vida. O Estado promoverá e desenvolverá políticas orientadas a elevar a qualidade de vida, o bem-estar coletivo e o acesso aos serviços. Todas as pessoas têm direito à proteção da saúde, assim como o dever de participar ativamente de sua promoção e defesa, e de cumprir com as medidas sanitárias e de saneamento que a lei estabeleça, de conformidade com os tratados e convênios internacionais subscritos e ratificados pela República”.

“Artigo 84. Para garantir o direito à saúde, o Estado criará, exercerá a direção e administrará um sistema público nacional de saúde, de caráter intersetorial, descentralizado e participativo, integrado ao sistema de seguridade social, regido pelos princípios de gratuidade, universalidade, integralidade, equidade, integração social e solidariedade. O sistema público de saúde dará prioridade à promoção da saúde e à prevenção das enfermidades, garantindo tratamento oportuno e reabilitação de qualidade. Os bens e serviços públicos de saúde são propriedade do Estado e não poderão ser privatizados. A comunidade organizada tem o direito e o dever de participar na tomada de decisões sobre o planejamento, execução e controle da política específica nas instituições públicas de saúde”.

“Artigo 85. O financiamento do sistema público de saúde é obrigação do Estado, que integrará os recursos fiscais, as cotizações obrigatórias da seguridade social e qualquer outra fonte de financiamento que determine a lei. O Estado garantirá um orçamento para a saúde que permita cumprir com os objetivos da política sanitária. Em coordenação com as universidades e com os centros de pesquisas, será promovida e desenvolvida uma política nacional de formação de profissionais, técnicos e técnicas, e uma indústria nacional de produção de insumos para a saúde. O Estado regulará as instituições públicas e privadas de saúde” (RBV, 1999).

1. constitucionalização dos tratados sobre direitos humanos (DDHH);
2. exclusão da justiça militar (histórica fonte de impunidade) para julgar delitos de DDHH;
3. imprescritibilidade dos delitos graves de violação aos DDHH;
4. proibição do indulto ou da anistia a pessoas que tivessem violado os DDHH;
5. obrigação estatal de investigar e sancionar os delitos de DDHH;
6. reconhecimento da legitimidade de denunciar o Estado a instâncias internacionais de DDHH, e obrigação do Estado de dar cumprimento às decisões dessas instâncias;
7. obrigação do Estado de reparar os danos causados às vítimas de violações aos DDHH;
8. proibição expressa da desapareição forçada de pessoas;
9. progressividade em matéria de direitos sociais;
10. reconhecimento dos direitos originários dos povos indígenas;
11. reconhecimento de novos direitos (como o ambiente salubre, os direitos das pessoas com necessidade especiais, entre outros);
12. reconhecimento dos direitos ou interesses coletivos e difusos;
13. reconhecimento da possibilidade de um serviço social diferente do militar;
14. criação de uma Sala Constitucional no tribunal máximo;
15. criação do Defensor do Povo (figura conhecida também como defensor dos DDHH);
16. criação do Comitê de Postulações Judiciais;
17. excelente regulação dos Estados de Exceção; e
18. inclusão de temas fundamentais de DDHH nas disposições transitórias (PROVEA, 1999).

Semelhante em amplitude é a cobertura dos direitos dos povos e das comunidades indígenas:

Artigo 119 [...] sua organização social, política e econômica, suas culturas, usos e costumes, idiomas e religiões, assim como seu hábitat e direitos originários sobre as terras que ancestral e tradicionalmente ocupam e que são necessárias para desenvolver e garantir suas formas de vida.

Artigo 120. O aproveitamento dos recursos naturais nos habitats indígenas por parte do Estado se fará sem lesar a integridade cultural, social e econômica dos mesmos e, igualmente, está sujeito a prévia informação e consulta às respectivas comunidades indígenas. Os benefícios deste aproveitamento por parte dos povos indígenas estão sujeitos à Constituição e à Lei.

Artigo 123. Os povos indígenas têm direito a manter e desenvolver sua identidade étnica e cultural, cosmovisão, valores, espiritualidade e seus lugares sagrados e de culto. O Estado fomentará a valorização e difusão das manifestações culturais dos povos indígenas, os quais têm direito a uma educação própria e a um regime educativo de caráter intercultural e bilíngüe, atendendo a suas particularidades socioculturais, valores e tradições.

Artigo 122. Os povos indígenas têm direito a uma saúde integral que considere suas práticas e culturas. O Estado reconhecerá sua medicina tradicional e as terapias complementares, com sujeição a princípios bioéticos.

Artigo 123. Os povos indígenas têm direito a manter e promover suas próprias práticas econômicas baseadas na reciprocidade, na solidariedade e no intercâmbio; suas atividades produtivas tradicionais, sua participação na economia nacional, e a definir suas prioridades.

Artigo 124. Será garantida e protegida a propriedade intelectual coletiva dos conhecimentos, tecnologias e inovações dos povos indígenas. Toda atividade relacionada com os recursos genéticos e os conhecimentos associados aos mesmos perseguirá benefícios coletivos. É proibido o registro de patentes sobre estes recursos e conhecimentos ancestrais.

Artigo 125. Os povos indígenas têm direito à participação política. O Estado garantirá a representação indígena na Assembléia Nacional e nos corpos deliberantes das entidades federais e locais com população indígena, conforme a lei.

Artigo 9. O idioma oficial é o castelhano. Os idiomas indígenas também são de uso oficial para os povos indígenas e devem ser respeitados em todo o território da República, por constituírem patrimônio cultural da Nação e da humanidade (RBV, 1999).

Talvez a mudança mais significativa da Constituição de 1999 com relação ao texto anterior (1961) esteja na ampla gama de novas formas de participação que definem um regime político que combina as formas tradicionais da democracia representativa liberal (separação de poderes e a eleição de autoridades executivas e legislativas nos níveis municipais, estatais e nacionais), com formas de democracia direta, “participativa e protagônica”.

Artigo 70. São meios de participação e protagonismo do povo no exercício de sua soberania, no político: a eleição de cargos públicos, o referendo, a consulta popular, a revogação do mandato, a iniciativa legislativa, constitucional e constituinte, o *cabildo abierto* e a assembléia de cidadãos e cidadãs cujas decisões serão de caráter vinculador, entre outros; e, no social

e econômico, as instâncias de atenção cidadã, a autogestão, a co-gestão, as cooperativas em todas suas formas, incluindo as de caráter financeiro, os bancos, a empresa comunitária e demais formas associativas guiadas pelos valores da cooperação mútua e da solidariedade. A lei estabelecerá as condições para o efetivo funcionamento dos meios de participação previstos neste Artigo (RBV, 1999).

Estas modalidades de participação são especificadas de forma adicional nos seguintes termos:

1. Realização de referendos consultivos em “matérias de especial transcendência nacional” (Artigo 71).
2. [...] todos os cargos e magistraturas de eleição popular são revogáveis, mediante a convocação de um referendo revogatório após transcorrida a metade do respectivo mandato para o qual foi eleito (Artigo 72).
3. Submeter “a referendo aqueles projetos de lei em discussão na Assembléia Nacional, quando assim o decidam pelo menos dois terços dos/as integrantes da Assembléia” (Artigo 73).
4. Referendo para abolir leis, parcial ou totalmente (Artigo 74).
5. As atuações do Município no âmbito de suas competências serão cumpridas incorporando a participação cidadã ao processo de definição e execução da gestão pública, e no controle e avaliação de seus resultados, de forma efetiva, suficiente e oportuna, conforme à lei (RBV, 1999: Artigo 168).

ORIENTAÇÕES INICIAIS DA POLÍTICA ECONÔMICA

Com a notória exceção da política petroleira, durante os primeiros anos do governo não há nenhuma proposta integral de modelo de desenvolvimento, nem uma política econômica que seja consistente com o radicalismo do discurso político.

Na área do petróleo, realizam-se reorientações básicas desde o primeiro momento. Reverte-se de forma radical a política de aumento da produção, que, com base na prioridade de aumentar a participação no mercado, havia contribuído significativamente para o colapso dos preços globais do petróleo. Assumem-se iniciativas internacionais com países exportadores, tanto da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) como de outros importantes exportadores não-membros da Organização, e consegue-se por essa via influir de forma imediata e eficaz tanto no fortaleci-

mento da OPEP como na política de restrição da oferta e na recuperação dos preços do petróleo. Paralelamente, suspende-se o processo de abertura petroleira que fazia parte da estratégia de privatização da gerência da Petróleos da Venezuela. Dão-se igualmente os primeiros passos para a recuperação do controle do executivo sobre a política petroleira e sobre as orientações básicas da empresa, que nos anos anteriores havia adquirido crescentes níveis de autonomia¹⁰.

No entanto, na ausência de um projeto de desenvolvimento global que servisse de forma efetiva para orientar a política econômica em diferentes âmbitos, é possível encontrar orientações variadas, e inclusive algumas que poderiam corresponder a propostas estratégicas divergentes.

Dada a profundidade das crises econômica e fiscal, as orientações básicas das políticas macroeconômicas são bastante ortodoxas, dando prioridade aos equilíbrios macroeconômicos e ao controle da inflação¹¹. Apesar de se insistir politicamente na necessidade de revisar e renegociar a dívida externa, esta é paga com rigorosa pontualidade. Dada esta capacidade de pagamento, não se solicitam novos empréstimos ao Fundo Monetário Internacional, evitando dessa maneira novas negociações, condicionalidades e supervisões por parte de tal organismo¹². Em reiteradas oportunidades, o Presidente Chávez se reúne com investidores estrangeiros instando-os a investir na Venezuela, garantindo-lhes segurança jurídica e estabilidade política. Os exemplos mais destacados de decisões econômicas que representam continuidade com as políticas neoliberais foram duas normas jurídicas dos primeiros tempos do governo: a Lei sobre Promoção e Proteção de Investimentos¹³ e a Lei Orgânica de Telecomunicações, que foi reivindicada pelos investidores internacionais como modelo de abertura e transparência (RBV, Leyes).

10 Para uma discussão detalhada sobre estas reorientações da política petroleira venezuelana, ver os textos incluídos em Lander, Luis E. (2002).

11 A média da inflação na década anterior havia sido de 50,55%, chegando ao ponto mais alto de 99,9% no ano de 1996 (BCV, 2004c).

12 A consequência desta decisão política é um aumento significativo da dívida pública interna, a alta das taxas de juros e o crescimento dos lucros do setor financeiro.

13 Esta lei contém as orientações básicas de proteção do investimento estrangeiro contidos na maior parte dos tratados internacionais de livre comércio negociados mais recentemente. Estabelece uma definição ampla de investimento, o direito ao acordo nacional (podendo-se reservar determinados setores para o Estado ou para o investido venezuelano); os investimentos não necessitam de autorização prévia, exceto no caso em que a lei o indique expressamente; é introduzido o conceito de “medidas equivalentes à expropriação”. No caso de expropriação, a indenização será calculada a preços de mercado, e “serão pagas em moeda convertível, sendo livremente transferíveis para o exterior”. As controvérsias entre investidores e o Estado venezuelano não foram abordadas nos tribunais nacionais, mas por via diplomática, ou em um tribunal arbitral internacional (RVB, Leyes).

Um dos documentos nos quais aparecem mais nitidamente as dificuldades para formular diretrizes econômicas consistentes com as orientações políticas e sociais do processo de mudança é o das Linhas Gerais do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social da Nação 2001-2007. Neste documento, estruturado em torno do objetivo de conseguir equilíbrios em cinco grandes áreas (econômica, social, política, territorial e internacional), formula-se o equilíbrio econômico da seguinte maneira:

No período 2001-2007, serão assentadas as bases de um modelo produtivo capaz de gerar um crescimento auto-sustentável, promover a diversificação produtiva e alcançar a competitividade internacional num contexto de estabilidade macroeconômica, o qual facilitará uma profunda e variada reinserção no comércio internacional globalizado.

Mais de uma vez se insiste na prioridade que tem o crescimento para fora e as exportações, no modelo que se propõe para a Venezuela:

[S]erá necessária uma fonte adicional de receita fiscal, que derivar-se-á dos novos ramos agrícolas, industriais e de serviços privados, os quais constituirão uma nova economia de exportações massivas de bens e serviços, que, junto com a liberação da economia nacional de uma excessiva dependência de exportações de petróleo cru e refinados primários de origem petroleira, aumentarão substantivamente as receitas fiscais não-petroleiras.

A sustentabilidade do crescimento econômico-social exigirá acrescentar, ao motor do desenvolvimento que atualmente se concentra no produto petroleiro, novos ramos de produção agrícola industrial e de serviço, capazes de gerar uma firme corrente de exportação aos mercados globalizados, ao mesmo tempo que poderá cobrir as demandas essenciais no mercado interno (RBV, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento).

Não é de estranhar que à luz destas políticas muitos analistas críticos do processo cheguem à conclusão de que se trata de uma orientação econômica basicamente neoliberal (ver Vera, 2001; García Larralde, 2000; e, para outro enfoque, Parker, 2003).

Os empresários venezuelanos e os mercados financeiros são de outra opinião. Levam mais a sério o discurso político do que os enunciados de política econômica: sobe o risco país (Hernández Lavado, 2002) e ocorre uma massiva fuga de capitais de dimensões historicamente desconhecidas¹⁴. Produz-se uma severa contração da *formação de capital fixo* por parte do setor privado, produ-

14 De acordo com Lope Mendoza, presidente da Conindustria, durante o período 1999-2002 produziu-se uma fuga de capitais num montante total de 33 bilhões e 179 milhões de dólares, superior à cifra total dos quarenta anos anteriores (León, 2003).

zindo-se uma redução de 15% em 1999 e de 18,7% em 2002. Estas não são compensadas pela *formação de capital fixo público*, que nesses dois anos tem quedas ainda maiores, 18% e 26%, respectivamente. Durante os primeiros quatro anos de governo (1999-2002), a *formação bruta de capital fixo* como porcentagem do produto interno bruto (PIB) caiu a uma média de 15%, comparado com uma média de 17,5% dos quatro anos anteriores (1995-1998) (BCV, 2004). Isto se traduz em quedas do produto interno bruto de 7,4% no ano de 1999 e de 12,6% em 2002 (BCV, 2004a). A “taxa de desocupação” eleva-se de 11,8% no segundo semestre de 1998, para 16,2% no segundo semestre de 2002 (BCV, 2004b).

PRIMEIRO MOMENTO DE INFLEXÃO: A LEI HABILITANTE

O primeiro ponto de inflexão na tentativa de fazer convergir o discurso político e a proposta econômica dá-se no mês de novembro de 2001, com a aprovação da Lei Habilitante¹⁵. Do conjunto das 49 leis aprovadas de acordo com a Lei Habilitante, destacam em primeiro lugar as que têm como aspecto principal o objetivo de democratização da propriedade e da produção. São várias as leis que têm por finalidade o financiamento ou a promoção de modalidades econômicas alternativas às organizações de caráter empresarial. Destacam neste sentido a busca de uma reorientação dos instrumentos de financiamento do setor público para o financiamento do desenvolvimento econômico e social (RBV, Leyes), o fomento da pequena e média indústria (RBV, Leyes), a criação de um sistema de microcréditos¹⁶; o Fundo Único Social¹⁷, e o fomento de modalidades de alternativas de propriedade e de organização da produção como as cooperativas (RBV, Leyes).

15 Este conjunto de leis foi decretado pelo Presidente Chávez de acordo com a atribuição que lhe outorgou a Assembléia Nacional mediante a “Lei que Autoriza o Presidente da República a ditar Decretos com Força de Lei nas matérias que são delegadas” (RBV: Leyes).

16 “O presente Decreto-lei tem como objetivo criar, estimular, promover e desenvolver o Sistema Microfinanceiro orientado para a facilitação do acesso aos serviços financeiros e não-financeiros, de forma rápida e oportuna, às comunidades populares e autogestionárias, às empresas familiares, às pessoas físicas autônomas ou desempregadas, e a quaisquer outras formas de associação comunitária para o trabalho, que desenvolvam ou tenham iniciativas para desenvolver uma atividade econômica, com o objetivo de integrá-las nas dinâmicas econômicas e sociais do país” (RBV: Leyes).

17 “Ao Fundo Único Social cabe concentrar e coordenar os processos de captação, administração e investimento dos recursos para otimizar o desenvolvimento e a execução de políticas, planos e programas destinados a favorecer e fortalecer o desenvolvimento social, a saúde integral e a educação. Compete-lhe impulsionar a economia popular, promover o desenvolvimento de microempresas e cooperativas como formas de participação popular, na atividade econômica e na capacitação para o trabalho de jovens e adultos” (RBV: Leyes).

Foram três leis as que produziram mais polêmica e reações negativas mais fortes por parte dos setores empresariais, e em geral da oposição política: a Lei de Pesca e Aqüicultura, a Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário, e a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos.

A Lei de Pesca e Aqüicultura tem como propósito garantir o “aproveitamento responsável e sustentável dos recursos hidrobiológicos, levando em conta os aspectos biológicos, tecnológicos, econômicos, de segurança alimentar, sociais, culturais, ambientais e comerciais pertinentes”. Concede prioridade à “demanda do mercado nacional” e à proteção dos “assentamentos e comunidades de pescadores artesanais, assim como ao melhoramento da qualidade de vida dos pescadores de pequena escala” e à proteção dos “sítios de pesca com rede dos pescadores artesanais, nas águas continentais e os próximos à linha de costa marítima”. Promove “a aplicação de práticas responsáveis que assegurem a gestão e o aproveitamento eficaz dos recursos aquáticos vivos respeitando o ecossistema, a diversidade biológica e o patrimônio genético da nação”. Para isso, define como “propriedade do Estado os recursos hidrobiológicos que se encontram permanente ou ocasionalmente no território nacional e nas áreas sob soberania da República”. Estabelece restrições à pesca industrial e reserva com “exclusividade aos pescadores artesanais tradicionais” uma ampla gama de atividades de exploração dos recursos pesqueiros (RBV, Leyes).

A Lei de Terras e Desenvolvimento Agrário:

tem como objetivo estabelecer as bases do desenvolvimento rural integral e sustentável; entendido este como o meio fundamental para o desenvolvimento humano e crescimento econômico do setor agrário dentro de uma justa distribuição da riqueza e de um planejamento estratégico, democrático e participativo, eliminando o latifúndio como sistema contrário à justiça, ao interesse geral e à paz social no campo, assegurando a biodiversidade, a segurança agroalimentar e a vigência efetiva dos direitos de proteção ambiental e agroalimentar da presente e das futuras gerações (RBV, Leyes).

Partindo do reconhecimento da propriedade privada, estabelece limitações que se fundam tanto no direito dos camponeses à terra como no objetivo constitucional da segurança agroalimentar, e estabelece como meta a eliminação do latifúndio.

Declara-se de utilidade pública e interesse social, para efeitos do presente Decreto-lei, a eliminação do latifúndio como contrário ao interesse social no campo, conforme previsto no artigo 307 da Constituição da República Bolivariana da Venezuela. Neste sentido, o Instituto Nacional de Terras procederá à expropriação das terras privadas que forem necessárias para a ordenação sustentável das terras de vocação agrícola, para assegurar seu potencial agroalimentar, ficando sub-rogado em todos os direitos

e obrigações que de conformidade com este Decreto-lei possam corresponder à República.

O Instituto Nacional de Terras tem o direito a resgatar as terras de sua propriedade que se encontrem ocupadas ilegal ou ilicitamente.

[As terras privadas] ficam sujeitas ao cumprimento da função social da segurança agroalimentar da Nação. Em tal sentido, devem submeter sua atividade às necessidades de produção de rótulos alimentares de acordo com os planos de segurança agroalimentar estabelecidos pelo Executivo Nacional (RBV, Leyes).

Esta lei reivindica o direito dos camponeses à terra, assim como o valor do *conuco** como modalidade produtiva.

Reconhece-se o *conuco* como fonte histórica da biodiversidade agrária. O Executivo Nacional promoverá, naquelas áreas desenvolvidas pelos *conuqueros****, a pesquisa e a difusão das técnicas ancestrais de cultivo, o controle ecológico de pragas, as técnicas de preservação de solos e a conservação dos termoplasmas em geral (RBV, Leyes).

A partir do que foi contemplado no texto constitucional, a Lei Orgânica de Hidrocarbonetos especifica um conjunto de normas sobre a principal indústria do país que define orientações radicalmente contrárias à ortodoxia liberalizante da maioria do continente, e que servia igualmente de sustento à política petrolífera que vinha sendo imposta no país nos governos anteriores. Destas orientações destacam-se a seguir cinco que são de especial importância. Em primeiro lugar está a reafirmação da propriedade da República sobre todas as jazidas de hidrocarburos:

As jazidas de hidrocarbonetos existentes no território nacional, qualquer que seja sua natureza, incluídas aquelas que se encontrem sob o leito do mar territorial, na plataforma continental, na zona econômica exclusiva e dentro das fronteiras nacionais, pertencem à República e são bens de domínio público, portanto inalienáveis e imprescritíveis.

O segundo aspecto a ser destacado refere-se a um assunto que foi extraordinariamente polêmico na Venezuela nos últimos anos, o tema da crescente autonomia assumida pela Petróleos da Venezuela em relação ao Estado, chegando a operar como “um Estado dentro do Estado”, como uma empresa que operava mais com a lógica de uma transnacional energética, em função

* N. do T.: Pequena parcela de terra cultivada por camponeses/pequenos proprietários e que serve principalmente para o autoconsumo.

** N. do T.: Proprietário ou habitante de um *conuco*.

de seus interesses corporativos, do que como uma empresa pública de todos os venezuelanos. O controle público sobre a empresa fica estabelecido nos seguintes termos:

Cabe ao Ministério de Energia e Minas a formulação, regulação e acompanhamento das políticas, e o planejamento, realização e fiscalização das atividades em matéria de hidrocarbonetos, que compreende aquilo que é relativo ao desenvolvimento, conservação, aproveitamento e controle de tais recursos; assim como ao estudo de mercados, a análise e fixação de preços dos hidrocarbonetos e de seus produtos. Nesse sentido, o Ministério de Energia e Minas é o órgão nacional competente em tudo aquilo relacionado com a administração dos hidrocarbonetos e, em consequência, tem a faculdade de inspecionar os trabalhos e atividades inerentes aos mesmos, assim como de fiscalizar as operações que causem os impostos, taxas ou contribuições estabelecidas neste Decreto-lei e revisar as contabilidades respectivas.

Em terceiro lugar, é de se destacar a prioridade que a lei concede à formação de capital e capacidades nacionais na área de hidrocarbonetos:

O Executivo Nacional adotará medidas que propiciem a formação de capital nacional para estimular a criação e consolidação de empresas operadoras, de serviços, de fabricação e provisão de bens de origem nacional para as atividades previstas neste Decreto-lei. Nesse sentido, o Estado, os entes e as empresas a que se refere este Decreto-lei deverão incorporar em seus processos de contratação a participação de empresas de capital nacional em condições tais que se assegure o uso ótimo e efetivo de bens, serviços, recursos humanos e capital de origem venezuelana.

Em quarto lugar está a definição e limites das associações que a empresa petrolífera estatal pode estabelecer para a criação de empresas mistas:

As atividades primárias indicadas no artigo 9, serão realizadas pelo Estado, seja diretamente pelo Executivo Nacional, seja mediante empresas de sua exclusiva propriedade. Do mesmo modo poderá fazê-lo mediante empresas onde tenha controle de suas decisões, por manter uma participação maior que cinquenta por cento (50%) do capital social, as quais, pelos efeitos deste Decreto-lei, denominam-se empresas mistas. As empresas que se dedicam à realização de atividades primárias serão empresas operadoras.

Por último, e igualmente na contramão do senso comum liberal atual, estabelece-se a prerrogativa do Estado como uma das modalidades básicas da estrutura impositiva da indústria de hidrocarbonetos.

Dos volumes de hidrocarburos extraídos de qualquer jazida, o Estado tem direito a uma participação de trinta por cento (30%) como renda petrolífera (RBV, Leyes).

As leis aprovadas sob a Lei Habilitante, e em particular as leis de pesca, terra e hidrocarbonetos, foram classificadas pelo empresariado e pela oposição política como um atentado à propriedade privada, argumentando muitos que com isso se confirmava o caráter estatista ou comunista do projeto político do governo¹⁸. Em 10 de dezembro de 2001 ocorre uma greve patronal nacional de um dia para exigir a revisão dessas leis. A mídia adota posturas cada vez mais extremas de denúncia e de confrontação com o governo, assumindo parte fundamental da direção da oposição.

Os dois momentos de maior confrontação, e nos quais esteve diretamente em perigo a continuidade do governo, foram o golpe de Estado de 11 de abril de 2002 e a greve, principalmente patronal e petroleira, que também buscava a saída do Presidente. A derrota política da oposição nestas duas tentativas de derrubada de Chávez produziu mudanças profundas nas condições políticas do país. O apoio popular ao governo se consolidou, mas principalmente se mobilizou e se organizou. Desarticulou-se a ameaça militar ao se tirar da Força Armada os oficiais golpistas, e realizou-se uma profunda transformação da Petróleos da Venezuela ao se retirar a maioria dos empregados que participaram da greve golpista.

No ano de 2003, depois de uma fase defensiva na qual se buscou antes de tudo fazer sobreviver e reativar a indústria petroleira, base da economia nacional, o governo adquire mais confiança e começa a promover políticas de caráter ofensivo orientadas para a consolidação de sua base política e social, políticas públicas concretas, tangíveis, com capacidade de chegar a influir nas condições de vida da maioria da população.

POLÍTICA SOCIAL: EQUIDADE, INCLUSÃO E PARTICIPAÇÃO

Para além das múltiplas limitações que se podem atribuir à improvisação, às restrições orçamentárias e às severas falhas na capacidade de gestão das políticas públicas e de coordenação entre os diferentes níveis de governo, tem havido no terreno das políticas sociais mais coerência conceitual e doutrinária do que a existente no terreno produtivo. A partir da garantia constitucional dos direitos econômicos, sociais e culturais, rejeitam-se as políticas focalizadas nos grupos mais vulneráveis em todos os principais documentos em torno da política social, postulando-se, pelo contrário,

18 Parece interessante que enquanto alguns críticos mais radicais do governo de Chávez o criticam por ser comunista (Gómez, 2003), outros o criticam com igual radicalidade acusando-o de neoliberal (Sonntag, 2003).

a necessidade de políticas sociais universais tendentes à equidade social e à superação das desigualdades políticas e exclusões culturais¹⁹. Define-se esta política como baseada na participação²⁰, como via de inclusão social e construção da cidadania²¹.

O primeiro grande programa social do governo Chavez foi o Plano Bolívar 2000 (1999-2001), programa cívico-militar de emergência para a reparação da infra-estrutura dos bairros, escolas, clínicas e hospitais, atenção médica, reforma e construção de moradia, assim como a distribuição de comida em áreas remotas do país. Apesar de ter sido um programa com um impacto social e político significativo nos setores populares para os quais estava dirigido, apresentou sérios problemas e limitações, gerando por isso grandes controvérsias devido à sua improvisação, falta de institucionalização e transparência, assim como acusações de corrupção (Wilpert, 2003).

Nos primeiros anos do governo houve um importante aumento tanto do gasto público como do gasto social. O gasto público como porcentagem do PIB passou de 22,7% em 1998 para 27,8% em 2001. O gasto social como porcentagem do gasto público passou de 8,4% em 1998 para 11,3% em 2001. Praticamente todo este aumento foi dirigido para a seguridade social e para a educação (Parra e Lacruz, 2003: 36), áreas que foram claramente consideradas como prioritárias. A Lei Orgânica do Sistema de Seguridade Social (RBV, Leyes), diferentemente do modelo imperante no resto da América Latina, é de cobertura universal, com financiamento não individual, mas

19 De acordo com o Centro de Investigações em Ciências Sociais (CISOR), “As ações da política social orientaram-se mais para a supressão de limitações políticas (falta de poder e de espaços para participar) e culturais (ausência de reconhecimento e desvalorização dos estilos de vida), do que para a remoção de obstáculos de natureza econômica (pobreza e iniquidade). Desse ponto de vista, a política social não parece se encaminhar no sentido da reparação das privações de liberdade ou das limitações que ocasionam as injustiças socioeconômicas. Isto porque a pobreza, na perspectiva do atual governo, é produto não das condições de produtividade, mas das relações sociais de dominação e de exploração”. Matilde Parra e Tito Lacruz, *Seguimiento activo a los programas sociales en Venezuela* (CISOR, 2003: 80).

20 “Há uma orientação para o estímulo de modos de organização relacionados com a economia social. Assim, as cooperativas são consideradas como instrumentos ideais para a política social, pois: favorecem a organização de base; fomentam o emprego; eliminam a intermediação entre a produção e o comércio. Sendo o problema da exclusão social causado por uma situação de má distribuição da riqueza e de uma exclusão política, a solução encontra-se então em uma melhor participação na distribuição de bens e em modos participativos e democráticos de organização social. Por isso temas como a economia social, a democratização da distribuição das terras, a reestruturação do regime de remunerações e o fomento das organizações de base aparecem como soluções para o problema social. A participação converte-se numa ferramenta para a transformação das condições de vida” (CISOR, 2003: 39).

21 “A política social proposta é uma política de propagação da cidadania, mas entendida como aquela que torne efetivos todos os direitos humanos; e as disposições constitucionais de 1999 ampliam consideravelmente a extensão destes direitos” (CISOR, 2003:80).

coletivo, e cujos recursos são controlados pelo Estado. A participação do setor privado está limitada a instituições que funcionem “sem fins lucrativos”²² (Parker; 2003: 196). Na área educativa ocorre um aumento significativo e sustentado da matrícula escolar em todos os níveis (Fundação Escola de Gerência Social, 2003), assim como a implementação do programa das Escolas Bolivarianas, no qual os estudantes do primário têm uma educação com jornada escolar integral, alimentação e serviço de saúde. Com a exceção do serviço de água potável e saneamento, fornecido pelas empresas hidrológicas regionais, na sua maioria registradas na HIDROVEN, na demais áreas da política social são poucos os avanços sistemáticos e acumulativos nos primeiros anos de governo²³.

Como se mencionou, a partir das derrotas da oposição em suas tentativas para derrubar o governo e do processo de recuperação da produção petrolífera, o governo assume a ofensiva com um corpo de políticas públicas que, sendo bem-sucedidas significariam passos decisivos na construção de uma sociedade mais democrática, participativa e equitativa. Consciente de que os tempos políticos mudaram e da necessidade urgente de converter a retórica de mudança e inclusão em realidade, promove-se simultaneamente uma ampla gama de programas públicos que buscam abordar de forma integral e a curto prazo as exigências de melhoria das condições de vida da maioria da população pobre do país.

Como algumas destas políticas foram iniciadas muito recentemente (inclusive no segundo semestre do ano de 2003), o que se apresenta a seguir é somente um esboço esquemático de alguns de seus principais programas e âmbitos de incidência.

No terreno produtivo

a. Programas de apoio aos pequenos produtores e às organizações cooperativas, e programas de microcréditos, em particular o Banco da Mulher, destinado a capacitar e conceder apoio técnico e financeiro a mulheres dos setores sociais mais desassistidos do país. São promovidas Unidades Econômicas Associativas de cinco a nove mulheres para a realização da atividade econômica a ser apoiada (Banmujer, 2004).

22 Para uma avaliação desta lei ver Méndez Cegarra (2003).

23 O balanço mais sistemático e confiável sobre os resultados da gestão pública referente aos direitos econômicos, sociais e culturais é o informe produzido todos os anos pelo Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos (PROVEA). Ver <<http://www.derechos.org.ve/>>.

b. O Plano Zamora objetiva a entrega de terras a camponeses e a promoção dos Fundos Zamoranos, que incluem “terra; organização; assistência técnica e capacitação; comercialização; infra-estrutura, serviços e financiamento”²⁴. Apesar de a maioria das terras concedidas aos camponeses serem propriedade do Estado, persiste uma forte oposição a estes programas por parte dos grandes proprietários de terra, e vários dirigentes camponeses foram assassinados (PROVEA, 2003).

c. Programas de apoio de crédito à pequena e média indústria, assim como o decreto de compras públicas “Medidas temporais para a promoção e desenvolvimento da pequena e média indústria e cooperativas, produtoras de bens e prestadoras de serviços, que estejam localizadas no país”²⁵.

d. Estes e outros programas inserem-se dentro do que foi denominado de economia social, a área de proposta política de mudança e de construção de uma ordem social com componentes mais utópicos ou radicalmente alternativos à ordem existente²⁶.

24 De acordo com o Instituto Nacional de Terras (INTI), a meta para o ano de 2003 é a entrega de dois milhões de hectares, acompanhada dos programas de apoio correspondentes (Instituto Nacional de Terras, 2004).

25 Este programa tem por objetivo: “Promover e estimular o desenvolvimento das pequenas e médias indústrias (PeMIs) e as cooperativas que estejam localizadas no país, sejam produtoras de bens, executoras de obras ou prestadoras de serviços, mediante o estabelecimento de margens de preferência, contratos reservados e a utilização de esquemas de contratação que impliquem a incorporação de bens com valor agregado nacional, transferência de tecnologia, e a incorporação de recursos humanos nos procedimentos de seleção de empreiteiras regidos pelo Decreto de Reforma Parcial da Lei de Licitações, assim como na contratação de serviços” (RBV, Leyes). Este decreto teve um significativo impacto nas compras governamentais de obras, bens e serviços das pequenas e médias indústrias e das cooperativas. Ver RBV, Comisión Presidencial de Compras (2002).

26 De acordo com a equipe que trabalhou estas propostas no Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, a economia social é uma “economia alternativa”, onde “prevalecem as práticas democráticas e autogestionárias”. É “movida pelas formas de trabalho associado e não-assalariado” e “a propriedade dos meios de produção é coletiva (salvo no caso excepcional das microempresas)”. Está “centrada na distribuição igualitária do excedente”, é solidária com o entorno social no qual se desenvolve” e está “aferrada a sua própria autonomia diante dos centros monopólicos do poder econômico ou político”. Orienta-se pelos seguintes princípios éticos: “1. A expansão dos valores democráticos e libertários para todas as práticas sociais; 2. O compromisso de fraternidade e solidariedade com os ambientes comunitários e de trabalho nos quais nos movemos; 3. O encontro igualitário com o outro; 4. A luta pela plena liberdade e dignificação de nossas nações; 5. O profundo amor pela terra e pela natureza; 6. O respeito absoluto pelos direitos humanos; 7. A prioridade do interesse geral sobre os interesses individuais” (República Bolivariana da Venezuela, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento). Para uma discussão mais ampla do sentido da economia social dentro do projeto de mudança na Venezuela, ver Vila (2003).

Âmbito da participação e do controle social da gestão pública

a. A Lei dos Conselhos Locais de Planejamento Público está baseada no Artigo 62 da Constituição, que estabelece que

a participação do povo na formação, execução e controle da gestão pública é o meio necessário para alcançar o protagonismo que garanta seu completo desenvolvimento, tanto individual como coletivo. É obrigação do Estado e dever da sociedade facilitar a geração das condições mais favoráveis para sua prática (RBV, Leyes)

A lei regula a participação do povo na formulação, execução e controle da gestão pública, sendo concebida esta como parte de um sistema nacional de planejamento participativo que integra os níveis nacional, estadual, municipal, paroquial e comunal:

Definem-se os Conselhos Comunais e os Conselhos Paroquiais como centros principais de participação e atuação do povo na formulação, execução, controle e avaliação das políticas públicas, onde se viabilizem as idéias e propostas para que a Comunidade Organizada as apresente ante o Conselho Local de Planejamento Público (Ministério do Interior e Justiça).

Diferentemente de outras experiências de participação local na América Latina, como o orçamento participativo em Porto Alegre, nas quais as normas legais foram sistematizando a experiência acumulada, no caso venezuelano estas normas de participação local –de obrigatório cumprimento para todos os municípios do país– antecedem a experiência, sendo expressão de mandatos constitucionais e da vontade política de promovê-los.

b. As “Mesas Técnicas de Água” e os “Conselhos Comunitários de Água” são instrumentos mediante os quais as empresas hidrológicas (públicas) do país, por via de suas “gestões comunitárias”, estimulam os processos organizativos nas comunidades com o fim de converter a estas em empresas plenamente públicas, isto é, controladas e supervisionadas por seus donos, as comunidades às quais servem (Hidroven, 2003).

c. Os “Comitês de Terra Urbanos” são as modalidades organizativas que foram promovidas para a participação das comunidades na regulação da posse da terra nas zonas populares urbanas²⁷.

27 “Decreto N° 1.666, pelo qual se inicia o processo de regulação da posse da terra nos assentamentos urbanos populares” (RBV, Leyes).

No âmbito educativo

Além do aumento da matrícula em todos os níveis e das Escolas Bolivarianas às quais se fez referência anteriormente, em 2003 iniciaram-se os seguintes programas ou missões:

- a. A Missão Robinson é um “plano massivo extraordinário”, cívico-militar, que tem por objetivo alfabetizar um milhão de pessoas com o apoio de cem mil voluntários²⁸. Na fase II da Missão está prevista a realização de estudos até o sexto grau por parte dos que acabaram de ser alfabetizados.
- b. A Missão Sucre tem como propósito a incorporação massiva aos estudos de nível universitário de estudantes que, tendo concluído seus estudos secundários, não puderam entrar na universidade, tendo prioridade os estudantes de setores de classe média baixa e pobres.
- c. A Missão Rivas tem por objetivo identificar todos os cidadãos de qualquer idade que, tendo concluído seus estudos primários, não puderam concluir os secundários.
- d. A Universidade Bolivariana é concebida como uma instituição universitária nacional, com ampla cobertura territorial e com políticas de admissão dirigidas à reversão da longa tendência para a exclusão social que caracterizou o sistema de educação universitário na Venezuela durante as últimas décadas.

Na área de saúde

Apesar dos avanços conceituais na política de saúde, tanto as licitações orçamentárias como o fracionamento institucional –expressão, entre outras coisas, das tensões existentes entre o executivo e os governos estaduais e prefeituras da oposição–, a saúde é uma área na qual foi claro o descompasso entre as políticas anunciadas e seus resultados (PROVEA, 2003: 153-188).

No ano de 2003 inicia-se um novo programa de saúde, a Missão Bairro Adentro, que, contando principalmente com médicos cubanos, busca levar assistência médica e remédios gratuitos, com atenção 24 horas por dia e visitas domiciliares, às regiões mais necessitadas do país. De acordo com os dados oficiais, durante sua primeira etapa o programa está “dando atenção médica integral a mais de 1.400.000 pessoas” (RBV, Programa Nacional Bairro Adentro).

²⁸ De acordo com o governo, antes de finalizar o ano foram cumpridos 80% dos objetivos da primeira fase do programa, tendo-se alfabetizado 800 mil pessoas (Misión Robinson).

Além de seu evidente impacto inicial, não é possível realizar uma avaliação do êxito a médio e longo prazo destas políticas públicas, nem é possível determinar se terão a capacidade de perpetuar-se com base na continuidade orçamentária e em uma maior institucionalização de suas modalidades de gestão, para superar a improvisação e garantir maiores níveis de transparência. O que é possível afirmar é que com elas abriu-se um novo horizonte de políticas públicas que, nestes âmbitos, representa uma tentativa de ser coerente com os conteúdos do projeto de país representado pelo texto constitucional como modelo social contra-hegemônico.

PRINCIPAIS DESAFIOS PENDENTES

A partir da caracterização formulada neste texto, é possível identificar alguns problemas ou desafios de caráter geral que requerem resposta como condição para consolidar os processos de mudança que foram iniciados.

Em primeiro lugar, no terreno produtivo e no modelo de desenvolvimento há algumas áreas nas quais parece haver maior clareza quanto a metas e mais coerência nas políticas implicadas. São estas a indústria petroleira e demais indústrias básicas, as necessidades de investimento público em áreas prioritárias de produção e infra-estrutura²⁹ e no amplo espectro da média e pequena produção, das cooperativas e das diversas modalidades da economia social. Em cada um desses âmbitos o Estado conta com os recursos financeiros e os instrumentos jurídicos para definir as orientações básicas. Mais problemáticos revelaram-se todos os âmbitos da economia privada empresarial. Dadas as fortes tensões políticas existentes entre o governo e a maior parte do empresariado, não se alcançou o “clima de confiança” exigido para reativar o investimento privado sem o qual não será possível a recuperação do crescimento da economia. A Constituição de 1999 assume uma economia capitalista com um peso preponderante do setor privado³⁰. O risco principal de não conseguir os investimentos produtivos em outros setores da economia estaria, como foi assinalado por muitos críticos do processo, na reafirmação do caráter monoprodutor e rentista da economia venezuelana.

29 Petróleo, geração e transmissão de eletricidade, água potável e saneamento, sistema ferroviário, metrô urbanos, pontes sobre o rio Orinoco, etcetera.

30 Aqui as dificuldades não são apenas conceituais, mas principalmente políticas. O governo tentou promover políticas de substituição de importações, de proteção da indústria nacional e de fomento desta mediante programas sistemáticos de compras governamentais, com reações pouco favoráveis por parte do setor empresarial. Os alinhamentos principais desta política de desenvolvimentismo cepalino, caracterizada como projeto de desenvolvimento endógeno, estão contidas em RBV, Ministério da Produção e Comércio.

Uma condição indispensável para o êxito do processo de mudança é a transformação do Estado e o fortalecimento de sua capacidade de regulação e de gestão. O estado venezuelano, apesar das sucessivas tentativas de reforma, e às vezes como consequência destas, veio sofrendo um prolongado processo de deterioração institucional durante os últimos quinquênios. Em algumas áreas isto se aprofundou com o atual governo, como resultado da resistência às novas orientações da política pública por parte dos empregados públicos organizados em sindicatos politicamente de oposição. O estilo personalista de tomada de decisões e da destinação de recursos, que com frequência as estruturas e os procedimentos administrativos formais dissimulam, não contribuiu para a institucionalização da capacidade da gestão pública.

Associado a isto estão as relações entre o governo central e os governos regionais e municipais. Ser consequente com a ampliação e aprofundamento da democracia, com o aumento da participação em todos os âmbitos da vida coletiva e com o controle ou a fiscalização social sobre a gestão pública, exigiria maiores níveis de descentralização da gestão pública. No entanto, dadas as tensas relações existentes entre o governo central e os governadores e prefeitos da oposição, tem havido choques permanentes que se converteram em severos e reiterados obstáculos para a gestão coordenada de políticas públicas. O caso mais destacado neste sentido tem sido a experiência nas políticas de saúde.

Igualmente problemático é o tema da corrupção, fenômeno que em geral se assume como algo difundido, mas cujas dimensões são difíceis de estimar. As razões pelas quais existe hoje corrupção na administração pública são muitas. Tem a ver com a “naturalização” ou institucionalização da corrupção pública nos últimos quinquênios, com a improvisação com a qual são promovidos os diversos programas, com a debilidade na construção da capacidade institucional do Estado —que dificulta o acompanhamento da execução orçamentária—, assim como com a desconfiança do governo em relação às denúncias de corrupção, entendidas na maior parte das ocasiões como propaganda opositora. É notória a ausência de um poder fiscalizador suficientemente autônomo e a limitada legitimidade e debilidade do poder judicial. Provavelmente também acontece o cálculo político de curto prazo que leva a tentar conservar apoios, ou pelo menos evitar rupturas públicas com funcionários cujas práticas ilícitas foram descobertas. Apesar de o tema da corrupção ter chegado a ser no discurso eleitoral de Chávez praticamente o eixo de demarcação básica entre a velha Venezuela da Quarta República e a nova Venezuela que se teria que construir, o combate a ela passou para segundo plano nas prioridades governamentais e não foram desenvolvidas normas, ações ou políticas destinadas a erradicá-la.

Por último, o projeto de mudança exige processos organizativos de institucionalização, tanto sociais como políticos. Na ausência de instâncias coletivas

de debate, confrontação de idéias e elaboração de políticas, reforça-se uma liderança unipessoal. A ausência de mediações organizativas entre o líder e os setores populares, reivindicado por muitos como uma virtude, constitui uma importante fonte de vulnerabilidade de todo o processo.

COMENTÁRIO FINAL

São muitos os temas importantes que, por limitações de espaço e de tempo, não foram abordados neste texto. Torna-se necessário, contudo, finalizar com breves referência a dois temas que constituem notórias ausências. A primeira refere-se às conseqüências de se ter optado por uma política internacional autônoma e suas implicações nas difíceis relações que têm sido mantidas com o governo dos Estados Unidos, assim como as formas de articulação do projeto político e de desenvolvimento nacional com as posições que o governo veio assumindo nas negociações comerciais internacionais. Depois de uma primeira fase na qual havia pouca correspondência entre as indicações geopolíticas de caráter geral enunciadas pelo Presidente nos foros internacionais e as posturas que assumiam os representantes da Venezuela nas diferentes negociações internacionais, durante o ano de 2003 alcançaram-se níveis crescentes tanto de coerência como de capacidade propositiva e negociadora³¹.

A segunda refere-se ao que com certeza constitui a mudança mais importante ocorrida na Venezuela ao longo dos últimos cinco anos: as transformações na cultura política e nos processos de inclusão, a incorporação como sujeitos da ação política e organizativa das maiorias pobres do país que se encontravam excluídas, não só historicamente como cada vez mais, nos últimos tempos. Foi esta a mais importante conquista em direção a uma sociedade mais democrática. O significado destas transformações expressou-se com contundência na resposta dos setores populares ao golpe de Estado que os partidos de oposição, as organizações empresariais, a mídia, a hierarquia eclesiástica e alguns militares de alto escalão levaram a cabo em 11 de abril de 2002.

31 As posições da Venezuela em torno das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC) e da Área de Livre Comércio (ALCA) podem ser consultadas nas seguintes publicações: RBV, Ministério da Produção e Comércio, Comissão Presidencial para a ALCA (2003).

BIBLIOGRAFIA

- Banmujer... el banco diferente 2004. Em: <<http://www.banmujer.gov.ve>>.
- Banco Central da Venezuela (BCV) 2004 *Formación Bruta de Capital Fijo por Sectores Institucionales*. Em <http://www.bcv.org.ve/excel/7_1_4.xls?id=112>.
- BCV 2004a *Producto Interno Bruto a Precios Constantes*. Disponível em <<http://www.bcv.org.ve/>>.
- BCV 2004b *Tasa de Ocupación por Rama de Actividad Económica*. Disponível em <<http://www.bcv.org.ve/>>.
- BCV 2004c *Índice de Precios al Consumidor*. Em <<http://www.bcv.org.ve/c2/indicadores.asp>>.
- Camejo, Yrayma 2002 “Estado y mercado en el proyecto nacional-popular bolivariano” em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* (Caracas) Vol. 8, setembro-dezembro.
- Centro de Pesquisas em Ciências Sociais [Centro de Investigaciones en Ciencias Sociales (CISOR)] 2003 *Caso de los Multihogares de Cuidado Diario, Informe final, Proyecto Observatorio*. Disponível em <<http://www.apalancar.org/archivos>>.
- Fundação Escola de Gerência Social, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento 2003 “Equidad y educación en Venezuela: breve caracterización del sistema escolar venezolano” em *Boletín Social* (Caracas) Nº 1, novembro-dezembro. Em: <http://www.gerenciasocial.org.ve/boletinsocial/bs_01_estudio.pdf>.
- García Larralde, Humberto 2000 “Limitaciones de la política económica actual: la ideología económica y el deterioro del bienestar del venezolano” em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* (Caracas) Vol. 6, Nº 1, janeiro-abril.
- Gómez, Emeterio 2003 “La unidad de la oposición” em *El Universal* (Caracas) 4 de maio.
- Hernández Lavado, Vladimir 2002 “Riesgo país subió 930 puntos básicos” em *El Nacional* (Caracas) 1 de junho.
- HIDROVEN 2003 *Primer Encuentro Nacional de Experiencias Comunitarias en Agua Potable y Saneamiento*. Disponível em <<http://www.hidroven.gov.ve/Articulos/Evento%20Comunitario.html>>.
- Instituto Nacional de Terras 2004 *Derecho a la tierra*. Disponível em <<http://www.derechos.org.ve/situacio/informes/anual/15/DereTierra.html>>.
- Instituto Nacional de Terras 2004a *Proyectos agroproductivos que impulsa el INTI*. Disponível em <http://www.gobiernoenlinea.ve/Gobierno_Aldia/INTI.pdf>
- Lander, Luis E. (ed.) 2002 “La reforma petrolera en Venezuela” em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* (Caracas) Vol. 8, Nº 2, maio-agosto.
- León, Mariela 2003 “Fuga de capitales en \$33.1 millardos” em *El Universal* (Caracas) 6 de fevereiro.
- Méndez Cegarra, Absalón 2003 “El zigzagueante camino de la reforma securista en Venezuela” em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* (Caracas) Vol. 9, Nº 3.

- Ministério do Interior e Justiça s/d *Los Consejos Locales de Planificación Participativa*. Em <http://www.mij.gov.ve/Arch_ZIP_PDF/Consejos%20Locales.pdf>.
- Ministério da Produção e Comércio s/d *Declaración de Pozo de Rosas: Principios rectores de la política industrial de la República Bolivariana de Venezuela* (Caracas) mimeo.
- Misión Robinson, Plan Nacional de Alfabetización 2004. Disponível em <<http://www.misionrobinson.gov.ve/>>.
- Müller Rojas, Alberto 2001 *Época de revolución en Venezuela* (Caracas: Solar Editores).
- Parker, Dick 2003 “¿Representa Chávez una alternativa al neoliberalismo?” em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* (Caracas) Vol. 9, Nº 3, maio-agosto.
- Parra, Matilde e Lacruz, Tito 2003 *Seguimiento activo a los programas sociales en Venezuela* (Caracas: CISOR).
- Programa Venezolano de Educación-Acción en Derechos Humanos (PROVEA) 1999 “¿Sí o no?: Pistas para un voto razonado” em *Derechos Humanos Coyuntura* (Caracas) Nº 41, Número especial, dezembro.
- PROVEA 2003 “Derecho a la tierra” em *Situación de los Derechos Humanos en Venezuela* (Caracas).
- República Bolivariana da Venezuela (RBV) várias datas “Ley de Transformación del Fondo de Inversiones de Venezuela en el Banco de Desarrollo Económico y Social de Venezuela”; “Ley Para la Promoción y Desarrollo de la Pequeña y Mediana Industria”; “Ley de Creación del Fondo Único Social”; “Ley orgánica de hidrocarburos”; “Ley de Tierras y Desarrollo Agrario”; “Ley Especial de Asociaciones Cooperativas”; “Ley de Reforma Parcial de la Ley Especial de Asociaciones Cooperativas”; “Ley Orgánica del Sistema de Seguridad Social”; “Ley de los Consejos Locales de Planificación Pública”; “Decreto de Reforma Parcial de la Ley de Licitaciones”; “Ley que Autoriza al Presidente de la República para dictar Decretos con Fuerza de Ley en las materias que se delegan” em *Leyes de Venezuela* (Caracas). Em <<http://comunidad.derecho.org/pantin/legis.html>>.
- RBV 1999 *Constitución de la República Bolivariana de Venezuela* (Caracas: Imprenta Nacional).
- RBV, Comissão Presidencial de Compras 2002 *Ejecución de la programación de las compras programadas del segundo semestre del 2002 y aplicación del Decreto 1892, Período agosto al 8 de noviembre*. Em <www.snc.gov.ve/archivos/informe_2002.pdf>.
- RBV, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento, Coordenação de Economia Social, *Sobre el sistema de economía social*. Disponível em <<http://www.economiasocial.mpd.gov.ve/>>.
- RBV, Ministério de Planejamento e Desenvolvimento. Disponível em <<http://www.mpd.gov.ve/pdeysn/plan.htm>>.
- RBV, Ministério da Produção e Comércio 2003 *La República Bolivariana de Venezuela ante el ALCA* (Caracas) novembro, Reunião Ministerial de Miami.
- RBV, Ministério da Produção e Comércio, Comissão Presidencial para a ALCA 2003 *Posición de Venezuela ante el Área de Libre Comercio para las Américas* (Caracas) novembro.
- RBV, Ministério da Produção e Comércio, *Declaración de Pozo de Rosas: Principios rectores de la política industrial de la República Bolivariana de Venezuela*, mimeo.

- RBV, Programa Nacional Barrio Adentro. Disponível em
<<http://www.barrioadentro.gov.ve/modules.php?name=News&file=article&sid=16>>
- Sonntag, Heinz 2003 “Giordani, el ignorante” em *El Universal* (Caracas) 21 de junho.
- Vera, Leonardo 2001 “¡El balance es neoliberal!” em *Venezuela Analítica*, 23 de julho.
Em <<http://www.analitica.com/va/economia/opinion/1338346.asp>>.
- Vila Planes, Enrique 2003 “La economía social del proyecto bolivariano” em *Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales* (Caracas) Vol. 9, No. 3, setembro-dezembro.
- Wilpert, Gregory 2003 “Mission Impossible? Venezuela’s Mission to fight Poverty” (Caracas) mimeo.

Se terminó de imprimir en el mes de julio de 2005
en los talleres de Cromosete Gráfica e Editora Ltda.

Rua Uhland, 307 - Vila Ema
03283-000 - São Paulo - SP, Brasil
Primera impresión, 1.500 ejemplares

Impreso no Brasil